

Boletim GeoÁfrica

*Vol. 2. Número 7
Julho-Setembro 2023*



Dossiê

*Quais recursos para que modelos
de desenvolvimento na África
subsaariana?*



7



SOBRE A REVISTA

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



Contato

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28
Instituto de Geociências
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Athos da Silveira Ramos nº274
Cidade Universitária, Ilha do Fundão
CEP 21941-916



Editor Chefe

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

Comissão editorial

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

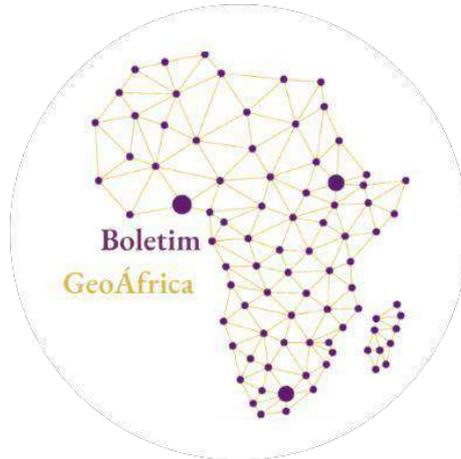
Conselho Consultivo

Alice Freia (Universidade Rovuma, Moçambique)
Albino Eusebio (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)
Aziz Abdul Sodoré (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)
Catia Antonia da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Colin Darch (University of Cape Town, South Africa)
Damião Ginga (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)
Elmer Agostinho C. de Matos (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Gilberto Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Sobrinho Dgedge (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
Inês Macamo Raimundo (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Joaquim Miranda Maloa (Universidade Rovuma, Moçambique)
José Julião da Silva (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
João Lima (Universidade Licungo, Moçambique)
Lamine Savané (Université de Ségou, Mali)

Liazzat Bonate (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)
Mônica Arroyo (Universidade de São Paulo, Brasil)
Mônica Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Nazir Can (Universitat Autònoma de Barcelona / Serra Hünter Programme)
Raimundo Mulhaisse (Universidade de Licungo, Moçambique)
Ringo Benjamim Victor (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)
Rogers Hansine (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Rosemberg Ferracini (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)
Rui Jacinto (Universidade de Coimbra, Portugal)
Stéphanie Lima (Université Toulouse 2 Jean Jaurès, France)
Tatiana Reis (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Vanito Viriato Marcelino Frei (Universidade Rovuma, Moçambique)
Vivian Santos da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Comitê Científico Júnior

Emanuel Rungo (Universidade Pedagógica, Maputo)
Gabrielle Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maíra Ludwig (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Mariana de Oliveira Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



Volume 2, Número 7, jul. – set. de 2023

Capa desta edição
Frédéric Monié

Fotografias da capa

Garimpo de ouro – Burquina Faso. Fonte: Kuwait Times; Petroleiro Kwame Nkrumah – Gana. Fonte: TullowOil. Paisagem como recurso para o turismo na Tanzânia. Autoria: Frédéric Monié

Organizador do Dossiê
Frédéric Monié

Equipe técnica / Diagramação

Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Nelson Cortes Pacheco Junior

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Frédéric Monié – UFRJ – Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – PPGGeo/UNICAMP -Brasil

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África
Subsaariana - Vol.2, nº7 (2023)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>
Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Recursos; 3.
Desenvolvimento; 4. Extrativismos; 5. Turismo; 6. Impactos
socioambientais



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 7, julho - setembro de 2023

SUMÁRIO



Editorial

Editorial. Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?
Frédéric Monié

Dossiê temático

Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?

Dossiê temático: Entrevistas

Recursos naturais, rendas e governança na África subsaariana: reflexões de um Geógrafo africanista. Entrevista com Géraud Magrin
Frédéric Monié

Ressources naturelles, rentes et gouvernance en Afrique subsaharienne : réflexions d'un géographe africaniste. Entretien avec Géraud Magrin
Frédéric Monié

Mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique: impactos e conflitos. Entrevista com Anselmo Panse Chizenga
Frédéric Monié

Extrativismo aurífero em Burkina Faso: características, atores e desafios da regulação do setor. Entrevista com Edith Barry Sawadogo
Frédéric Monié.

L'orpaillage au Burkina Faso : caractéristiques, acteurs et défis de la régulation du secteur. Entretien avec Edith Barry Sawadogo
Frédéric Monié



Dossiê temático: Artigos

A economia do petróleo em Gana no início do século XXI

Kauê Lopes dos Santos

Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": o sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique

Eduardo Jaime Bata

África e o turismo colonizador – neoliberalismo ambiental e luxo excludente: o exemplo da Tanzânia.

Eduardo de Ávila Coelho; Bernardo Machado Gontijo

Varia

Mapeamento de suscetibilidade de risco de inundação na Bacia hidrográfica do Rio Zambeze 2 em Moçambique

Ringo Benjamim Victor, José João Passe; Dizimalta Miquitaio, Evaristo Uaila & Hélio Nganhane

Principais agrotóxicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze na Província de Tete em Moçambique

Osmane Adrimo Ussene; Ringo Benjamim Victor; Gonçalo Rodrigues

Áfricas na Pós-Graduação

Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Albino Eusebio

Expressões culturais

África(s) em prosas e versos

Um encontro com José Bione Carquete

Hagira Gelo Machute



Resenhas

Recursos, regimes de renda e (sub)desenvolvimento: algumas contribuições teóricas, analíticas e empíricas de Géraud Magrin. Resenha de MAGRIN, Géraud. Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement. Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements : Paris, 2013, 424 p.

Frédéric Monié

Resenha de Lila em Moçambique de Andreia Prestes

Sônia Rosa

GeoÁfrica divulga...



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 7, 2023

**EDITORIAL. QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?**



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié
Departamento de Geografia e Programa de
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:
MONIÉ, F. Editorial. Quais recursos
para que modelos de desenvolvimento
na África subsaariana? **Boletim
GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 1-9, jul-set. 2023.



EDITORIAL. QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

Neste sétimo número do *Boletim GeoÁfrica*, o dossiê temático, organizado por Frédéric Monié, é dedicado à problemática da relação, complexa e paradoxal, que se estabelece entre a abundância de recursos – em particular naturais – e as trajetórias do (sub)desenvolvimento na África subsaariana. A região é provavelmente a mais bem dotada em recursos naturais do Planeta: apesar de sua distribuição espacial muito desigual a superfície agrícola concentra cerca de 22% das terras aráveis do Mundo; os 60 tipos de minérios presentes no subsolo representam mais do terço das reservas minerais mundiais; as reservas energéticas – água, hidrocarbonetos, urânio, geotermia etc. são também abundantes etc. No entanto, a produção agrícola não garante a segurança alimentar da população, em particular em regiões como o Sahel central ou o Chifre da África; o consumo de energia é extremamente limitado fora dos grandes centros urbanos; o extrativismo mineral não desencadeia trajetórias de industrialização, mas alimenta redes clientelistas e garante pulposos benefícios para as corporações transnacionais. A cobiça pelas riquezas do continente pode também gerar tensões geopolíticas e favorecer a criminalização de algumas cadeias produtivas, enquanto os impactos sociais e ambientais do extrativismo são cada vez mais denunciados.

Desde a 2ª metade do século XX, acadêmicos analisam como e porque essa abundância de recursos pode impactar negativamente economias, sociedades e espaços de países especializados na produção e na exportação de matérias primas. Diversas contribuições teóricas e analíticas, na maioria dos casos elaboradas no campo da economia política, foram publicadas na literatura especializada. A teoria da “doença holandesa” (*Dutch disease*) foi inspirada pelos impactos gerados pela descoberta de gás natural nos Países Baixos na década de 1960, onde a drenagem de capital e mão-de-obra pelo setor do gás provocou uma perda de competitividade do tecido industrial pré-existente. O forte aumento das importações, a aceleração da inflação e o agravamento do déficit comercial impactaram uma economia se tornando mais dependente de uma *commodity* extraída por multinacionais e cujos preços oscilam de maneira repentina (CORDEN, NEARY, 1982). Na África subsaariana, esse fenômeno de concentração setorial e espacial do investimento,



da tecnologia e dos recursos humanos qualificados foi, por exemplo, observado após a descoberta de jazidas de petróleo em diversos países (MONIÉ, 2012; ARIWERIOLUMA, 2015).

Nas décadas de 1990 e 2000, a multiplicação de estudos apontando o baixo nível de desenvolvimento econômico e social de regiões e países exportadores de *commodities* – minérios, petróleo, bens agrícolas – deu origem à novas teorias apresentando um viés menos economicista que a “doença holandesa”. Problemáticas como as desigualdades sociais e regionais, a formação de poderosas redes clientelistas sustentando economias e regimes rentistas, os impactos ambientais do extrativismo ou o financiamento de conflitos são, então, ressaltados por diversos autores (LYNN KARL & GARY 2001; 1997; LE BILLON, 2005). Alguns deles evocam uma “maldição dos recursos naturais”¹ em lugares onde o caráter assimétrico das relações entre governos africanos e poderosas firmas transnacionais (BASSEY, 2015) e déficits institucionais inibem inovações em termos de governança (MONIÉ, 2012).

Na década de 2000, o super ciclo das *commodities*, em parte provocado pelo consumo crescente de recursos naturais pela economia chinesa, estimulou uma nova corrida às matérias primas no “Sul Global”, que apresenta a particularidade de ser concomitantemente um provedor e um consumidor de volumes crescentes de bens primários. O novo *scramble* é, também, caracterizado pelo forte aumento da demanda por minérios e terras raras considerados estratégicos para a transição energética/ecológica (lítio, cassiterita, silício etc.) (SOUTHALL & MELBER, 2009). Na África subsaariana, fronteiras de acumulação surgem ou se consolidam. Se a China se torna um ator maior do comércio e da exploração de recursos naturais, observamos simultaneamente que a política de diversificação das fontes de abastecimento em hidrocarbonetos por parte dos Estados Unidos e de países ocidentais dinamiza a prospecção e a produção de petróleo e gás natural (MOUSSA DEMBELÉ, 2015; ARIWERIOLUMA, 2015). Por sua parte, a compra de terras agricultáveis (*land grabbing*) por parte de países dependentes das importações de *commodities* agrícolas para alimentar suas populações alimentou um movimento de espoliação fundiária que prejudicou sociedades camponesas de diversos países (Madagascar, Etiópia, Moçambique, Libéria etc.). A exploração, frequentemente ilegal, de madeira e recursos haliêuticos completa o cenário desse novo *scramble*.

¹ O termo de “maldição dos recursos” foi imediatamente criticado por conferir uma condição de sujeito à recursos que são, por definição, “neutros”.



O cenário macroeconômico e comercial da década 2000 se traduziu por um crescimento acelerado e sustentado dos países exportadores de recursos naturais que desencadeou concomitantemente uma onda de “afro-otimismo” mas, também, debates, iniciativas políticas e ativismos contestando os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos extrativistas e agrícolas (WAPMUK & AKINKWOTU, 2017; MONIÉ, 2019). Na época, foi a América do sul que constituiu um laboratório intelectual maior da contestação de políticas desenvolvimentistas ancoradas na extração e exportação de recursos pouco ou não processados (GUDYNAS, 2013; ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2019). Na África subsaariana estudiosos, moçambicanos em particular, desenvolveram pesquisas relevantes com destaque para os grandes projetos de prospecção e extração de carvão mineral na província de Tete e, posteriormente, de gás natural na região setentrional do país. Estudos propõem uma reflexão crítica sobre a relação entre extrativismos, economias de renda e (sub)desenvolvimento (CASTEL-BRANCO 2010 e 2015; MUIANGA, 2019). Diversas pesquisas apontam, por sua parte, os impactos macroeconômicos, sociais, ambientais e espaciais dos grandes projetos extrativistas (FEIJÓ e RAIMUNDO, 2017; EUSEBIO e MAGALHÃES, 2018).

4

Neste contexto, a retórica dos impactos desenvolvimentistas dos grandes projetos continua legitimando investimentos em atividades extrativistas em regiões e países que se beneficiariam de seus efeitos automáticos sobre o crescimento econômico, a geração de emprego e as infraestruturas técnicas. No entanto, a narrativa do *El Dorado* extrativista foi paralelamente contestada por populações locais que, ao exemplo do que está acontecendo no resto do Mundo, se mobilizaram para denunciar efeitos desestruturadores dos grandes projetos sobre as sociedades e os espaços locais. Remoções forçadas e conflitos de uso provocados pelos investimentos em mega sítios de mineração e a espoliação fundiária consequente do *land grabbing* provocaram as maiores mobilizações populares. Ao mesmo tempo, assistimos a uma multiplicação de iniciativas políticas e institucionais visando a promover o uso mais transparente das receitas das exportações - *Extractive Industries Transparency Initiative*, por exemplo, e novos modos de governança da renda, graças à novos códigos de mineração ou a descentralização do poder político (MAGRIN, 2013). No entanto, essas iniciativas foram globalmente incapazes de superar obstáculos e barreiras de diferentes naturezas que limitam as possibilidades de transformação das economias extrativistas em economias integradas e diversificadas, conforme o atestam diversas contribuições de nosso dossiê temático.



Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces de uma mesma maldição. In DILGER, G. *et al.* **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 47-85.

ARIWERIOLUMA, S. **The political economy of Oil and Gas in Africa. The case of Nigeria**. London/New York: Routledge, 2009

BASSEY, N. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N. Economia extrativa e desafios da industrialização em Moçambique. In BRITO, L. *et al.* **Economia extrativa e desafios da industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010, p.19-109

CASTEL-BRANCO, C. N. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. **Review of African Political Economy**, 2015, p. 526-548

COLLIER, P. **The Bottom Million: why the poorest countries are failing and what can be done about it**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

EUSEBIO, A. J; MAGALHÃES, S. B. Grandes projetos de mineração e direitos territoriais das comunidades locais em Moçambique. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018

FEIJÓ, J.; RAIMUNDO, I. (coord.). **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. Maputo: Publiflix Edições, 2017.

GACEM, B. La rente pétrolière en Afrique: bénédiction ou malédiction? **Finance & Bien Commun**, v. 3, n. 28-29, p. 114-119, 2007.

GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 13, 2013.

LE BILLON, P. **The geopolitics of resource wars. Resource dependence, governance and violence**. London/New York: Frank Cass, 2005.

LYNN KARL, T; GARY, I. **O fundo do Barril O “Boom” do Petróleo em África e os países pobres**. Baltimore: Catholic Relief Services, 2001.

MEREDITH, M. **O destino da África. Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MONIÉ, F. A inserção de Moçambique na globalização: riscos, desafios e dinâmicas territoriais. **Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 3, 2019, p. 9-37.



MONIÉ, F. Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana In: MONIÉ F., BINSZTOK J. (org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 201-236

MOUSSA DEMBELÉ, D. Ressources de l’Afrique et stratégies d’exploitation. **La Pensée**, v. 381, n. 1, 2015, p. 29-46.

MUIANGA, C. Investimentos, recursos naturais e desafios para Moçambique. In: CHICHAVA S. **Desafios para Moçambique 2019**. Maputo: IESE, 2019, p.147-164

SARR, F. **Afrotopia**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SOUTHALL, R; MELBER, H. **A new scramble for Africa? Imperialism, Investment and Development**. Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press, 2009.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

WAPMUK, S; AKINKWOTU, O. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afropessimismo para o afro-otimismo? **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v. 2, n. 4, 2017, p.11-31.



As três entrevistas que abrem nosso dossiê temático intitulado *Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?* confirmam a dificuldade de converter a abundância de recursos – naturais ou não – em vetores de desenvolvimento beneficiando as sociedades da África subsaariana. Após apontar benefícios e limitações das teorias e categorias analíticas elaboradas para compreender esse paradoxo, o Geógrafo Géraud Magrin, estudioso das economias e dos regimes rentistas da África ocidental, evidencia alguns dos mecanismos que prejudicam o surgimento de *espaços de bifurcação*, noção que ele teorizou no início da década de 2010 (MAGRIN, 2013). O termo designa um processo de transformação política e econômica possibilitada pela crise dos regimes rentistas em países dependentes de recursos, naturais ou não. Apesar de avanços realizados em termos de governança e descentralização do poder político-administrativo, as mudanças foram finalmente limitadas e superficiais. Magrin analisa mais especificamente o caso do Chade, onde a arquitetura institucional inovadora em termos de direcionamento da renda do petróleo (luta contra a pobreza, educação, saúde) foi aniquilada pela



degradação do ambiente geopolítico regional que levou o regime a investir maciçamente na compra de armamento, com o apoio das potências ocidentais. Conforme o aponta o Geógrafo francês, uma combinação complexa e multiescalar de fatores exógenos e endógenos, estruturais mais também conjunturais, dificulta, assim, o surgimento dos *espaços de bifurcação* e beneficia a permanência de regimes rentistas.

Por sua parte, o professor e pesquisador Anselmo Panse Chizenga constrói sua reflexão a partir do estudo dos impactos e dos conflitos provocados pelo desenvolvimento da indústria da mineração na província moçambicana de Tete. A exploração de uma gigantesca reserva de carvão mineral pela corporação brasileira Vale S.A. desestruturou profundamente as sociedades e o espaço regional em torno das minas de Moatize. O pesquisador evoca o *extermínio de um lugar* com forte identidade territorial como condição para a gestação de um *lugar minéravel* em sintonia com os interesses das elites nacionais e das corporações transnacionais.

A última entrevistada, Edith Barry Sawadogo, pesquisadora da Universidade Ki-Zerbo de Uagadugu, estuda mais especificamente a economia aurífera artesanal de Burquina Faso. Neste país, a valorização do preço da onça de ouro na década de 2010 provocou uma multiplicação dos *garimpos* artesanais que o governo nacional tenta regular através da promulgação de um novo código de mineração, incluindo fundos destinados ao desenvolvimento local. No entanto, a localização periférica, a fluidez espacial extrema da economia aurífera, a insegurança e os entraves burocráticos enfrentadas pelos garimpeiros dificultam o processo de formalização da atividade.

Os artigos publicados no mesmo dossiê evidenciam alguns dos desafios enfrentados para transformar recursos diversos (petróleo, minérios, paisagem ou mesmo insumos químicos destinados a agricultura) em vetores de desenvolvimento beneficiando as sociedades locais e nacionais. O professor Kauê Lopes dos Santos reflete sobre o ingresso do Gana na “era do petróleo” analisando a emergência de uma nova cadeia de valor neste país da África ocidental. O artigo, intitulado *A economia do petróleo em Gana no início do século XXI*, evidencia especificamente os desafios institucionais e regulatórios que surgem no novo contexto econômico e o papel, particularmente evolutivo, dos atores estatais e privados envolvidos nesse processo. Por sua parte, o pesquisador Eduardo Jaime Bata analisa alguns dos impactos do megaprojeto de mineração de carvão natural na província moçambicana de Tete. Em *Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": o sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique*, Eduardo Bata destaca,



em particular, as transformações impostas pelo extrativismo sobre a sociedade e o território locais. Práticas culturais que qualificam historicamente o lugar e a identidade resistem dificilmente à pressão da modernidade industrial. As migrações forçadas constituem o fenômeno que melhor evidencia o caráter predador dos “grandes projetos de desenvolvimento”. Os pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) Eduardo de Ávila Coelho e Bernardo Machado Gontijo publicam, do seu lado, um texto analisando os efeitos do desenvolvimento do turismo, sobre as localidades tanzanianas de Zanzibar e Ngorongoro. Os principais recursos mobilizados para o desenvolvimento do turismo são as paisagens e as culturas locais. Em *África e o turismo colonizador – neoliberalismo ambiental e luxo excludente: o exemplo da Tanzânia* os autores apontam os efeitos desestruturadores da expansão do turismo transformado em poderoso vetor de gestão (predadora) do território. Os processos em cursos são analisados como uma perpetuação da lógica colonial de exploração dos territórios.



A sessão *Varia* abre seu espaço aos pesquisadores Ringo Benjamim Victor, José João Passe; Dizimalta Miquitaio, Evaristo Uaila & Hélio Nganhane que no artigo *Mapeamento de suscetibilidade de risco de inundação na Bacia hidrográfica do Rio Zambeze 2 em Moçambique* refletem sobre os benefícios de formas inovadoras de planejamento baseadas na análise e o processamento de informações geográficas no intuito de prevenir e administrar os riscos de inundações e enchentes na área de estudo.

Na sua contribuição, Osmane Adrimo Ussene; Ringo Benjamim Victor & Gonçalo Rodrigues estudam os *Principais agrotóxicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze na Província de Tete em Moçambique*. O uso dos insumos químicos (inseticidas, rodenticidas, fungicidas) tende a se difundir nos espaços rurais do recorte espacial onde alcance um leque cada vez mais abrangente de bens agrícolas.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Albino José Eusébio, pesquisador moçambicano convidado neste número, desenvolveu, na Universidade Federal do Pará (Brasil) uma pesquisa de doutorado intitulada *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*.



A sessão *Experiências culturais* é, do seu lado, um espaço aberto à artistas, intelectuais, ativistas etc. desejando expressar suas ideias e reflexões de maneira pessoal, subjetiva, sem formato pré-definido pelos editores. A professora Hagira Naide Gelo Machute entrevista o escritor moçambicano José Bione Carquete (aliás *Dragão Bee Yoni*) que evoca seu itinerário, suas fontes de inspiração e os dilemas enfrentados no processo criativo.



Em *Recursos, regimes de renda e (sub)desenvolvimento: algumas contribuições teóricas, analíticas e empíricas de Géraud Magrin*, Frédéric Monié propõe uma resenha científica da obra de Géraud MAGRIN intitulada *Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement* publicada em 2013 na coleção da editora francesa Publications de la Sorbonne.

Enfim, a professora e escritora Sônia Rosa nos oferece uma resenha da obra de Andreia Prestes (autora) e Mariana Massarini (ilustradora) intitulada *Lila em Moçambique* publicada em 2023 pela editora de Belo Horizonte RHJ.

Boa Leitura!!!



DOSSIÊ TEMÁTICO:

QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

Entrevista



Recursos naturais, rendas e governança na África subsaariana: reflexões de um Geógrafo africanista. Entrevista de Géraud Magrin

Por Frédéric Monié



10

Géraud Magrin

Professor na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Géographie), França.
Contato: Geraud.Magrin@univ-paris1.fr

Citação

MAGRIN, G. Recursos naturais, rendas e governança na África subsaariana: reflexões de um Geógrafo africanista. Entrevista de Géraud Magrin. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 10-20, jul.-set. 2023

Quem é Geraud Magrin? Ex-aluno da École Normale Supérieure de Fontenay-Saint Cloud (França) e titular da agregação em geografia, Géraud Magrin é geógrafo, professor da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Geografia) e diretor da UMR 8586 Prodig (2019-2024). É também codiretor do Mestrado DynPed (Dinâmica dos países emergentes e em desenvolvimento) em Paris 1 e presidente da comissão "Desenvolvimento e tropicalidades" do Comitê Nacional de Geografia Francês (CNFG). Dirigiu ou coorienta 10 teses e orienta ou coorienta atualmente 11 teses de doutorado, quase sempre relacionadas com os seus temas e/ou áreas de investigação. G. Magrin concluiu a sua tese de doutorado sobre as transformações do sul do Chade (2000), no âmbito do CIRAD, onde iniciou a sua carreira profissional (2001-2014). Ele foi nomeado, entre outros, para o departamento de



Geografia da Universidade Gaston Berger de Saint Louis (Senegal) para apoiar atividades de pesquisa de acompanhamento sobre a gestão territorial descentralizada. Os seus estudos centram-se na governança dos recursos naturais na África Central e Ocidental, mais especificamente a descentralização, a gestão de bacias hidrográficas e de zonas húmidas (Vale do Senegal, Lago Chade), os impactos territoriais das atividades mineiras e petrolíferas em particular no Chade, no Senegal, na Mauritânia e, mais recentemente, na Costa do Marfim. Seu estudo para o credenciamento de orientação de teses de

doutorado, intitulado *Voyage en Afrique rentière*, foi publicado em 2013. A obra questiona a territorialização e as possibilidades de bifurcação dos sistemas político-econômicos rentistas graças às reformas no campo da regulação associadas à globalização e à transformação demográfica e urbana do continente. Nos últimos anos, G. Magrin tem estudado mais especificamente as configurações de governança associadas às atividades de mineração artesanal no Sahel e na África Ocidental. Ele se interessa também na forma como as noções de Antropoceno e transição renovam a análise do desenvolvimento.

Entrevista de Géraud Magrin¹

GeoÁfrica. Em 2000, o senhor defendeu uma tese de doutorado na Universidade Panthéon-Sorbonne (França) intitulada *Le sud du Tchad en mutation : des champs de coton aux sirènes de l'or noir*. Você poderia falar da trajetória acadêmica que o levou a escolher este tema de pesquisa?

O acaso desempenhou um papel importante nesta escolha. Fui iniciado aos estudos africanos na ocasião de minha dissertação de Mestrado (Master 1) na Universidade de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, dissertação cuja pesquisa foi consagrada ao abastecimento alimentar de Libreville, Gabão (1993-1994). Em seguida, prestei, com sucesso, o concurso de agregação (concurso de recrutamento de professores do ensino secundário na França). Demostrei então interesse pelo programa de História contemporânea que versava sobre “a Europa e a África entre 1898 e 1975”. Para me distrair de forma útil, sem fugir do conteúdo do programa, percorri a obra do grande escritor maliano Amadou Hampâté Ba. O quadro que Ba pinta da relação, trágica e culturalmente fecunda, das sociedades do Sahel com o mundo exterior através da colonização me fascinou e me estimulou a passar a pesquisar nesta região. Meu orientador, Roland Pourtier, era um especialista das florestas da África Central. Mas, ele me informou da possibilidade de realizar um estudo no âmbito dos programas de pesquisa do CIRAD [La Recherche Agronomique pour le

¹ A entrevista foi realizada por e-mail e traduzida do francês por Frédéric Monié. As respostas foram recebidas em 09/09/2023.



Développement] no Chade. Esses projetos eram liderados por Jean-Philippe Tonneau (conhecido dos Geógrafos brasileiros) e Marie-Françoise Courel (EPHE). Decidi, portanto, realizar minha pesquisa de DEA (Master 2) sobre as transformações da margem sul do Lago Chade sob o efeito do crescimento da demanda urbana no final da década de 1990. O Chade se preparava então a se tornar um país produtor de petróleo. Pourtier, que era muito interessado nas questões geopolíticas, me incentivou a estudar as transformações desta região sob o efeito da exploração do hidrocarboneto.

Mas, como é frequentemente o caso, a cronologia deste grande projeto energético não acompanhou exatamente a linha de tempo da investigação. Devido a múltiplas oposições da sociedade civil internacional e a diminuição do preço do petróleo, o projeto petrolífero se atrasou e a construção das primeiras infraestruturas começou apenas quando estava terminando de escrever minha tese (verão de 2020). A pesquisa apresenta, portanto, uma espécie de imagem dinâmica desta grande região do sul do Chade, historicamente construída em torno do cultivo colonial do algodão, no momento do seu ingresso na era da exploração petrolífera.

12

GeoÁfrica. *Durante a segunda metade do século XX, vários investigadores formularam teorias ou categorias analíticas como “economias de enclave”, “maldição dos recursos” ou “paradoxo da abundância”. Quais são as principais contribuições analíticas dessas teorias? Quais são os seus limites?*

Estes modelos de análise foram propostos principalmente no campo da economia, da ciência política ou da economia política. Simplificando, a “maldição dos recursos” (AUTY, 1994) e o “paradoxo da abundância” (KARL, 1997) referem-se à ideia contraintuitiva segundo a qual em países com instituições fracas a abundância de recursos naturais é acompanhada, a longo prazo, por uma série de problemas macroeconômicos e de governança, por conflitos etc. Esses estudos recorrem, em particular, a abordagens quantitativas utilizando a econometria e bases de dados em escala nacional explorando longos períodos históricos.

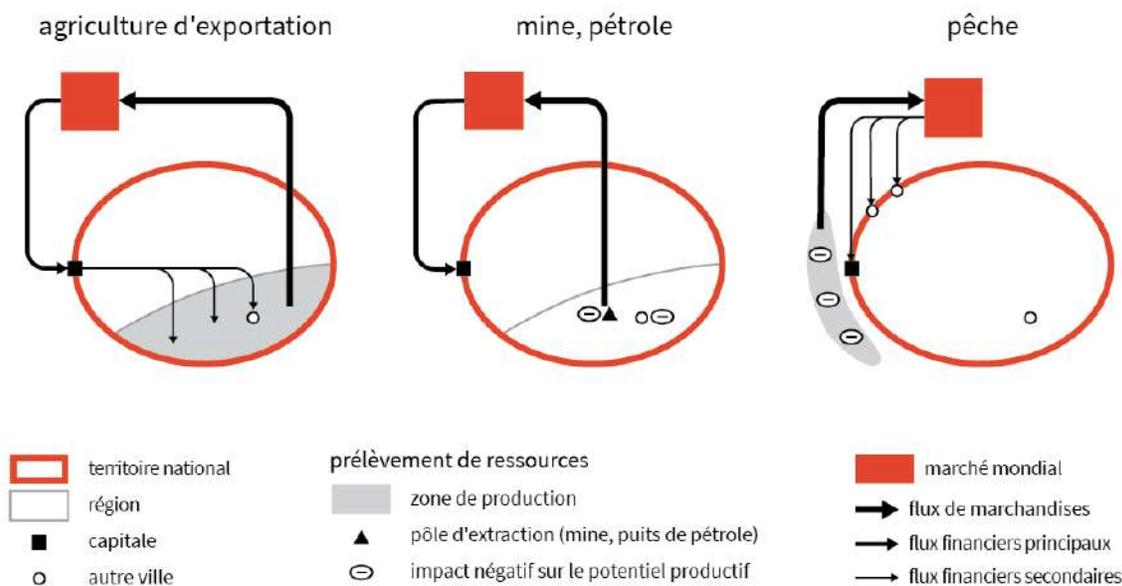
As economias de enclave pertencem a um campo de investigação conexo e mais ou menos contemporâneo do primeiro (final da década de 1980), porém distinto em diversos aspectos. Elas designam formas econômicas extravertidas que não têm ou têm poucos efeitos desencadeadores sobre outros setores de atividades. A exploração dos recursos naturais ilustra esta figura da economia de enclave que pode ser abordada a partir de um ponto de vista muito geográfico. São,



por exemplo, campos petrolíferos espacialmente delimitados e protegidos por dispositivos de segurança, como aqueles que Nicolas Donner (2011, 2014) e eu (MAGRIN e VAN VLIET 2005) pudemos estudar no Chade. Esses sítios extrativos são materialmente ligados ao mundo exterior por um oleoduto (para exportar petróleo bruto) e um aeroporto, mas têm poucas ligações com o interior rural onde estão inseridos. Geram poucos empregos e fluxos de produtos agrícolas e pouca subcontratação. É a renda, recebida pelo Estado em troca do direito de exploração dos recursos, que faz a ligação entre o território nacional e o sistema petrolífero. Mas, essa renda é concentrada na capital, o que implica desafios complexos em termos de governança. A economia petrolífera é, de facto, uma economia de enclave, com externalidades essencialmente negativas para os territórios de extração. Por um lado, a renda é distribuída de forma muito desigual entre o Estado e as empresas estrangeiras. Dentro do próprio país, ela é, por outro lado, apropriada em ampla medida pelas elites políticas que detêm o poder estatal na capital nacional.

Économie d'extraction

13



Géococonfluences 2017, d'après G. Magrin, 2013

Na minha opinião, esses modelos analíticos apresentam certa utilidade para pensar os efeitos da exploração dos recursos naturais, desde que sejam utilizados de forma crítica, evitando assim o determinismo latente que escondem (“não podemos escapar a uma maldição”). Precisamos



considerar os efeitos contingenciais e a complexidade dos fatores históricos e geográficos que moldam a trajetória político-econômica dos países. Alguns países do Sul Global têm sido historicamente capazes de construir trajetórias de desenvolvimento baseadas em rendas derivadas de recursos naturais: Brasil, Chile, África do Sul, Botswana, Malásia, Indonésia, países do Golfo, ou mesmo a China, por exemplo.

A problemática das escalas é essencial para pensar em termos de custos e benefícios. A prosperidade industrial e o desenvolvimento da França foram parcialmente construídos nos territórios (pessoas e paisagens) do [livro] *Germinal* de [Émile] Zola, ou seja, em áreas que, na América Latina seriam chamadas de zonas de sacrifício.

Os autores que subscrevem a abordagem da “maldição dos recursos” têm pouca consideração pelas questões ambientais e pelos conflitos locais multifacetados ligados às injustiças da compensação ou à redistribuição das rendas, por exemplo. Em outras palavras, a dimensão territorial é ignorada, apesar de ser fundamental para a compreensão das formas de ancoragem destas atividades e dos seus efeitos. Na minha opinião, essa abordagem é relevante pois fornece um quadro de análise genérico bastante pertinente, mas ela precisa ser enriquecida e relativizada por perspectivas mais refinadas, contextualizadas e territorializadas.

GeoÁfrica. *As décadas 2000 e 2010 foram marcadas por um superciclo global das commodities que se traduziu, em particular, por um forte dinamismo das atividades extrativas na África Subsaariana. Num contexto de aumento expressivo das suas receitas de exportação e do seu PIB, alguns governos revisaram o quadro de regulação das atividades mineiras e da indústria petrolífera. Alguns promoveram também políticas de descentralização político-administrativa. Até que ponto estas iniciativas afetaram as estruturas dos regimes rentistas e abriram “espaços de bifurcação” (MAGRIN, 2015)?*

Propus a noção de “espaço de bifurcação” (MAGRIN, 2015), com base em estudos de História institucional (MAHONEY, 2000; CAPOCCIA e KELEMEN, 2007). O termo designa o momento em que a transformação do contexto e da base de recursos dos Estados possibilitaria uma mudança de trajetória político-econômica, graças ao enfraquecimento de sistemas rentistas que, até agora, têm sido muito pouco promissores em termos de desenvolvimento, apesar do forte aumento dos recursos financeiros a disposição dos Estados africanos em decorrência da intensificação das atividades extrativas.



A reestruturação da regulação destas atividades tem sido usada para as promover e as legitimar. Observa-se que, apesar da centralidade da regulação pública, os protagonistas deste processo não foram apenas os Estados. O Banco Mundial apoiou e acompanhou a elaboração de duas ou três gerações de códigos de mineração e petrolíferos em muitos países, entre o final da década de 1990 e a década de 2010. A primeira geração teve uma orientação muito liberal, focando a atração de investidores, sem abrir reais perspectivas de mudanças. Por sua parte, os últimos códigos promulgados passaram a levar em consideração as questões ambientais (redução e compensação de impactos). De um modo geral, a regulação do extrativismo tornou-se consideravelmente complexa. Ela se baseia em normas híbridas emitidas por uma grande variedade de atores (Estados, instituições internacionais, firmas, associações profissionais de empresas mineiras ou petrolíferas) e relevam tanto do registro *hard laws* quanto da perspectiva *soft laws* (códigos voluntários, boas práticas), como o evidencia magistralmente Jeanne-Solène Rey-Coquais (2022) na sua tese de doutorado.

15 Neste contexto, alguns Estados, como Burkina Faso, Senegal ou Níger, decidiram drenar uma parte da renda do extrativismo em direção às autoridades locais para que os governos das zonas de produção tenham mais recursos financeiros independentes a disposição para melhorar a qualidade de vida da população das áreas impactadas pelas atividades. No entanto, assim como as leis de descentralização, estas disposições são de difícil aplicação na medida em que os Estados costumam resistir na hora de transferir efetivamente recursos financeiros para poderes locais. No Burkina Faso e no Níger, a situação de insegurança pode ter justificado atrasos na aplicação destas leis.

De um modo geral, as novas regulações que pretendem melhorar a transparência e, portanto, a governança de rendas extrativas em fase de crescimento, além de mitigar seus impactos ambientais, oferecem alavancas de ação para os atores desejando impulsionar a mudança dentro do Estado central, em nível local ou no âmbito da sociedade civil. Infelizmente, as possibilidades de mudança foram exploradas. Os choques globais (crise de 2008, queda do preço das matérias-primas depois de 2014, pandemia de Covid 19, Guerra na Ucrânia) e crises políticas internas (insegurança no Sahel, instabilidade política) reduziram estes “espaços de bifurcação”.



GeoÁfrica. *Poderia apresentar aos leitores o caso do Chade, onde a descoberta de importantes reservas petrolíferas na bacia de Doba deu origem a iniciativas institucionais e políticas destinadas a transformar a indústria petrolífera num vetor de desenvolvimento econômico e social. Quais foram os principais avanços promovidos por essas iniciativas? Quais fatores contribuíram posteriormente para o relativo fracasso das medidas adotadas pelo governo chadiano?*

O caso do Chade ilustra claramente as esperanças e os limites associados ao contexto dos últimos 25 anos. Um consórcio liderado pela firma Exxon começou a explorar petróleo no início dos anos 2000. A construção do sítio extrativo começou em 2000 e o hidrocarboneto começou a ser exportado em 2003. Apesar de modesta em escala global e até africana, a produção (100.000 a 200.000 barris por dia) permitiu aumentar significativamente as receitas do Estado. Neste país muito pobre e politicamente instável, o investimento da Exxon foi possível graças à participação ativa do Banco Mundial que desempenhou inicialmente um papel de fiador. O Banco promoveu também a revisão do quadro legislativo (ambiental e petrolífero) nacional, propondo um sistema exigente em termos de governança e gestão ambiental. Ao mesmo tempo, planejou reforçar a capacidade do Estado para gerir a economia petrolífera através de um projeto de reforma administrativa. Uma Lei foi votada no parlamento do Chade destinando 5% da renda total à região de produção e a maior parte das receitas petrolíferas a prioridades setoriais, como a luta contra a pobreza. Paralelamente, benefícios para as gerações futuras deviam ser garantidas. Para alcançar esses objetivos, mecanismos de controle multiníveis (nacional, internacional, empresas) foram implementados.

Infelizmente, a degradação do contexto geopolítico regional derrubou rapidamente o edifício normativo construído pelo Banco Mundial. A partir de 2006, ameaçado por rebeliões apoiadas pelo Sudão, o regime chadiano passou a utilizar recursos petrolíferos para comprar armas. O Banco cessou então de apoiar o projeto. A multiplicação de poços (foram perfurados mais de 1000 em vez dos 300 inicialmente previstos) destinada a aumentar a produção de petróleo teve impactos fundiários significativos na zona de extração, onde as condições de produção agrícola se deterioraram, alimentando, em consequência, um forte descontentamento na sociedade local. Após 2014, Exxon vendeu gradualmente seus campos maduros para operadores de menor porte, em particular a firma Glencore. Em decorrência da queda dos preços, o governo do Chade foi profundamente afetado pelo crescimento da dívida. Em Ndjamena, a construção dos novos



ministérios das Relações Exteriores e da Economia, iniciada em 2013-2014, foi abandonada. Os gigantescos edifícios inacabados ilustram a miragem do petróleo. Em 2022, o Chade ainda ocupa o 188º lugar entre 189 países na lista global do Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, o mesmo penúltimo lugar que ocupava quando a exploração petrolífera começou em 2000.

É, portanto, tentador ver nesta trajetória uma confirmação da hipótese da maldição dos recursos. No entanto, é importante não perder de vista os fatores externos à indústria petrolífera. Apesar de sua natureza predatória e autoritária, o regime chadiano continuou de receber o apoio da França, dos Estados Unidos e da União Europeia num contexto de degradação do contexto geopolítico regional (conflitos no Darfur, na Líbia, na Nigéria com Boko Haram etc.). O Chade apareceu como um polo de relativa estabilidade e um aliado confiável num ambiente regional desestabilizado. “A renda geopolítica” contribuiu tanto para a permanência de trajetórias sociopolíticas nefastas para as populações chadianas quanto a renda petrolífera.

GeoÁfrica. *Quais são, na sua opinião, os principais obstáculos que bloqueiam as trajetórias de bifurcação dos regimes de anuidades?*

17

Esta questão é muito difícil. As transformações sociopolíticas dos sistemas rentistas dependem de fatores internos e externos. Internamente, as sociedades africanas estão sujeitas à pressões muito fortes: num contexto de pobreza, o crescimento demográfico coloca anualmente dezenas de milhões de jovens africanos no mercado de trabalho (cerca de 300.000 novos trabalhadores todo ano em países como Chade, Níger e Mali). As condições ambientais da produção agrícola são difíceis, irregulares, por vezes degradadas. Em algumas regiões do continente, a insegurança ameaça territórios inteiros. As demandas são imensas (alimentos, água, energia, transportes) e a margem de manobra das classes políticas é muito pequena para lhes dar resposta. Devido a constrangimentos internos e externos (dependência da ajuda e dos investimentos internacionais; estruturas historicamente econômicas extravertidas; oscilação do preço das matérias-primas), as opções políticas propícias à construção de debates democráticos suscetíveis de definir caminhos de desenvolvimento originais e autônomos são limitadas. Esta situação, denunciada desde as Independências, permanece, infelizmente, até hoje.

O contexto das últimas duas décadas permitiu alguns progressos. Foram aplicados investimentos significativos em infraestruturas; algumas doenças recuaram (malária, AIDS); o acesso à água melhorou; e, em alguns países, a democracia e a descentralização foram relativamente bem-



sucedidos (Senegal, Gana etc.). Os avanços registrados em termos de urbanização e integração regional, bem como a rápida difusão da tecnologia digital, abrem perspectivas de diversificação para economias até então dependentes da exportação de matérias-primas. A chegada massiva de *players* chineses e a diversificação de parcerias externas têm, também, favorecido investimentos em determinadas áreas.

No entanto, desde a crise de 2019, as convulsões da economia global impactaram fortemente o continente africano. A África Subsaariana foi, por exemplo, muito mais afetada pelos impactos econômicos indiretos da pandemia de Covid 19 do que pelos seus efeitos sanitários. O novo contexto da globalização passou, por sua parte, a oferecer menos oportunidades para a África se extrair do modelo histórico de inserção na divisão internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas que beneficia os atores dominantes do sistema global e de seus dirigentes e penaliza sua população. (ILIFFE, 2007; MBEMBÉ, 2010). A lógica das rivalidades exacerbadas pelo acesso aos recursos necessários à transição energética, num contexto de competição geopolítica entre as potências ocidentais, a China, a Rússia e os países emergentes, pode, do seu lado, reduzir a margem de manobra dos países africanos, além de enfraquecer as democracias e promover a instabilidade política. No entanto, não devemos esquecer que as situações variam muito de um país para outro e que o peso das incertezas ligadas ao futuro da democracia no contexto da crise climática e da exacerbação das rivalidades geopolíticas globais não é específico do continente africano.

Referências citadas na entrevista

AUTY, R. M. Industrial policy reform in six large newly industrializing countries: The resource curse thesis. **World development**, vol. 22, n 1, 1994, p. 11-26.

CAPOCCIA G., KELEMEN R.D. (2007), The Study of Critical Junctures : Theory, Narrative and Counterfactuals in Historical Institutionalism. **World Politics**, vol. 59, n. 3, 2007, p. 341-369.

DONNER N. Notes sur la dimension immunitaire des enclaves pétrolières. **EchoGéo** n. 17, 2011. URL : <http://echogeo.revues.org/12555>

DONNER N., 2014. **La clé des champs : enclavement et immunité territoriale de l'exploitation pétrolière en Afrique centrale (Tchad, Guinée Equatoriale, Sao Tome et Principe)**. Thèse de doctorat en géographie, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, 2014, 412p.



ILIFFE, J. **Les Africains. Histoire d'un continent.** Paris: Flammarion, 2009 701p.

KARL, T.L. **The paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States.** Berkeley: University of California Press, 1997

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement.** Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.

MAGRIN, G. L'Afrique entre « malédiction des ressources » et « émergence » : une bifurcation ? . **Revue Française de Socio-Économie.** n. 2 (Hors-série), 2015: p. 105-120. URL: www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2015-2-page-105.htm

MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411

MAGRIN G, VAN VLIET G. Greffe pétrolière et dynamiques territoriales : l'exemple de l'on shore tchadien. **Afrique contemporaine**, n° 216, 2005, p. 87-105.

MAHONEY J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, n. 29, 2000, p. 507-548.

MBEMBE, A. **Sortir de la grande nuit : Essai sur l'Afrique décolonisée.** Paris: Éditions La Découverte, 2010, 243 p.

REY-COQUAIS, J.-S. **Régulation environnementale du secteur minier cuprifère au Chili et au Pérou: une analyse géographique des normes environnementales en territoires andins.** Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2022.

Tese de doutorado e algumas publicações recentes de Géraud Magrin

MAGRIN, G. **Le sud du Tchad en mutation des champs de coton aux sirènes de l'or noir.** Thèse de doctorat en Géographie: Université Panthéon-Sorbonne. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 2 vol., 2000, 454 p.

MAGRIN, G.; NINOT, O. Freins et moteurs du développement en Afrique. **Questions internationales**, n. 115, 2022, pp.14-25.

MAGRIN, G. L'Afrique face au nouveau monde multipolaire. In: Pourtier, R. (Ed.). **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient.** Paris: Nathan, 2022, p. 288-303.

MAGRIN, G. Economies de rente et ancrage dans la mondialisation. In: Pourtier, R. (Ed.) **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient.** Paris: Nathan, 2022, p.80-98.



MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411

MAGRIN, G.; MONTCLOS M-A Pérouse de. Crisis and Development. The Lake Chad Region and Boko Haram. Paris: AFD, 2018, 272 p.

MAGRIN, G.; La desaparición del lago Chad: Historia de un mito. In: Salamanca Villamizar S. (dir.); Astudillo Pizarro F. (dir.). **Recursos, vínculos y territorios. Inflexiones transversales en torno al agua**, Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2017, p. 299-307.

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement**. Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.



DOSSIER THÉMATIQUE :

QUELLES RESSOURCES POUR QUEL DEVELOPPEMENT EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE ?

Entretien



Ressources naturelles, rentes et gouvernance en Afrique subsaharienne : réflexions d'un géographe africaniste. Entretien avec Géraud Magrin

Par Frédéric Monié

10



Géraud Magrin

Professeur à l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Géographie), France
Contact: Geraud.Magrin@univ-paris1.fr

Citation

MAGRIN, G. Ressources naturelles, rentes et gouvernance en Afrique subsaharienne : réflexions d'un géographe africaniste. Entretien avec Géraud Magrin. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 10-20, jul.-set. 2023

Qui est Géraud Magrin ? Ancien élève de l'ENS de Fontenay-Saint Cloud et agrégé de géographie, Géraud Magrin est géographe, professeur à l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Géographie) et directeur de l'UMR 8586 Prodig (2019-2024). Il est également co-directeur du master DynPed (Dynamiques des pays émergents et en développement) à Paris 1 et président de la commission « Développement et tropicalités » du Comité national français de géographie (CNFG). Il a dirigé ou co-dirigé 10 thèses et il encadre ou co-encadre actuellement 11 thèses, presque toujours en lien avec ses thématiques et ou terrains de recherche. G. Magrin a réalisé sa thèse sur les transformations du sud du Tchad (2000), dans le cadre du Cirad, avec lequel il commence sa carrière (2001-2014). Il sera notamment affecté à la section de géographie de l'Université Gaston Berger de Saint Louis



(Sénégal) pour appuyer des activités de recherche d'accompagnement sur la gestion décentralisée des territoires. Ses travaux portent sur la gouvernance des ressources naturelles en Afrique du Centre et de l'Ouest – décentralisation, aménagement des bassins fluviaux et zones humides (vallée du Sénégal, lac Tchad), impact des activités minières et pétrolières sur les territoires, à partir de terrains principaux au Tchad, au Sénégal, en Mauritanie et plus récemment en Côte d'Ivoire. Son Habilitation à diriger des recherches, *Voyage en Afrique rentière* (publiée en 2013), questionne l'inscription

territoriale et les possibilités de bifurcation de systèmes politico-économiques rentiers à la faveur de dynamiques de régulation associées à la mondialisation et de la transformation démographique et urbaine du continent. Au cours des dernières années, G. Magrin travaille plus spécifiquement sur les configurations de gouvernance associées aux activités minières artisanales au Sahel et en Afrique de l'Ouest. Il s'intéresse également à la manière dont les notions d'Anthropocène et de transition renouvelent l'analyse du développement.

Entretien avec Géraud Magrin¹

GeoÁfrica. *En 2000, vous avez soutenu à l'Université Panthéon-Sorbonne (France) une thèse de doctorat intitulée **Le sud du Tchad en mutation : des champs de coton aux sirènes de l'or noir**. Pourriez évoquer la trajectoire académique qui vous a emmené à choisir ce sujet de recherche ?*

11

Le hasard a joué un rôle important dans ce choix. J'avais été initié aux études africaines en réalisant un mémoire de recherche de maîtrise (master 1) à l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne sur l'approvisionnement vivrier de Libreville, au Gabon (1993-1994). Puis j'ai passé le concours de l'agrégation (concours de recrutement des enseignants du secondaire en France). Dans ce cadre, j'ai été très intéressé par le programme d'histoire contemporaine, qui portait sur « L'Europe et l'Afrique de 1898 à 1975 ». Pour me divertir utilement des contenus au programme, j'ai découvert l'œuvre du grand écrivain malien Amadou Hampâté Ba, et le tableau qu'il dresse de la mise en relation à la fois tragique et féconde culturellement des sociétés sahéennes avec l'extérieur, à travers la colonisation, m'a passionné et donné une grande envie de poursuivre mes recherches au Sahel.

Mon directeur de recherche, Roland Pourtier, était plutôt spécialiste de l'Afrique centrale forestière. Mais il m'a signalé la possibilité de mener une étude dans le cadre de programmes de recherche du Cirad dont il avait connaissance au Tchad, menés par Jean-Philippe Tonneau (bien connu des géographes brésiliens) et Marie-Françoise Courel (EPHE). Je fais donc mon DEA

¹ L'entretien a été réalisé par courriel. Les réponses ont été reçues le 09/09/2023

(master 2) sur les transformations des rives méridionales du lac Tchad sous l'influence de la demande urbaine. Nous étions à la fin des années 1990. Le Tchad s'apprêtait à devenir producteur de pétrole, et R. Pourtier, très intéressé par les questions géopolitiques, m'incita à étudier les transformations de cette région sous l'effet de l'exploitation pétrolière.

Comme souvent, la chronologie de ce grand projet ne suivit pas exactement celle de la recherche : du fait d'oppositions multiples de la société civile internationale et de cours du pétrole défavorables, le chantier pétrolier prit du retard et les premiers coups de pioche de la construction des infrastructures retentirent au moment même où j'achevais la rédaction de ma thèse (été 2020). Celle-ci constitue donc une sorte de tableau dynamique de cette grande région du sud du Tchad, historiquement construite autour de la culture coloniale du coton, à l'aube de l'exploitation pétrolière.

GeoÁfrica. *Au cours de la seconde moitié du XXème siècle, divers chercheurs ont formulé des théories sur les « économies d'enclaves », la « malédiction des ressources » ou le « paradoxe de l'abondance ». Quels sont les principaux apports analytiques de ces théories ? Quelles sont leurs limites ?*

12

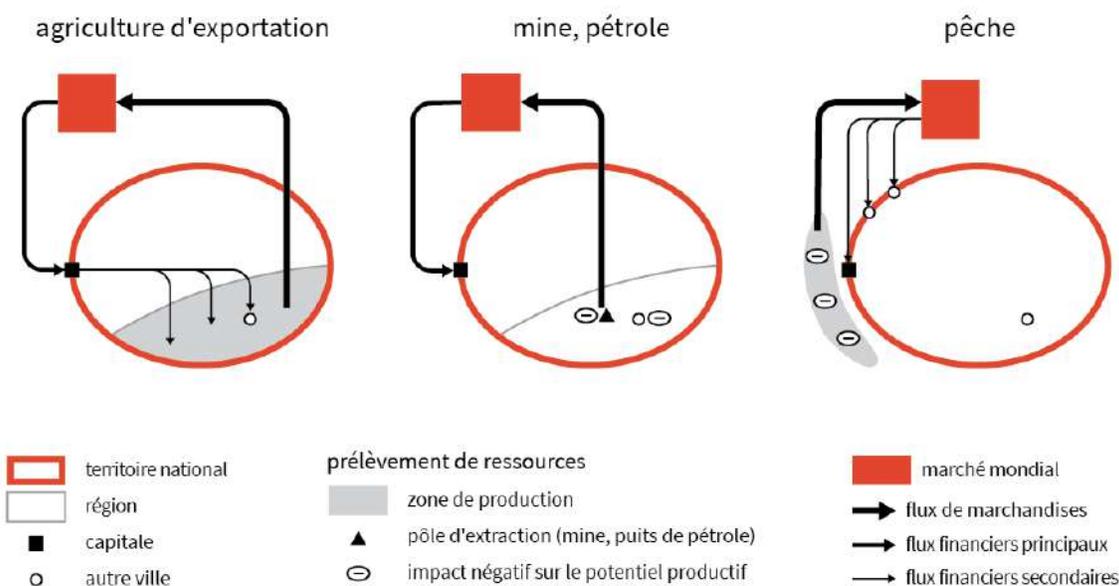
Ces modèles d'analyse ont été principalement proposés dans le champ de l'économie, des sciences politiques ou de l'économie politique. Pour le dire simplement, la « malédiction des ressources » (AUTY, 1994) et le « paradoxe de l'abondance » (KARL 1997), désignent cette idée contre-intuitive selon laquelle, dans les pays aux institutions faibles, l'abondance des ressources naturelles s'accompagne à long terme d'une série de problèmes graves et récurrents : contre-performances macro-économiques, problèmes de gouvernance, conflits. Ces travaux se fondent notamment sur des approches quantitatives utilisant l'économétrie et des bases de données à l'échelle nationale sur de longues périodes.

Les économies d'enclave relèvent d'un champ connexe mais distinct, à peu près contemporain (fin des années 1980) : elles désignent des formes économiques extraverties qui n'ont pas ou très peu d'effets – et notamment pas les effets d'entraînement attendus – sur les autres secteurs de l'économie. L'exploitation des ressources naturelles peut illustrer cette figure de l'économie d'enclave, et on peut l'aborder d'un point de vue très géographique : des champs de pétrole spatialement restreints, protégés par des dispositifs de clôture, comme ceux que Nicolas Donner (2011, 2014) ou moi-même (MAGRIN et VAN VLIET 2005) avons pu étudier au Tchad, sont



connectés matériellement à l'extérieur par un oléoduc (pour exporter le brut) et un aéroport, mais entretiennent peu de liens avec l'arrière-pays rural où ils sont enchâssés (peu d'emplois, peu de flux de produits agricoles, de sous-traitance). C'est la rente – la part reçue par l'Etat en échange du droit d'exploiter ses ressources – qui fait la connexion entre le territoire national et le système pétrolier, mais celle-ci se concentre dans la capitale, avec tous les enjeux de gouvernance afférents. L'économie pétrolière est bien une économie d'enclave, avec des externalités principalement négatives dans les territoires d'extraction, et des revenus distribués de manière très inégales entre l'Etat et les entreprises extérieures, d'une part, et au sein du pays, en faveur des acteurs politiques dominants qui tiennent le pouvoir d'Etat dans la capitale.

Économie d'extraction



Géococonfluences 2017, d'après G. Magrin, 2013

Selon moi, ces grilles d'analyse ont une certaine utilité pour penser les effets de l'exploitation des ressources naturelles, à condition de les utiliser de manière critique, en évitant le déterminisme latent qu'elles recèlent (on n'échappe pas à une malédiction) et en prenant en compte à la fois les effets de contingence et la complexité des facteurs historiques et géographiques qui font la trajectoire politico-économique des pays. D'une part, certains pays du Sud global ont su construire dans l'histoire des trajectoires de développement sur les rentes tirées des ressources naturelles –



que l'on songe par exemple au Brésil, au Chili, à l'Afrique du Sud, au Botswana, à la Malaisie, à l'Indonésie, aux pays du Golfe, voire à la Chine. D'autre part, la question des échelles est essentielle pour penser les coûts et bénéfices. La prospérité industrielle et donc le développement de la France s'est pour partie construite sur les territoires (hommes et paysages) du Germinal de Zola – ce qu'on appelle depuis quelques années, en Amérique latine notamment, les zones de sacrifice. Les auteurs qui s'inscrivent dans l'approche de la « malédiction des ressources » prennent peu en compte les questions environnementales et les conflits locaux multiformes liés aux injustices des compensations ou de la redistribution des rentes, par exemple. En d'autres termes, l'enjeu territorial passe sous les radars. Or il est fondamental pour saisir les formes d'ancrage de ces activités et leurs effets.

Selon moi, l'intérêt de cette approche est donc de fournir un cadre d'analyse générique assez efficace, mais qui demande à être enrichi et nuancé par des approches plus fines, contextualisées, territorialisées.

14

GeoÁfrica. *Les années 2000 et 2010 ont été marquées par un super cycle global des commodities qui s'est notamment traduit par un fort dynamisme des activités extractives en Afrique subsaharienne. Dans un contexte de forte augmentation des recettes de leurs exportations et de leur PIB, quelques gouvernements ont révisé le cadre de régulation des activités minières et de l'industrie pétrolière. Certains ont aussi promu des politiques de décentralisation politico-administrative. Dans quelle mesure, ces initiatives ont-elles affecté les structures des régimes rentiers et ouvert des « espaces de bifurcation » ?*

J'ai proposé la notion d'« espace de bifurcation » (MAGRIN, 2015), en m'appuyant sur des travaux en histoire institutionnelle (MAHONEY, 2000, CAPOCCIA et KELEMEN, 2007), pour désigner un moment où les changements dans le contexte et les bases de ressources des Etats rendraient possibles des changements de trajectoire politico-économique hors de systèmes rentiers jusqu'ici très peu porteurs en termes de développement. Car les deux dernières décennies ont constitué une période très dynamique marquée par l'intensification des activités extractives en Afrique, comme dans d'autres parties du monde, avec une augmentation des ressources des Etats. L'évolution de la régulation de ces activités a été une des manières de les promouvoir et de les légitimer. Les acteurs moteurs ici ne sont pas seulement les Etats, même si la régulation publique est concernée au premier chef. La Banque mondiale a appuyé et accompagné la rédaction de deux ou trois générations de codes miniers et pétroliers dans de nombreux pays entre la fin des années



1990 et la décennie 2010, les premiers étant très libéraux (attractifs pour les investisseurs, donc laissant peu de part à l'Etat), les derniers en date prenant davantage en compte les enjeux environnementaux (réduction et compensation des impacts). De manière générale, la régulation extractive s'est énormément complexifiée : elle relève de normes hybrides émises par une grande diversité d'acteurs (Etats, mais aussi institutions internationales, firmes extractives, interprofessions des firmes minières ou pétrolières) et relevant du droit dur ou d'un droit mou (codes volontaires, bonnes pratiques), comme le montre de manière magistrale la thèse de Jeanne-Solène Rey-Coquais (2022).

Dans ce contexte, certains Etats, comme le Burkina Faso, le Sénégal ou le Niger, ont décidé de flécher une part de la rente extractive vers les collectivités locales, en accordant une part plus importante aux zones d'extraction afin que les collectivités locales y aient des moyens financiers autonomes et puissent améliorer les conditions de vie dans ces espaces les plus impactés par les activités. A l'image des lois décentralisatrices dans leur ensemble, ces dispositions ont bien du mal à être appliquées, les Etats étant très réticents à transférer effectivement les ressources financières aux niveaux locaux. Au Burkina Faso et au Niger, la situation sécuritaire a pu justifier les retards dans l'application de ces lois.

De manière générale, les nouvelles régulations, qui visent à améliorer la transparence et donc la gouvernance de ressources extractives en augmentation, ainsi que la maîtrise de leurs impacts environnementaux, offrent des leviers d'action pour des acteurs désireux d'impulser des changements, au sein de l'Etat central, des collectivités locales ou de la société civile. L'existence de ces *possibilités* de changement ne signifie malheureusement pas qu'elles aient pu être exploitées. Les chocs globaux (crise de 2008, baisse des cours des matières premières après 2014, Covid, Guerre en Ukraine) et les crises politiques internes (insécurité au Sahel, instabilité) ont malheureusement réduit ces « espaces de bifurcation ».

GeoÁfrica. *Pourriez-vous évoquer le cas du Tchad, où la découverte d'importantes réserves de pétrole dans le bassin de Doba a donné lieu à des initiatives institutionnelles et politiques visant à transformer l'industrie pétrolière en vecteur de développement économique et social. Quelles ont été les principales avancées promues par ces initiatives ? Quels facteurs ont-ils, par la suite, contribué à l'échec relatif de ces mesures adoptées par le gouvernement tchadien ?*

Le cas du Tchad illustre bien les espoirs et les limites associées au contexte du dernier quart de siècle. Un consortium conduit par Exxon a lancé l'exploitation pétrolière au début des années 2000



(la construction commence en 2000, le pétrole commence à être exporté en 2003). Une production modeste (100 000 à 200 000 barils par jour) à l'échelle mondiale et même africaine a permis d'augmenter très fortement les recettes de l'Etat. Dans ce pays très pauvre et instable politiquement, l'investissement d'Exxon a été rendu possible par la participation active de la Banque mondiale, qui a joué un rôle de garant initial. Celle-ci a piloté la révision du cadre législatif (environnemental et pétrolier) national, et proposé un dispositif exigeant en matière de gouvernance et de gestion environnementale, tout en prévoyant de renforcer les capacités de l'Etat à gérer l'économie pétrolière par un projet de réforme de l'administration. Une loi a été votée au parlement tchadien prévoyant la pré-affectation de la majorité des recettes pétrolières vers les secteurs prioritaires de lutte contre la pauvreté, et 5% vers la région de production, tout en conservant une part pour les générations futures. Des mécanismes de contrôle multiniveaux (national, international, entreprise) ont été mis en place.

Malheureusement, le contexte géopolitique régional a rapidement mis à bas l'édifice normatif bâti par la Banque mondiale : dès 2006, menacé par des rébellions soutenues par le Soudan, le régime tchadien a utilisé les ressources pétrolières pour acheter des armes et la Banque mondiale a cessé ses interventions en accompagnement au projet. La multiplication des puits (plus de 1000 forés au lieu de 300 initialement prévus) pour maintenir la courbe de production a eu des impacts fonciers importants dans la zone de production, où les conditions de la production agricole se sont dégradées, alimentant un fort mécontentement. Exxon a progressivement vendu ses concessions en fin de vie à des opérateurs aux standards moins élevés, et notamment à Glencore après 2014. Avec la chute des cours, le gouvernement tchadien s'est trouvé étranglé par la dette. A Ndjaména, de gigantesques bâtiments inachevés destinés à accueillir les ministères des affaires étrangères et de l'économie, entamés en 2013-2014 et abandonnés depuis, disent le mirage pétrolier. En 2022, le Tchad est toujours 188^e sur 189 de la liste mondiale de l'Indice du développement humain, soit à la même avant dernière place qu'au début de l'exploitation pétrolière en l'an 2000.

Il est tentant de voir dans cette trajectoire une confirmation de l'hypothèse de la malédiction des ressources. Cependant, il est important de ne pas perdre de vue les facteurs contextuels extérieurs à l'arène pétrolière : le contexte géopolitique régional (guerre au Darfour, crise libyenne, crise Boko Haram) a joué un rôle dans le soutien extérieur permanent dont a bénéficié le régime tchadien de la part de la France, des Etats-Unis et de l'Union européenne, en dépit de sa nature prédatrice et autoritaire. Car le Tchad faisait figure de pôle de stabilité relative et d'allié sûr dans un



environnement déstabilisé. La rente géopolitique a autant compté que la rente pétrolière dans la permanence d'une trajectoire socio-politique tragique pour les populations tchadiennes.

GeoÁfrica. *Quels sont, à vos yeux, les principaux obstacles qui bloquent les trajectoires de bifurcation des régimes rentiers ?*

Cette question est bien difficile. Les transformations socio-politiques des systèmes rentiers dépendent de facteurs à la fois internes et externes. Sur le plan interne, les sociétés africaines sont soumises à des pressions très fortes : en contexte de pauvreté, la croissance démographique place chaque année des dizaines de millions de jeunes africains sur le marché du travail (environ 300 000 nouveaux entrants pour des pays comme le Tchad, le Niger, le Mali). Les conditions environnementales de la production agricole sont difficiles, irrégulières, parfois dégradées, l'insécurité menace des territoires entiers, même si cela ne concerne pas de manière égale tout le continent africain. Les besoins sont immenses (alimentation, eau, énergie, transports) et les marges de manœuvre des classes politiques sont très minces pour y répondre. L'étroitesse des options disponibles du fait des contraintes internes et externes (dépendance envers l'aide, les investissements, les structures économiques extraverties héritées et les cours des matières premières) n'est pas favorable à la construction de débats démocratiques sur des choix de société permettant la définition de voies de développement plus originales et autonomes. Cette situation, dénoncée depuis les indépendances, est hélas toujours d'actualité.

Le contexte des deux dernières décennies a néanmoins permis certains progrès : des investissements importants dans les infrastructures ont été réalisés, certaines maladies ont reculé (paludisme, Sida), l'accès à l'eau s'est amélioré, et, dans certains pays, la démocratie et la décentralisation se sont bien ancrées (Sénégal, Ghana...). Les avancées de l'urbanisation et de l'intégration régionale, de même que la diffusion rapide du numérique, ouvrent des perspectives de diversification pour des économies primaires jusqu'ici dépendantes de l'exportation des matières premières brutes. L'arrivée massive des acteurs chinois et la diversification des partenariats extérieurs a favorisé les investissements dans certains domaines.

Depuis la crise 2019, l'horizon s'est assombri. Les soubresauts de l'économie mondiale ont fortement affecté le continent africain – l'Afrique sub-saharienne ayant été bien plus affectée par les impacts économiques indirects du Covid que par ses effets sanitaires. Le contexte de la mondialisation semble aussi moins favorable pour que l'Afrique puisse saisir des opportunités de



sortie de son mode d'ancrage historique dans la mondialisation caractérisé par l'exportation de matières premières brutes au bénéfice des acteurs dominants du système mondial et de ses dirigeants, au détriment de sa population (ILIFFE, 2007 ; MBEMBÉ, 2010). Les logiques de rivalités exacerbées pour l'accès aux ressources de la transition énergétique, sur fond de compétition géopolitique entre puissances occidentales, Chine, Russie et pays émergents, risquent de réduire les marges de manœuvre des pays africains, d'affaiblir les démocraties et de favoriser l'instabilité politique. Cependant, il ne faut pas oublier que les situations varient fortement d'un pays à l'autre et que le poids des incertitudes liés à l'avenir de la démocratie en contexte de crise climatique et de rivalités géopolitiques globales exacerbées n'est pas spécifique au continent africain.

Références citées dans les réponses :

AUTY, R. M. Industrial policy reform in six large newly industrializing countries: The resource curse thesis. **World development**, vol. 22, n 1, 1994, p. 11-26.

CAPOCCIA G., KELEMEN R.D. (2007), The Study of Critical Junctures : Theory, Narrative and Counterfactuals in Historical Institutionalism. **World Politics**, vol. 59, n. 3, 2007, p. 341-369.

DONNER N. Notes sur la dimension immunitaire des enclaves pétrolières. **EchoGéo** n. 17, 2011. URL : <http://echogeo.revues.org/12555>

DONNER N., 2014. **La clé des champs : enclavement et immunité territoriale de l'exploitation pétrolière en Afrique centrale (Tchad, Guinée Equatoriale, Sao Tome et Principe)**. Thèse de doctorat en géographie, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, 2014, 412p.

ILIFFE, J. **Les Africains. Histoire d'un continent**. Paris: Flammarion, 2009 701p.

KARL, T.L. **The paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States**. Berkeley: University of California Press, 1997

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement**. Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.

MAGRIN, G. L'Afrique entre « malédiction des ressources » et « émergence » : une bifurcation ? . **Revue Française de Socio-Économie**. n. 2 (Hors-série), 2015: p. 105-120. URL: www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2015-2-page-105.htm

MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411



MAGRIN G, VAN VLIET G. Greffe pétrolière et dynamiques territoriales : l'exemple de l'on shore tchadien. **Afrique contemporaine**, n° 216, 2005, p. 87-105.

MAHONEY J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, n. 29, 2000, p. 507-548.

MBEMBE, A. **Sortir de la grande nuit : Essai sur l'Afrique décolonisée**. Paris: Éditions La Découverte, 2010, 243 p.

REY-COQUAIS, J.-S. **Régulation environnementale du secteur minier cuprifère au Chili et au Pérou: une analyse géographique des normes environnementales en territoires andins**. Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2022.

Thèse de Doctorat et quelques publications récentes de Géraud Magrin

MAGRIN, G. **Le sud du Tchad en mutation des champs de coton aux sirènes de l'or noir**. Thèse de doctorat en Géographie: Université Panthéon-Sorbonne. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 2 vol., 2000, 454 p.

MAGRIN, G.; NINOT, O. Freins et moteurs du développement en Afrique. **Questions internationales**, n. 115, 2022, pp.14-25.

MAGRIN, G. L'Afrique face au nouveau monde multipolaire. In: Pourtier, R. (Ed.). **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient**. Paris: Nathan, 2022, p. 288-303.

MAGRIN, G. Economies de rente et ancrage dans la mondialisation. In: Pourtier, R. (Ed.) **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient**. Paris: Nathan, 2022, p.80-98.

MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411

MAGRIN, G.; MONTCLOS M-A Pérouse de. Crisis and Development. The Lake Chad Region and Boko Haram. Paris: AFD, 2018, 272 p.

MAGRIN, G.; La desaparición del lago Chad: Historia de un mito. In: Salamanca Villamizar S. (dir.); Astudillo Pizarro F. (dir.). **Recursos, vínculos y territorios. Inflexiones transversales en torno al agua**, Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2017, p. 299-307.

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement**. Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.





DOSSIÊ TEMÁTICO:

QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

Entrevista



Mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique: impactos e conflitos. Entrevista de Anselmo Panse Chizenga

Por Frédéric Monié



Anselmo Panse Chizenga

Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Contato: anselchiz@gmail.com

Citação

CHIZENGA, A. Mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique: impactos e conflitos. Entrevista de Anselmo Panse Chizenga. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 21-27, jul.-set. 2023

Biografia do pesquisador. Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. Leciona nos cursos de Licenciatura em Sociologia e Licenciatura em Antropologia assim como no curso de Mestrado em Sociologia de Desenvolvimento, da Universidade Pedagógica de Maputo. Doutor (2020) e Mestre (2016) em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciado em Ensino de Filosofia (2011) pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Em 2019 atuou como pesquisador associado, por três meses, na área de Estudos Sociais e Globais, na Universidade Andina Simón Bolívar com sede no Equador



Entrevista de Anselmo Panse Chizenga¹

GeoÁfrica. *Em 2020, o senhor defendeu uma tese de Doutorado intitulada **Os mundos que o “desenvolvimento” (des)integra: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique** no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Poderia evocar a trajetória acadêmica e cidadã que o levou a escolher esse objeto de pesquisa? Qual a relevância que você atribuía antes e atribuiu depois de sua investigação à temática das relações entre extrativismo e (sub)desenvolvimento a partir do exemplo da mineração de carvão na cidade moçambicana de Moatize?*

Meu (des)encontro cidadão, ao qual, o acadêmico está correlacionado, se inicia primeiro de forma dolorosa pois tendo a minha graduação em Filosofia (sou formado em ensino de Filosofia), em algum momento desejei dar continuidade com a Filosofia no mestrado e doutorado. Me recorde de ter concorrido por duas vezes para o mestrado em filosofia. A área de concentração em que estava vinculado o meu projecto de pesquisa era metafísica e compreensão. Estava muito maravilhado em relação a essa possibilidade, mas não consegui a bolsa. Me recorde, igualmente, que ao ler o parecer dos avaliadores eles apelavam que me candidatasse em áreas de interesse para o desenvolvimento do país. Entendi que estavam apelando que mudasse de área, se quisesse beneficiar da bolsa do CNPq. Foi um duro golpe, e eu queria estudar.

Então tive de me reinventar e me aventurar. A Sociologia era das áreas que pouco me interessavam - talvez pelo perfil dos sociólogos e fazedores de opinião pública que apareciam na mídia que me pareciam mais envolvidos com o seu ofício, aquilo que José de Souza Martins considerou (ao falar da Sociologia Rural) que tornou-se interesse dos sociólogos pelo “lado negativo” por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Ou seja, os sociólogos me pareciam mais presos a seus quadros interpretativos modernos (apelo a urgência de uma Sociologia pós e decolonial), no lugar do estudar e analisar o social em questão e suas especificidades socioculturais e históricas. Mas o amigo que me apoiava na busca de bolsa de estudo fazia seu doutorado em Sociologia e acabou me influenciando bastante. Daí que optei em escrever algo ligado ao impacto das multinacionais no desenvolvimento. Assim de forma tão vaga, quando me lembro hoje, me dá até vontade de rir. Mas, foi assim que consegui a bolsa pelo CNPq. Em 2014 iniciei o meu mestrado em Sociologia na UFRGS.

Inicialmente meu interesse em temas ligados ao “desenvolvimento” era que meio que naturalizar o conceito tal como é dado pelas agências de cooperação. Mas em função do envolvimento com estudos empíricos feitos na América Latina e no Brasil, em particular, os textos discutidos numa disciplina que tive no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, onde tive o contacto inicial com a literatura, passei a focar o “outro lado do desenvolvimento”. Levei a sério a narrativa dos afectados. Como o escritor Nigeriano Wole Soyinka na sua história da caça contada pela presa, segui o “Desenvolvimento” partindo de nós, as presas do colonialismo,

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 10/08/2023



desenvolvimento, neoliberalismo, monoteísmos, mononaturezas entre vários *ismos* que permitem que parte dos humanos rotulem e administrem outros!

Antes, a mineração, os extrativismos e o “desenvolvimento” me interessavam para fazer parte de uma bancada de estudantes/pesquisadores que compartilhavam um “mundo comum”, ou que optaram na divisão social do trabalho académico, fazendo nossas dissertações e teses e seguir a vida. Eu nem era originário da região afectada que estudei por mais de 6 anos e onde eu fazia campos distantes de cerca de 2 mil quilômetros da minha cidade. Escrevia artigos, fazia apresentações académicas, falava aos meus de algo que lhe parecia exótico... Porém, um grande ganho para a minha formação académica, mas também cidadina (que a academia ajudou a acentuar), foi ter estudado no Brasil no auge dos movimentos sociais e de uma série de protestos sociais, políticos, ocupações universitárias. Esse cenário me afectou sobremaneira em relação aos eventos que venho estudando/vivenciando. Tornava-se difícil tirar a farda de estudioso indiferente com o mundo à volta, sobretudo tendo o conhecimento da realidade da América Latina onde estudava. A região foi, para mim, o laboratório do extrativismo e, provavelmente com o boom dos “recursos”. Na época, Moçambique caminha(va) sem muita preocupação na mesma direcção. Iriamos dar com a cara na parede, sobretudo para um país cuja metade da população depende essencialmente da terra para a sua subsistência e não dispõe de serviços sociais básicos de água, saúde, electricidade ou emprego formal. Na minha aula de Sociologia Rural, falava aos estudantes o que aprendi com as mulheres num encontro sobre a revisão da lei de terras no ano passado, “quando o campo não madruga, a cidade não janta”.

Além de permitir a subsistência e garantir a relativa autonomia da população em relação ao mercado e/ao Estado, a terra produtiva nas mãos da comunidade e os recursos no subsolo constituem alvos do “desejo” do mercado global tomando o Estado como a luva do seu ofício. Isso para dizer que a mineração/extrativismos/desenvolvimento me (a)traíram. Pois mais que sejam temas de interesse para uma simples obtenção de diploma, constituem um feitiço do qual não consigo me desfazer. Eles fazem parte do meu ser cidadão do mundo e em função do qual junto a minha consciência/voz/comprometimento aos irmãos humanos e não humanos no sentido de não olhar apenas o mundo se desintegrando (fazendo uso o título do magnífico livro de Chinua Achebe) no sentido de somar esforços para “adiar o fim do mundo” (fazendo uso do título do texto de Ailton Krenak).

GeoÁfrica. *Na segunda metade do século XX, diversos teóricos formularam hipóteses sobre a “economias de enclaves”, “maldição dos recursos” ou o “paradoxo da abundância”. Em que medida essas teorias se aplicam ao caso moçambicano (ou regional, na escala da província de Tete)? As autoridades nacionais promoveram políticas estatais visando a melhor regular o setor e gerar efeitos desencadeadores a partir do sítio extrativista?*

Desculpem protestar a consideração a respeito da maldição dos recursos. Acho que os recursos, ou qualquer entidade não tem nenhuma maldade. Mas os (ab)usos que algumas elites (atreladas ao capital internacional, grupos de países, políticos) fazem, ou se vê no direito de fazê-lo, e os



mecanismos usuais para acessá-los, em particular na África². Como cientista social formado na América Latina e treinado nas teorias pós, decolonial e contracolonial, gostava de chamar atenção sobre o fato que algumas teorias têm o potencial de abrir caminhos imaginativos para se pensar uma certa realidade. Outrossim, elas podem servir para encarcerar a visão da realidade. Digo isso porque a África é diversa e é fruto de múltiplos (des)encontros socio-histórico ao longo do tempo. Repare que ao longo da história não se falava da nossa relação com a Ásia, hoje tão presente em diferentes esferas sociais (explorando recursos, construídos infraestruturas, trazendo suas medicinas, tecnologias, gente, culturas etc.) e com isso moldando sobremaneira a África, que é diversa e heterogênea. Isso para dizer que os conceitos ora em voga reflectem uma realidade específica, como a latino-americana. Eles podem servir para entender algumas realidades africanas, mas com alguma ressalva pois nós temos nossas especificidades. Cabe aos estudiosos de e sobre a África o desafio de formular conceitos/teorias que traduzam fielmente o nosso social. Tete é um caso interessante para colocar em xeque algumas teorias/conceitos/dinâmicas. A exploração do carvão mineral mineira data desde a era colonial, no final do século XIX. Depois da independência nacional, em 1975, aquilo que constituía exploração económica instituída pelo sistema colonial, sob a égide do governo português, se tornou símbolo de soberania. Os ganhos gerados pela exploração mineira se convertem em símbolo de soberania, autonomia e progresso económico. Na mesma senda, na virada do século XX para o século XXI, com a crescente demanda energética nos países asiáticos, China e Índia, sobretudo, Tete volta a entrar em cena, inaugurando uma nova forma de exploração do carvão mineral, a mineração ao céu aberto, economicamente e tecnicamente viável, embora muito pouco viável socioambientalmente. Essa nova fase da mineração veio atrelada ao discurso de “desenvolvimento” que, hoje, cerca de 20 anos depois, tem se convertido em pesadelo. O Estado, que fez algumas projecções optimistas em relação ao mercado energético, gerou aquilo que chamamos de processo de desidentificação com o desenvolvimento, no sentido em que ocorre uma identificação negativa com a narrativa/promessa/horizonte social aberto pelo “Desenvolvimento”. Reparem que, do ponto de vista de conteúdo, o conceito de “maldição da abundância” ou de “economia de enclave”, tem o seu potencial descritivo, mas também tem o potencial de invisibilizar na essência a historicidade e suas contrariedades, a conformação das elites com o estado das coisas e a especificidade das resistências geradas pela revolta social no enfrentamento aos projectos do Estado e dos investidores.

² Essa afirmação carece de alguma ressalva, pois tais “recursos” interessam mais, geram riquezas e agregam mais valor aos países de origem ou onde estão centralizadas as operações das empresas exploradoras e às elites políticas africanas que, geralmente se encontram no poder ou mantêm alianças com elas deixando a população localizada nas regiões com tais “recursos”, o entorno (ambiente) refém de suas agendas e ganancias, colocando em causa o futuro dos humanos e não humanos, assim como de nações à mercê desta ganancia/loucura. Nesta ordem de ideias, a maldição não está nos recursos, mas em sujeitos atrelados ao capital global, elites políticas de alguns países africanos que ousam em perpetuar este estado de coisas e nós, estudiosos optamos pela indiferença e reproduzimos a narrativa de “maldição dos recursos”, passando a ideia de que daremos certo seguindo na mesma direção errada, não fugindo de verdadeiros problemas, escondidos por detrás de conceitos/narrativas que invisibilizam a verdadeira maldição que não são os recursos, mas a ganância dessas elites.



GeoÁfrica. *Poderia apresentar alguns impactos da mineração sobre a sociedade e o espaço em Moatize? Na sua pesquisa, o Senhor recorre ao conceito de “lugar minerável”: poderia definir e caracterizar o mesmo considerando seu recorte espacial?*

No limite, a mineração teve por efeito de impor de forma extrema um modelo social, pois a região de Moatize foi integrada ao grande vale, o vale do Rio Zambeze. A localização permite uma configuração social que torna, em certa medida, a população autônoma do mercado para satisfazer suas necessidades alimentares (autoprodução), de emprego, serviços públicos de água, saúde graças a existência de outras formas de trabalho, a riqueza e diversidade de fontes de água natural e de plantas curativas além da dinâmica territorial (significados atribuídos a diferentes objetos/entidades). Quando a mineração chegou, algumas formas de viver/organização social foram consideradas como a “essência” da pobreza/atraso. Mineradoras, elites políticas e linhagens acadêmicas difundiam essa ideia e se propunham a trazer o “desenvolvimento”. A mineração, por um lado, significou a desintegração do lugar e de suas logicas e dinâmicas específicas (relação dos humanos entre si e dos humanos com os não humanos). Por outro lado, significou a integração do lugar e dos sujeitos numa uma posição residual. Houve a massificação de casas de alvenaria, implantação de redes de abastecimento de água e sanitária, de vias de acesso, criação de comércio e geração de emprego formal. Mas, essa forma de integrar serviu, também, para tornar a cidade de Moatize mais periférica e carente em alternativas ao modelo social instituído. No limite, houve um extermínio do lugar enquanto parte integrante do vale do Zambeze, caracterizado pela diversidade de “recursos”: terras férteis a montante e jusante do rio e seus afluentes, argila, locais de pesca, de produção de carvão e lenha, de caça, de busca de plantas medicinais, de trocas e formações socioculturais diferenciadas para se tornar num lugar minerável. Nesse espaço, a mineração e toda sua arquitetura de significados (perda do solo para acessar aos recursos do subsolo de maior valor comercial e pouco agregado social; forma de trabalho em empresas capitalistas, relações e satisfação de necessidades básicas monetárias, compra no lugar de alimentos etc.) tomavam a dianteira. Hoje, o preço do carvão mineral baixou sobremaneira, a janela do produto enquanto “recurso” energético alternativo a outros combustíveis fósseis está fechando por causa dos problemas ambientais que tem gerado. A Vale, o cartão de visita da exploração do carvão mineral, vendeu a sua concessão à outra empresa. O que sobra para as pessoas que ela afectou? Depois do “desenvolvimento” mostrar a sua fase decadente, o que sobra do lugar enquanto parte integrante do Vale do Zambeze, onde um recurso, o carvão mineral, teve efeito de invisibilizar outros recursos e sua trama de relações com os humanos? Tenho pensado em seguir pesquisando sobre as experiências depois da tempestade/ruína aberta pelo desenvolvimento. O mais instigante é poder contar com pelo menos dois interlocutores: a geração dos mais jovens que nasceu, ou formou a sua identidade social. depois da mineração da Vale e incorporou na estrutura social instituída (formação escolar, empregos na mina ou em instituições do Estado e/ou públicas, casas melhoradas etc.) e a geração um pouco mais crescida que vive o presente na nova ordem, mas com as nostalgias do tempo antes da Vale.



GeoÁfrica. *A descoberta recente de importantes reservas de gás natural em Cabo Delgado, província setentrional de Moçambique, suscitou importantes investimentos por parte de atores globais do setor num cenário geopolítico desestabilizado pela insurgência armada do grupo al-Shabab. Em que medida as dinâmicas observadas nessa região são comparáveis as observadas anteriormente em Moatize?*

Cabo-Delgado e Moatize, não têm comparação possível, fora a intenção fracassada do governo e a mídia estatal terem tentado esconder, desde o início, o que estava acontecendo. Mas como nos ensina a sabedoria popular africana “o que tem chifres não se esconde no saco”. Com o tempo não foi possível esconder o que estava acontecendo em Tete e em Cabo Delgado. Penso que Moatize funcionou como laboratório do “desenvolvimento” e de tudo o que se pode fazer para o alcançar: consultas e consentimentos comunitários pouco transparentes; violação dos direitos sociais; imposição de modelos e sistemas sociais. Observamos também uma contestação social com um novo repertório, mas com pouco potencial de deflagar um conflito armado. Na província de Tete, estamos diante de uma revolta social em que a população enxerga na urna eleitoral uma forma de castigar ao governo do dia. Em relação a insurgência de Cabo-Delgado não tenho muita informação. A narrativa está capturada pelos órgãos governamentais que passam a ideia de uma insurgência armada corroborada por parte da sociedade civil. Todavia, tenho alguma suspeita em relação a essa narrativa, pois, como sabemos, o poder habita o significado. O que se tem dito tem limitado minha capacidade imaginativa enquanto cidadão e enquanto cientista social de poder enxergar para além do que é dado. Ao se definir aquela situação como terrorismo, o tratamento/consideração/enfrentamento à realidade em questão é definido com conceitos que produzem e capturam a realidade.... Tenho dificuldades em apreender a situação em Cabo Delgado com base na representação militarizada predominante. É como se dissessem que a situação cabe aos militares. Nestas situações, nós, os cientistas sociais, nos limitamos em fazer análise mediática do que nos é dado, no lugar de uma análise em si.

Ainda em relação a Cabo-Delgado, acompanho iniciativas de encontro de carácter inter-religioso envolvendo as duas principais crenças monoteístas: a muçulmana e a cristã. Pois alguns segmentos sociais entendem que, em parte, a religião é uma das causas das tensões. Devemos mencionar que, em Moatize, a componente religiosa das tensões pode dificilmente ser considerada relevante ao contrário da dimensão regional (alguns diriam étnica, mas eu tenho problemas em falar de etnia no contexto social e histórico nacional, local e global). Todavia, gostaria de ressaltar que a bipolarização religiosa ou da natureza do problema (militar e/ou religioso) pode ofuscar muita coisa. As ciências sociais poderiam, provavelmente, a ressaltar que outras formas de religião (as locais/nativas que não tem tanta visibilidade quanto as religiões dominantes) resistiram por séculos ao contacto com os árabes e europeus. Essas religiões não operam sob mesmos pressupostos, mas exercem alguma influência sobre a estrutura social. Pode se dizer o mesmo em relação a militarização ou “religiozação” do problema. Existem provavelmente outras variáveis como a insatisfação social diante da actuação do Estado que classifica desigualmente e atribui importância diferenciada aos cidadãos das diferentes regiões do país (disponibilizando serviços sociais e até de segurança de forma discriminada).



PUBLICAÇÕES DO ENTREVISTADO

CHIZENGA, A. Dados e Processos de (des)identificação no “discurso de Desenvolvimento”: A Empresa Vale S.A Moçambique em Perspectiva. In ALMEIDA, J. (Org.). **Desenvolvimento, Mineração e mudanças climáticas Reflexões sócioantropológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

CHIZENGA, A.; BLANCO; G.; ALMEIDA, J. A categoria de lugar e sua relevância para as ciências sociais: uma reflexão a partir de conflitos ambientais em Moatize (Moçambique) e Araxá (Brasil). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 28, n. 63, p. 359-396, maio/ago. 2022.

CHIZENGA, A. Megaprojetos de Mineração: Conceito, Contexto e efeitos Socioambientais em Moatize, Moçambique. In ALMEIDA, J. (Org.). **Pesquisa Em Desenvolvimento, Ambiente E Conflitos**. 1ª Edição, Curitiba: Appris, 2020, pp. 39-76.

CHIZENGA, A.; CAMANA, Â. Mulher, lugar e inter-relacionalidade na disputa por Desenvolvimento em torno do Megaprojeto da companhia Vale em Moatize, Moçambique. **Anais do Congresso 13º Mundo de Mulheres & 11º Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2017.

CHIZENGA, A.; CABRAL, F. M. A. O Codesria e a Produção de Conhecimento no Contexto da Globalização. **Revista da Semana da África na UFRGS**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, 2016.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

Entrevista



Extrativismo aurífero em Burquina Faso: características, atores e desafios da regulação do setor. Entrevista de Edith Barry Sawadogo

Por Frédéric Monié

28



Edith Barry Sawadogo

Docente e pesquisadora, Universidade de
Fada N'gourma, Burkina Faso
Contato: editsabarry@gmail.com

Citação

BARRY SAWADOGO, E. Entrevista. Extrativismo aurífero em Burquina Faso: características, atores e desafios da regulação do setor. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 28-33, jul.-set. 2023

Biografia da pesquisadora. Edith Barry Sawadogo é doutora em Geografia pelas Universidades de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França) e Joseph Ki-Zerbo de Ouagadougou (Burkina Faso). A professora Barry Sawadogo desenvolve pesquisas sobre gestão de recursos naturais, ecologia política e atividades extrativistas. Há mais de 10 anos se interessa particularmente pelo setor aurífero, sobretudo o artesanal, pelos seus impactos e pelas relações de poder que se desenvolvem à sua volta. A Sra. Barry Sawadogo é autora de vários artigos científicos sobre mineração de ouro, em particular artesanal, em Burkina Faso



Entrevista de Edith Barry Sawadogo¹

GeoÁfrica. *Em 2021, a Senhora defendeu, nas universidades de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França)/ Joseph Ki-Zerbo de Ouagadougou (Burkina Faso), uma tese de doutorado intitulada “Discurso, práticas e dinâmicas ambientais em torno da extração de ouro no sudoeste de Burkina Faso”. A Senhora poderia falar sobre a trajetória acadêmica que a levou a escolher este objeto de pesquisa?*

Venho pesquisando o setor de mineração artesanal desde 2009. Me interessam mais especificamente seus efeitos negativos, principalmente sobre a saúde e o meio ambiente. Conviver com esses artesãos mineiros por muitos anos despertou em mim o desejo de entender por que a atividade, apesar de suas consequências negativas comprovadas, continua mobilizando cada vez mais trabalhadores. Em seguida, foquei minha pesquisa nos discursos e práticas dos atores do setor da mineração e no ambiente local construído pelas relações de poder em torno dos garimpos artesanais.

29

GeoÁfrica. *Poderia apresentar as principais características do setor aurífero em Burkina Faso?*

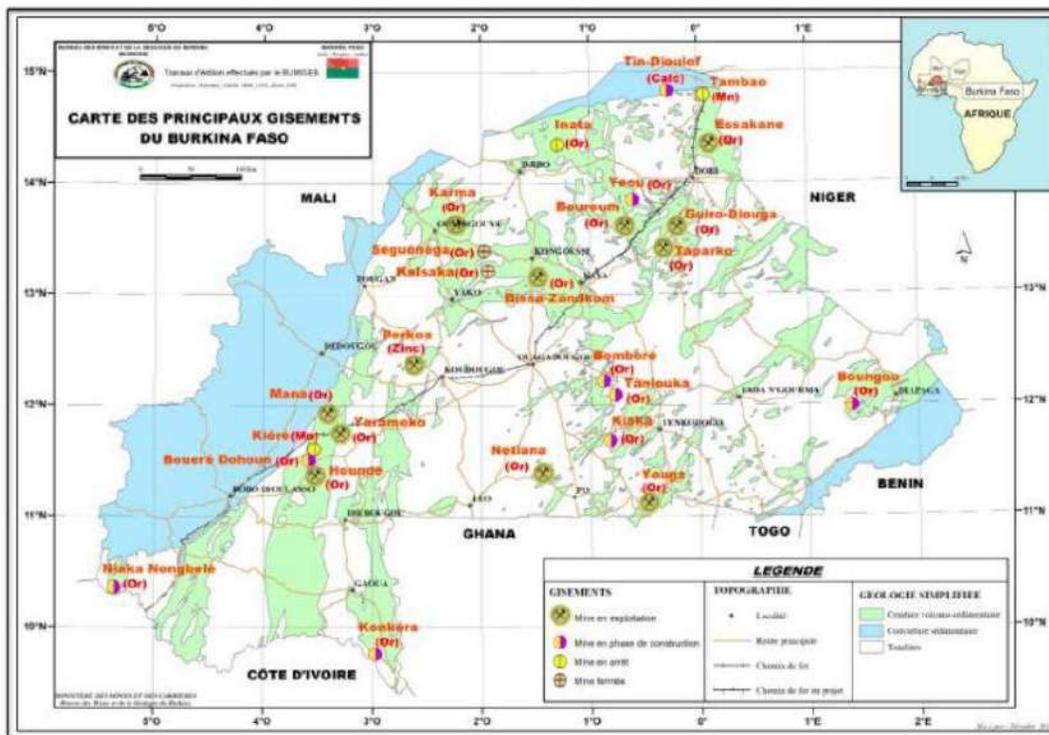
Em Burkina Faso, o setor de mineração, especialmente a extração de ouro, cresceu a partir do final dos anos 2000 devido ao aumento contínuo do preço do metal precioso no mercado internacional. Recorde-se que o preço da onça de ouro passou de 302 euros em 2000 para 1380 em agosto de 2012 e 1700 em 2020. Esta evolução favoreceu não só o aparecimento e aumento do número de indústrias auríferas a partir de 2007 (THUNE, 2011), mas também o aumento do número de sítios de garimpo artesanal (mais de 200 locais em 2007). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Demografia de Burkina Faso, mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam em 448 sítios de extração em 2017 (INSD, 2017). No entanto, esse subsetor artesanal é caracterizado pela informalidade, já que a maioria opera fora do circuito formal regido pelo Estado. Isso impede determinar a localização exata desses sítios artesanais.

¹ A entrevista foi realizada por e-mail e traduzida por Frédéric Monié. As respostas foram recebidas em 08/08/2023



Mapa 1. Localização dos principais garimpos de ouro em Burkina Faso

Figure 4 : Carte des principaux gisements miniers du Burkina Faso¹⁵



Fonte: INSD

GeoÁfrica. Sua pesquisa destaca a dificuldade de formalizar os locais de extração de ouro em Burkina Faso. Quais são as razões dessas dificuldades? As autoridades dos países vizinhos, como o Mali, encontram esses obstáculos?

De fato, minha pesquisa e as de outros autores (MEDINILLA et al., 2020) destacam essa dificuldade em formalizar o setor de mineração artesanal em Burkina Faso. Isso se explica, em primeiro lugar, pelo peso e pelo custo dos tramites burocráticos. Por sua parte, a falta de recursos financeiros e humanos da administração pública se traduz, atualmente, na escassez de agentes administrativos encarregados da formalização no nível local. Há também a dificuldade de acesso aos garimpos que se localizam na periferia do país. Os artesãos mineiros são numerosos e altamente móveis. Esta mobilidade leva-os facilmente para outros sítios dentro e fora do país em função da descoberta de novas jazidas de ouro. Todos esses fatores prejudicam a formalização do setor aurífero em Burkina Faso. Na região da África ocidental, em países como Mali e Costa do



Marfim as tentativas de formalização autoritária dos garimpos (despejo, fechamento de sítios clandestinos) não conseguiram impedir o surgimento de novos sítios informais. A mobilidade dos garimpeiros dificulta a ação dos governos.

Imagem 1 : Local de garimpo de ouro – Burkina Faso



Autoria: Edith Barry Sawadogo

GeoÁfrica. *Políticas públicas têm sido promulgadas com o objetivo de utilizar a produção e exportação de ouro como vetores de desenvolvimento? Se sim, quem são os atores e a natureza?*

O código mineiro que vigora desde 2015 estabelece as diretrizes a seguir na gestão das rendas da mineração. O artigo 25 criou fundos de mineração cujas diretrizes organizam a arrecadação e a utilização das rendas. Entre eles, o Fundo de Desenvolvimento Local é destinado às autarquias locais (municípios) que devem promover o desenvolvimento endógeno. Além desses diferentes fundos, os impostos de mineração (*royalties* e impostos locais) são cobrados das minas industriais e artesanais formalizadas.



GeoÁfrica. *Como a situação geopolítica influencia a mineração de ouro em Burkina Faso?*

A situação geopolítica impacta negativamente o setor aurífero em geral, provocando o fechamento de sítios de mineração industriais e artesanais. Um decreto governamental do 27 de fevereiro de 2023 fechou, por exemplo, cerca de quarenta garimpos de ouro no Centro-Norte do país por motivos de insegurança. A decisão teria sido motivada pelo risco de apropriação de explosivos de uso industrial por grupos terroristas. Três sítios de extração de ouro (Taparko, Karma, Youga) e uma mina de zinco (Perkoa) fecharam devido à insegurança no final de 2022. Isso representaria um déficit de mais de 30 bilhões de Francos CFA (aproximadamente 46 milhões de euros).

Referências citadas na entrevista

INSD. **Enquête Nationale sur le Secteur de l'Orpillage (ENSO) : Principaux résultats.** Institut National de la Statistique et de la Démographie, Burkina Faso, 2017

32

MEDINILLA, A., KARKARE, P., & ZONGO, T. **Encadrer à nouveau l'artisanat minier au Burkina Faso : Vers une approche contextualisée.** ECDPM, Document de réflexion n°270, 2020, Maastricht. <https://ecdpm.org/application/files/2216/5546/8631/Encadrer-nouveau-artisanat-minier-Burkina-Faso-approche-contextualisee-document-reflexion-n-270-ECDPM-Mai-2020.pdf>

THUNE, M. L'industrialisation de l'exploitation de l'or à Kalsaka, Burkina Faso : Une chance pour une population rurale pauvre ? **EchoGéo**, n. 17, 2011. <https://doi.org/10.4000/echogeo.12535>

<https://www.jeuneafrique.com/1422950/economie/le-burkina-faso-ferme-plus-de-quarante-mines-dor-pour-raisons-de-securite/> consulté le 12/07/2023

<https://www.jeuneafrique.com/1408924/economie/au-burkina-faso-quatre-mines-fermees-cest-30-milliards-de-f-cfa-de-perdus/> consulté le 12/07/2023

Publicações da autora

SAWADOGO, E.; DAPOLA E. C. Da. Enjeux de la mutation des techniques artisanales sur la formalisation de l'exploitation de l'or au Burkina Faso. **EchoGéo**, n° 58, 2021. URL : <http://journals.openedition.org/echogeo/22710>



SAWADOGO, E; DAPOLA E. C. Da. Orpaillage et dynamiques des modes d'accès aux ressources naturelles à Kampti. **Revue des Lettres et Sciences Sociales du PASRESS**, vol. 8, n° 29, 2020, p. 106-125.

SAWADOGO, E The stakes of gold-ruch's end: Unexpected leaving of Fofora's site gold panners's (South West Burkina Faso), Poster publié par l'UMR 8586 Prodig - Université Paris I Panthéon Sorbonne, 2018

ZONGO, T.; SAWADOGO, E. L'ère du COVID-19 : Les gros poissons mangent les petits dans les sites d'orpaillage du Burkina Faso. **lefaso.net**, 23 mai 2020. <https://lefaso.net/spip.php?article97019>



DOSSIER THÉMATIQUE :

QUELLES RESSOURCES POUR QUEL DEVELOPPEMENT EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE ?

Entretien



L'orpaillage au Burkina Faso : caractéristiques, acteurs et défis de la régulation du secteur. Entretien avec Edith Barry Sawadogo

Par Frédéric Monié

28



Edith Barry Sawadogo

Enseignante chercheuse à L'Université de
Fada N'gourma, Burkina Faso
Contact : editsabarry@gmail.com

Citation

BARRY SAWADOGO, E. L'orpaillage au
Burkina Faso : caractéristiques, acteurs et
défis de la régulation du secteur. Entretien
Edith Barry Sawadogo. **Boletim GeoÁfrica**,
v. 2, n. 7, p. 28-33, jul.-set. 2023

Biographie de la chercheuse. Edith Barry Sawadogo est docteure en Géographie, Universités Paris 1 Panthéon-Sorbonne (France) et Joseph Ki-Zerbo de Ouagadougou (Burkina Faso). Edith Barry Sawadogo développe des recherches sur la gestion des ressources naturelles, en *political ecology* et sur les activités extractives. Depuis plus de 10 ans, elle s'intéresse plus particulièrement au secteur minier surtout artisanal, à travers ses conséquences et les relations de pouvoir qui se développent autour. Madame Barry Sawadogo est auteure de divers articles scientifiques sur les mines d'or, en particulier artisanales, au Burkina Faso



Entretien avec Edith Barry Sawadogo¹

GeoÁfrica. *En 2021, vous avez soutenu aux universités Paris 1 Panthéon-Sorbonne (France)/ Joseph Ki-Zerbo de Ouagadougou (Burkina Faso) une thèse de doctorat intitulée **Discours, pratiques et dynamiques environnementales autour de l'orpaillage dans le Sud-ouest du Burkina Faso (Discursos, práticas e dinâmicas ambientais na mineração aurífera, Sudoeste do Burquina Fasso)**. Pourriez évoquer la trajectoire académique qui vous a emmené à choisir ce sujet de recherche ?*

Depuis 2009 j'ai entamé une recherche sur le secteur minier artisanal où je me suis intéressée à ses effets négatifs notamment sur la santé et l'environnement. Côtayer ces artisans miniers durant de longues années a suscité en moi l'envi de chercher à comprendre pourquoi l'activité continue à mobiliser de plus en plus de personnes malgré ses conséquences avérées. J'ai alors orienté mes recherches sur les discours des acteurs du secteurs miniers et leurs pratiques ainsi que la dynamique de l'environnement du fait des relations de pouvoir autour de l'activité des mines artisanales.

29

GeoÁfrica. *Pourriez présenter les principales caractéristiques du secteur aurifère au Burkina Faso ?*

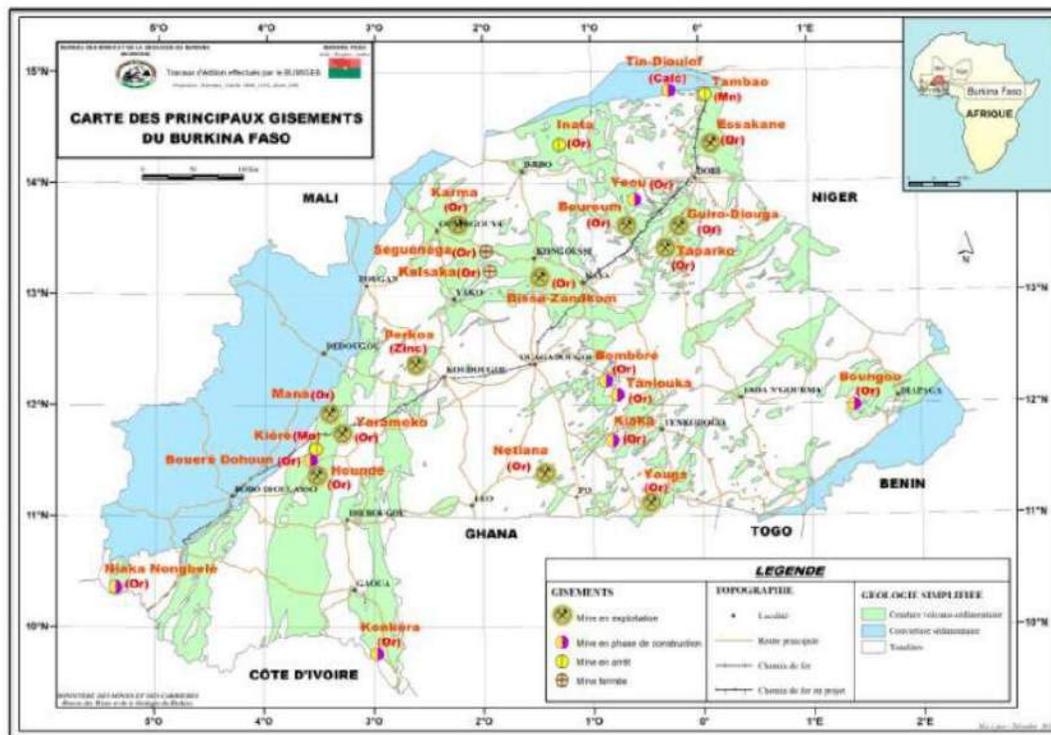
Au Burkina Faso, le secteur minier, surtout aurifère a pris de l'ampleur, à la fin des années 2000 du fait de la hausse continue du prix de l'or sur le marché international. Pour rappel l'once d'or est passée de 302 euros en 2000 à 1380 euros en août 2012 et 1 700 en 2020. Cette attractivité a favorisé non seulement l'apparition et l'augmentation du nombre d'industries aurifères à partir de 2007 (Thune, 2011), mais aussi une augmentation du nombre de sites miniers artisanaux (plus de 200 sites en 2007). Selon l'Institut National de la Statistique et de la Démographie, plus d'un million d'artisans miniers travaillaient sur 448 sites en 2017 (INSD, 2017). Ce sous-secteur artisanal se caractérise cependant par son informalité car la plupart évolue hors du circuit formel de l'Etat. Cela empêche la localisation exacte de ces sites artisanaux.

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 08/08/2023



Carte 1. Localisation des principaux gisements du Burkina Faso

Figure 4 : Carte des principaux gisements miniers du Burkina Faso¹⁵



GeoÁfrica. Vos recherches mettent en évidence la difficulté de formaliser les sites extractifs aurifères du Burkina Faso. Quelles raisons expliquent ces difficultés ? Les autorités des pays voisins, comme le Mali, se heurtent-elles à ces obstacles ?

En effet, mes recherches et celles d'autres auteurs (MEDINILLA et al., 2020) font ressortir cette difficulté de formaliser le secteur minier artisanal au Burkina Faso. Cela s'explique premièrement par la lourdeur et le coût bureaucratique, le manque de moyens financier humain de la part de l'administration publique. Cela se traduit par l'absence d'agents administratifs à l'échelle locale chargés actuellement de la formalisation. Il y a aussi la non-accessibilité des sites d'orpaillage qui sont situés en marge des périphéries. Les artisans miniers sont nombreux et très mobiles. Cette mobilité les conduit facilement dans d'autres sites du pays ou hors du pays en fonction des nouvelles découvertes de filons d'or. Tous ces facteurs gangrènt la formalisation au Burkina Faso. Dans la sous-région, au Mali comme en côte d'Ivoire des tentatives de formalisation sont



entamées souvent avec la méthode forte (déguerpissement, fermeture de sites clandestins) sans pour autant pouvoir empêcher la création de nouveaux sites informel. Les orpailleurs de la sous-région étant également mobiles, les gouvernants sont sans doute confrontés à des difficultés semblables.

Image 1 : Site d'orpaillage – Burkina Faso



Crédit: Edith Barry Sawadogo

GeoÁfrica. *Des politiques publiques ont-elles été élaborées dans le but d'utiliser la production et les exportations d'or en vecteurs de développement ? Si oui, quels sont les acteurs et la nature ?*

Le code minier de 2015, actuellement en vigueur, donne les conduites à suivre en matière de gestion des fonds miniers. En son article 25, des fonds miniers sont créés avec des directives pour leur collecte et leur usage. Parmi, nous avons le Fonds de développement local qui est reversé aux collectivités territoriales (communes) pour un développement endogène. En plus de ces différents



fonds, des impôts miniers (redevances proportionnelles et taxes superficielles) sont collectés auprès des mines industrielles et artisanales formelles.

GeoÁfrica. *De quelle manière la situation géopolitique influence-t-elle l'extraction d'or au Burkina Faso ?*

La situation géopolitique influence négativement l'extraction de l'or de façon générale. Cela se traduit par la fermeture de sites miniers aussi bien industriels qu'artisanaux. A titre d'exemple, le Gouvernement burkinabè a procédé à la fermeture (dans un arrêté daté du 27 février 2023) d'une quarantaine de sites d'orpaillage dans le Centre-Nord du pays pour des raisons d'insécurité². Ces fermetures auraient été effectuées dans le but de baisser les approvisionnements en explosifs des sites d'orpaillage, souvent détourné à des fins de terrorisme. Trois mines d'or (mines de Taparko, Karma, Youga) et une mine de zinc (Perkoa) ont fermé leurs portes du fait de l'insécurité en fin 2022. Cela représenterait un manque à gagner de plus de 30 milliards de FCFA³.

Références bibliographiques

INSD. **Enquête Nationale sur le Secteur de l'Orpaillage (ENSO) : Principaux résultats.** Institut National de la Statistique et de la Démographie, Burkina Faso, 2017

MEDINILLA, A., KARKARE, P., & ZONGO, T. **Encadrer à nouveau l'artisanat minier au Burkina Faso : Vers une approche contextualisée.** ECDPM, Document de réflexion n°270, 2020, Maastricht. <https://ecdpm.org/application/files/2216/5546/8631/Encadrer-nouveau-artisanat-minier-Burkina-Faso-approche-contextualisee-document-reflexion-n-270-ECDPM-Mai-2020.pdf>

THUNE, M. L'industrialisation de l'exploitation de l'or à Kalsaka, Burkina Faso : Une chance pour une population rurale pauvre ? **EchoGéo**, n. 17, 2011. <https://doi.org/10.4000/echogeo.12535>

<https://www.jeuneafrique.com/1422950/economie/le-burkina-faso-ferme-plus-de-quarante-mines-dor-pour-raisons-de-securite/> consulté le 12/07/2023

² <https://www.jeuneafrique.com/1422950/economie/le-burkina-faso-ferme-plus-de-quarante-mines-dor-pour-raisons-de-securite/> consulté le 12/07/2023

³ <https://www.jeuneafrique.com/1408924/economie/au-burkina-faso-quatre-mines-fermees-cest-30-milliards-de-f-cfa-de-perdus/> consulté le 12/07/2023



<https://www.jeuneafrique.com/1408924/economie/au-burkina-faso-quatre-mines-fermees-cest-30-milliards-de-f-cfa-de-perdus/> consulté le 12/07/2023

Publications de l'auteur

SAWADOGO, E.; DAPOLA E. C. Da. Enjeux de la mutation des techniques artisanales sur la formalisation de l'exploitation de l'or au Burkina Faso. **EchoGéo**, n° 58, 2021. URL : <http://journals.openedition.org/echogeo/22710>

SAWADOGO, E; DAPOLA E. C. Da. Orpaillage et dynamiques des modes d'accès aux ressources naturelles à Kampti. **Revue des Lettres et Sciences Sociales du PASRESS**, vol. 8, n° 29, 2020, p. 106-125.

SAWADOGO, E The stakes of gold-ruch's end: unexpected leaving of Fofora's site gold panners's (South West Burkina Faso), Poster publié par l'UMR 8586 Prodig - Université Paris I Panthéon Sorbonne, 2018

33

ZONGO, T.; SAWADOGO, E. L'ère du COVID-19 : Les gros poissons mangent les petits dans les sites d'orpaillage du Burkina Faso. **lefaso.net**, 23 mai 2020. <https://lefaso.net/spip.php?article97019>



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

Artigo



**A ECONOMIA DO PETRÓLEO EM GANA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI**

THE OIL ECONOMY IN GHANA IN THE EARLY 21ST CENTURY

L'ÉCONOMIE DU PÉTROLE AU GHANA AU DÉBUT DU XXI^{ème} SIÈCLE

Por Kauê Lopes dos Santos

Kauê Lopes dos Santos.

Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil. Pesquisador Visitante do Latin American and Caribbean Centre, London School of Economics and Political Science (LACC-LSE)

<https://orcid.org/0000-0001-9996-1079>
<http://lattes.cnpq.br/3616621621327336>
Contato: kauels@unicamp.br

Como citar:

SANTOS, K. L. dos. M. A economia do petróleo em gana no início do século XXI. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 34-48, jul.-set., 2023.

Recebido: 17/08/2023

Aceite: 05/09/2023



Resumo

O petróleo vem ganhando cada vez mais importância na pauta de exportações de Gana desde 2010, quando o país passou a explorar comercialmente as suas reservas. Em 2021, o país já figurava como o oitavo maior produto do continente. Partindo da formulação teórico-metodológica da “formação socioespacial”, este artigo busca compreender a organização da economia do petróleo em Gana, considerando os arranjos estabelecidos entre as forças produtivas e as relações de produção deste território da África Ocidental ao longo do processo histórico. Por meio da coleta, sistematização e análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos em fontes secundárias, o estudo revela as particularidades da conformação da cadeia de valor global do petróleo em Gana.

Palavras-chave: formação socioespacial, petróleo; cadeia de valor global; Gana; África Ocidental.

Abstract

Oil had become increasingly crucial in Ghana's export basket since 2010, when the country began exploiting its reserves commercially. In 2021, the country was already the eighth-largest product on the continent. Based on the theoretical-methodological formulation of "socio-spatial formation," this article seeks to understand the organization of the oil economy in Ghana, considering the arrangements established between the productive forces and the production relations of this West African territory throughout the historical process. Through the collection, systematization, and analysis of qualitative and quantitative data obtained from secondary sources, the study reveals the particularities of the conformation of Ghana's global oil value chain.

Keywords: socio-spatial formation, oil, global value chain; Ghana; West Africa.

Resumé

Le pétrole prend de plus en plus d'importance dans le panier des exportations du Ghana depuis 2010, lorsque le pays a commencé à exploiter commercialement ses réserves. En 2021, le pays était déjà le huitième produit le plus important du continent. Basé sur la formulation théorique-méthodologique de la « formation socio-spatiale », cet article cherche à comprendre l'organisation de l'économie pétrolière au Ghana, en considérant les arrangements établis entre les forces productives et les rapports de production de ce territoire ouest-africain tout au long du processus historique. A travers la collecte, la systématisation et l'analyse des données qualitatives et quantitatives obtenues à partir de sources secondaires, l'étude révèle les particularités de la conformation de la chaîne de valeur mondiale du pétrole au Ghana.

Mots clés : formation socio-spatiale, pétrole ; chaîne de valeur mondiale ; Ghana, Afrique de l'Ouest.



INTRODUÇÃO

Em 15 de dezembro de 2010, iniciou-se a produção em escala comercial de petróleo em Gana. No dia seguinte, a notícia já estava estampada na capa de todos os jornais desse país africano, e a britânica BBC trazia em seu sítio eletrônico a seguinte manchete: *Ghana oil begins pumping for the first time* (BBC, 2010). Na época, a expectativa era de que o consórcio liderado pela empresa *Tullow Oil* iria produzir, no território ganense, aproximadamente 55 mil barris por dia, elevando esse número para 120 mil em até seis meses.

A descoberta de grandes reservas de petróleo no campo de *Jubilee* – localizado na porção ocidental do alto-mar (*offshore*) ganense – ocorreu três anos antes, em 2007. Na época, o fato deu vazão a crença de que o recurso iria garantir uma maior diversidade na pauta de exportações bem como uma maior entrada de divisas no país dentro do curto e médio prazo. Ao mesmo tempo, contudo, a descoberta do petróleo levantou preocupações dos setores mais céticos da política nacional que, preocupados com a chamada “maldição do recurso”, temiam que a exploração do mesmo fosse induzir o desenvolvimento de práticas sistêmicas de corrupção, como ocorrido em diversos países.

Diante desse cenário, este artigo tem o objetivo de analisar em linhas gerais a economia do petróleo em Gana, considerando a forma como as forças produtivas e as relações de produção neste território se combinaram, ao longo do tempo, para promover a extração e a exportação desse recurso natural. Embora essa economia tenha surgido apenas no início do século XXI, parte da região onde atualmente se localiza o país em questão tem explorado recursos naturais de seus subsolos – especialmente o ouro – desde, pelo menos, o século XII. Mais recentemente, outros recursos – como diamante, manganês e bauxita – também foram explorados, sobretudo durante o período colonial (que perdurou do final do século XIX até 1957), quando o Reino Unido organizava o modo de produção da Costa do Ouro – atual Gana – em função das demandas internacionais por *commodities* agrícolas e minerais.

Ainda que a exportação de *commodities* seja a principal forma de inserção dos países africanos na divisão internacional do trabalho na atualidade, este artigo tem a expectativa de apontar para algumas particularidades nas formas como Gana desenvolve, em seu território, a economia do petróleo. Nesse sentido, o trabalho está inserido no



campo da Geografia Econômica, dialogando com a Geografia dos Recursos Naturais, com a Geografia Regional da África e do Sul Global e com a Economia Política.

Segue-se a esta introdução, as seguintes seções: (2) “a formação socioespacial como partido de método”, onde será apresentada a premissa teórico-metodológica deste estudo; (3) “resultados”, onde serão apresentadas análises sobre a cartografia dos recursos naturais em Gana, a história da exploração do petróleo no país bem como a organização das forças produtivas e das relações de produção em torno desse recurso energético e; (4) considerações finais, onde será chamada a atenção para a necessidade de se atentar às formas particulares com que as formações socioespaciais africanas organizam suas economias em seus territórios.

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PARTIDO DE MÉTODO

37

O estudo apresentado neste artigo parte da premissa de que Gana pode ser entendida a luz do conceito de “formação socioespacial”. De inspiração marxista e desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970, esse conceito busca entender as particularidades nas formas como são forjadas as relações entre as forças produtivas e as relações de produção em uma determinada sociedade – e em seu respectivo espaço – ao longo do processo histórico. Milton Santos explica que:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam [...]. Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1977, p.87).

Ao mesmo tempo que aponta para a necessidade interpretativa de diferenciação entre os lugares, esse conceito orienta também a construção de um percurso metodológico (SANTOS, 1977; MAMIGONIAN, 1996), de modo que este estudo consistiu na coleta, na sistematização e na análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos em diversas fontes secundárias, como livros, artigos, relatórios setoriais, leis e decretos. Por meio desse percurso, buscou-se compreender a relação entre as forças produtivas – meios de produção (especialmente a terra e a técnica) e força de trabalho – e as relações de produção,



ao longo do processo histórico, como forma de mapear a organização do espaço econômico do petróleo em Gana no início do século XXI.

RESULTADOS

A cartografia dos recursos naturais da formação socioespacial de Gana

Nas primeiras duas décadas do século XXI, os recursos naturais e os produtos agrícolas tropicais representaram os principais itens da pauta de exportação de Gana. A predominância de *commodities* nessa pauta está longe de representar uma novidade para essa formação socioespacial, haja vista que remonta ao seu passado colonial, quando as forças produtivas da Costa do Ouro – sob dominação britânica – foram organizadas em torno da extração de ouro, bauxita, manganês, diamante e madeira e da produção de cacau (SANTOS, 2021).

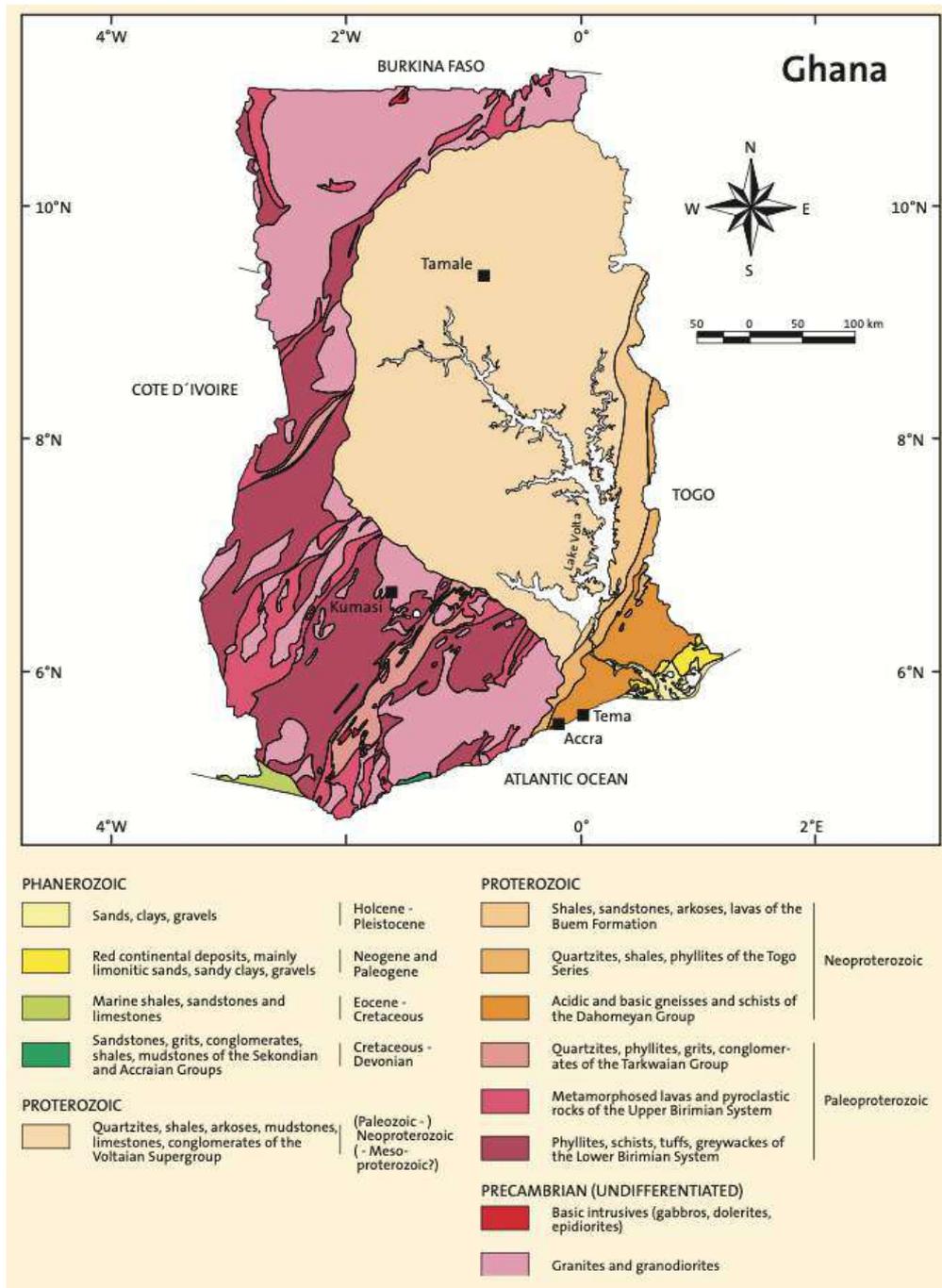
Ainda que agricultura comercial de gêneros tropicais tenha desempenhado um papel econômico importante para diversos territórios africanos durante todo o século XX e início do XXI, a exploração de recursos naturais teve uma relevância central e incontestável para muitos países, especialmente em função das demandas dos mercados internacionais por recursos minerais e energéticos em um contexto de expansão geográfica do capitalismo e aprofundamento da divisão internacional do trabalho. Para se dimensionar a riqueza de recursos no continente, estima-se que a África possua: 42% da reserva mundial de bauxita; 35% do urânio; 42% do ouro; 57% do cobalto; 39% do manganês; 73% da platina; 88% dos diamantes; 10% do petróleo; e 5% do cobre (GRANT, 2015). Além disso, nas áreas de florestas equatorial e tropical ocorre uma intensa atividade de extração de variados tipos de madeira.

Gana possui diversos recursos naturais que são explorados comercialmente em seu território: no ano de 2021, os recursos naturais representaram aproximadamente 66% das exportações do país, com destaque para o ouro (37%), para o petróleo bruto (25,4%) e para o manganês (2,18%). Há também reservas de bauxita e diamante, argila, caulim, areia, calcário, ferro, quartzo e sal, de modo que as duas primeiras são ainda bastante exploradas comercialmente (VARLEY; WHITE, 1958; OEC, 2023).

As condições geológicas do território em questão explicam a diversidade de minerais disponíveis à economia. A maior parte dos recursos explorados localizam-se nas

porções sul, sudoeste e oeste do país; áreas de ocorrência predominante de rochas paleoproterozóicas que se subdividem em três grupos: Tarkwa (quartzito, filito, *grits* e conglomerados), Birimian Superior (lavas metamorfoseadas e rochas piroclásticas) e Birimian Inferior (filito, xistos) (SCHLUTER, 2006) (conferir Mapa 1).

Mapa 1. Geologia de Gana.



Fonte: SCHLUTER, 2006.



É no final da década de 1980 que os recursos naturais, especialmente os minerais, ganharam maior importância na pauta de exportações do país, tomando o lugar de liderança que foi ocupado pelo cacau durante as décadas anteriores. Isso se deve ao fato de que as políticas econômicas neoliberais do governo de Jerry John Rawlings (1981-2001) buscaram ampliar a produtividade na mineração, pois consideravam a atividade estratégica para alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) (HUTCHFUL, 2002).

Tais políticas – em especial a *Minerals and Mining Law*, de 1986 – realizaram profundas transformações nas relações de produção, viabilizando a entrada do capital privado, principalmente estrangeiro, em atividades que se encontravam até então sob controle do capital estatal. Desse modo, desde o final da década de 1980, diferentes corporações estrangeiras obtiveram licença junto ao governo para explorar os recursos naturais do país.

Destoando da longa história de exploração dos recursos minerais nessa formação socioespacial, o petróleo, por sua vez, é um recurso energético que só passa a ser explorado comercialmente no final da primeira década do século XXI, em bacias sedimentares *offshore*.

Da descoberta à exportação: uma breve cronologia da exploração e da regulação do petróleo em Gana

Foi apenas no final do ano de 2010 que o petróleo passou a figurar na pauta de exportações de Gana, diferente das demais *commodities* do país – especialmente do ouro, da bauxita, do manganês, do diamante e do cacau –, cuja exploração e produção são marcadamente mais longevos. Em 2011, as exportações de petróleo bruto foram responsáveis pela arrecadação de 2 bilhões de dólares, o que correspondeu a 21,5% do total do valor das exportações ganenses no ano (que totalizaram 12,7 bilhões, contra os 7,9 bilhões de 2010). Já em 2021, dez anos depois, Gana arrecadou 3,7 bilhões de dólares com as exportações do recurso (25,4,6% do total das exportações), de modo que este se consolidou como o segundo principal item de exportação do país, atrás apenas do ouro (OEC, 2023).

Na escala mundial, em termos de arrecadações com as exportações do recurso, a atividade petrolífera ganense alcançou a trigésima-sexta posição em 2022. No mesmo ano, a liderança na produção esteve com os Estados Unidos (20,2 milhões de barris por



dia), seguido pela Arábia Saudita (12,1 milhões), Rússia (10,9 milhões), Canadá (5,7 milhões), China (5,1), Iraque (4,5 milhões), Emirados Árabes Unidos (4,2 milhões), Brasil (3,7 milhões), Irã (3,6 milhões) e Kuwait (3 milhões). No continente africano, 7 países produziram mais petróleo que Gana em 2022, são eles: Nigéria, Argélia, Angola, Líbia, Egito, República Democrática do Congo e Gabão (EIA, 2023).

Atualmente, a cadeia de valor global do petróleo em Gana está organizada fundamentalmente pela atuação do Estado e de grandes empresas – públicas e privadas, nacionais e estrangeiras – altamente capitalizadas e que detêm a propriedade dos meios de produção necessários e da força de trabalho qualificada para operar a extração, o processamento e o transporte do óleo bruto.

Apesar da exportação de petróleo fazer parte da história recente da formação socioespacial ganense, a exploração do recurso iniciou-se em 1896, ainda durante o período colonial. De modo geral, do final do século XIX até 1957, o governo britânico registrou 21 tentativas de perfuração rasa e terrestre (*onshore*) na Costa do Ouro, sem encontrar reservas em quantidades que justificassem a exploração comercial (GHANA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION, 2016).

Durante o governo de Kwame Nkrumah (1957-1966), logo após a independência do jugo colonial, esse tipo de exploração continuou, mas agora a cargo de geólogos e geofísicos soviéticos e não mais dos britânicos. A parceria Gana-União Soviética (firmada entre 1957 e 1966) explorou a Bacia do Volta e a Bacia de Accra/Keta, tendo encontrado algumas evidências do recurso, porém em pequenas quantidades que, novamente, não justificavam a exploração comercial (GHANA PETROLEUM COMMISSION, 2016). Com o golpe de Estado e o fim do governo de Nkrumah, em 1966, construiu-se um novo alinhamento geopolítico de Gana, agora com o bloco capitalista, de modo que empresas estrangeiras ocidentais passaram a ocupar o espaço dos pesquisadores soviéticos, dando início às pesquisas e perfurações em alto mar (*offshore*) em 1970. Em função do sucesso da perfuração na Bacia de *SaltPond*, as bacias sedimentares do litoral ganense passaram a chamar atenção de muitas empresas petrolíferas europeias e estadunidenses, que obtiveram, junto ao governo ganense, as licenças oficiais para exploração. As crises do petróleo na década de 1970 intensificaram a oferta de licenças para tais empresas (SANTOS, 2021).

Em 1978, deu-se início à produção comercial de petróleo em alto mar, na Bacia de *SaltPond*, destinada ao mercado nacional. No mesmo ano, foi realizada pela primeira



vez a exploração em águas profundas, pela empresa estadunidense *Phillips Petroleum*. O desenvolvimento de tecnologias de sensoriamento remoto ampliou as condições de pesquisa sobre a ocorrência do recurso no litoral ganense (GHANA PETROLEUM COMMISSION, 2016).

Na década de 1980, durante o governo de J.J. Rawlings – alinhado ao contexto de liberalização econômica – foi fundada a *Ghana National Petroleum Corporation* (GNPC) em 1983 e sancionadas a *Petroleum Exploration and Production Law* em 1984 e a *Petroleum Income Tax Law* em 1987. Todas essas medidas tiveram por objetivo regular a participação do capital estatal no setor, de modo que a participação da própria GNPC está limitada às funções comerciais e reguladoras, não produtivas.

A partir de então, numerosas corporações estabeleceram acordos com o Estado ganense, como as estadunidenses *Atlantic Richfield Corporation* (ARCO), *Amoco* e a *Diamond Shamrock*, dentre outras. Efetivamente, entre 1984 e 2007, o GNPC foi responsável pela elaboração de um conjunto de estudos geológicos sobre a ocorrência de petróleo, visando a atração de mais empresas estrangeiras para explorar o recurso (GHANA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION, 2016). No ano de 2004, foram iniciadas as concessões de licenças para exploração de petróleo em alto mar, cuja existência já era apontada por estudos da GNPC. Em 2007, ocorreu a descoberta do campo de *Jubilee*, pela irlandesa *Tullow Oil* e pela estadunidense *Kosmos Energy*. A descoberta de reservas em quantidades comerciais fez com que o governo elaborasse a *Ghana Petroleum Regulatory Bill*, que atualizou as relações entre a GNPC e as empresas estrangeiras no que tange às descobertas comerciais.

No que diz respeito as relações de produção, mais especificamente, o Estado de Gana é o proprietário de todo o petróleo e de todo o gás natural do país e as concessões emitidas são feitas por meio do *Ministry of Energy and Petroleum* (MoEP). O processo para uma empresa obter a licença para exploração do petróleo é composto por 10 etapas principais, a saber:

1. O MoEP recebe uma carta de notificação da empresa sobre seu interesse na exploração do petróleo ganense. O MoEP notifica o recebimento dessa carta para a *Petroleum Commission* (PC). Em seguida, a empresa é convidada para fazer uma apresentação ao PC. A empresa é notificada (por carta) para agendar uma visita no *Data Room*;
2. A empresa realiza o agendamento para inspecionar os blocos disponíveis para



- exploração. Uma taxa não reembolsável de aproximadamente 500 dólares (HILSON et. al., 2014) é paga nesse agendamento;
3. A empresa identifica o bloco de interesse e preenche um formulário para o MoEP, requisitando a área de exploração desejada. Além desse formulário, a empresa deve submeter ao ministério um projeto de exploração, caracterizando as operações da empresa, seus cálculos financeiros etc.;
 4. O MOEP recebe uma taxa de inscrição (não reembolsável) de 10 mil dólares da empresa. A última é notificada acerca do recebimento dessa taxa. O projeto de exploração é encaminhado para o GNPC e para o PC;
 5. Um comitê de avaliação faz observações sobre o projeto de exploração e envia um relatório ao MOEP, fazendo recomendações;
 6. O MOEP decide se aprova ou reprova o projeto e notifica a empresa;
 7. Se o projeto for aprovado, o ministro estabelece uma equipe de negociação governamental (*Government Negotiation Team*) para estabelecer um contrato (*Petroleum Agreement*). Um rascunho do *Petroleum Agreement* é feito após uma negociação bem-sucedida;
 8. Os ministros das finanças, do meio ambiente e da justiça são chamados para fazer observações sobre o rascunho do *Petroleum Agreement*;
 9. O ministro do MOEP envia o rascunho para aprovação do Gabinete. Caso o Gabinete aprove, o rascunho é levado ao Parlamento para ser ratificado.
 10. O *Petroleum Agreement* se torna efetivo a partir da data em que é ratificado no Parlamento.

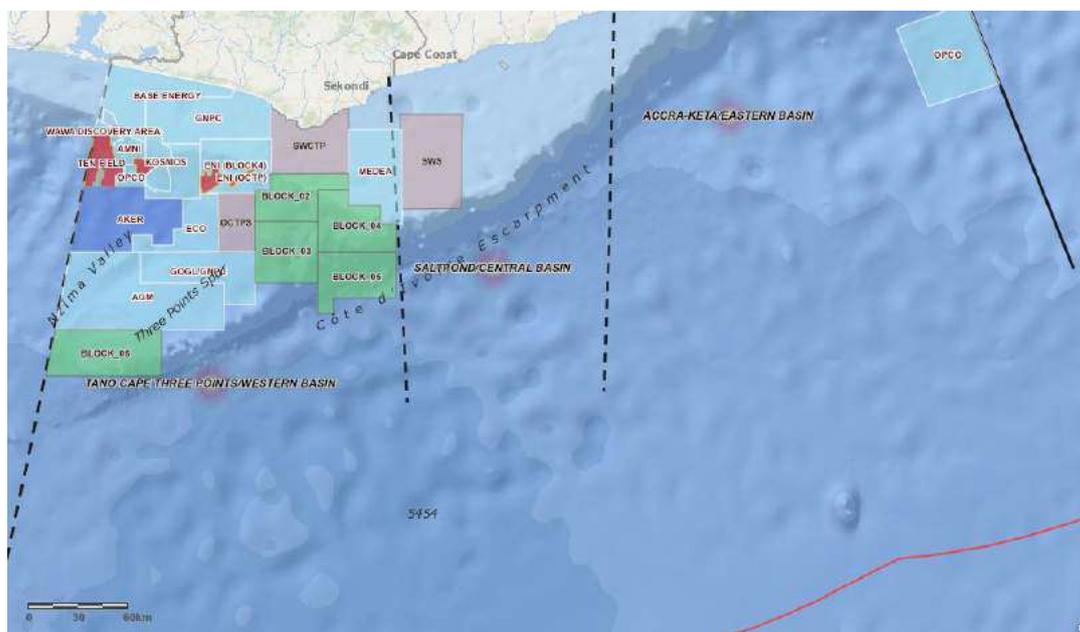
Além de estar presente nas fases de pesquisa, planejamento e concessão de licenças de exploração do recurso, o Estado também é responsável pela cobrança de *Royalties* (12,5%), juros do GNPC (10%) e imposto de renda (35%). As relações de produção no setor petrolífero ganense consistem na atuação, portanto, do Estado – proprietário do recurso e supervisor das operações de exploração do mesmo – e de empresas altamente capitalizadas que, em sua maioria, são estrangeiras. Essas empresas detêm os maquinários, os instrumentos e as condições de contratação de força de trabalho para extrair e processar o petróleo ganense. A empresa estatal GNPC, por sua vez, é responsável sobretudo por atividades de exploração independentes ou eventuais *joint ventures* com empresas regionais ou estrangeiras.

Torna-se fundamental, portanto, compreender como se organiza a cadeia de valor do petróleo em Gana, atentando à realização do processo de extração e processamento do petróleo, as principais empresas que atuam no setor e a forma como elas dispõem de suas forças produtivas.

A cadeia de valor global do petróleo em Gana

A formação socioespacial de Gana possui quatro estruturas sedimentares onde ocorrem pesquisas geológicas em busca de petróleo: a Bacia Ocidental, conhecida como Bacia *Tano-Cape Three Point*; a Bacia Central, conhecida como Bacia *Saltpond*; a Bacia Oriental, conhecida como Bacia *Accra-Keta* (conferir Mapa 2) e; a Bacia Voltaica. Dessas bacias, apenas a Voltaica está na porção continental do país, enquanto as outras três estão nas porções marítimas.

Mapa 2. Reservas de petróleo Offshore em Gana



Fonte: Ghana Petroleum Commission, 2023.

É na Bacia Ocidental onde se concentra a maior parte das operações atuais de exploração do petróleo em Gana: 3,8 dos 4 bilhões de barris estimados em reservas no país estão localizados nessa bacia (KOPINSKI, POLUS e TYCHOLUZ, 2013). Até 2022, doze empresas atuavam no setor petrolífero da formação socioespacial ganense. Dentre



elas, apenas a *Tullow Oil* e a *Ente Nazionale Idrocarburi (ENI)* operavam na extração comercial do óleo, enquanto as demais ainda se encontravam nas fases de estudo das áreas de concessão, ou desenvolvendo os meios de produção para dar início à prospecção do recurso nos próximos anos.

Empresa irlandesa com sede em Londres, a *Tullow Oil* foi fundada em 1986 e passou a atuar em Gana no ano de 2007, tendo implementado sua sede na cidade de Accra. A empresa também está presente em 19 países e 2 colônias, a saber: Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial, Madagascar, Maurítânia, Namíbia, Quênia e Uganda (na África); Groenlândia, Guiana, Guiana Francesa, Jamaica, Suriname e Uruguai (nas Américas); Paquistão (na Ásia) e Reino Unido, Holanda e Noruega (na Europa). Em Gana, a empresa extrai petróleo na bacia Ocidental (*Tano-Cape Three Point*), nos campos de *Jubilee* e *TEM* (TULLOW OIL, 2023).

Em 2022, a produção média mensal no campo *Jubilee* foi de 2,4 milhões de barris, enquanto no campo de *TEN* foi de 717 mil barris, em uma área de 61 km². A *Tullow Oil* é a operadora responsável pela produção em *Jubilee*, mas atua em parceria com outras empresas (as estadunidenses *Kosmos* e *Anadarko*, a ganense *GNPC* e a sul-africana *Petro S.A.*). Nessa *joint venture*, a *Tullow Oil* é responsável por 35,48%, seguida da *Kosmos*, 24,08%; *Anadarko*, 24,08%; *GNPC*, 13,64%; e *Petro S.A.*, 2,73%, que juntas prestam apoio técnico à *Tullow Oil* (TULLOW OIL, 2023; GHANA PETROLEUM COMMISSION, 2016).

A produção em *Jubilee* ocorre em uma *Floating Production Storage and Offloading (FPSO)*. Essa unidade é uma embarcação flutuante que serve para extrair e armazenar óleo: trata-se de um navio cargueiro convertido em FPSO, produzido pela empresa *MODEC Management Services*, de Singapura. Somam-se à unidade outros equipamentos de prospecção em águas profundas, como *Christmas Threes*, *Manifold* e *River Base*, produzidos pelas americanas *FMC Technology* e *Technip*. Ainda são importados peças e equipamentos da Tailândia, Malásia, Reino Unido, França e Noruega (TULLOW OIL, 2023). Já a italiana *ENI* foi fundada em 1953 e possui sede na cidade de Roma. A empresa atua em 62 países, sendo 14 deles localizados na África, a saber: Argélia, Angola, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Quênia, Líbia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, África do Sul e Tunísia, além de Gana. A empresa começou a atuar em Gana no ano de 2017 e, em 2022, já apresentava uma produção média mensal de 1 milhão de barris, extraídos no *Cape Three Points Block 4*



(conferir Mapa 2). Assim como a *Tullow Oil*, a extração ocorre por meio da FPSO (ENI, 2023).

Com relação à força de trabalho, Gana possui uma significativa escassez de mão de obra qualificada – perfuradores, engenheiros, administradores e operários – o que muitas vezes atrai mão de obra da Nigéria, dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. A presença estrangeira já criou conflitos com os trabalhadores ganenses no que tange à questão salarial: em 2014, os trabalhadores locais de *Jubilee Field* fizeram greve por equiparação salarial, afirmando que os expatriados recebiam até 10 vezes mais que os ganenses para desempenhar funções semelhantes (ALL AFRICA, 2015).

O óleo produzido por Gana em *Jubilee* é de alta qualidade (*high quality light sweet*). Ele é transportado até o Porto de Takoradi por meio de um navio cargueiro (*Offload Tanker*). Em Takoradi, uma parcela do óleo produzido é armazenada e fiscalizada para ser exportado. Outra parte é transportada até o Porto de Tema (por oleodutos), onde é processada na Refinaria de Tema, visando abastecer o mercado nacional. No que tange às destinações do petróleo ganense, pode-se observar, nos últimos anos, uma destinação diversificada, mas sobretudo para a China, Estados Unidos, Índia e França.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do petróleo em Gana é recente, embora a busca pelo recurso energético tenha sido feita por décadas. Desde 2010, quando se inicia a exploração comercial do mesmo, o petróleo vai ganhando protagonismo na pauta de exportações deste país da África Ocidental, chegando a ocupar o segundo lugar em 2021, atrás apenas do ouro, que é explorado na região desde, pelo menos, o século XXI.

A presença de empresas estrangeiras – altamente capitalizadas e dotadas de tecnologias de extração *offshore* – na economia do petróleo em Gana é uma consequência direta do alinhamento que os governos do país promoveram em direção à lógica neoliberal desde a década de 1980. O Estado, nesse contexto, monitora toda a cadeia de valor do recurso e, eventualmente, se associa às empresas estrangeiras por meio de empresas públicas, formando as *joint ventures*.

A premissa teórico-metodológica de analisar Gana como uma formação socioespacial permite a construção de um caminho investigativo que busca interpretar as



formas com que as forças produtivas e as relações de produção se combinam em um determinado país, ao longo do processo histórico. Com isso, é possível identificar as particularidades com que a economia do petróleo se desenvolve em Gana e, com isso, promover análises comparativas com outros países africanos que extraem e exportam petróleo. Mas isso é tarefa para um outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALL AFRICA: Disponível em: < <http://allafrica.com> > Acesso em 15 fev. 2015.

BBC – British Broadcast Corporation. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-africa-11996983> > Acesso em 15 jul. 2023.

EIA – Energy Information Administration. Disponível em: < <https://www.eia.gov> > Acesso em 18 jul. 2023.

ENI – ENTE NAZIONALE IDROCARBURI. Disponível em: < <https://www.eni.com/en-IT/eni-worldwide/africa/ghana.html> > Acesso em 15 ago. 2023

GHANA MINISTRY OF ENERGY AND PETROLEUM. Disponível em: < <http://www.petromin.gov.gh> > Acesso em: 14 fev. 2016.

GHANA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION. Disponível em: < <http://www.gnpcghana.com> > Acesso em: 14 fev. 2016.

GHANA PETROLEUM COMMISSION. Disponível em: < <http://www.petrocom.gov.gh> > Acesso em: 14 fev. 2016.

GRANT, R. **Africa: geographies of change**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

HUTCHFUL, E. **Ghana's adjustment experience: the paradox of reform**. Oxford: James Currey, 2002.

KOPINSKI, D.; POLUS, A. e TYCHOLUZ, W. Resource curse or resource disease? Oil in Ghana. **African Affairs**. Vol. 112, N. 449, 2013, p. 583–601.

MAMIGONIAN, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. (org.). **Seminário Internacional: O Mundo do cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo : HUCITEC, 1996.

OBENG-ODOOM, F. Global political economy and Frontier economies in Africa: Implications from the oil and gas industry in Ghana. **Energy Research & Social Science**. Vol. 10, November 2015, p. 41–56



OEC – OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: < <http://atlas.media.mit.edu/en/> > Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, K. L. dos. **Ouro por lixo: As inserções de Gana na divisão internacional do trabalho.** Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 54, AGB, 1977, p.35-59.

TULLOW OIL. Disponível em: < <http://www.tulloil.com> > Acesso em: 14 jul. 2023.

VARLEY, W.J. e WHITE, H. P. **The geography of Ghana.** Londres; Nova Iorque: Longmans; Greens, 1958.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

Artigo



**MINERAÇÃO DO CARVÃO E REASSENTAMENTOS
"FORÇADOS": O SENTIDO DE LUGAR E A(S) NOVA(S)
CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA NAS COMUNIDADES
ATINGIDAS PELA VALE E RIVERSDALE EM MOATIZE,
MOÇAMBIQUE.**

**COAL MINING AND "FORCED" RESETTLEMENT: THE SENSE OF PLACE
AND THE NEW IDENTITY FEATURES IN THE COMMUNITIES AFFECTED
BY VALE AND RIVERSDALE IN MOATIZE, MOZAMBIQUE.**

**MINERÍA DEL CARBÓN Y REASENTAMIENTO "FORZADO": EL SENTIDO
DEL LUGAR Y LA(S) NUEVA(S) CONFIGURACIÓN (ES) DE IDENTIDAD EN
LAS COMUNIDADES AFECTADAS POR VALE Y RIVERSDALE EN
MOATIZE, MOZAMBIQUE.**

Por Eduardo Jaime Bata

Eduardo Jaime Bata

Professor da Faculdade de Geociências,
Universidade Rovuma, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-4573-4361>
Contato: eduardobata1983@gmail.com,

Como citar:

BATA, E. J. Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": o sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 49-75, jul.-set., 2023.

Recebido: 02/08/2023

Aceite: 14/09/2023



RESUMO

A mobilidade internacional do capital nas últimas quatro décadas permitiu a expansão da fronteira agro mineral e abertura de novas frentes em países distantes dos centros de articulação capitalista. Este artigo analisa as transformações ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, para compreender como essas mudanças afetaram a identidade, as referências sobre o lugar e configuram nova (s) identidade(s), na população atingida. A partir do estudo das categorias geográficas: espaço, território e lugar; do trabalho de campo realizado em 2015 e 2016, em Moatize e da pesquisa bibliográfica em curso, destaca-se que o início da extração do carvão mineral induziu a profundas transformações espaciais, afetando assim as referências sobre o lugar e a identidade da população atingida pelos projetos da Vale e Riversdale. Neste quadro, símbolos como Rio, antiga casa, *machamba* e práticas culturais como *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo*; entre outros foram destruídos ou perdidos com o reassentamento. Como consequência, as identidades adquiriram novas feições, a população perdeu o sentido de lugar (RELPH, 1997, CROSS, 2001), já que o novo lugar não tem o mesmo significado emocional, afetivo e nem carrega consigo as mesmas crenças culturais e práticas que as vinculam ao lugar anterior ao reassentamento.

Palavras-chave: Carvão mineral. Reassentamento. Identidade. Lugar. Moatize.

ABSTRACT

The international capital mobility in the last four decades allowed the expansion of the agro-mineral border and the opening of new fronts in countries so far from the capitalist joint centers. This paper aims analyzes the changes in Moatize, with the beginning of mineral coal extraction, to understand how these changes affected the identity, the sense of place and set up new identities in those people affected by Vale and Riversdale Projects. From the study of geographic categories such as space, territory and place; the field research carried out in 2015 and 2016 in Moatize but also bibliographical research, highlighted that the beginning of those projects lead to several spatial changes, thus affecting some references of place and the identities too. In this context, symbols such as river, old house, farm and cultural practices such as *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo* among others were lost with resettlement. Consequently, identities acquired new features, people lost the sense of place (RELPH, 1997, CROSS, 2001), as a new place has not the same emotional, affective meaning and does not carry the same cultural beliefs and practices which link them to the place prior to displacement.

Keywords: Mineral coal. Resettlement. Identity. Place. Moatize.

RESUMEN

La movilidad internacional del capital en las últimas cuatro décadas permitió la expansión de la frontera agromineral y la apertura de nuevos frentes en países alejados de los centros de articulación capitalista. Este artículo analiza las transformaciones que se dieron en Moatize, con el inicio de la minería del carbón, para comprender cómo estos cambios afectaron la identidad, las referencias sobre el lugar y configurar nuevas identidades en la población afectada. A partir del estudio de las categorías geográficas: espacio, territorio y lugar; Del trabajo de campo realizado en 2015 y 2016 en Moatize y de la investigación bibliográfica en curso, se destaca que el inicio de la extracción del carbón mineral indujo profundas transformaciones espaciales, afectando así las referencias sobre el lugar y la identidad de la población afectada por la Proyectos Vale y Riversdale. En este contexto, símbolos como Río, la casa vieja, la hacienda y prácticas culturales como *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo*; fueron perdidos con el reasentamiento. Como consecuencia, las identidades adquirieron nuevos rasgos, la población perdió su sentido de lugar (RELPH, 1997; CROSS, 2001), ya que el nuevo lugar no tiene el mismo significado emocional, afectivo y no lleva consigo las mismas creencias culturales y prácticas como vincularlas al lugar previo al reasentamiento.

Palabras - clave: Carbón mineral. Reasentamiento. Identidad. Lugar. Moatize.



INTRODUÇÃO

A apropriação da natureza e seus elementos (florestas; minerais metálicos e outros) vive um período inusitado desde as últimas décadas do século XX e, precisamente, nas primeiras deste século. Este processo emanado dos países do capitalismo central e comandado, atualmente, por grandes corporações transnacionais que atuam com aval do Estado (HARVEY, 2004) são responsáveis pelos arranjos em curso, um pouco por todo o mundo. Na lista desses arranjos, visando permitir a expansão do capital, sobressai principalmente, a construção de infraestruturas de grande peso socioambiental, como por exemplo, ferrovias, plantas de mineração, terminais ferroportuário, portanto, capital fixo para a produção o que implica quase o deslocamento forçado da população para áreas, até então, não "incorporadas" ao circuito produtivo capitalista.

Longe do que tem sido a retórica oficial do governo e dos consórcios transnacionais; esta infraestrutura, de natureza exterior ao local, insere-se na lógica expansionista do capital e corresponde, na prática, a uma das estratégias para absorção do capital excedente produzido em outras regiões. Martins (1993) considera que essa infraestrutura permite ao Estado e as transnacionais exercerem o controle político e sócio-territorial das comunidades, violência simbólica nas palavras de Bourdieu (1989). Um dos aspectos mais salientes desse processo é, segundo Silva (2007), a transformação dos gestos, dos sonhos e das utopias dos grupos sociais atingidos pelos empreendimentos, o que pressupõe mudanças significativas na estrutura identitária das comunidades, pois têm de se reorganizar para atender às imposições do capital.

Portanto, na época de ordenação espaço-temporal marcado, sobretudo, pela expansão geográfica e reorganização espacial (HARVEY, 2004), um considerável número regiões em nível do globo foi e, continua sendo incorporada ao circuito de produção capitalista. Por outro lado, diversos setores de atividades sofrem profundas transformações com vista a rentabilizar o capital excedente. É no interior desta reordenação que o setor da mineração e de produção mineral, vivenciou um extraordinário crescimento nas últimas décadas, principalmente, desde os anos 2000. Para que se tenha uma ideia, entre 2007 e 2017, por exemplo, a produção do aço bruto em nível mundial passou de 1.350 milhões de toneladas para 1.689 milhões de toneladas o



que representa o incremento de aproximadamente 340 mil toneladas em dez anos. Dados desagregados confirmam o papel da China (42.75%), como o *driver* da demanda crescente por *commodities*, seguido da União Europeia (12.8%) e outros países da Ásia (12.2%), que se destacaram na produção e consumo do aço bruto no período em referência. (WORLD STEEL ASSOCIATION, 2018). Acompanhando esta tendência, a produção e o consumo do carvão mineral (mineral associado à produção de ferro-gusa e de aço) também registraram avanços consideráveis. Com efeito, entre 1980 e 2014, o consumo do carvão mineral no mundo cresceu de 69.90 quadrilhões de Btu (*British Thermal Unit*; 1 Btu = 252 calorias) para 90 quadrilhões de Btu em 1990. Esta tendência manteve-se no período entre 2001 e 2014, saltando de 97.80 quadrilhões de Btu para 160.26 quadrilhões (BATA, 2018).

No geral, foram decisivos para este crescimento, além de aspectos geopolíticos que ditaram a flutuação do preço do petróleo; a ascensão econômica e o aumento da demanda por *commodities*, principalmente, por parte de algumas economias “emergentes”; a fusão entre empresas nacionais e estrangeiras, os incentivos fiscais e, sobretudo a disponibilidade da força de trabalho, na sua maioria localizada em países periféricos, tal como Moçambique.

Concentrados na sua maioria no Sul global, estes países assistiram ao *assalto* de seus territórios *pelo império de capital*, cujo objetivo principal é a produção de *commodities*. Junto com a reconfiguração espacial e territorial ocorreu, também o redimensionamento das formas de vida e dos hábitos das comunidades, historicamente construídos, assim como o estabelecimento de novas relações, frequentemente, opostas às anteriores, assim como a perda de elementos materiais e simbólicos, aspectos fundamentais (CRUZ, 2011) para pensar a identidade. Hall (2003) ao analisar os efeitos do avanço do capitalismo sobre novos territórios destaca as seguintes consequências sobre as identidades: (i) a desintegração das identidades nacionais fruto da homogeneização cultural, (ii) o reforço às identidades nacionais e locais como estratégia de resistência à globalização e (iii) o declínio das identidades nacionais e a ascensão de novas identidades, híbridas, que as sucedem. Em Moatize, embora possam ocorrer às três formas enunciadas por Hall, são as duas últimas, as que mais se salientam.

Portanto, se por um lado, parte da população deslocada e reassentada pela Vale e Riversdale vê em algumas práticas tradicionais marcas de atraso e obstáculos ao desenvolvimento, conforme o discurso hegemônico, por outro lado, uma parte dessa



população luta para manter vivas tais práticas, isto é, tenta resistir às estratégias de homogeneização, fundamentais à expansão do capital. Gonçalves (2001, grifos do autor) situa tais tensões no universo das formas de afirmação das territorialidades e das identidades territoriais, enquanto elemento de *r-existência* das comunidades tradicionais. Trata-se, assim por dizer, de movimentos sociais de *r-existência*, pois não só lutam para resistir contra os que os explora e estigmatiza, mas também por uma forma própria de existência, certo modo de vida e de produção e por diferentes modos de sentir, agir e pensar em coletividade.

Considerando esses aspectos, faz sentido à proposta de Haesbaert (2012) que explora as duas faces do processo de globalização em curso. Para ele, a globalização não está diluindo nossas identidades, pelo contrário, está as fortalecendo, em formas tidas como reessencializadas, sendo recriadas pela própria mobilidade e em formas mais híbridas, ressaltando, sobretudo, o seu caráter múltiplo e liminar/transfronteiriço.

Isto posto pretende-se neste artigo analisar as transformações ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, para compreender como essas mudanças afetaram a identidade, as referências sobre o lugar e configuram nova (s) identidade(s), na população atingida. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica, documental; a aplicação de questionários para a população reassentada em Cateme, Mwaladzi e bairro 25 de Setembro, bem como a realização de entrevistas com alguns técnicos do governo distrital, provincial e colaboradores da Vale Moçambique, em Moatize, Província de Tete, entre 2015 e 2016.

Do ponto de vista teórico, a análise privilegiou o estudo integrado e dialético das categorias geográficas, espaço, território e lugar. Não sendo exclusivos da Geografia, os conceitos de lugar, espaço, território embasam um significativo número de pesquisas na Sociologia, Antropologia, Psicologia, Arquitetura e outras. O estudo sobre identidade, por sua vez, aporta à Geografia, sobretudo na chamada Geografia cultural, como base teórica e fundamento para novos fenômenos ocorridos tanto no espaço rural, quanto no urbano com o avanço do capitalismo.

O espaço e o território, por exemplo, apesar de serem categorias distintas, não equivalentes, conforme Raffestin (1993); seu caráter único dificulta sua leitura separada. O território e o espaço, diz Haesbaert (2010), não podem e, nem devem ser separados, porque sem espaço não há território, do mesmo modo que sem lugar não há identidade.



Neste artigo, o termo atingido refere-se tanto as comunidades reassentadas em Cateme, 25 de setembro e Mwaladzi, quanto à população do bairro de Bagamoyo, nos arredores de Moatize. Diz respeito também à comunidade de Capanga nas cercanias da mina da *International Coal Venture Limited* (ICVL) que até outubro de 2016, não havia sido reassentada, apesar dos perigos que a extração e movimentação de carvão mineral representam para a saúde, a integridade física e social das comunidades.

E, por último, faz referência a toda gente cujo cotidiano e as formas de existência no lugar foram modificadas em função da dinâmica instituída pelas mineradoras. Portanto, compreender as mudanças em curso no Distrito de Moatize, assim como as tramas inerentes, pressupõe colocar alguns questionamentos, como por exemplo: (i) quais são as transformações espaciais ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral? (ii) as mudanças em curso na cidade de Tete e em Moatize resultam, exclusivamente, da implantação dos projetos da Vale e da Riversdale? (iii) como as mudanças atuais afetam a identidade e o sentido de lugar da população?

ESPAÇO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

O estudo do espaço e do território não é recente. A preocupação em compreender o espaço, isto é, a realidade na qual vivemos, foi desde cedo objeto de controversos debates entre filósofos, matemáticos, entre outros pensadores clássicos. Na geografia, esta discussão invoca o problema essencial dela, isto é, seu objeto de estudo. Da noção do espaço como localização de lugares apresentado pelos gregos clássicos, à ideia do espaço virtual ou *ciberespaço*, o debate sobre o espaço foi evoluindo à medida que os paradigmas que orientam o pensamento geográfico foram sendo questionados e, por vezes, substituídos por novos. Considerando o espaço como representação *a priori* e como condição para a ocorrência dos fenômenos (visão kantiana), assim como o espaço como realidade objetiva, produto social em permanente transformação (SANTOS, 2008); a importância do espaço e das relações que nele ocorrem foi ganhando *forma* e abrindo novos *flancos* para o debate.

O espaço não é um dado *a priori*, anterior à intervenção humana. Ele é, antes de tudo, produto do trabalho empreendido pelo homem no processo de transformação da "primeira natureza". Designado conceito-mestre, o espaço posiciona-se no contexto da globalização e no âmbito da geografia crítica-radical, como instrumento de luta a partir



do qual se busca contestar as injustiças espaciais, os efeitos ambientais negativos, as desigualdades no acesso, uso e apropriação dos bens naturais (HAESBAERT, 2010; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Com efeito, o espaço geográfico assume papel importante, por um lado, como instrumento de luta pela igualdade de direitos e, por outro lado, como peça essencial na ordenação, organização e reprodução das relações sociais. O espaço é, por isso, primordial na organização

das funções entre diferentes frações do território. A importância de cada fração do espaço decorre de suas próprias virtualidades naturais ou sociais preexistentes. As especializações na utilização do território sejam naturais, culturais ou técnicas, significam uma redescoberta ou valorização total, na qual cada parte ou lugar recebe um novo papel ou ganha um novo valor (SANTOS, 2002, p.29).

Portanto, dada a sua polissemia, o espaço exige sempre um adjetivo para o qualificar. Nesse sentido, a compreensão do espaço não dispensa o adjetivo que o acompanha, porque ele pode designar tanto o espaço econômico, espaço topológico, espaço físico no qual ocorre um evento, quanto o espaço pessoal em múltiplas escalas, isto é, local, regional ou global (CORRÊA, 2003). Nas ciências humanas, é vasta a lista das disciplinas que têm o espaço como objeto de estudo. Da Geografia à Psicologia e da Antropologia à Sociologia, por exemplo, a leitura sobre o espaço assume várias perspectivas, múltiplos recortes e distintos significados. Na Geografia, o espaço pode ser entendido como espaço absoluto, relativo, relacional, sintetizando possíveis significações (HARVEY, 2004).

Do ponto de vista relacional, a leitura do espaço remete às representações que se constroem sobre ele e significa, segundo Haesbaert (2010, p.162), o espaço vivido que aglutina "visões, fantasias, desejos, memórias, sonhos e estados psíquicos". Tais estados lembram os referenciais sobre o lugar e, neste caso, os símbolos presentes nas antigas aldeias e bairros nos quais a população reassentada, em Cateme, Mwaladzi e 25 de Setembro, residiam antes do reassentamento.

Sendo produto social, a análise espacial pode focalizar questões de natureza política para compreender como tais processos operam e, sobretudo, a forma como eles se articulam com o espaço. É a partir desta perspectiva que se deve pensar o vínculo entre espaço e o território. Por isso, Haesbaert (2010) ao delinear o conceito de território explora tanto a dimensão material das relações de poder, quanto seus desdobramentos (efeitos de natureza material do poder) sobre a estrutura imaterial. Em função disso, o



território "pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico - políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural" (HAESBAERT, 2004, p.79).

Trata-se, portanto, de entender o território por meio das relações de poder que lhes são inerentes, "desde o poder mais tradicional, de natureza estatal-administrativa, até sua configuração mais simbólica, na qual a própria construção identitária é vista, antes de tudo, como um instrumento de poder dos grupos e/ou classes sociais" (HAESBAERT, 2012, p.34). Assim, ao definir o território é necessário ter em conta a articulação territorial entre as duas dimensões, isto é a ideia de *continuum* que permite, de acordo com Haesbaert (2010, p.167), analisar os processos de territorialização, sem privilegiar nem uma e nem outra dimensão. Para tanto, é adequado uso do termo "territorialidade em sentido mais amplo - já que não se trata, obrigatoriamente, da territorialização manifestada de modo concreto".

Na Geografia o estudo do território remota da geografia tradicional, mormente, nas obras "Antropogeografia" e "Geografia Política" de Friedrich Ratzel. Nestes livros, Ratzel aborda questões basilares à formulação do conceito de território, das quais: o princípio da indissociabilidade entre o homem-natureza e a ideia do habitat.

Em sua constituição histórica, Santos (2002) critica o pouco protagonismo da Geografia na definição de seu objeto de estudo, o espaço. Haesbaert (2009) diz que a Geografia se apartou, durante séculos das discussões sobre o território, mesmo considerando que esse papel cabia e, ainda cabe, à Geografia. Seja como for, na Geografia o território pode ser compreendido, por exemplo, a partir da sua materialidade que abarca múltiplas dimensões e a interação sociedade-natureza. Nesse sentido, uma das referências é o livro "Por uma geografia do poder", de Claude Raffestin. Nele, Raffestin não só esboça uma definição sobre o território, mas também esclarece que o espaço e o território não são termos equivalentes. De fato, o território "é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, isto é, que realiza um programa em qualquer nível. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e, que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p.144). O autor, ao centrar sua análise somente nas relações políticas de poder ignora, por assim dizer, outras dimensões úteis à compreensão do conceito território, principalmente a sua dimensão simbólica. Haesbaert (2009) critica este distanciamento e sugere a leitura do território a partir de três perspectivas: política (relações de poder), cultural/simbólico-



cultural (espaço vivido) e a econômica. Esta última enxerga o território como fonte de recursos úteis, ou potencialmente úteis. É na última dimensão que repousa o entendimento das transnacionais sobre Moatize, como lugares no sentido absoluto, pontos no mapa, com coordenadas específicas, passíveis de serem explorados.

Fora da malha do poder capitalista, o lugar representa algo mais complexo e amplo que combina tanto a localização, o local quanto o sentido do lugar. Enquanto o local se refere ao instrumental material que sustenta as relações sociais, isto é, a forma como o lugar se apresenta para o observador; o sentido do lugar remete a diversos significados associados ao lugar: os sentimentos, as emoções que invocam o lugar. Tais significados podem ser individuais ou baseados na biografia pessoal, mas também podem ser compartilhados e que servem para a compreensão e relação do indivíduo com o grupo e com o ambiente. Portanto, o sentido de lugar, segundo Cresswell (2009), baseia-se na mediação e representação sobre esse lugar. De resto, são essas representações ocultadas pelos projetos de mineração que se busca averiguar se elas se modificaram concomitante às transformações operadas no local, em função do início da mineração do carvão em Moatize. E abarcar esta complexidade exige uma leitura territorial que considera de forma integrada e dialética as perspectivas políticas, cultural/simbólico-cultural e econômica (HAESBAERT, 2009; 2012).

Deste modo e, enfatizando o caráter simbólico do território, Santos (2002, p.17) fornece uma leitura que, em nossa opinião, permite compreender o que ocorreu em Moatize. Pois, além do aspecto visual, próximo à paisagem, as novas formas e relações de poder instituídas e/ou influenciadas pela presença dos megaprojectos demandam a compreensão de que o

território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como "território usado", não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho; lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida. É o território usado que é uma categoria de análise.

Em Moatize, o território usado diz respeito às representações criadas em relação a alguns lugares, elementos e práticas, seja da natureza ou socialmente construídos. Esses referenciais simbolizados pela paixão, hábitos, lembranças sobre lugar (a expressão simbólica de um território e o seu poder) exprimem a relação simbólica, afetiva que as comunidades têm, portanto, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, a identidade, conforme Santos (2002).



GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO: PROJETOS DE MINERAÇÃO DO CARVÃO E PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA EM MOATIZE

Não é possível resistir ao mercado! (Margaret Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha entre 1979 e 1990).

Existem momentos, talvez uma a cada 30 anos, nos quais um *mar* de mudanças ocorre na política. Nesses momentos, não faz diferença o que você diz ou faz (James Callaghan, premier ministro da Grã-Bretanha entre 1976- e 1979).

Foi com estas expressões que Margaret Thatcher e seu antecessor e adversário político James Callaghan, respectivamente, anunciaram a nova era da política econômica mundial, denominada era do mercado; da transformação; da iniciativa privada; da empresa transnacional, ou melhor, do advento do mercado como "regente" da orquestra (CHESNAIS, 1996, RACHMAN, 2011). São elas as "prodigiosas" frases dos finais da década de 1970 e início da década de 1980, que conjecturavam a tendência ideológica global que dominaria a política econômica internacional nas três décadas seguintes, isto é, entre 1978 e 2008.

De fato, após décadas de incontestável sucesso, correspondendo a era fordista, o capitalismo mergulhou numa profunda e grave crise que forçou o enxugamento do papel do Estado, em favor do mercado e da iniciativa privada (HAESBAERT, 2012). Nesse contexto, as reformas realizadas por Thatcher e copiadas em outros países deram ímpeto ao processo de reestruturação produtiva do capital. E na senda disso, forjaram-se as bases do chamado Consenso de Washington, cujo centro está o mercado e a privatização aparece como palavra de ordem; num esforço para "privatizar o mundo", favorecendo a expansão do capital (RACHAMAN, 2011). Para Harvey (2005, p.78), a expansão geográfica e a reorganização espacial criam possibilidades de aplicação mais rentável do excedente de capital, principal causa da crise. Ou seja, "como a expansão geográfica envolve o investimento em infraestruturas físicas e sociais de longa duração, a produção e a reconfiguração das relações espaciais são meios para atenuar, ou resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo". Portanto, considerando as crises como momentos de pausa na *narrativa* capitalista, tais *falhas* são intrínsecas ao sistema. Elas impõem, por assim dizer, a racionalidade ao sistema e tornam possível sua sobrevivência. Bauman (2010, p.10) diz que a tendência de formação de *bolhas* dentro do capitalismo confere "oxigênio" ao sistema; a contração do crédito, evidência da crise em curso



"não é sinal do fim do capitalismo, mas da exaustão de mais um pasto. A busca de novas pastagens terá início imediatamente [...]. Novas terras virgens serão encontradas e novos esforços serão feitos para explorá-las, por bem ou por mal".

Tendo em conta o caráter *parasitário* do capitalismo, sua sobrevivência depende da sua capacidade de expansão. Este processo possibilita a absorção do excedente do capital, bem como a consolidação da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com todas as suas iniquidades. Também designada divisão transnacional do trabalho e da produção, a nova DIT não só fortaleceu a posição de alguns países, sobretudo do Sul Global como produtores de produtos primários, mas também ressignificou a partilha e a distribuição, pelo mundo de grandes transnacionais, dentre elas a Vale, a Riversdale, ICVL, por exemplo. Em seu novo "formato" representado pelas corporações transnacionais, o capitalismo cria/recria o seu mapa, a partir duma lógica utilitarista, o que fortalece a ideia de que vivemos numa sociedade mercantilista, aonde tudo se compra e se vende. É no interior disso que se insere a aliança entre o Estado e o capital, que em Moçambique elegeu a mineração como seu ponto fulgor.

De fato, o governo e as transnacionais unem esforços que visam construir a ilusão de que os megaprojetos de mineração são o caminho para o desenvolvimento do país. O trecho seguinte evidencia isso

[...] é para todos nós, moçambicanos e parceiros, motivo de grande satisfação participar nesta cerimônia de abertura da mina de carvão de Benga, nestas terras de Moatize e de Tete. Trata-se de um empreendimento que se coloca ao lado de muitos outros implantados e em implantação em diferentes cantos da nossa Pátria Amada para concorrer para a *contínua redução da pobreza e para a melhoria da nossa qualidade de vida*. Podemos, com orgulho, dizer que o dia de hoje é muito melhor do que o de ontem e que o de amanhã será muito melhor ainda [...]. Definimos a *indústria extrativa como o pilar do desenvolvimento acelerado da economia nacional* [...]. Exortamos as partes a manterem-se unidas e em diálogo permanente para assegurarem que *esta mina cumpra com o seu papel preponderante no desenvolvimento sócio econômico do Distrito de Moatize, da Província de Tete e da nossa Pátria Amada*. (Discurso de Armando Guebuza, ex- Presidente da República na inauguração da mina de carvão de Benga, maio de 2012, grifos nossos).

Portanto, sob o véu do desenvolvimento, o discurso do ex-presidente oculta o objetivo fundamental dos projetos de mineração: produzir para o mercado, para o lucro e para uma minoria, *grosso modo*, ligada ao poder político nacional. Nesse sentido, a objetivação do discurso cria falsa racionalidade sobre os megaprojetos e fortalece o poder da ideologia. Já o poder simbólico (desenvolvimento) cumpre sua "função política de instrumento de imposição e legitimação da dominação dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim para a domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 1989, p.11).



Denominados *indutores do desenvolvimento*, os grandes projetos de investimento variam, substancialmente, de sua natureza e finalidade. Não obstante, Vainer e Araújo (1992, p.34) entendem que são, no geral, empreendimentos que consolidam "o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações das proximidades dos empreendimentos". Para Martins (1993, p.62), os grandes projetos de investimentos "são obras de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações em algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o aniquilamento da população que possa representar algum estorvo para o avanço desses projetos".

Na verdade, a denominação "grandes projetos de investimentos" serve para caracterizar projetos que mobilizam em grandes volumes elementos como, capital, força de trabalho, recursos naturais, energia, território e tendem, sobretudo, a formar enclaves territoriais, econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos, assim como promovem a fragmentação territorial (VAINER, 2007). É a fragmentação territorial que aqui interessa, portanto, entender como as mudanças geradas pelos projetos do carvão mineral de Moatize afetam a identidade da população atingida, bem como o sentido de lugar.

Sabe-se que a população não pode fugir dessa realidade que lhes foi imposta. No entanto, a tomada de consciência sobre as transformações espaciais gera no interior das comunidades o sentimento de estranheza, em função da desfiguração e do aniquilamento da paisagem, a desconstrução das referências e dos sentidos sobre os lugares habitados antes do reassentamento. Dantas e Morais (2008, p.17) explicam que "não cabe fugir desse cenário, mas compreender que a desaparecimento faz emergir outra encenação: a construção de novos mundos"; são esses mundos que devem ser desvendados, porque eles se inserem num universo maior, isto é, novas identidades.

Com o pretexto de modernização do território, atravessam-se comunidades, aniquilam-se sociedades inteiras, destroem-se as condições materiais de vida: solo, subsolo, minerais, água, ar, entre outras, visando imprimir o "progresso". Sabe-se, todavia, que esses projetos nada têm de modernização, pelo contrário, "objetivos que não são os de desenvolver o lugar, tampouco modernizar as pessoas". (SILVA, 2007, p.19).

Castel-Branco, economista e um dos pioneiros no estudo dos megaprojetos em Moçambique, elenca alguns aspectos importantes na definição de grandes projetos de



investimento. Com efeito, além do aporte financeiro inicial (superior a US\$ 500 milhões), Castel-Branco considera, igualmente, o impacto destas atividades na produção, no comércio e na economia. Por isso, os megaprojetos destacam-se no quadro de outras atividades por serem: intensivos em capital, sem gerar emprego direto proporcional ao peso no investimento, produção e comércio; concentram-se em atividades mineiras e energéticas, como gás e carvão mineral; são estruturantes das dinâmicas de acumulação e reprodução econômica (CASTEL-BRANCO, 2010; 2009; 2008).

Megaprojetos são projetos de grandes dimensões financiadas por investimento estrangeiro; centram-se na apropriação dos recursos naturais; são intensivos em capital, porém, não geram emprego proporcional ao capital investido; a produção é destinada à exportação e, frequentemente, investem em infraestruturas destinadas a fins específicos que não servem ao público em geral (XIONG, 2014). Para os dois autores, os seguintes aspectos merecem destaque: os megaprojetos são empreendimentos cujas atividades estão voltadas, preferencialmente, para o setor mineral - energético e intensivo em capital. O primeiro ilustra bem a posição subordinada de Moçambique e de outros países africanos como fornecedores de *commodities* de origem mineral, de baixo valor agregado, assim como a tendência extrativista da economia moçambicana.

O segundo aspecto e, o mais importante para esta análise, indica a pujança, a natureza excludente e exclusivista dos megaprojetos, já que a participação neste setor exige elevadas somas de capital, incluindo o capital financeiro. Diante desses elementos, desde já, deve-se afastar a ideia da participação ativa das comunidades locais, senão como vendedores da força de trabalho.

Na verdade, neste intrincado processo, o qual tem o *desenvolvimento* como principal elemento negocial, a comunidade local tem pouca ou nenhuma escolha. Ou participa, marginalmente, ou fica de fora. Seja qual for a opção, os efeitos desses empreendimentos sobre a estrutura social e territorial são arrasadores. Silva (2007, p.19) lembra que

Negar o processo e ficar fora dele é uma opção, mas quem o fizer expõe-se ao perigo, pois o simples fato de se negar a trabalhar para o capital pode tornar o indivíduo marginal, fora da sociedade. Gradativamente somos incorporados ao processo de modernização.

Diante disto conclui-se que os megaprojetos, à semelhança de outros grandes investimentos, são Grandes Projetos de Investimentos (GPI). Assim como os outros GPIs, os megaprojetos, também, não se destinam à população local; a produção de alimentos;

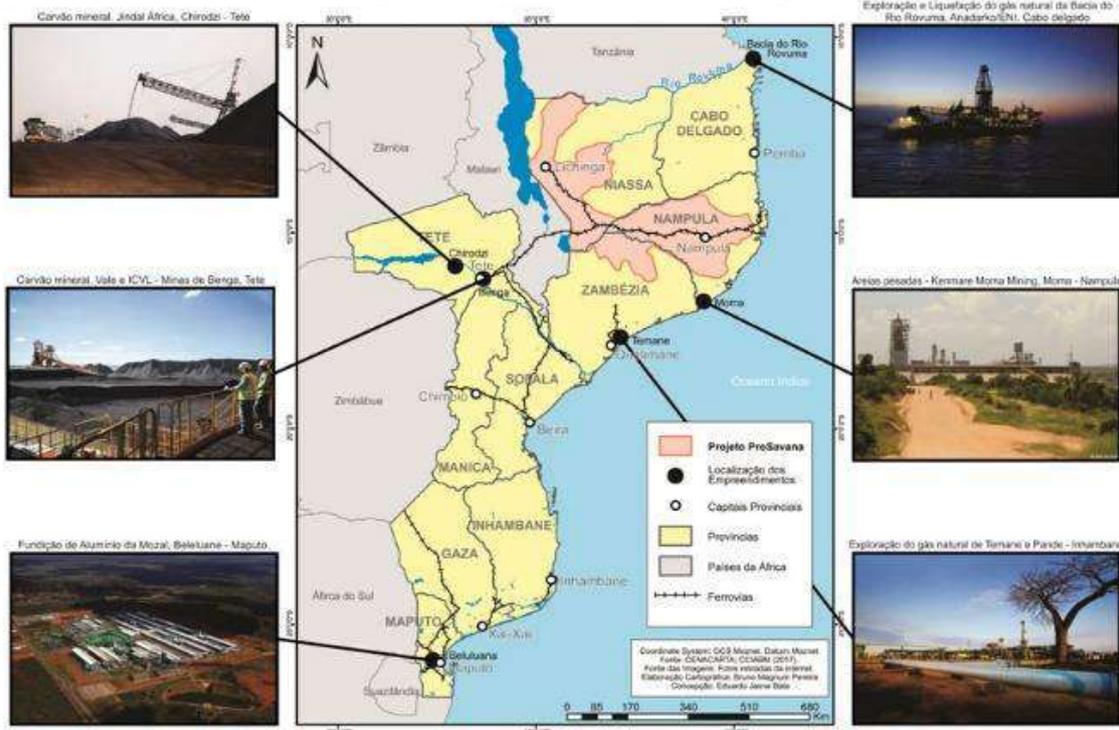


nem ao desenvolvimento local. Seu pressuposto básico é a modificação da realidade territorial, alterando, assim, as formas de existência e as referências sobre o (s) lugar (es) (SILVA, 2007).

Em Moçambique, apesar de seu adensamento na atualidade (figura 1), a inserção do capital na forma de investimento direto estrangeiro ocorreu, inicialmente, durante o período colonial. Nessa fase, $\frac{2}{3}$ do território nacional foi adjudicado às Companhias majestáticas e arrendatários para a produção de culturas destinadas à exportação. Com independência e as reformas políticas da década de 1980, abriu-se o caminho para o investimento estrangeiro em vários setores de atividades com destaque para o setor extrativo mineral e energético.

Na figura 1, nota-se que significativa parte dos megaprojetos concentra-se no Centro e Norte do país. Nesta figura além da mineração chama atenção a área ocupada pelo ProSavana correspondendo a aproximadamente 11 milhões de hectares de terra destinados à produção de *commodities* agrícolas. Cerca de 5 milhões de pessoas foram atingidas pelo projeto nas Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, (MACARINGUE, 2018).

Figura 1. Grandes Empreendimentos minerais em Moçambique
Grandes Empreendimentos Minerais em Moçambique



Fonte: Bata (2018)

Portanto, foi a partir dos anos 2000 que se assistiu a entrada massiva de consórcios transnacionais atraídos pelas vantagens competitivas, como por exemplo, taxas bonificadas de imposto sobre a terra; disponibilidade da força de trabalho; baixo grau de organização sindical; fraca legislação trabalhista e ambiental e, sobretudo, as garantias de proteção aos investimentos previstas na Lei nº 3/93, lei de investimento. Como consequência, um conjunto de transformações de toda ordem foi operado, especialmente, nas regiões "receptoras" dos megaprojetos. Como se sabe, desde os instantes iniciais até a etapa de operação efetiva de um megaprojeto, observa-se um movimento contínuo, dialético e conflituoso, no qual interesses econômicos sobrepõem-se às questões sociais (Silva e Silva, s/a), gerando modificações "do símbolo, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto" (SILVA, 2007, p.19).

Considerando estes aspectos e as formas de atuação e de controle capitalista, pode-se dizer que os megaprojetos em Moçambique reproduzem as diferentes estratégias de acumulação de capital, através da extração de produtos primários, como o carvão mineral.



Esse processo, legitimado pelo discurso de desenvolvimento, autoriza ao governo a concessionar bens naturais, sem considerar a autodeterminação dos povos.

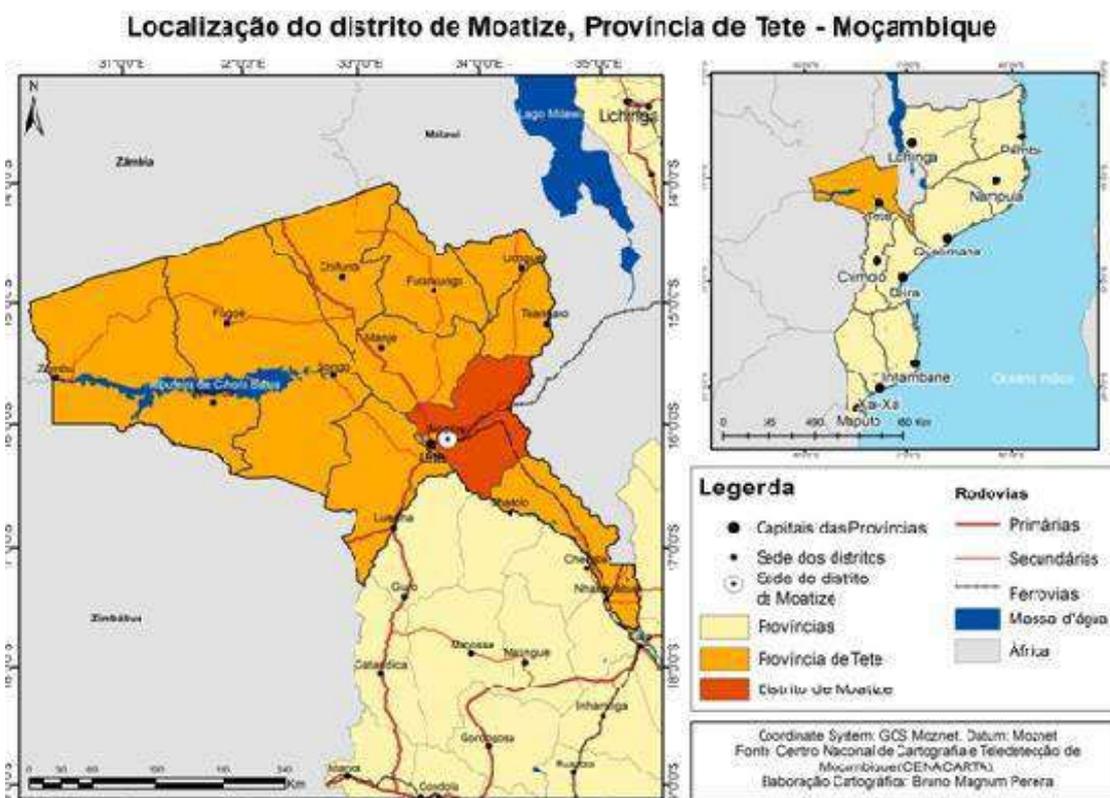
"MINHA CASA ERA DE PALHA, MAS VIVIA BEM": REASSENTAMENTO "FORÇADO" E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Para iniciar a extração do carvão mineral em Moatize, a Vale Moçambique, Riversdale Moçambique e Rio Tinto realizaram entre 2005 e 2013, o processo de identificação, recenseamento que culminou com o deslocamento e reassentamento "forçado" de comunidades diretamente atingidas pelos seus projetos. Diz-se forçados porque por força da legislação com destaque para a Constituição da República (CRM), Lei de Terras, Lei de Minas e outros, as comunidades foram obrigadas a abandonar seus territórios em favor dos megaprojetos.

Não obstante a consulta pública, na prática, a população não dispunha de forças suficientes para impedir a sua retirada, considerando o caráter estatal da terra. Portanto, para viabilizar a desapropriação das comunidades em Moatize, as três mineradoras e/ou suas subcontratadas realizaram o recenseamento da população, culminando com a estratificação das famílias em dois grupos, em função das formas e dos meios de subsistência. Classificadas em rurais e urbanas, segundo o censo da Vale e Riversdale, as famílias retiradas de Mithethe, Malabwe, Bagamoyo, Chipanga-Sede, Chipanga, Chithatha, Benga e Capanga-Sede, em Moatize, foram reassentadas no bairro 25 de Setembro, arredores de Moatize (figura 2), Cateme e Mwaladzi.



Figura 2. Localização do Distrito de Moatize, Província de Tete



Fonte: Bata (2018)

De fato, além das questões mais específicas do reassentamento como, por exemplo, o valor da compensação, as fases de retirada das famílias, o destino de alguns elementos simbólicos, portanto, os *termos e condições* do reassentamento, destaca-se para fins desta análise, a natureza excludente, exclusivista e separatista do reassentamento, uma das grandes controvérsias de todo o processo. Não convencido com os critérios adotados pela Vale Moçambique para a separação das famílias, 73,3% dos reassentados está insatisfeito com os critérios adotados, porque entende que a separação das famílias fragilizou as relações e criou constrangimentos nas relações interpessoais. Tal como disseram alguns moradores, no reassentamento

[...] estamos a viver com pessoas que não estávamos juntos e cada um tem seu comportamento. Por exemplo, a minha galinha sair para lá é insultada e até pode matar essa galinha. Quando saímos nós de lá não era meu vizinho, só encontrei aqui e o *coração dele não conheço*. (Reassentado de Cateme, outubro 2016, grifos nossos).

[...] não é justo! Tínhamos que estar juntos porque somos da mesma família, não tem sido fácil conviver com os familiares que vivem em Cateme. Por falta de dinheiro de transporte, há vezes que tem falecimento e nem todos conseguem vir ou ir para lá (Reassentado do bairro 25 de setembro, outubro 2016).



Em média foram deslocadas e reassentadas 1.600 famílias, o equivalente a 8.000 pessoas. A esse número devem ser acrescentadas mais 106 famílias, aproximadamente, 424 pessoas que rejeitaram a classificação anterior. Para estas famílias, a Vale procedeu "à indenização assistida que consistiu na compra de casas de material convencional dentro da Vila de Moatize" (Entrevista, com supervisores da área social na Vale Moçambique, outubro 2015). Portanto, apesar da relevância das contradições do processo de reassentamento para a compreensão da pesquisa, sobretudo dos seus desdobramentos sobre a estrutura social, não será discutida a totalidade destes problemas. É necessário, todavia, clarificar que as frequentes alegações (falta de um marco regulatório; pioneiros no processo de reassentamento no país) da Vale Moçambique sobre as falhas do reassentamento, são meras justificações que visam fortalecer o discurso e rebater as críticas.

Sabe-se, conforme Bassey (2015, p.117) que a indústria extrativa

"gostaria de fazer crer a todos que operam da mesma maneira. Sempre que surgem casos que contrariem essa imagem, algumas empresas transnacionais do setor da extração apressam-se a dizer que são meros bodes expiatórios e de modo algum são as piores da sua área".

Em Moatize, além da separação de pessoas que, até então, residiam em territórios contíguos, com laços sanguíneos, de familiaridade e formas de vida coletiva, o reassentamento conduziu à ruptura social, por um lado, pela perda dos espaços para produção e, por outro lado, pelo aumento das mortes, adoecimento, sobretudo de idosos, após o reassentamento. Na verdade, dado o caráter autoritário e excludente do reassentamento, as mulheres e os idosos carregam os traumas provocados pelo deslocamento. Thukral (2009) recorda que com o reassentamento as camadas sociais mais prejudicadas são mulheres pobres, chefes de famílias, meninas, idosos e crianças, pois esses é que enfrentam situações de stress devido à luta pela sobrevivência, dentro de um contexto mais amplo de desigualdade de oportunidades.

E em Moatize, não foi diferente. As mulheres e as crianças do sexo feminino são, dentre outras classes sociais, as que mais sofrem, por exemplo, com a escassez de água, a destruição dos meios de subsistência e com o rompimento das formas de vida e dos referenciais sobre o lugar. Considerando o sentido do lugar, percebe-se que



[...] o reassentamento afetou socialmente aos residentes. O simples fato de dizer a um residente que vai deixar a sua zona residencial para outra e, neste ato deixa de exercer as atividades que anteriormente fazia, passa para uma zona onde não vai fazer nenhuma atividade, isso afeta *socialmente a pessoa*. Após o reassentamento fomos notando que alguns residentes com idade mais avançada que depois de ter abandonado as suas terras e se formos olhar o aspecto social de um africano, *temos a consciência de que, no sítio onde a pessoa reside tem lá o seu segredo*. O ato de retirada desse sítio para outro, socialmente esta pessoa *fica frágil e pode cair doente* ou perder a vida. Isso foi notório nos primeiros anos do reassentamento, refiro-me aos anos 2010 a 2014. Fomos notando que alguns idosos depois de terem sido reassentados, *duas ou três, semanas depois perdiam a vida*, sobretudo em Cateme (Entrevista com o secretário do bairro 25 de setembro; outubro 2015, grifos nossos).

Na tradição africana, a terra e o território são inseparáveis. Eles são nas palavras Stavenhagen (2006), elementos constitutivos da autonomia e da autodeterminação dos povos tradicionais, por isso retirar da/e a terra significa negar a sua autodeterminação. A terra é por essa razão parte de algo mais amplo, designado território. Em Moçambique, a terra representa simultaneamente, lugar de trabalho, de vida e de toda a prática social. Portanto, ela não é somente fonte de reprodução material, mas também *locus* adequado para a sacralização das relações espirituais; alicerce da cultura e da reprodução das formas próprias de estruturação e ocupação do espaço (MATOS, 2014).

Tratado como saudosismo, os referenciais que as comunidades constroem sobre o lugar devem, a todo o custo, ser rompidos para favorecer a expansão do capital. Para acelerar este processo criam-se estereótipos sobre os lugares e práticas, denominadas anacrônicas e o Estado, "por meio do discurso, promove o rompimento das relações pré-estabelecidas e o desapego às coisas locais. Já os moradores são taxados de contrários ao progresso - progresso que deve encobrir aquilo que as águas não encobrirão: a memória e o sentimento de apego ao lugar antigo" (SILVA, 2007, p.19).

Em Moatize, a população reassentada no bairro 25 de Setembro, por exemplo, foi induzida a criar preconceitos em relação a determinadas práticas culturais, consideradas inapropriadas para as zonas urbanas. Assim, fora às limitações do novo espaço residencial, o que dita a não realização de algumas práticas, mormente, rituais fúnebres como o *kumbire mudzimbo*, isto é, pedir aos espíritos que recebam o seu filho; a convivência entre a população de Moatize e de outras regiões inculcou o desprezo pelo tradicional e o retrógrado.

Apelidados de atrasados por uns e desprezados por outros, as pessoas que tentam criar trincheiras de resistência (Almeida, 2005), frente ao contínuo processo de *desmanche* sociocultural, apontam rupturas, não só nas formas de relacionamento com os outros, mas também no tratamento de alguns aspectos sociais. Na verdade,



[...] os hábitos culturais não mudaram na totalidade, mas alguma coisa mudou. Estamos num espaço municipal, um pouco distante da Vila. Há coisas que hoje não podemos fazer mais. Havia, por exemplo, a dança *malombo* [dança que se faz no curandeiro quando alguém está doente] e já não se faz. Uma e outra tentam voltar, mas tem sido desprezado pelos outros e, é considerada cultura arcaica, enquanto lá em Chipanga não (Reassentado do bairro 25 de setembro; outubro 2016, grifo nosso).

Corroborando esse entendimento, outro morador disse

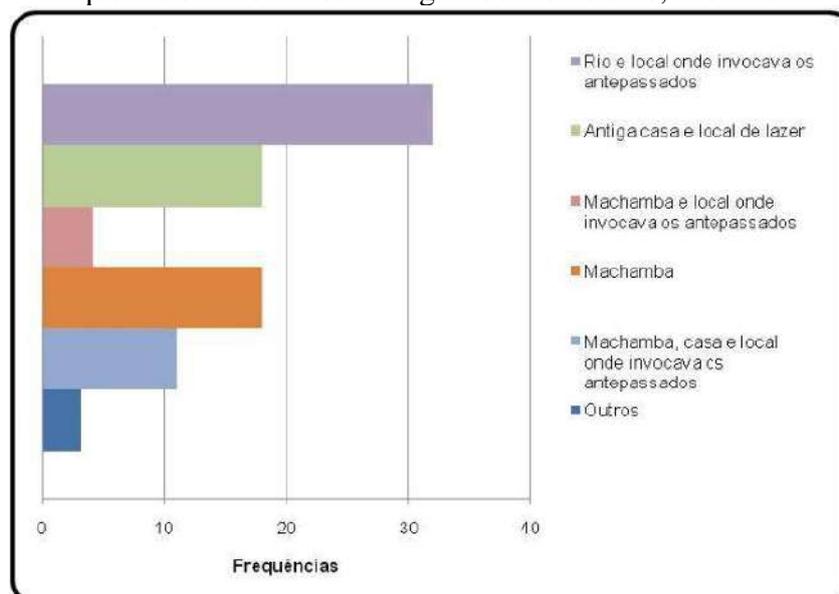
[...] a mente das pessoas mudou porque as pessoas pensavam que só podia viver entre família, mas agora não. As danças que fazíamos lá, aqui não se fazem mais, as pessoas não querem ninguém dançar *mandjole*. Quando havia falecimento as pessoas tocavam batuque à noite para sinalizar que ali há falecimento, mas agora não fazem. Não querem voltar atrás, estão evoluídos (Morador reassentado no bairro 25 de setembro, outubro 2015, grifo nosso).

Vítimas do progresso e não seus destinatários em oposição ao discurso oficial, a modernização mineira (ZHOURI e LASCHESKI, 2010) eleita pelo governo como estratégia de acumulação de capital em Moçambique promove, por um lado, rupturas, fragmentação social e individualização e, por outro lado, exacerba o processo de homogeneização que *pari passu* vai construindo seus próprios territórios. Mendonça (2004, p.122, grifo do autor) reforça este entendimento e, assinala que o capital ao incorporar diversos territórios, "implica (des) construir as *heranças espaciais*. [Isso] está na origem dos estereótipos construídos no imaginário social acerca das noções de atraso cultural".

Apesar disso, a população reassentada em Mwaladzi, Cateme e 25 de setembro mantêm fortes os vínculos com seus anteriores territórios, lugares e símbolos. Designados trincheiras de resistência frente à investida capitalista, nessas comunidades a identidade adquiriu feições de resistência em face das mudanças geradas pelos megaprojetos. Com efeito, elementos simbólicos como o rio, o local de lazer, a antiga casa, o local onde invocava os antepassados continuam sendo códigos da população para pensar as antigas aldeias, antes do reassentamento.

No universo destes símbolos, os moradores dos três reassentamentos apontaram, respectivamente: o rio e o local de sacralização das relações espirituais (37%), a antiga casa e o local de lazer (21%) e a machamba (21%). Atento à figura 3, pode-se dizer que o rio, o local de onde invocavam os antepassados, a antiga casa, o local de lazer e a machamba, são aspectos que vinculam os moradores às anteriores áreas de residência.

Figura 3. Percepção das famílias reassentadas sobre os elementos simbólicos que mais lembra a sua antiga aldeia ou bairro, Moatize.



Fonte: Bata (2018)

69

Nas tramas e traumas do reassentamento, a Dona L. ao sentenciar que "minha casa era de palha, mas vivia bem", busca paralelamente a outras expressões, como: *o que é uma casa sem comida* (Human Rights Watch, 2013); *casa de pedra não mata fome* (CHIZENGA, 2016), desvelar os principais problemas do reassentamento e, sobretudo demonstrar que as casas *per si* não são suficientes para restaurar os meios e formas de vida perdidas com o reassentamento forçado. Aparentemente simples, a intervenção da Dona L. encerra um conjunto de males, como por exemplo, a falta de terra para a prática agrícola, emprego, escassez de água, perda das fontes de renda, em resultado do deslocamento forçado, ao mesmo tempo em que abre espaço para as seguintes questões: como estavam estruturados os bairros e/ou as aldeias das comunidades antes do reassentamento?

É possível apontar a chegada dos megaprojetos como, único responsável pela desestruturação social em curso? Será que o deslocamento forçado implicou a construção de novas relações e de novas identidades? As respostas para estas questões são delineadas ao longo deste texto. À semelhança da casa, para muitos moradores o Rio Revubué não era somente local de socialização, já que é nele que as comunidades tomavam banho, lavava roupa, mas também local de produção, tendo em conta que aproveitavam as margens deste rio para produzir hortícolas. Portanto, associado à produção de tijolos,

abertura de *machambas*, venda de brita e areia para a construção, às margens do Revubué, havia pequenas hortas. Eu

[...] tinha pequena horta lá na baixa. É onde eu ia plantar meu *muliwa* [verdura]. Pequena horta, aquele desenho (Figura 5) que a gente fez aí em cima, onde está escrito *machambas*, aí ao pé do rio, são baixas, a gente ia regar, tínhamos nossa couve, tomate e tudo mais. Levava o tomate ia vender no mercado (Entrevista com Dona B. reassentada em Mwaladzi, outubro 2016).

A vitalidade do Rio é destacada, igualmente, por uma das moradoras nos seguintes termos: "[...] desde que eu nasci eu tenho tomado banho aqui no rio. Eu tenho lavado as minhas roupas aqui... até as minhas crianças cresceram aqui neste rio [...]". (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Captar o significado de cada um dos símbolos referenciados pelos moradores implica uma imersão no mundo das representações sociais construídas ao longo do tempo. Em Capanga, por exemplo, chama atenção (figura 4), o arranjo e a interação entre elementos simbólicos e materiais responsáveis pela reprodução social das famílias antes da sua retirada para Mwaladzi.

Figura 4. Mapa da comunidade de Capanga antes do reassentamento, Moatize, outubro 2016



Fonte: Bata (2018).

A figura 4 é evidência da coabitação entre os espaços de trabalho (*machambas*, local de produção de tijolos e de brita) e o espaço sagrado, por exemplo, o cemitério, o local de sacralização das relações espirituais e a igreja. Com o reassentamento, no entanto,



quase todas essas referências foram destruída ou, simplesmente, separada da população, conforme disse a Dona B e L, reassentadas em Mwaladzi. Para nós, não há dúvidas de que, o início da extração do carvão mineral e/ou sua logística demandou arranjos espaciais de vulto, resultando em novas configurações territoriais. Este processo local, cuja estrutura de comando é internacional foi responsável pela desarticulação social das comunidades diretamente atingidas pela Vale e Riversdale Moçambique, o que conduziu à configuração de novas identidades, como estratégias de afirmação das identidades territoriais.

Diante de tudo isto, entendemos que está em curso o processo de desarticulação social e empobrecimento das comunidades reassentadas, considerando que elas enfrentam dificuldades de acesso a terra, ao trabalho e alimentos. Encerrando este quadro, a marginalização, desarticulação social, os casos de morte de moradores após o reassentamento, o aumento da morbidade, bem como a perda do acesso à propriedade coletiva e de bens comuns são aspectos que eivam a vida e o cotidiano das comunidades reassentadas em Mwaladzi, Cateme e 25 de setembro.

Sendo assim, sublinha-se que a presença dos megaprojetos em Moatize foi responsável, não só pelas transformações espaciais em curso no Distrito, cujos efeitos se *derramam* sobre a cidade de Tete, mas também afetou a dimensão simbólica da vida comunitária, processo que, gradualmente, promove a exclusão socioespacial em múltiplas escalas. De resto, ao cercear e/ou limitar o acesso a elementos simbólicos, como: o rio, as *machambas*, o local da sacralização das relações espirituais, os megaprojetos promovem a destruição dos símbolos, dos referenciais sobre os lugares e da identidade coletiva das comunidades atingidas, tendo em conta que, o lugar é uma construção concreta e simbólica do espaço detentora de características comuns e, a identidade é caracterizada por meio de símbolos, relações e história, isto é, é uma construção tanto simbólica quanto social.

"NYOKA HAINA REVERSE": ALGUMAS NOTAS

Em Moçambique, em diferentes ângulos de análise, pesquisadores da temática megaprojetos exploram tanto aspectos inerentes à sua contribuição para as receitas do Estado, quanto os conflitos socioambientais, em função das distintas formas de apropriação do espaço e partilha de benefícios e danos. Todavia, dimensões como



trabalho, identidade das comunidades atingidas, permanecem pouco explorados. Na tentativa de dar visibilidade a esses aspectos, que aos *olhos* do governo têm menor relevância, tomamos por emprestado a fala da Dona L. que após horas de conversa recorreu à expressão *nyoka haina reverse*, provérbio em língua *shona*, que significa *a cobra não volta pra trás*, para destacar o caráter irreversível das mudanças em Moatize. Este adágio capta as sutilezas do ocorrido em Moatize com o início da extração do carvão mineral, não só como um fato consumado e sem *reverse*, mas também alerta para a tomada de consciência das comunidades relativamente à porosidade do discurso de universalização dos benefícios dos megaprojetos. Este discurso oculta as relações assimétricas entre os sujeitos sociais e os megaprojetos, gerando a impressão de que todos se beneficiarão de igual forma com o projeto.

O início da extração do carvão mineral em Moatize transformou o cotidiano das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale e Riversdale, porque, além da mudança do local de residência, concomitante a isso, símbolos e referenciais que eram parte de sua identidade e do cotidiano foram transformados, separados e/ou destruídos. O Rio Revubué, um dos elementos simbólicos mais destacados pelos moradores, tornou-se um local proibido, pois as comunidades, principalmente, as de Mwaladzi e Cateme não têm acesso ao Rio, em função da distância que as separa deste.

Sabe-se, porém, que este Rio carrega consigo diversos significados, quer como ponto de encontro e de lazer entre as famílias e amigos, principalmente adolescentes, quer como local de trabalho e de produção. Nos dois contextos, o Rio se apresenta como o elo entre a população, o trabalho e a vida social das comunidades. De fato, o Rio simboliza a vida e o cotidiano dos grupos sociais atingidos, daí que separá-los implica o rompimento com a vida e a dinâmica social destas comunidades.

De resto, considerando o modelo de desenvolvimento adotado em Moçambique, pensado na perspectiva de colocar sobre as comunidades pobres o "fardo" de todo o processo de modernização territorial, resultando, na perda da autonomia e do sentido de lugar, as comunidades atingidas reorganizam-se e as identidades apresentam novas feições, fortalecem-se em formas tidas como reessencializadas, criadas pelo deslocamento e reassentamento forçados.



REFERÊNCIAS

BASSEY, N. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BATA, E. J. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais"**: efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. 2018. 565f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2018.

CRUZ, V. C. do. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2011.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010, 92p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Difel: Lisboa. 1989. 159p.

CORREA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E.; BECKER, B. K.; GOMES, P. C. C (Orgs.). **Geografia**: conceitos temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15- 48

DANTAS, E. M., MORAIS, I R. D. **Lugar e (des) identidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. 2008. 24p.

GONÇALVES, C.W. P. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. Hidbridismo cultural, "antropofagia" identitária e transterritorialidade. *In*: DELOIZY, F. B; SERPA, A. (Org.). **Visões do Brasil**: estudos culturais em geografia. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 27-46.

_____. **Regional - Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A D; SPOSITO, E S; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HUMAN RIGHT WACTH. **O que é uma casa sem comida?** O boom da mineração de carvão e o reassentamento. USA: 2013. 141p. Disponível em:



<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf>. Acesso em: 8.jun.2015.

MACARINGUE, E. J. **Modernização da agricultura no Distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Goiás, 2018.

MARTINS, J. S. de. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

MATUSSE, R.; MALIQUE, J. e ISSUFO, J. (Edit.). **Armando Guebuza: liderando o desenvolvimento e o crescimento econômico de Moçambique**. v.1. Compilação de discursos presidenciais. Maputo: Acadêmica, 2015.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2004

RACHMAN, G. **O mundo soma-zero: política, poder e prosperidade no atual cenário global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SILVA, V. P. de. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. **Caminhos de Geografia - revista on line**, Uberlândia, v.8, n.21, p. 18 - 28, jun. 2007.

STAVENGAGEN, R. Indigenous peoples: land, territory, autonomy, and selfdetermination. *In*: ROSSET, P., PATEL, R e COURVILLE, M. (Edit.). **Land promised: competing visions of agrarian reform**. New York, 2006. p. 208-217.

THUKRAL, E G. Displacement and protecting the rights of children. *In*: MEHTA, L (Edit.). **Displaced by development: confronting marginalisation and gender injustice**. New Delhi: Sage publications India, 2009. p. 80-102.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. B. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, 1992.

VAINER, C B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.9, n.1, p. 9-23, maio. 2007.



XIONG, Yi. O papel dos mega projetos e o seu peso no emprego e no crescimento. *In*: ROSS, D. C (Coord.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington: Fundo Monetário Internacional, 2014. p.29-39.

WORLD STEEL ASSOCIATION. **World steel in figures 2018**. Belgium. ISBN 978-2-930069-89-0. 2018.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

Artigo



**ÁFRICA E O TURISMO COLONIZADOR – NEOLIBERALISMO
AMBIENTAL E LUXO EXCLUDENTE: O EXEMPLO DA
TANZÂNIA**

**ÁFRICA AND THE COLONIZING TOURISM – ENVIRONMENTAL
NEOLIBERALISM AND EXCLUSIVE LUXURY: THE EXAMPLE FROM
TANZANIA**

**ÁFRICA Y EL TURISMO COLONIZADOR – NEOLIBERALISMO
AMBIENTAL Y LUJO EXCLUSIVO: EL EJEMPLO DE TANZANIA**

Por Eduardo de Ávila Coelho & Bernardo Machado Gontijo

Eduardo de Ávila Coelho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2952-7063>
Contato: edu.avilacoelho82@gmail.com

Bernardo Machado Gontijo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5012-9652>
Contato: gontijob9@gmail.com

Como citar:

COELHO, E. A.; GONTIJO, B. M. África e o turismo colonizador – neoliberalismo ambiental e luxo excludente: o exemplo da Tanzânia. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 76-100, jul.-set., 2023.

Recebido: 12/07/2023

Aceite: 31/07/2023



RESUMO: O continente africano possui vasta e rica história, bem como uma imensidão territorial que abriga uma enorme variedade de paisagens e culturas. O processo de colonização da África pelas potências europeias estabeleceu uma série de entraves ao seu desenvolvimento, além de impor diversas limitações que seguem evidentes nos Estados pós-coloniais. Uma das atividades econômicas com grande potencial para o continente é o turismo, em especial aquele ligado à cultura e à natureza. Este trabalho busca apresentar alguns aspectos do desenvolvimento turístico, no período contemporâneo, que demonstram continuidades com dinâmicas de colonização dos espaços e dos corpos. Vasta bibliografia sobre o tema é apreciada e analisada em conjunto com experiências de campo que sugerem a interpretação de que, na África, o turismo é colonizador. Em especial, é analisado o caso da Tanzânia, onde situações vivenciadas em duas localidades de alto interesse turístico – Zanzibar e Ngorongoro – permitiram traçar paralelos entre o período colonial e as atuais formas de gestão do território para aproveitamento turístico.

PALAVRAS-CHAVE: África. Turismo Colonizador. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.

ABSTRACT: The African continent has a vast and rich history, as well as an enormous territory that is home to a huge variety of landscapes and cultures. The process of colonization of Africa by the European powers established a series of obstacles to its development, in addition to imposing several limitations that remain evident in post-colonial States. One of the economic activities with great potential for the continent is tourism, especially when linked to culture and nature. This paper seeks to present some aspects of tourism development that demonstrate a trend towards the colonization of spaces and bodies. Vast bibliography on the subject is appreciated and analyzed together with fieldwork experiences that prove that, in Africa, tourism is a colonizing practice. Under particular analysis is the case of Tanzania, where situations experienced in two locations of high tourist interest – Zanzibar and Ngorongoro – allowed drawing parallels between the colonial period and the current forms of management of the territory for tourist use.

KEY-WORDS: Africa. Colonizing Tourism. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.

RESUMEN: El continente africano tiene una vasta y rica historia, así como una inmensidad territorial que alberga una enorme variedad de paisajes y culturas. El proceso de colonización de África por parte de las potencias europeas estableció una serie de obstáculos para su desarrollo, además de imponer varias limitaciones que siguen siendo evidentes en los Estados poscoloniales. Una de las actividades económicas con gran potencial para el continente es el turismo, especialmente el vinculado a la cultura y la naturaleza. Este trabajo busca presentar algunos aspectos del desarrollo turístico, en la época contemporánea, que evidencian continuidades con las dinámicas de colonización de los espacios y los cuerpos. Se aprecia y analiza una vasta bibliografía sobre el tema junto con experiencias de campo que sugieren la interpretación de que, en África, el turismo es colonizador. En particular, se analiza el caso de Tanzania, donde las situaciones vividas en dos localidades de alto interés turístico -Zanzibar y Ngorongoro- permitieron establecer paralelismos entre el período colonial y las formas actuales de gestión del territorio para uso turístico.

PALABRAS CLAVE: África. Turismo Colonizador. Safari. Ngorongoro. Zanzibar.



INTRODUÇÃO

O continente africano possui uma imensidão territorial que abriga uma enorme variedade de paisagens e culturas. Dentre as diversas possibilidades para o seu desenvolvimento econômico, o turismo desponta como um importante caminho, com um elevado potencial para o crescimento na África subsaariana (CHRISTIE et al, 2013). O turismo moderno começa a se desenvolver pela Europa a partir da segunda metade do século XIX, graças à mobilidade social das burguesias, que puderam acumular capital para se dedicarem ao lazer, ao mesmo tempo em que começam a se desenvolver as companhias de transportes de massa (PEREZ, 2009).

A ‘era dos impérios’ se sobrepõe ao desenvolvimento do turismo, que passa de um fenômeno europeu a um fenômeno global, demonstrando que os impérios funcionaram como vetores ao longo dos quais o turismo pôde crescer e se expandir (BARANOWSKI et al, 2015). Nessa época, se delineiam diferentes ‘geografias do exótico’, a partir da expansão da fotografia, da etnografia, do turismo e dos transportes (PINTO, 2006). É então na ‘zona de contato’ – espaço dos encontros coloniais – onde as pessoas, geográfica e historicamente separadas, passam a estabelecer relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção e de desigualdade (PRATT, 1999).

O turismo é uma atividade que requer deslocamento e, por isso, se materializa na zona de contato, potencializando cada vez mais encontros entre diferentes grupos humanos e favorecendo as relações desiguais de poder, ao se apropriar dos lugares e dos corpos de seus habitantes como paisagens e serviços. As relações assimétricas de poder que privilegiam o viajante (*‘world traveller’*), são ideologicamente normalizadas e esse privilégio torna-se invisível, persistindo assim as disparidades de poder da era colonial nas relações entre turistas e população local – que raramente tem a chance de viajar (SMITH, 2018).

Como afirma Mkono (2019), o turismo está longe de ser um facilitador da compreensão intercultural, posto que reproduz imagens e feridas de um passado colonial. Os imaginários coloniais são traduzidos nas práticas turísticas contemporâneas, de modo que as fantasias turísticas tendem a essencializar o ‘outro’ (SALAZAR, 2013). Nesse caso, a teoria pós-colonial é útil para demonstrar que o discurso do turismo que promove a preservação (ou, de fato, uma reinvenção) do ‘tradicional’ para a mercantilização da



experiência turística é baseado em um desejo colonial de fixar a identidade do outro para que permaneça distinta da identidade do turista (HALL; TUCKER, 2004).

Dessa forma, o turismo frequentemente encena uma nostalgia imperialista, pois as performances turísticas reproduzem imagens estereotipadas, histórias desacreditadas e fantasias romantizadas (BRUNER, 2001). Em muitos casos, o turismo nos países em desenvolvimento está ligado à era do domínio colonial e as formas atuais de desenvolvimento do turismo ainda são influenciadas por valores filosóficos e ideológicos ocidentais e por processos exógenos imprevisíveis que respondem a interesses políticos e econômicos externos para atender demandas do mercado externo, reencenando narrativas coloniais e perpetuando relações coloniais centro-periferia (TUCKER; AKAMA, 2012).

Um aspecto pouco considerado como um fator que influencia os fluxos turísticos são os laços coloniais históricos e contemporâneos entre os mercados de origem e os destinos (MCKERCHER; DECOSTA, 2007). As colônias atuaram como poderosos catalisadores da globalização do turismo (BOUKHRIS; PEYVEL, 2019), visto que os antigos territórios coloniais se transformaram em destinos de férias favoritos para ocidentais em busca de ‘aventuras’ (FRÖMMING, 2009). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2020) para 2018, quase metade dos 1,5 milhão de turistas estrangeiros na Tanzânia, por exemplo, era proveniente da própria África, com alta relevância para os países vizinhos, em especial o Quênia. Descontados os visitantes africanos, ainda segundo a OMT, através do painel¹ de turismo, os principais centros emissores são Europa e América do Norte, com Estados Unidos, Inglaterra e Itália entre os principais.

Os estudos de McKercher e Decosta (2007) apontam que cidadãos naturais das antigas potências coloniais – destacando Inglaterra, França e Holanda – demonstram uma predileção para viajar a destinos que estavam sob o seu jugo colonial, o que se explica tanto por questões relacionadas ao imaginário colonial, quanto por motivos linguísticos e culturais. Assim, o turismo para destinos não ocidentais é concebido como articulador de uma forma de colonialismo, reproduzindo as relações perversas entre colonizadores e colonizados, que inclui a dominação da indústria turística por grandes agências de viagens ocidentais, companhias aéreas e cadeias hoteleiras (KOTHARI, 2015). O ‘colonialismo’

¹ Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance> Acessado em 28 de junho de 2023.



deveria então ser incluído como uma variável em modelos de movimentos turísticos (MCKERCHER; DECOSTA, 2007).

Mudimbe (2013, p. 67), ao narrar o processo de colonização do continente africano, desde as primeiras missas portuguesas no século XV até o século XX, afirma que “o viajante se tinha tornado um colonizador”. Da mesma forma, Nash (1989) compara o turista ao conquistador e ao missionário, como o agente de contato entre diferentes culturas e a causa de mudanças, especialmente nas regiões do mundo com menor desenvolvimento econômico. Kothari (2015), por sua vez, afirma que turistas são sinônimos de viajantes coloniais. É possível então definir o ‘turista’ como um produto colonial, posto que é fruto dos processos de dominação colonial e segue reforçando esses mesmos aspectos de privilégio e superioridade (econômica e cultural).

Consideramos então que, grosso modo, o turismo promovido e praticado na atualidade é colonizador, pois está construído sobre uma base usurpadora, exploratória e injusta que propicia a manutenção das desigualdades sociais, exacerbando-as. Entendemos, assim, por ‘turismo colonizador’, aquele que não só herda as estruturas e as relações construídas a partir de uma história colonial, mas que mantém os formatos de dominação territorial e exploração do trabalho de povos (neo)colonizados. Este turismo colonizador seria o modelo de viagens mais fomentado e praticado em regiões anteriormente colonizadas, dentre elas a África, onde o recurso paisagem é apropriado para o lazer (exclusivo) dos visitantes estrangeiros.

O objetivo deste trabalho é abordar a forma como o turismo moderno foi estabelecido na África pelos esquemas coloniais e como isto segue reverberando nas atuais formas de desenvolvimento da atividade. A intenção é demonstrar – a partir de dois casos na Tanzânia – como o turismo se desenvolve hoje na África seguindo as premissas de dominação e exploração do período colonial e voltado para atender e beneficiar aos colonos e seus descendentes e aos turistas oriundos das metrópoles que antes impuseram seu domínio sobre os países africanos e continuam a usufruir das condições favoráveis a eles.

Este trabalho visa relacionar de que maneira os processos de proteção da natureza e a consequente turistificação desses espaços estão assentados em um ideal ocidental de controle do território e culto ao luxo. A proposta da reflexão é apresentada por meio de duas situações vivenciadas em dois destinos africanos de alto interesse turístico, que, por sua vez, contribuíram para a formulação da tese sobre o ‘turismo colonizador’ (COELHO,



2022). Buscamos assim, refletir sobre os formatos de turismo praticados em países africanos e suas conexões com os modelos coloniais de exploração dos espaços e dos corpos. A partir de experiências de viagem do primeiro autor através da África, buscamos refletir sobre a colonialidade do turismo.

A descrição se baseia, portanto, em uma experiência pessoal do primeiro autor durante viagem – em 2014 – de seis meses por dez países do continente africano. À época, as tentativas de conhecer exemplos de comunidades que desenvolvem o turismo em áreas naturais nem sempre puderam ser concretizadas, por limitações logísticas e/ou financeiras. Nas circunstâncias em que foi possível visitar essas áreas – muitas vezes de maneiras alternativas, que escapavam ao mercado turístico convencional – foi possível vislumbrar algumas oportunidades para o empoderamento e o protagonismo comunitário, gerando a tese sobre (a possibilidade de) um ‘turismo libertador’ (COELHO, 2022).

Vasto referencial bibliográfico foi consultado para embasar a argumentação sobre os aspectos coloniais, decoloniais e pós-coloniais, com especial atenção às questões que tangem os temas da conservação e do turismo. Ademais, diversas estratégias metodológicas apoiaram a pesquisa de campo, em especial, a autoetnografia e a ‘viagem etnográfica’. Segundo Denshire (2014), a autoetnografia se vale da experiência do pesquisador, desafia a autoria silenciosa e rompe com a dicotomia entre o eu e o outro, em uma escrita que cruza os espaços da vida pessoal e profissional. Nesse sentido, a autoetnografia tem o compromisso metodológico de envolver reflexivamente o eu do pesquisador como parte integrante do empreendimento etnográfico (ANDERSON; AUSTIN, 2012).

Já a ‘viagem etnográfica’ é uma terminologia utilizada pelo escritor Mario de Andrade para se referir a suas viagens ao Nordeste do Brasil e se manifesta também em sua viagem pela Amazônia, na qual o autor se intitula ‘turista aprendiz’ (ANDRADE, 2015). Souza e Tomazzoni (2021, p. 4) analisam esta perspectiva em que um turista – na posição de ‘viajante etnógrafo’ – ronda o limite das culturas e linguagens humanas e a curiosidade do viajante se une à minúcia do pesquisador. Para os autores, “o método etnográfico confunde-se com o método turístico, no sentido de ir ao encontro e de ter contato direto com outras identidades e manifestações culturais” (SOUZA; TOMAZZONI, 2021, p. 4). Como afirma Salazar (2013), antropologia e turismo estão próximos em vários aspectos práticos, históricos e conceituais.



É importante então realçar a posição de pesquisador de sujeitos que escolheram investigar o tema das viagens, tomando suas próprias jornadas como fonte de inspiração, aprendizado e investigação. Portanto, este estudo pretende demonstrar a urgência de se repensar as práticas turísticas ainda dominantes nos países ditos ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’, buscando formas mais justas e dignas para as populações locais reproduzirem seus modos de vida e visões de mundo, e elegerem suas próprias formas de desenvolvimento baseadas no uso e na conservação dos ambientes em que vivem e do qual dependem.

AS VISÕES COLONIAIS SOBRE CONSERVAÇÃO E TURISMO

O colonialismo moldou o projeto de ocidentalização e modernidade em todo o mundo (D’HAUTESERRE, 2004). A narrativa da ‘modernidade’ tem origem na Europa e constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas, enquanto esconde seu lado mais sombrio, a ‘colonialidade’ (MIGNOLO, 2017). Com a preocupação de não parecer, em si, colonizada, análise não considera a época das navegações e conquistas europeias como o marco inicial das viagens, mas como o período que dá início ao ‘sistema-mundo colonial / moderno’ (GROSFOGUEL, 2008), que, por sua vez, cria as condições para o desenvolvimento do turismo.

Para a compreensão sobre os processos colonizadores associados ao turismo, é importante traçar um histórico sobre as viagens modernas e as formas de colonização associadas a elas. Nos séculos de expansão colonial e dominação, a chegada sistemática dos europeus a outros continentes como África, Ásia e América fez aflorar entre os seus conterrâneos o imaginário sobre essas terras longínquas, que remetiam a antigos projetos de conquista do Oriente (SILVEIRA, 2018). Da mesma forma, os processos de investigação sobre ‘Natureza’ despertaram o interesse de naturalistas europeus, ávidos por conhecer ‘novos mundos’, o que faz da história da ciência moderna, uma história da viagem humana pelo mundo (CARNEIRO, 2001). E, no período das colonizações, ‘natureza’ significava regiões e ambientes não dominados por ‘europeus’ (PRATT, 1999).

A ideia de exótico – que se refere a povos e paisagens distantes – se constitui em oposição àquilo que é compreendido como civilização europeia, a partir do encontro com os ‘outros coloniais’ (PINTO, 2006). Portanto, a maneira como o imaginário europeu se formou em relação aos continentes e aos povos colonizados é também um importante



fator na abordagem sobre os processos atuais de constituição do turismo, pois os discursos herdados do passado – orientalismo, colonialismo e imperialismo – parecem ser terreno fértil para sonhos turísticos nostálgicos (SALAZAR, 2013), visto que o discurso colonial está presente no imaginário e no comportamento de turistas em todo o mundo pós-colonial (TUCKER; AKAMA, 2012).

No período colonial, a Europa havia se tornado maníaca pelas viagens e pelo encontro com o ‘outro’, ampliando o seu objeto de interesse, estudo e reflexão (MELLO, 2010) e o que os viajantes relatavam sobre as terras exploradas passava a definir a identidade destas. Nesse sentido, “o relato de viagem e a história natural iluminista se aliaram para criar uma forma eurocêntrica de consciência global” (PRATT, 1999, p. 29). Posteriormente, os naturalistas viajantes tornam-se os olhos de um corpo comum de conhecimentos que buscava se constituir na Europa através da classificação de todas as formas de vida (CARNEIRO, 2001). Hall e Tucker (2004, p. 07), afirmam que “a geografia era a ciência do imperialismo por excelência”, pois suas práticas eram inteiramente adequadas ao projeto colonial.

A África, que há muito fazia parte do imaginário de viajantes e exploradores, era vista como um ‘Éden’ (NEUMANN, 1995). Foram as viagens de exploração ao interior do continente africano e outras expedições mais notáveis, as responsáveis por impulsionar o processo de interiorização da colonização (HALLETT, 1963). À medida que os grandes terrenos não mapeados eram explorados, toda a natureza tornou-se vulnerável à colonização pelo mito do Éden (GROVE, 1992). Mudimbe (2013) destaca o papel dos missionários nesse processo, sendo David Livingstone o mais famoso deles. Foi durante o século XIX que – graças aos esforços de exploradores, comerciantes e missionários – os contatos, antes limitados ao litoral, se expandiram gradualmente em direção ao interior (BOAHEN, 2010). Posteriormente, já no século XX, obras literárias de Ernest Hemingway e imagens do presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt caçando leões e elefantes instigaram o interesse ocidental pelos safaris e pela caça de troféus (BROWER, 2005; BIRD, 2018).

Desde o séc. XIX muitos viajantes se deslocavam para a África exclusivamente para caçar (STEINHART, 1989). A caça era (e ainda é) uma atividade de luxo que desenvolveu o setor de turismo de vida selvagem na África, reforçando as ligações com Europa e Estados Unidos, de onde provinham os turistas (GISSIBL, 2016). A figura de uma África como ‘reservatório de mistérios’, representa o discurso ocidental do ‘desejo



pelo selvagem', sem entraves, nem culpa (MBEMBE, 2014). O imaginário que os turistas constroem sobre os lugares que visitam é claramente uma projeção da consciência ocidental, que sugere a imagem do homem natural selvagem, próximo da natureza e ainda não oprimido pela civilização europeia (BRUNER, 1991).

O próprio conceito de natureza legalmente protegida tem um forte legado colonial, pois, como aponta Randeria (2007), os antecedentes históricos da ideia de áreas protegidas podem ser localizados nas políticas ambientais coloniais. Para Neumann (1995), foram os britânicos que levaram uma concepção tanto de natureza, quanto de natureza protegida para a África. Pois foi devido à crescente urbanização e industrialização (impulsionadas pelos processos de colonização), que as sociedades ocidentais passaram a se preocupar em reservar porções de natureza 'intocada' que pudessem proporcionar oportunidades de lazer (MCCORMICK, 1992).

O conceito de '*wilderness*' como a natureza intocada ou indomável é principalmente uma percepção urbana e elitista, construída por pessoas distanciadas do ambiente natural (GOMEZ-POMPA; KAUS, 1992). O mito do *wilderness* como terra 'virgem' desabitada sempre foi cruel com os povos indígenas que antes chamavam esses lugares de lar, mas se viram forçados a se mudar para que os turistas pudessem desfrutar da ilusão de um 'Éden' (CRONON, 1995). Ao narrar o caso estadunidense de conquista das fronteiras oeste, Cronon (1995) diz que *wilderness* emergiu como a paisagem predileta para os turistas da elite, para quem as terras selvagens eram lugar de recreação e para onde iam como consumidores das paisagens.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone estabeleceu um precedente no planejamento da conservação: o de separar as pessoas das áreas protegidas enquanto justifica a prática conservacionista por meio do desenvolvimento econômico através do turismo (KING, 2009). A partir de Yellowstone, em 1872, os Estados Unidos inventaram o rótulo de 'parque nacional' para preservar as maravilhas naturais do país, visando confinar a 'natureza' a um 'parque' que teria então status de patrimônio nacional (GISSIBL, HÖHLER & KUPPER, 2012).

O modelo estadunidense de parques nacionais foi copiado em vários outros países (MCCORMICK, 1992), o que contribuiu para que as ideias e instituições ocidentais se tornassem fundamentais na formação de ideias e instituições coloniais (e pós-coloniais) para a gestão da natureza (RANDERIA, 2007). Cronon (1995) conclui que muitos ambientalistas estão começando a perceber que exportar as noções americanas de



wilderness pode se tornar uma forma de imperialismo cultural. A crítica pós-colonial argumenta que os modelos ocidentais de desenvolvimento do turismo e da conservação da vida selvagem estão embutidos em um legado colonial centrado na exclusão de suas comunidades indígenas (AKAMA et al, 2011).

As autoridades coloniais, com o argumento da proteção da vida selvagem, estabeleceram parques nacionais, principalmente para fins de caça e turismo, ao mesmo tempo em que expulsavam as populações indígenas (KING, 2009). Um documento² sobre a colônia de Moçambique diz que “África é o ‘paraíso dos caçadores’”, onde “uma fauna riquíssima em variedade e abundância se oferece, tentadora ao caçador” (PORTUGAL, 1940, p. 45). Nos parques e reservas, a natureza foi produzida com base na visão da África como uma selva primitiva (NEUMANN, 1995) e, embora as áreas protegidas sejam vistas como a natureza operando fora da esfera humana, seu estabelecimento e gerenciamento são ações altamente políticas, pois funcionam como um mecanismo de formação e controle do Estado sobre o espaço e as sociedades (KING, 2009).

Havia dimensões raciais e de gênero na criação dos parques nacionais, pois compartilhavam um sentido de ‘brancura’ e ‘masculinidade’, assumindo a necessidade de desenvolver países de ‘homens brancos’³ (HARPER; WHITE, 2012). O referido documento sobre a colônia de Moçambique fala sobre o "homem branco portador da civilização", e afirma que "a caça em África é hoje ainda e sê-lo-á por muitos anos um contínuo apêlo à audácia e à bravura, à astúcia e à aptidão do Homem, um viril motivo de heroísmo" (PORTUGAL, 1940, p. 45). Assim, os parques nacionais eram representações simbólicas da visão europeia da África e, portanto, apropriados para uso exclusivo dos europeus, servindo como demonstração do poder dos Estados coloniais de controlar o acesso ao território (NEUMANN, 1995).

A relação entre o turismo e as áreas naturais protegidas se apresenta então como um duplo⁴ exemplo da perda de controle das populações locais sobre seus territórios. Primeiro a conservação – aplicando o que Guha (1997) classifica como “imperialismo

² A coleção ‘Moçambique - Documentário trimestral’ foi publicada entre 1935 e 1961 pelo Governo Geral de Moçambique. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/MDT.aspx> Acessado em 2 de julho de 2023.

³ Os autores se referem às colônias britânicas na América do Norte, África e Oceania. Sène-Harper e Séye (2019) analisam a forma como a administração colonial francesa estabelecia os parques no Senegal, desconsiderando os usos tradicionais e a posse comunal da terra pelas populações locais, enquanto priorizava o interesse comercial privado.

⁴ Na verdade, já representando desdobramentos da principal privação de direito à terra, advindo do processo de colonização.



conservacionista” – altera as dinâmicas locais de atuação nos espaços, e em seguida o turismo se apropria dos territórios, incorporando-os a sua lógica de mercantilização e consumo das paisagens, transformando as áreas naturais em “paraísos perdidos” (BRUNEL, 2009). É o que Crick (1989, p. 307) chama de "imperialismo do lazer", que considera como sendo a “face hedonista do neocolonialismo”, em que áreas do próprio país são entregues ao prazer exclusivo de estrangeiros.

À medida que a ‘fronteira turística’ avança sobre locais ‘intocados’ e ‘não descobertos’⁵, cresce seu valor aos olhos dos interesses privados, pois, se no passado eram espaços de pouca relevância para a indústria turística, tornam-se cada vez mais valiosos devido à sua crescente raridade (COHEN, 2002). Isto remete à noção moderna de que a periferia está desaparecendo, visto que não há lugar onde os turistas não alcancem (HALL et al, 2013). Conseqüentemente, a preservação desses locais suscita a preocupação de muitos por razões ecológicas, culturais e sobretudo econômicas, pois tornam-se um novo ‘recurso’, cuja exploração ‘sustentável’ exige a imposição de regras de controle e limitações de acesso, acabando por inverter a lógica econômica e fazendo das áreas mais remotas, as mais caras – uma vez que abrigam atrações naturais ou culturais particularmente valiosas (COHEN, 2002).

Nesse sentido, o turismo (re)inscreve estruturas e narrativas colonizadoras em um emaranhado profundo com o poder colonial (GRIMWOOD; STINSON; KING, 2019), de modo que parece ter um legado substancial nas relações entre antigos colonizadores e colonizados (HALL; TUCKER, 2004). As paisagens naturais surgem então como espaços a serem domesticados e explorados. Assim, o turismo induz a impressão de que parques e áreas naturais são reservados para que os estrangeiros brancos ricos se divirtam (MYERS, 1972). Ao mesmo tempo, a caça como prática turística e símbolo do imperialismo europeu foi reformulada como um turismo de luxo baseado em uma complexa atuação do poder branco / masculino sobre os espaços coloniais ‘selvagens’ (GISSIBL, 2016), tornando-se um meio importante para os exploradores e colonos estabelecerem um papel privilegiado para si mesmos (GARLAND, 2008).

A caça de grandes animais foi percebida como um símbolo importante do domínio europeu sobre natureza e sociedade, portanto, a evolução do turismo de safári tem suas

⁵ ‘Não descobertos’, apenas na perspectiva dos turistas do norte que, assim como seus antecessores – os pretensos descobridores (mas, de fato, invasores) – sempre imaginam encontrar o ‘intocado’, ao passo que as terras alcançadas pelo avanço colonizador do turismo eram, desde muito antes, habitadas e povoadas.



origens no período das expedições de caça pelos pioneiros europeus e aventureiros estadunidenses (AKAMA, 2004). O safári de caça representou o sacrifício da vida selvagem africana para a satisfação de uma minoria rica (GISSIBL, 2016), fazendo da caça esportiva o maior paradoxo do ecoturismo (HONEY, 1999).

Exposta a argumentação teórica sobre as formas como o turismo e a conservação da natureza seguem uma lógica colonial de controle do espaço e dos corpos, serão apresentadas a seguir duas situações vivenciadas durante a viagem através da África, em particular, na Tanzânia, que permitiram confirmar as impressões sobre a colonialidade do turismo.

AS PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO COLONIZADOR

Foi enquanto viajante na África que os aspectos colonizadores do turismo puderam ser percebidos e vivenciados. Ao longo da viagem de seis meses, que percorreu mais de 20 mil quilômetros por terra e água, puderam ser distinguidas várias Áfricas, das quais se destacaram, genericamente, duas: a África dos africanos⁶ – sejam eles negros (bantu), bosquímanos, etíopes ou descendentes dos árabes – e a África dos brancos, sejam eles descendentes dos colonos ou turistas em viagem. A fronteira entre elas é abissal. A primeira é escassa em infraestrutura⁷, pois, como relatou detalhadamente N’Krumah (1967), os colonizadores não tinham interesse em desenvolver nada além de seus acessos às riquezas do continente. A segunda possui tudo para suprir os habitantes das metrópoles coloniais daquilo que o imaginário projeta como positivo em África, sempre relacionado à natureza, ao selvagem (*wilderness*) e aos ‘exóticos’ membros das mais variadas ‘tribos’.

A viagem foi transcorrendo de maneira livre, de modo a deixar o inesperado e o imponderável ditarem as decisões sobre o planejamento. Tendo como ponto de partida Angola e como destino final a Etiópia – além de alguns locais de interesse a serem visitados ao longo do caminho – um possível percurso se delineava, considerando-se o tempo de seis meses e como meio de locomoção o transporte local terrestre. Desde o início as visitas a áreas protegidas se revelariam caras e de difícil acesso, já indicando o

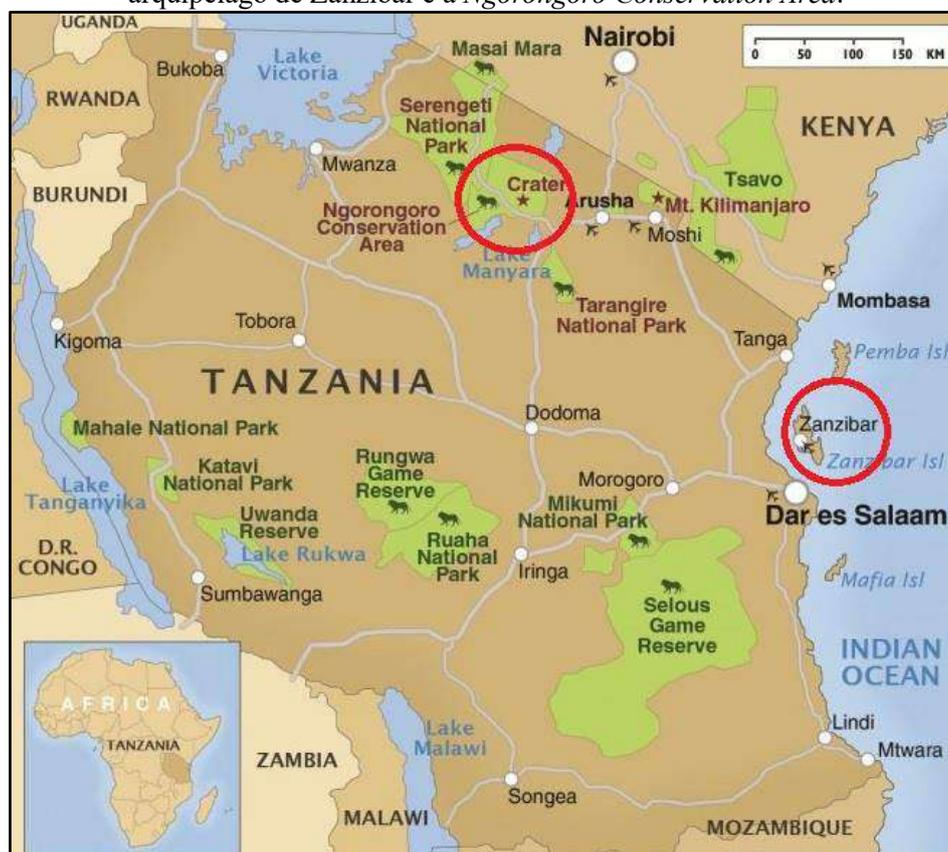
⁶ Não existe uma homogeneidade nesta categoria geográfica “África”, nem tampouco os “africanos” compõem um grupo social mais ou menos coeso face aos “brancos”. Mas para esta análise procuramos construir (empiricamente) esta diferenciação, que embasa a argumentação sobre a colonialidade do turismo.

⁷ Com as exceções dos locais ocupados pelas elites africanas pós-coloniais.



aspecto exclusivista (e excludente) do turismo na África. Mas foi na Tanzânia que esta percepção se tornaria ainda mais evidente. Primeiro em Zanzibar e depois em Ngorongoro, foi na antiga colônia alemã e britânica (Figura 1) que as ideias sobre o turismo colonizador se concretizaram, para o primeiro autor deste artigo.

Figura 1: Mapa da Tanzânia e suas áreas protegidas, em destaque a ilha de Unguja, no arquipélago de Zanzibar e a *Ngorongoro Conservation Area*.



Fonte: <https://www.african-pride.co.uk/tanzania-zanzibar/ngorongoro-conservation-area>

Zanzibar é um arquipélago formado pelas ilhas principais de Unguja e Pemba e considerada o centro de dispersão da cultura suaíli, ou ‘povo da costa’ (M’BOKOLO, 2011). A civilização suaíli – formada pelas interações entre uma população de língua bantu do interior da África e migrantes árabes, persas e indianos – teve seu apogeu entre os séculos XII e XV, até a chegada dos conquistadores portugueses no século XVI, que séculos mais tarde perderam o controle da costa índica para os omâni – que viriam a transferir sua capital para a ilha em 1840, período em que concentrava a maior produção de cravo-da-índia do mundo (MATVEIEV, 2010; M’BOKOLO, 2011).



Pelas ruelas estreitas da histórica Stone Town – entre igrejas, mesquitas, lojas de souvenirs e um museu da escravatura – uma experiência contribuiria para a percepção sobre o turismo colonizador. Em uma pequena casa de chás, foi possível perceber quanta história do mundo caberia dentro de uma xícara. Quantos navios negreiros transportaram africanos escravizados para os canaviais e engenhos das Américas; quantas plantações de *Camellia* nos países colonizados da Ásia, e quantas especiarias plantadas e comercializadas em tantas outras colônias, para que os europeus (britânicos em especial) pudessem desfrutar de uma xícara de chá?

O chá talvez seja um dos maiores símbolos do Império Britânico, e não há nada em seus elementos que seja produzido na ilha da Inglaterra. As folhas, as especiarias e o açúcar, cada elemento que compõe a “bebida que conquistou o mundo” (STANDAGE, 2005, p. 139), exigiu do império que a consumia a manifestação de sua maior característica à época: o poder de conquistar o mundo. Consequentemente, “a história do chá é a história do imperialismo, da industrialização e da dominação mundial” e reflete o poder e o alcance do Império Britânico (STANDAGE, 2005, p. 140).

Mas foi nas praias de Nungwi, ao norte da ilha de Unguja, que ficou evidente a colonização pelo turismo em Zanzibar. Hotéis e resorts de extremo luxo ocupam a frente das praias até a faixa de areia e rochas alcançadas pelas marés (Figuras 2 e 3), e ali são colocados guerreiros maasai como seguranças. Ou seja, durante parte do dia, não é possível nem mesmo transitar pela areia, devido às ondas da maré alta que quebram nas rochas. Portanto, se um turista não está hospedado em um desses hotéis, não pode frequentar a praia em frente e, como toda a praia é ladeada por hotéis de luxo, o acesso a esses trechos fica restrito a seus privilegiados e endinheirados hóspedes.

Figuras 2 e 3: Equipamentos turísticos avançam até a água, em Nungwi



Fotos: EduCoelho, 2014.



A relação entre a apropriação do espaço e o usufruto exclusivo dos turistas permite fazer uma análise através do que Albert Memmi (2003) fala sobre a usurpação⁸, relacionando o colono ao turista e o colonizado às populações locais: o turista, é um ser ilegitimamente privilegiado, ou seja, um usurpador, que sabe que é um usurpador. Para Memmi (2003, p. 95), “aceitar a realidade de ser um [turista] colonizador significa concordar em ser um privilegiado não legítimo, ou seja, um usurpador”. A constatação foi que, nas areias de Nungwi, os grandes empreendimentos hoteleiros (provavelmente pertencentes a investidores estrangeiros) se apoderaram do acesso ao mais belo atrativo natural da ilha de Unguja, que compõe o imaginário sobre Zanzibar.

A outra situação – que levou a solidificar a constatação de um sistema (neo)colonial associado ao turismo – aconteceu no interior da Tanzânia, nos planaltos de Ngorongoro e comprova o que já afirmava Honey (1999), que, na Tanzânia, as áreas protegidas são o foco do *boom* do turismo e palco central das lutas sociais rurais. Desde seu planejamento, a viagem pela África buscava o contato próximo com as populações locais, evitando os espaços da bolha turística e tentando conhecer exemplos de comunidades que desenvolvessem o turismo em áreas protegidas. Após algumas experiências frustradas e outras bem-sucedidas em visitas a parques e reservas, o caso da *Ngorongoro Conservation Area* (NCA) parecia propício para futuras investigações que já se desenhavam à época. A relação histórica de criação da área protegida, com a permanência dos povos tradicionais e o avançado desenvolvimento do turismo, se apresentava como uma rica possibilidade para a pesquisa sobre turismo de base comunitária.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o contexto local, primeiramente foi visitado o escritório da *Ngorongoro Conservation Area Authority* (NCAA) em Arusha. A estratégia era então tentar conhecer o escritório dentro da área protegida e, para isso, foi preciso chegar mais próximo do destino final, até a cidade de Karatu, onde também há um pequeno escritório da NCAA. Em contato com os funcionários, era explicada a intenção de conhecer melhor a realidade, conversar com trabalhadores, entender melhor alguns contextos, para o planejamento de uma futura

⁸ Memmi refere-se à existência de um grupo de colonos que convive diariamente com a população colonizada, por vezes até sendo simpático a seus interesses. O turista tem essa máscara de se fazer simpático e amigável, mesmo quando a relação é fantasiosa e de servilidade. E apesar de um turista específico estar ali por um tempo restrito, a categoria social 'turista', está sempre ali, sempre se divertindo a lazer, ano após ano, sempre distribuindo sorrisos e gorjetas, enquanto usurpa o lugar dos que agora o servem.

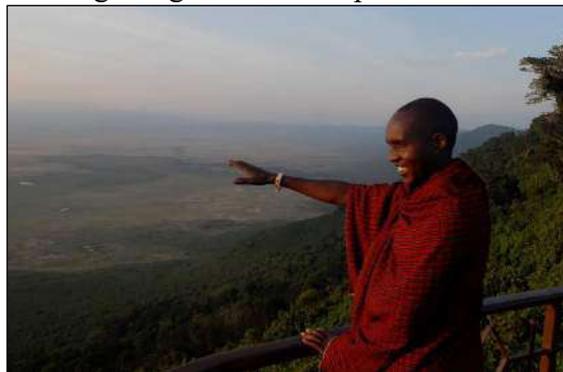


pesquisa. As opções que eram apresentadas pelos funcionários seriam a de solicitar autorização de pesquisa ao órgão oficial da Tanzânia, ou proceder com uma visita turística, que deveria ser contratada em alguma agência de turismo de safari.

Como as agências não se mostravam uma opção economicamente viável e não seria possível conseguir autorização de pesquisa a tempo, restava apenas a tentativa de obter a autorização para conhecer o escritório local. Com mais insistência foi possível contato com um alto funcionário do escritório dentro da NCA e, novamente, explicada toda a situação, que sempre voltava para as opções de solicitar autorização de pesquisa ou visitar através de agência. Quando finalmente foi esclarecido que o viajante não tinha tempo para esperar a autorização e nem dinheiro para visitar através de agências, veio a resposta categórica: *“if you don't have money, don't come to Ngorongoro”*, (“se você não tem dinheiro, não venha para Ngorongoro”). Naquele momento ficou claro que aquele notório ambiente, suas paisagens, animais e povos tradicionais se tornavam cada vez mais uma exclusividade das elites econômicas dispostas a pagar altos valores para avistá-los. A partir de então consolidou-se a ideia sobre o que viria a ser conceituado como ‘turismo colonizador’ (COELHO; GONTIJO, 2019; COELHO; 2022).

A experiência do viajante – de tentar visitar parques e reservas com um orçamento limitado e buscando escapar da bolha turística – demonstrou que os safaris parecem estar moldados para um perfil de visitante: ocidental, branco, rico e que se interessa quase exclusivamente por vivências de natureza (Figura 4). Não fosse o convite de um maasai para pernoitar em sua residência (Figura 5), não teria sido possível a visita à renomada área protegida. A frase que determina a negação de acesso a Ngorongoro para aqueles visitantes com pouca disponibilidade de dinheiro, poderia se referir a qualquer outra famosa área protegida da África. É como se o luxo se tornasse um elemento indispensável da economia política da conservação (GISSIBL, 2016).

Figura 4: Turistas ocidentais e seus veículos de safari ao fundo. Figura 5: O anfitrião maasai apresenta a famosa cratera de Ngorongoro a seu hóspede.



Fotos: EduCoelho, 2014.

No caso de Ngorongoro, historicamente, leis de conservação foram usadas para desapropriar os maasai, desarranjando seus modos de vida tradicionais e ameaçando sua própria sobrevivência (CURRIER; MITTAL, 2021). Há mais de três séculos ocupantes das terras do Serengeti e Ngorongoro, os maasai são pastoralistas que habitam vastas áreas da Tanzânia e do Quênia (NELSON, MAKKO, 2005). Com a definição dos limites do Parque Nacional do Serengeti, em meados do século XX, os maasai foram expulsos da área e proibidos de conduzir seu gado para as planícies férteis em busca de água e pasto (NEUMANN, 2003). A decisão que gerou conflitos com o governo colonial levou à elaboração de novos limites para o Parque e a criação da *Ngorongoro Conservation Area* como tentativa de compatibilizar a conservação com a manutenção das populações maasai (ROGERS, 2009).

No entanto, recentemente foram revelados planos de expulsar os maasai de suas terras para criar um corredor de vida selvagem para caça de troféus e turismo de elite (SUTHERLAND, 2022). O argumento de proteção ambiental – usado para justificar a expulsão dos maasai, primeiro do Serengeti e agora de Ngorongoro – está sendo sacrificado pela ganância por lucros turísticos (HONEY, 1999). Gardner (2016) apresenta uma extensa crítica ao neoliberalismo da conservação, detalhando o processo de comodificação da paisagem, em que caçadores ricos querem se apropriar de extensas áreas entre Serengeti e Ngorongoro para utilizar como um playground particular.

O meio ambiente está se tornando cada vez mais comoditizado, gerenciado e comercializado através das políticas ambientais neoliberais (BUTT, 2012). A neoliberalização dos recursos periféricos cria as condições para a expansão do imperialismo ecológico, reestruturando as relações sociais e de propriedade que



governam a natureza e, assim, permitindo sua privatização e mercantilização (FRAME, 2016). A neoliberalização representa uma nova forma de regulação da natureza por meio de sua mercantilização, o que implica em novos tipos de territorialização (IGOE; BROCKINGTON, 2007). Por meio do ecoturismo, a conservação neoliberal se apropria das paisagens, enquanto transforma as populações locais em invasores em suas próprias terras (BLUWSTEIN, 2017).

A situação atual de Ngorongoro prova que a conservação e o turismo são objetivos mais importantes do que o desenvolvimento pastoril dos maasai (ROGERS, 2009) e que o legado colonial sobre o controle da natureza foi incorporado às instituições e práticas do Estado pós-colonial (RANDERIA, 2007). É uma nova batalha na guerra que vem acontecendo há anos entre o povo maasai e o governo da Tanzânia, em nome da ‘conservação’ da natureza (JEANNIN, 2022). A nova tentativa de colonização do território ocupado pelos maasai agora tem abertamente o interesse na apropriação privada de uma área que é patrimônio da humanidade, para fins de ‘conservação’ e luxo exclusivo e excludente, que caracterizam o *modus operandi* do turismo colonizador.

Zanzibar e Ngorongoro parecem carregar as características predatórias da inserção de um formato de turismo construído sobre bases coloniais e que não respeita os lugares, a cultura e as tradições. As populações locais passam a cumprir um papel de servilidade, tendo suas tradições fixadas apenas naqueles aspectos que interessam à exploração financeira. Esses dois exemplos da Tanzânia também puderam ser percebidos em diversos outros locais da África, durante a viagem que percorreu dez países do continente. Esta reflexão buscou apresentar uma síntese sobre um tema que enseja novas análises, tanto no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos nos locais estudados, quanto em outros contextos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos argumentar que a África aparece no imaginário turístico como uma paisagem edênica a ser conquistada. Mas quais formatos de turismo podem prosperar na África? E, mais ainda, quais modelos de turismo os africanos almejam construir? Para Krippendorf (2009, p. 15), “os visitados estão se preparando para a revolta”. A perda do controle sobre seus territórios e a subordinação aos interesses do capital turístico podem de fato levar os anfitriões a uma luta para se libertarem. Mas, infelizmente, o que



demonstra se desenrolar em Ngorongoro vem para comprovar veementemente que o turismo é, de fato, colonizador. Se já pouco existia real esperança em um turismo libertador, Ngorongoro é um exemplo de que, muitas vezes, não há.

O avanço do ímpeto colonizador do homem branco – também enquanto turista – sobre as terras onde viviam e ainda vivem os povos colonizados, nunca cessou. A triste situação enfrentada pelos maasai na Tanzânia não é um caso isolado, mas sim um indicativo das mais amplas dificuldades enfrentadas pelos indígenas em todo o mundo (CURRIER; MITTAL, 2021). Além de ser uma abominação considerar que dezenas de milhares de pessoas estejam sob a ameaça de serem colocadas na condição de ‘refugiados da conservação’ (DOWIE, 2006) – completamente desterritorializadas de seu lar – é gigantesco o desserviço que essa situação presta tanto à ‘conservação’, quanto ao ‘ecoturismo’, pois ambos parecem estar atuando em conjunto para que as mais belas paisagens da África estejam disponíveis exclusivamente para uma parcela privilegiada da população mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKAMA, J. Neocolonialism, dependency and external control of Africa’s tourism industry A case study of wildlife safari tourism in Kenya. In: HALL, C.; TUCKER, H. (ed.) **Tourism and Postcolonialism** – Contested discourses, identities and representations. Routledge, 2004, p. 140-152.
- AKAMA, J.; MAINGI, S.; CAMARGO, B. Wildlife Conservation, Safari Tourism and the Role of Tourism Certification in Kenya: A Postcolonial Critique. **Tourism Recreation Research**, v. 36, n. 3, p. 281-291, 2011.
- ANDERSON, L.; AUSTIN, M. Auto-ethnography in leisure studies. *Leisure Studies*. V. 31, N. 2, p. 131–146, 2012.
- ANDRADE, M. **O turista aprendiz** – edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: IPHAN, 2015
- BARANOWSKI, S.; ENDY, C.; HAZBUN, W.; HOM, S.; PIRIE, G.; SIMMONS, T.; ZUELOW, E. Discussion: Tourism and empire. **Journal of Tourism History**, p. 1-31, 2015.



BIRD, M. Stolen Trophies: Hunting in Africa Perpetuates Neo-Colonial Attitudes and is an Ineffective Conservation Tool. **Journal of Integrative Research and Reflection**, v. 1, p. 37-46, 2018.

BLUWSTEIN, J. Creating ecotourism territories: Environmentalities in Tanzania's community-based conservation. **Geoforum**, v. 83, p. 101–113, 2017.

BOAHEN, A. Tendências e processos novos na África do século XIX. In. ADE AJAYI, J. (ed.) **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 47-76.

BOUKHRIS, L.; PEYVEL, E. Tourism in the context of postcolonial and decolonial paradigms. **Via Tourism Review**, v. 16, p. 1-14, 2019.

BROWER, M. Trophy Shots: Early North American Photographs of Nonhuman Animals and the Display of Masculine Prowess. **Society and Animals**, v. 13, n. 1, p. 13-31, 2005.

BRUNEL, S. Turismo e mundialização: rumo a uma disneylandização universal?. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 8, n. 15, p. 7-18, 2009.

BRUNER, E. The Maasai and the Lion King: Authenticity, Nationalism, and Globalization in African Tourism. **American Ethnologist**, v. 28, n. 4, p. 881-908, 2001.

BRUNER, E. Transformation of self in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 18, p. 238-250, 1991.

BUTT, B. Commoditizing the safari and making space for conflict: Place, identity and parks in East Africa. **Political Geography**, v. 31, p. 104-113, 2012.

CARNEIRO, H. O múltiplo imaginário das Viagens modernas: ciência, Literatura e turismo. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 35, n. 2, p. 227-247, 2001.

CHRISTIE, et al, BANCO MUNDIAL, 2013.

COELHO, E.; GONTIJO, B. Sobre o “Turismo Colonizador” e o “Turismo Libertador”. **Anais do XVII EGAL – Encontro de Geógrafos de América Latina**. Quito, 2019.

COELHO, E. O turismo é colonizador. Bases comunitárias para um turismo libertador – experiências decoloniais na Amazônia Brasileira e na Savana Africana. **Tese em Geografia apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2022.

COHEN, E. Authenticity, Equity and Sustainability in Tourism, **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, n. 4, p. 267-276, 2002.



- CRICK, M. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annu. Rev. Antropol.* V. 18, p. 307-344, 1989.
- CRONON, W. **Uncommon Ground**: toward reinventing nature, New York: W. W. Norton & Co., 1995.
- CURRIER, A.; MITTAL, A. **The looming threat of eviction**: the continued displacement of the maasai under the guise of conservation in Ngorongoro Conservation Area. California: The Oakland Institute, 2021.
- D’HAUTESERRE, A. Postcolonialism, Colonialism, and Tourism. In: LEW, A.; HALL, C.; WILLIAMS, A. (ed). **A companion to tourism**. Blackwell Publishing Ltd, 2004, p. 235-245.
- DENSHIRE, S. On auto-ethnography. **Current Sociology Review**. v. 62, n. 6, p. 831–850, 2014.
- DOWIE, M. Refugiados Da Conservação. Artigos n.º 4. **Orion Magazine**. São Paulo, 2006.
- FRAME, M. The Neoliberalization of (African) Nature as the Current Phase of Ecological Imperialism, **Capitalism Nature Socialism**, p. 1-19, 2016.
- FRÖMMING, U. Kilimanjaro’s melting glaciers: on the colonial and postcolonial perception and appropriation of African nature. **Etnográfica**. v. 13, n. 2, p. 395-416, 2009.
- GARDNER, B. **Selling the Serengeti**: the cultural politics of safari tourism. University of Georgia Press: Georgia, 2016
- GARLAND, E. The Elephant in the Room: Confronting the Colonial Character of Wildlife Conservation in Africa. **African Studies Review**, v. 51, n. 3, p. 51-74, 2008.
- GISSIBL, B. The conservation of luxury: Safari hunting and the consumption of wildlife in twentieth-century East Africa. In: HOFMEESTER, K.; GREWE, B. (ed). **Luxury in Global Perspective**. Objects and Practices, 1600-2000. Cambridge University Press, 2016, p. 263-300.
- GISSIBL, B. HÖHLER, S.; KUPPER, P. Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective. Berghahn Books, 2012.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the Wilderness Myth. **BioScience**, v. 42, n. 4, p. 271-279, 1992.
- GRIMWOOD, B.; STINSON, M.; KING, L. A decolonizing settler story. **Annals of Tourism Research**, v. 79, p. 1-11, 2019.



GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROVE, R. Origins of Western Environmentalism. **Scientific American**. v. 267, n. 1, p. 42-47, 1992.

GUHA, R. The authoritarian biologist and the arrogance of anti-humanism: wildlife conservation in the third world. **The Ecologist**, v. 27, n. 1, p. 14-20, 1997.

HALL, C.; HARRISON, D.; WEAVER, D.; WALL, G. Vanishing Peripheries: Does Tourism Consume Places? **Tourism Recreation Research**, v. 38, n. 1, p. 71-92, 2013.

HALL, C.; TUCKER, H. Tourism and postcolonialism: An introduction. In: HALL, C.; TUCKER, H. (ed.) **Tourism and Postcolonialism** – Contested discourses, identities and representations. Routledge, 2004, p. 1-24.

HALLETT, R. The European approach to the interior of Africa in the eighteenth century. **Journal of African History**, v. 4, n. 2, p. 191-206, 1963.

HARPER, M.; WHITE, R. How National Were the First National Parks? Comparative Perspectives from the British Settler Societies. In: GISSIBL, B.; HÖHLER, S.; KUPPER, P. (orgs) **Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective**. Berghahn Books, 2012, p. 50-67.

HONEY, M. **Ecotourism and Sustainable Development: Who owns Paradise?** Washington: Island Press, 1999.

IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Neoliberal Conservation: A Brief Introduction. **Conservation and Society**, v. 5, n. 4, p. 432-449, 2007.

JEANNIN, M. In Tanzania, the Maasai are evicted from their land in the name of wildlife protection and tourism. **Le Monde**. 13 de julho de 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/06/23/in-tanzania-the-maasai-are-evicted-from-their-land-in-the-name-of-wildlife-protection-and-tourism_5987719_4.html#:~:text=On%20Thursday%2C%20June%2016%2C%20some,a%20Unesco%20World%20Heritage%20Site%2C Acessado em 20 de julho de 2022.

KING, B. Conservation Geographies in Sub-Saharan Africa: The Politics of National Parks, Community Conservation and Peace Parks. **Geography Compass**, v. 3, p.1-14, 2009.

KOTHARI, U. Reworking colonial imaginaries in postcolonial tourist enclaves. **Tourist Studies**, v. 15, n. 3, p. 248-266, 2015.



- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- MATVEIEV, V. O desenvolvimento da civilização swahili. In. NIANE, D. (ed.) **História Geral da África, Vol. IV: África do século XII ao XVI**. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 512-538.
- M'BOKOLO, E. **África Negra**: história e civilizações. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Antígona: Lisboa, 2014.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1992.
- MCKERCHER, B.; DECOSTA, P. The lingering effect of colonialism on tourist movements. **Tourism Economics**. V. 13, N. 3, p. 453–474, 2007.
- MELLO, M. O relato de viagem – narradores, entre a memória, o fictício e o imaginário. **Gragoatá**, Niterói, n. 28, p. 141-152, 2010.
- MEMMI, A. The colonizer and the colonized. Earthscan Publications: London, 2003.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- MKONO, M. Neo-colonialism and greed: Africans' views on trophy hunting in social media, **Journal of Sustainable Tourism**, V. 27, N. 5, p. 689-704, 2019.
- MUDIMBE, V. **A invenção de África**: gnose filosofia e ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.
- MYERS, N. National Parks in Savannah Africa. **Science**. V. 178, p. 1255-1263, 1972.
- N'KRUMAH, K. **Neocolonialismo** – último estágio do Imperialismo. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- NASH, D. Tourism as a form of Imperialism. In. SMITH, V. (ed.) **Hosts and Guests** – the anthropology of tourism. University of Pennsylvania Press, 1989, p. 37-52.
- NELSON, F.; MAKKO, S. Communities, conservation, and conflicts in the Tanzanian Serengeti: preserving rights to gain benefits. In: CHILD, B.; LYMAN, M. (eds). **Natural resources as community assets**: lessons from two continents. Aspen Institute: Washington, D.C., 2005, p. 123-145.
- NEUMANN, R. Ways of Seeing Africa: Colonial Recasting of African Society and Landscape in Serengeti National Park. **Cultural Geographies**, v. 2, n. 2, p. 149-169, 1995.



- NEUMANN, R. The production of Nature – Colonial recasting of the African Landscape in Serengeti National Park. In: ZIMMERER, K., BASSETT, T. (eds.) **Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies**. The Guilford Press: New York, 2003, p. 240-255.
- OMT. World Tourism Organization – **Compendium of Tourism Statistics Data 2014 – 2018**. Madrid, Spain, 2020.
- PÉREZ, X. **Turismo Cultural** – Uma visão antropológica. Colección PASOS edita, n. 2: Tenerife, 2009.
- PINTO, R. **Viagem das ideias**. Editora Valer: Manaus, 2006.
- PORTUGAL. Colônia de Moçambique. Moçambique, no “paraíso da caça”. **Moçambique – Documentário trimestral**, v. 21. Imprensa Nacional: Lourenço Marques, 1940, p. 45-56.
- PRATT, M. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.
- RANDERIA, S. Global Designs and Local Lifeworlds: Colonial Legacies of Conservation, Disenfranchisement and Environmental Governance in Postcolonial India. **Interventions**, v. 9, n. 1, London, p. 12-30, 2007.
- ROGERS, P. History and Governance in the Ngorongoro Conservation Area, Tanzania: 1959-1966. **Global Environment**, v. 2, n. 4, p. 78-117, 2009.
- SALAZAR, N. Imagineering Otherness: Anthropological Legacies in Contemporary Tourism. **Anthropological Quarterly**, v.86, n.3, p.669-696, 2013.
- SÈNE-HARPER, A.; SÉYE, M. Community-based Tourism Around National Parks in Senegal: The Implications of Colonial Legacies in Current Management Policies, **Tourism Planning & Development**, p. 1-18, 2019.
- SILVEIRA, S. América: projeção da geografia fantástica das Índias. In: CASTRO, E.; PINTO, R. (orgs). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018, p. 53-80.
- SMITH, S. Instagram abroad: performance, consumption and colonial narrative in tourism, **Postcolonial Studies**, 2018.
- SOUZA; J.; TOMAZZONI, E. As viagens etnográficas e o turismo cultural na obra de Mário de Andrade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2021.
- STANDAGE, T. **História do mundo em 6 copos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.



STEINHART, E. Hunters, poachers and gamekeepers: towards a social history of hunting in colonial Kenya. **Journal of African History**, nº 30. Great Britain, p. 247-264, 1989.

SUTHERLAND, L. Tanzania, siding with UAE firm, plans to evict Maasai from ancestral lands. **Mongabay News**, 2022. Disponível em:
<https://news.mongabay.com/2022/02/tanzania-siding-with-uae-firm-plans-to-evict-maasai-from-ancestral-lands/>

TUCKER, H.; AKAMA, J. Tourism and Postcolonialism. In: JAMAL & ROBINSON (eds) **The Sage Handbook of Tourism Studies**, 2012, p. 504-520.



Varia

Artigo



MAPEAMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE À INUNDAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ZAMBEZE 2, MOÇAMBIQUE

MAPPING OF FLOOD SUSCEPTIBILITY IN THE ZAMBEZE 2 RIVER BASIN, MOZAMBIQUE

MAPEO DE LA SUSCEPTIBILIDAD DE INUNDACIONES EN LA CUENCA DEL RÍO ZAMBEZE 2, MOZAMBIQUE

Por Ringo Benjamim Victor, José João Passe; Dizimalta Miquitaio, Evaristo Uaila & Hélio Nghanhane

101

Ringo Benjamim Victor. Professor da Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè. Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-1514-0378>
Contato: mgauptete@gmail.com

José João Passe. Professor da Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè. Moçambique
<http://orcid.org/0000-0002-1972-9366>
Contato: josejpass@gmail.com

Dizimalta Miquitaio. Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas da Universidade Púnguè, Moçambique
<http://orcid.org/0000-0001-5995-662X>
Contato: dizimalta1@gmail.com

Evaristo Uaila. Professor da Faculdade de Ciências Exactas e Tecnológicas da Universidade Púnguè. Moçambique
<http://orcid.org/0009-0008-7436-3695>
Contato: eduaila@yahoo.com.br

Hélio Nghanhane, Professor da Faculdade de Ciências Exactas e Tecnológicas da Universidade Púnguè, Moçambique
<http://orcid.org/0000-0001-5359-2044>
Contato: nghanhanelio@gmail.com

Como citar
BENJAMIM VICTOR, R.; PASSE, J.J.; MIQUITAIO, D; UAILA, D; NGANHAME, H. Mapeamento de susceptibilidade de risco de inundação na Bacia hidrográfica do Rio Zambeze 2 em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 101-130, jul.-set. 2023.

Recebido 04/08/2023

Aceite: 11/09/2023



Resumo

A inundação é um perigo natural devastador que pode causar danos à sistemas biofísicos e socioeconómicos. A falta de planeamento de uso de terras impele a ocupação desordenada acarretando diversos problemas, o que torna a sociedade mais exposta aos eventos climáticos extremos, como é o caso dos ciclones tropicais que tem ocasionado de forma recorrente e intensas inundações em Moçambique, impactando em avultados danos e perdas socioeconómicas e humanas. A susceptibilidade está diretamente relacionada à probabilidade de uma área ser atingida pelas inundações. A pesquisa objectivou analisar espacialmente a susceptibilidade à inundações da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, em Moçambique. Para além do mapeamento efectuado através do ArcMap 10.6, apropriamo-nos da revisão bibliográfica e do método de Análise Hierárquica de Processo (AHP) proposto por Saaty (1980). Os resultados evidenciam que a bacia com 25.348,59 km² é de baixa à média propensão à inundações e cheias. Nesta, as áreas com maior susceptibilidade à riscos de inundações dispõem-se em classe média com 14.893,06 km² (58,75%), alta com 8.702,71 km² (34,33%) e baixa perfazendo 1.752,82 km² (6,9%). O conhecimento de áreas susceptíveis a riscos de inundação constitui base para acções que visem a minimização da sua ocorrência. Para o efeito, o mapeamento se afigura pertinente.

Palavras-chave: Gestão de Riscos de Desastres. Planeamento de Uso de Terras. Vulnerabilidade Sócio-Ambiental.

Abstract

Flooding is a devastating natural phenomenon that can damage biophysical and socioeconomic systems. The lack of land use planning leads to disorderly occupation and other problems, making society more exposed to extreme weather events, such as tropical cyclones that have repeatedly and intensely caused floods in Mozambique and significant socioeconomic and human losses. Susceptibility is directly related to the probability of an area being affected by flooding. The research aimed to spatially analyze the susceptibility to flooding of the Zambezi River Basin 2, in Mozambique. In addition to mapping carried out in a geoprocessing environment (ArcMap 10.6), the methodological procedures used, consisted of a bibliographic review, and collection of secondary data, as well as the application of the Hierarchical Process Analysis method (AHP) proposed by Saaty (1980). The results show that the basin with 25,348.59 km² is low and medium prone to floods and floods. Areas with greater susceptibility to flooding risks are organized as follows: the middle class (58.75%) with 14,893.06 km², upper class (34.33%) corresponding to 8,702.71 km², and low class (6.9%) with 1,752.82 km². We concluded that mapping is relevant and basic to gather knowledge of areas susceptible to flooding risks and propose actions to minimize their occurrence. the results show that the basin with 25,348.59 km² is low and medium prone to floods and floods

Keywords: disaster risk management, land use planning, socio-environmental vulnerability.

Resumen

Las inundaciones son peligros naturales, devastadoras que pueden causar daños a los sistemas biofísicos y socioeconómicos. La falta de planificación del uso de la tierra conduce a una ocupación desordenada que causa varios problemas, haciendo que la sociedad esté más expuesta a fenómenos meteorológicos extremos, como los ciclones tropicales que han causado inundaciones recurrentes e intensas en Mozambique, con un impacto en pérdidas socioeconómicas y humanas significativas. La susceptibilidad está directamente relacionada con la probabilidad de que una zona se vea afectada por inundaciones. El objetivo de la investigación fue, analizar espacialmente la susceptibilidad a las inundaciones de la cuenca 2 del río Zambeze, en Mozambique. Además de la cartografía realizada a través de ArcMap 10.6, nos apropiamos de la revisión bibliográfica y del método de Análisis Jerárquico de Procesos (HPA) propuesto por Saaty (1980). Los resultados muestran que la cuenca con 25.348,59 km² es de propensión bajo y media a las inundaciones. En ella, las áreas con mayor susceptibilidad a los riesgos de inundación se encuentran en la clase media (58,75%) con 14.893,06 km², alta (34,33%) correspondiente a 8.702,71 km² y baja (6,9%) totalizando 1.752,82 km². El conocimiento de las zonas susceptibles al riesgos de inundación es la base de las acciones de planificación territorial sostenible. Para ello es pertinente la cartografía.

Palabras clave: Gestión del riesgo de catástrofes. Ordenación del territorio. Vulnerabilidad socioambiental.



INTRODUÇÃO

As frequentes inundações em diversos quadrantes do Mundo e, particularmente em Moçambique, são uma realidade cada vez mais assustadora, facto que tem suscitado grandes debates nos círculos académicos, governamentais, mídias e na sociedade civil. O crescimento socioeconómico em meio urbano e rural resultou na ocupação de terrenos próximos às várzeas dos rios ou à costa, a qual favoreceu a instalação de comunidades e actividades produtivas. Após a ocupação destas áreas, a urbanização se expande para as regiões mais altas, reduzindo as áreas permeáveis devido à remoção da cobertura vegetal para assentamentos humanos e agropecuária, dificultando, dessa forma, a retenção das águas pluviais. Em contrapartida, a expansão das áreas urbanas requer infraestruturas adequadas a fim de se garantir condições plenas de saneamento ambiental.

Em Moçambique, a drenagem urbana é, na maior parte das vezes, antiquada e obsoleta e, até nalguns casos, inexistente. Isso acarreta inúmeros problemas sócio-ecológicos. A esse respeito, Tucci e Bertoni (2003, p. 22) mencionam que a urbanização desordenada ocasiona o aumento das vazões máximas, da erosão das margens dos cursos d'água e da produção de sedimentos que, juntamente com outros poluentes provenientes dos centros urbanos, são transportados para os corpos hídricos e deterioram a qualidade da água superficial e subterrânea. Os autores ainda citam que a urbanização sem planeamento tende a gerar sistemas de drenagem inadequadas, que visam apenas o escoamento rápido da água precipitada, aumentando a magnitude da vazão, a frequência e o nível de inundações a jusante.

Actualmente, as inundações são algo recorrente em Moçambique e em outros quadrantes do Mundo. Seguindo Eckstein *et al.*, (2021, p. 7) “entre 2000 e 2019, mais de 475.000 pessoas perderam a vida em todo o mundo e perdas de US\$ 2,56 trilhões foram incorridos como resultado direto de mais de 11.000 eventos climáticos extremos”. Os eventos climáticos extremos acima citados, assolaram, também, a Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, no Centro de Moçambique, cujas sequelas devastadoras persistem até aos nossos dias.

Em março de 2019, o intenso ciclone tropical Idai atingiu Moçambique, Zimbábue e Malawi, causando danos catastróficos e uma crise humanitária nos três países. Tornando-se



rapidamente o ciclone tropical mais mortífero e financeiramente impactante do Sudoeste do Oceano Índico, Idai foi rotulado como “uma das piores catástrofes na história de África”.

Já em 25 de Janeiro de 2022, registou-se uma inundação de grande magnitude nos municípios da Cidade de Tete e Moatize, impelido pela Tempestade Tropical Ana que ocasionou o transbordamento do Rio Rev bu , uma subbacia do Rio Zambeze. Para além de danos às infraestruturas sociais e econ micas, este episódio culminou em vítimas mortais humanas.

A altera es climáticas aumentam a frequência e a intensidade destas tempestades, levando Moçambique a ocupar o 1  lugar entre 180 países no  ndice Global de Risco Climático para 2019. O PAM¹ reporta-o como o 38  país mais vulnerável e o 13  menos preparado diante das altera es clim ticas². Eventos climáticos extremos, como as inunda es, são complexos. Numerosos fatores inter-relacionados devem ser levados em considera o ao tentar determinar e explicar suas causas. A ciência tem sido capaz de demonstrar que os riscos de inunda es têm um efeito significativo sobre a qualidade de vida das popula es devido a sua periculosidade, frequência, intensidade e dura o. Compreender a rela o entre o mapeamento do território e o grau de susceptibilidade   inunda o   essencial para poder mitigar os riscos e prepare-se para esse tipo de evento.

O mapeamento das áreas susceptiv is às inunda es   de capital relevância para o planejamento territorial, pois   uma ferramenta que subsidia a preven o e controle de desastres naturais decorrentes da expansão urbana e rural, que está diretamente associada ao grau de risco e prejuízos causados por estes eventos. Os mapeamentos produzem, em geral, cartas de suscetibilidade, perigo ou risco e têm correspondência com os objetivos do mapa e com as escalas de trabalho envolvidas (BARBOSA, 2006; CAMPOS *et al.*, 2015 citados por GONÇALVES, 2016).

O presente artigo objetiva analisar espacialmente a susceptibilidade   inunda es da bacia hidrográfica do Rio Zambeze 2, em Moçambique. Pretendemos auxiliar as comunidades locais e sector produtivo no que respeita a selec o de áreas adequadas para a ocupa o e utiliza o do espaço físico, evitando-se, deste modo, o desenvolvimento de actividades sócioeconômicas em

¹ Programa Alimentar Mundial

² Mozambique: Tropical Cyclones Idai and Kenneth - Emergency Appeal n  MDRMZ014, Final Report. Disponível no site: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-tropical-cyclones-idai-and-kenneth-emergency-appeal-ndeg-mdrmz014-final-report>



áreas propensas à riscos de inundações. Visa-se de igual modo subsidiar o governo na definição de políticas públicas ligadas ao planeamento de uso de terras, bem como, o fornecimento de directrizes ligadas a prevenção e monitoramento de riscos à inundações.

BREVE REFLEXÃO CONCEPTUAL

Inundações e enchentes são ameaças naturais devastadoras que podem causar danos às infraestruturas e à sociedade (SAMANTA et al., 2018, p. 148). Assim, identificar áreas suscetíveis à inundação é uma tarefa importante para o estudo e prevenção das consequências desse fenómeno. As inundações são resultado da forte chuva em um curto espaço de tempo em locais onde há impermeabilização de uma grande área, geralmente causada pela urbanização. A combinação desses factores provoca a cheia de rios que encobrimo regiões adjacentes (TEHRANYET et al., 2018 e Ali *et al.*, 2020 citados por OLIVEIRA, 2021, p. 148). Por sua vez, as cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações excessivas que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o extravase do leito menor e a inundação das margens e áreas circunvizinhas, que se encontram frequentemente ocupadas por atividades humanas (ZÊZERE *et al.*, 2006, p. 7). Enchentes e inundações são consideradas os tipos de desastres naturais mais comuns e os que geram maiores prejuízos económicos e humanos, sendo responsáveis por cerca de 31% do total de danos à economia provenientes de eventos naturais catastróficos (YALCIN; ARYUREK 2004; DANO et al., 2019 *apud* Oliveira 2021, p. 2). Desta forma, é fundamental mitigar ou minimizar os possíveis danos causados pelas inundações. O mapeamento das áreas suscetíveis a inundações é uma ferramenta inicial relevante.

Por sua parte, o conceito de suscetibilidade foi usado por Julião *et al.*, (2009, p. 20) como parte do processo de análise de risco e corresponde:

“A incidência de perigo. Representa à propensão para uma área ser afetada por um determinado perigo, em tempo indeterminado, sendo avaliada através dos factores de predisposição para a ocorrência dos processos ou ações, não contemplando o seu período de retorno ou a probabilidade de ocorrência”.

A suscetibilidade deve ser entendida como a probabilidade espacial de ocorrência de um fenómeno potencialmente danoso. Susceptibilidade significa algo ou alguém passível de receber impressões, modificações ou adquirir qualidades, ou seja, a predisposição natural à ocorrência de



um acaso. Assim, a susceptibilidade à inundações de uma área está diretamente relacionada à probabilidade dela em ser atingida por enchentes, cheias e alagamentos.

A importância de compreender a dinâmica de uma bacia hidrográfica está ligada a diversas questões que interessem a sociedade, sendo importante entender as transformações feitas pelo homem e as respostas que ele oferece. Deste modo, para Tucci (2001, p. 41) a bacia hidrográfica pode ser considerada um sistema físico onde a entrada é o volume de água precipitado e a saída é o volume de água escoado pelo exutório, considerando-se como perdas intermediárias os volumes evaporados, transpirados e infiltrados profundamente. A adoção da bacia hidrográfica como uma unidade física de planejamento é de aceitação universal, pois constitui um sistema natural delimitado no espaço, cujas interações físicas são integradas e de fácil compreensão (SANTOS, 2004).

O fenômeno da inundação é um evento natural, provocado pelo extravasamento da água para o leito maior do rio, ele mesmo consequente de precipitações intensas que aumentam a quantidade de água chegando simultaneamente para um ponto do rio cuja capacidade de escoamento se revela insuficiente (DEFESA CIVIL, 1996). Para Enomoto (2004) citado por Prochmann (2004, p. 19), as planícies de inundações dos rios, áreas geralmente planas e férteis que favorecem o assentamento humano, transformam este evento natural em um risco para a população que ali reside. A planície de inundação de um rio pode apresentar diferentes níveis de risco, de acordo com a seção transversal considerada e a topografia da várzea inundável. Para os autores, quando o tempo de retorno de extravasamento do leito menor do rio é superior a dois anos, existe a tendência da população em ocupar a área. As cheias impactam o assentamento humano localizado nas várzeas mas também as populações instaladas a montante do rio, em consequência da obstrução ao escoamento natural causada pelos primeiros ocupantes.

As inundações nas áreas urbanas e rurais acarretam inúmeros prejuízos para a população, e muitas vezes resultam em vítimas. Elas se agravam em decorrência da urbanização, do uso indevido da terra, do assoreamento dos rios, do desmatamento e, principalmente, da ocupação das áreas suscetíveis à inundação. Estas práticas impedem a infiltração e percolação das águas no subsolo fazendo com que escoem diretamente para os rios, ocasionando perdas de solo e aumento da vazão dos rios. Além dos fatores anteriormente citados, somam-se, aos tipos climáticos, cujos



geram altos índices pluviométricos, a irregularidade topográfica, o que propicia a recorrência as inundações.

A Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, localizada na região central de Moçambique foi marcada por uma ocupação desordenada, num contexto de crescimento demográfico rápido, ocasionando assentamentos em áreas com maior propensão a desastres naturais, o que tem propiciado a inevitáveis riscos e perigos à população.

Em Moçambique, os centros urbanos são cada vez mais atrativos por concentrar infraestruturas, serviços, emprego, educação entre outros. Contudo, a oferta limitada de terra, o alto custo de vida e a falta de políticas efetivas de gestão e ordenamento territorial e de habitação para responder ao crescimento populacional resultam no surgimento de bairros assolados pela pobreza urbana, com infraestruturas predominantemente precárias e com uma grande densidade populacional. Esses espaços são, muitas vezes, propensos a grandes riscos ambientais, em que a inundação se afigura como um dos mais evidentes.

As populações adquirem terrenos a baixo custo, sem condições de habitabilidade em locais não apropriados, em virtude destes se situarem junto aos vales, margens dos rios, nascentes, planícies aluviais e de inundação, representando assim, uma negação da sustentabilidade ecológica por esses locais serem de maior susceptibilidade à inundações e enchentes de elevada magnitude. As construções de habitações e desenvolvimento de outras atividades econômicas junto aos rios contribui para o assoreamento do leito do rio e o extravasamento do caudal do rio em épocas de precipitação pluviométrica, provocando, deste modo, inundações. Há relatos de ocorrências de inundações datadas dos anos 1830³ na Bacia Hidrográfica do Rio do Zambeze, havendo ocorrências registradas atualmente (2019 e 2022) nas Cidades de Tete, Moatize, Distrito de Caia e Mutarara.

A Bacia em que está inserida a Bacia do Zambeze 2 (área em estudo), sofre ciclicamente de cheias e inundações, devido, fundamentalmente, a sua localização fisiográfica ao longo da secção média do grande Zambeze. Pode-se destacar alguns episódios de cheias e inundações que foram determinantes, tanto de ponto de vista de alteração ambiental, quanto em dramas

³ Relatos de cheias no Rio Zambeze, que remontam a 1830, são comuns nas histórias faladas dos povos da região do Delta. As enchentes trazem os sedimentos ricos em nutrientes, alimentam de água as planícies aluviais secas, lavam as massas de água parada e limpam os canais, braços e afluentes (Ribeiro e Dolores, 2011).

humanitários, que várias vezes se transfiguraram em perdas de vidas humanas, notadamente: As cheias de 1938, 1940, 1952, 1958, 1975, 1978, 1984, 1985, 1988, 1989, 1990, 1991, 1996, 1997, 2000, 2001, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2019, 2021 e 2022 (Figura 1).

Figura 1. Extractos sobre as cheias na Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze



Fonte: Arquivo do Jornal Notícias, datado de 23/02/1940; 09/02/1984 e 17/03/2010.

A frequência de inundações é ampliada pelo facto de ser um rio de gestão internacional e, também pelas descargas de segurança da maior barragem hidroelétrica no território moçambicano (Cahora Bassa), gerando frequentes *flash-floods* (HIPÓLITO e VAZ, 2017, p. 34).

As cheias sempre fizeram parte da história do Rio Zambeze e tendo impactos negativos aos seus benefícios na vida do rio. As enchentes trazem os sedimentos ricos em nutrientes, alimentam as áreas húmidas, limpam os canais, braços e afluentes, e muito mais. No passado, o regime de cheias altamente previsíveis do Rio Zambeze permitiu o surgimento de práticas tradicionais e sistemas sociais que dependiam e beneficiavam do funcionamento natural do rio (RIBEIRO e DOLORES, 2011, p. 2).



Diante do exposto, o mapeamento de suscetibilidade à inundação é pertinente para o manejo do uso da terra e a gestão de riscos e perigos, podendo, desse modo, subsidiar na previsão e provisão de medidas que visam a sua redução. Neste contexto, a geografia se afigura pertinente no estudo das áreas de inundação. Esta ciência é fundamental para explicar os processos desencadeados pela atividade humana, que têm origem nas alterações da morfologia e da rede de drenagem da superfície. Assim, a necessidade de mapeamento das áreas que possuem maiores suscetibilidade às inundações auxilia na prevenção dos prejuízos, evitando, portanto, as adversidades. A esse respeito, Prochmann (2004, p. 19) citando Mendes e Cirilo (2001), refere que “é essencial a existência de informações sistematizadas para subsidiar, por exemplo, a previsão e o controle de processos naturais ou induzidos pelo homem nas bacias”.

O mapa de susceptibilidade fornece informações para definir potenciais de ocorrência de inundações para o local. Cristo (2002, p. 36) considera que

“O estudo direcionado ao mapeamento de áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos é de fundamental importância, principalmente na realização de planejamentos urbano e rural, pois fornecem subsídios na execução de Planos Diretores, Planos de Ações Preventivas a Desastres, bem como na tomada de decisão para amenizar, reduzir ou até mesmo eliminar as situações de riscos”.

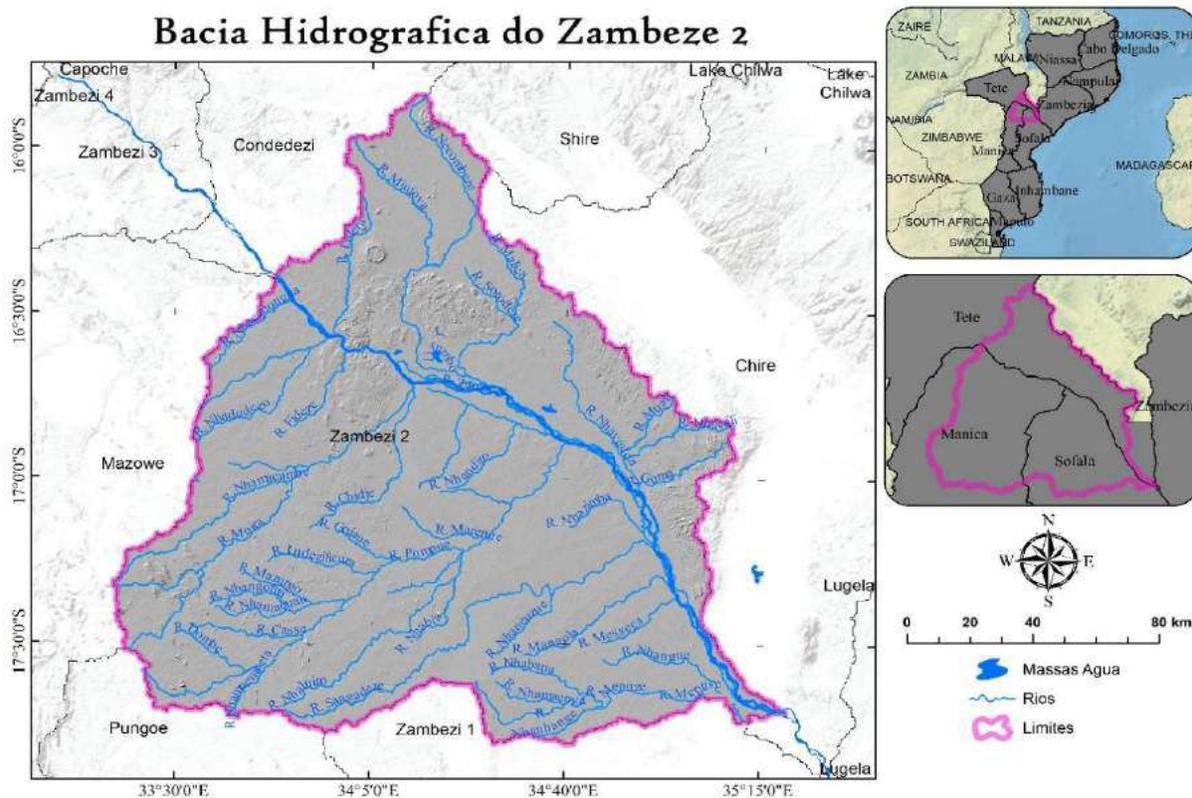
Para Ahmad e McCalpin (1999, p. 51), o mapa de susceptibilidade é fundamental para os planejadores, pois permite elaborar medidas de prevenção, amenizar de danos e direcionar as políticas públicas para a regulamentação das formas de uso e ocupação da terra. O mapeamento das áreas suscetíveis a inundações é um recurso importante para a leitura e compreensão dos episódios de inundações. Ele auxilia na tomada de decisões para mitigação desses problemas. Atualmente, em virtude da capacidade de armazenamento e análise de informações, o geoprocessamento surge como uma ferramenta dinâmica capaz de conferir mais precisão aos mapeamentos e à análise espacial. O uso dessas ferramentas permite a implantação de um SIG, reunindo um conjunto de bases digitais e de banco de dados que podem ser manipulados, com a finalidade de promover uma análise espacial, de acordo com os objetivos do usuário (Oliveira e Guasseli, 2011, p. 6).

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da Área de Estudo

Com uma área superficial de 25.348,59 km², a Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze 2, localiza-se na região Centro de Moçambique. Astronomicamente, situa-se entre os paralelos 15°30' 00" e 18° 00' 00" S e entre os meridianos 33°00' 00" e 35° 30' 00" E. Ela integra as províncias de Tete, Manica e Sofala (Figura 2).

Figura 2. Localização geográfica da área de estudo



Fonte: Autores (2022).

A Bacia Hidrográfica do Zambeze 2 assenta-se sobre as rochas do Meso e Neoproterozóico. As formações sedimentares destas bacias apresentam idades que vão do Carbonífero Superior ao Triássico Inferior (na zona de Moatize-Minjova) e ao Jurássico Inferior (nas zonas de Chicôa-



Mecúcoè e Sanângoè-Mefidézi), caracterizadas pela ocorrência de grandes depósitos de carvão e extensa actividade ígnea (DNG, 2006).

A fisionomia da região em estudo caracteriza-se pelos acidentes geográficos, tais como planícies, planaltos, colinas, *inselbergs*, vales e montanhas. Apresenta, igualmente, depressões erosivo-desnudadas e de acumulações de sedimentos, provenientes dos troços superiores e médios, transfigurando-se em cotas que estão entre 1040 e 30m em direção a grande planície costeira atribuída ao Plio-Pleistocénico. Do ponto de vista estratigráfico, a bacia pertence ao grupo de Ecça (Supergrupo do Karoo) no carbónico superior-jurássico médio/Superior, com sedimentos de natureza fluvial ou flúvio-torrencial provenientes da fusão da calote glacial do Gondwana. Estes sedimentos foram depositados em vales tectónicos alargados, devido ao “*rifting*” (AFONSO *et al.*, 1998, p. 87).

Hidrologicamente, o rio Zambeze é o mais extenso da Bacia Hidrográfica com o mesmo nome. Nasce nas montanhas de Kalene, extremo noroeste da Zâmbia, à altitude de 1450 m e desagua por Delta no Oceano Índico (Canal de Moçambique) após percorrer 2 700 km. No seu percurso, atravessa o Noroeste de Angola e o Oeste da Zâmbia, forma a fronteira Norte da Namíbia e a divisa entre a Zâmbia e o Zimbabué. Ele entra em Moçambique na localidade de Zumbo na Província de Tete.

Do ponto de vista climático e em conformidade com a classificação climática de Köppen, a bacia em análise é marcada pela ocorrência de dois tipos de climas: tropical de savana (ou clima tropical úmido) caracterizado por duas estações bem definidas: *A_w* (inverno seco) e *A_s* (verão seco); semiárido quente (INAM, 2020).

Procedimentos metodológicos

Para além do mapeamento das áreas susceptíveis à riscos de inundações efectuado através do *ArCMap* 10.6, a revisão bibliográfica consistiu na consulta de diversas fontes de informações (artigos científicos, livros e relatórios técnicos). De igual modo, adotamos o método de Análise Hierárquica de Processo (AHP) (em português) desenvolvido por Thomas L. Saaty na década de 70 (SAATY, 1980). O método tem como principal característica a decomposição hierárquica do



problema, criando-se uma hierarquia de critérios e convertendo avaliações subjetivas de importância relativa em um conjunto de pontuações e pesos gerais.

A metodologia AHP consiste em três fases principais: estruturação do problema; julgamentos comparativos e análise das prioridades. Ela determina, por meio da síntese dos valores dos agentes de decisão, uma medida global para cada alternativa priorizando-a ao utilizar o método (GALLI *et al.*, 2007 citado por GOMES *et al.*, 2014). Por sua vez, Santos (2010, p. 65) afirma que os fatores determinados como relevantes e que influenciam diretamente no nível da água alcançado por uma enchente, independente da precipitação incidente são: altitude, declividade, uso da terra e tipo de solo.

a) Altitude

Essa variável influencia no risco a inundação devido à probabilidade de inundação em áreas mais baixas e também “(...) Considera-se que, quanto maior for a altitude, menor a probabilidade de inundação para uma determinada região devido à ação da lei da gravidade que direciona o escoamento das águas para as regiões mais baixas” (MAGALHÃES *et al.*, 2011, p. 65).

b) Declividade

A declividade do terreno influencia diretamente no acúmulo de água. Áreas consideradas planas apresentam maiores índices de probabilidades de sofrerem inundações do que áreas escarpadas. Variável importante na determinação dos riscos de inundação de uma área, ela influencia diretamente no acúmulo de água no terreno. Assim, áreas planas apresentam maiores probabilidades de sofrer inundação do que áreas escarpadas” (MAGALHÃES *et al.*, 2011, p. 65).

c) Uso e ocupação da terra

O estudo do uso da terra e ocupação do solo busca é indispensável. A forma de ocupação da terra influencia na infiltração e escoamento superficial da água. Para Magalhães *et al.*, (2011, p. 65) “as áreas com maior impermeabilidade tendem a acumular mais água em superfície do que em solos com cobertura florestal por serem pouco compactados”.



d) Precipitação

A precipitação é um factor importante na análise de riscos a inundação, pois em precipitações altas maior é o nível de risco.

Matrizes de decisão

Para elaboração da matriz utilizou-se a escala fundamental de Saaty, conforme apresentado no Quadro 1. A elaboração é definida a partir de uma escala linearmente hierárquica de importância entre os fatores de estudo.

Quadro 1. Escala de comparadores

| Valores | Nível de Importância |
|---------|---------------------------------------|
| 1/9 | Extremamente menos importante que |
| 1/7 | Muito fortemente menos importante que |
| 1/5 | Fortemente menos importante que |
| 1/3 | Moderadamente menos importante que |
| 1 | Igualmente importante a |
| 3 | Moderadamente mais importante que |
| 5 | Fortemente mais importante que |
| 7 | Muito fortemente mais importante que |
| 9 | Extremamente mais importante que |

Fonte: Adaptado de Saaty (1980).

Santos et al. (2010, p. 65) afirmam que a fase de atribuição dos valores, com base na escala de comparadores, é considerada um dos momentos mais importantes durante o processo de confecção dos mapas de inundação já que os valores de importância atribuídos a um fator interferiram diretamente no resultado obtido. A matriz de comparação pareada desenvolvida é apresentada na Tabela 1. Portanto o fator altitude foi definido como mais importante diante dos outros três fatores e em seguida foi a declividade.



Tabela 1. Matriz de comparação dos fatores.

| Uso e ocupação da terra | Precipitação | Declividade | Altitudes |
|-------------------------|--------------|-------------|-------------|
| 1 | 0.33 | 0.33 | 0.25 |
| 3 | 1 | 0.50 | 0.50 |
| 3 | 2 | 1 | 1 |
| 4 | 2 | 1 | 1 |
| 0.08 | 0.20 | 0.34 | 0.36 |

Fonte: Matriz AHP, adaptado pelos autores (2022).

Para essa etapa foram realizadas operações aritméticas utilizando a ferramenta *raster calculator* do software *ArcGIS*, onde foram associados os parâmetros de risco à inundação reclassificados e representados por dados matriciais com os pesos estabelecidos na etapa anterior. Após a obtenção dos pesos de cada fator, atribuiu-se de seguida os valores conforme a equação 1, para elaboração do mapa de área de risco inundação.

$$R = 34D + 36A + 8US + 20P \text{ (Eq. 1)}$$

Em que:

- R: Risco de Inundação na BHRZ2;
- D: Mapa de declividade (%);
- A: Mapa de Altitude (m)
- US: Mapa de uso e ocupação de Solo;
- P: Precipitação (mm)

Elaboração dos mapas dos fatores analisados

Com os fatores considerados influentes para o mapeamento de áreas susceptíveis à risco de inundação, foram definidas as principais classes associadas a cada fator. Isto significa que o tema, ou fator, foi subdividido em classes que mais influenciam na suscetibilidade das áreas, onde serão expostos a seguir:



Altitude (m)

Adquiriu-se um SRTM no site da USGS⁴, com a resolução espacial de 30m e de seguida foi feita a sua correcção (*fill*) para preencher os vazios. Seguiu-se a selecção e recorte do contorno geral da área de estudo, o seu Shapefile (*shp*), onde foi sobreposta ao modelo digital de elevação (MDE) e feito o processo de extracção da máscara "*Extract by Mask*" para se ter apenas o recorte do MDE da área de estudo, onde posteriormente foi elaborado o mapa de altitude com as cotas em metro e, ulteriormente, reclassificadas segundo o quadro 2.

Quadro 2. Peso atribuídos ao MDE

| Classes de Altitude (m) | Notas |
|-------------------------|-------|
| 30 - 250 | 10 |
| 250 - 450 | 8 |
| 450 - 640 | 7 |
| 640 - 840 | 2 |
| 840 - 1040 | 1 |
| 1040 - 1250 | 1 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Declividade

A partir do *layer* do limite da área recortada do local da pesquisa e diante dos dados extraídos automaticamente para a tabela de atributos gerou-se o mapa de altitude que transformados em *Raster* criados, permitiu a geração do mapa de declividade da área de estudo. O MDE foi posteriormente reclassificado em cinco classes e as notas foram aplicadas de acordo com o quadro 3.

Quadro 3: Peso atribuídos a Declividade.

| Declividade (%) | Classes de Relevô | Notas |
|-----------------|---------------------|-------|
| 0 – 3 | Plano | 10 |
| 3 – 8 | Suave Ondulado | 9 |
| 8 – 20 | Ondulado | 7 |
| 20 – 45 | Fortemente Ondulado | 3 |
| >45 | Montanhoso | 1 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

⁴ United States Geological Survey: <https://earthexplorer.usgs.gov/>



Uso e ocupação da terra

Para a identificação de classes de uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, foi mediante a utilização da base de dados pré-existente, fornecida pelo CENACARTA (*Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção*), posteriormente reclassificada e atribuída os seguintes pesos, conforme ilustra o Quadro 4:

Quadro 4: Peso atribuídos a classe de uso e ocupação de solo.

| Classes de uso e ocupação de Solo | Notas |
|-----------------------------------|-------|
| Arbustos | 1 |
| Vegetação 1 | 2 |
| Área de Cultivo | 5 |
| Urbanização | 8 |
| Água | 10 |
| Vegetação 2 | 3 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

116

Precipitação

O mapa foi obtido com base na metodologia proposta por Crepani et al. (2001) e a representação da precipitação média anual, a partir do método de interpolação denominado IDW (*Inverse Distance Weighted*) gerado pelo software ArcGIS.

Quadro 5: Peso atribuídos a classe de precipitação

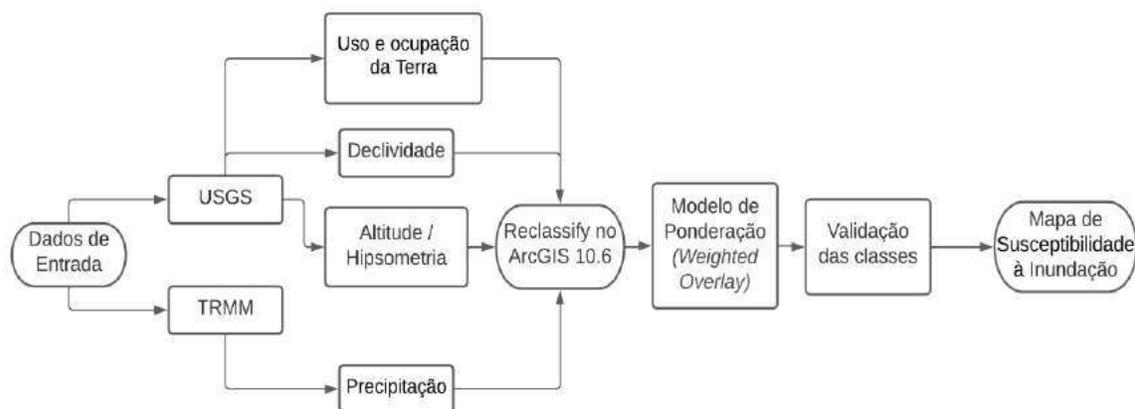
| Precipitação (mm) | Notas |
|-------------------|-------|
| 700 – 800 | 1 |
| 800 – 900 | 2 |
| 900 – 1000 | 5 |
| 1000 – 1100 | 8 |
| 1100 – 1200 | 10 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Após os procedimentos realizados, fez-se necessário a utilização do método AHP decompor o problema em níveis hierárquicos. Foi realizada uma matriz de comparação par a par com uma escala de comparação adotada de acordo com a experiência dos autores, no *software* Excel. Posteriormente, definiu-se linearmente a hierarquia de importância entre os fatores

definidos através de pesos. Após a execução do cálculo algébrico do risco, foi convertida para polígono para possibilitar o cálculo e a delimitação da área de alta susceptibilidade ao risco de inundação. De um modo geral, os procedimentos metodológicos empregues para a análise da susceptibilidade às áreas de inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, podem ser observadas no fluxograma da figura 3.

Figura 3. Fluxograma de procedimentos metodológicos aplicados.



Fonte: Autores (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapeamento de Susceptibilidade à Inundação

Os produtos temáticos elaborados e utilizados para geração de áreas susceptíveis aos riscos de inundações da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, são apresentadas na Figura 4. A sobreposição dessas variáveis e a combinação das notas atribuídas a cada classe e dos pesos identificados para cada tema permitiram estabelecer o diagnóstico das diferentes categorias hierárquicas da fragilidade ambiental da bacia.

No intuito de identificar e analisar as áreas de risco à inundação, dividiu-se a área da bacia de Zambeze em três classes quanto a esse risco, variando de baixo, médio e alto, conforme a figura 4. Foi possível identificar as áreas da bacia que são susceptíveis a processos de inundações. A bacia possui uma área de aproximadamente 25.348,59 km², desta área 6,9% (1.752,82 km²)

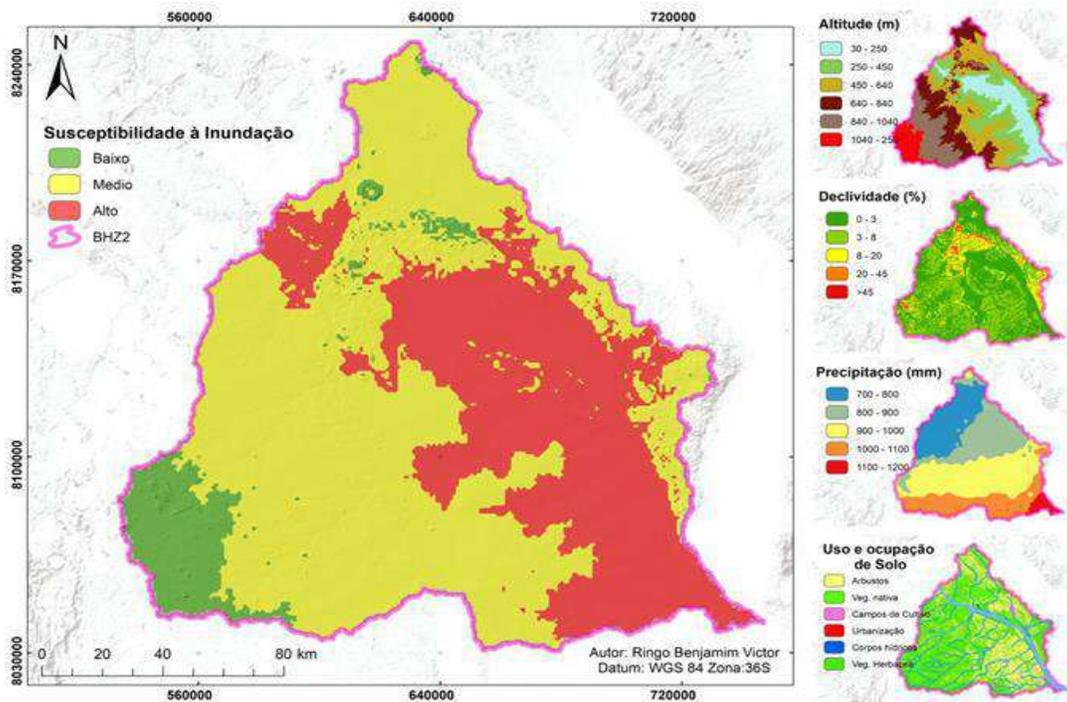
enquadraram-se na classe de baixo risco, 58,75% (14.893,06 km²) de médio risco e finalmente 34,33% (8.702,71 km²) de alto risco.

Tabela 2: Categorias de áreas susceptíveis á risco de inundação

| Classes | Área (km²) | Área (%) |
|----------------|------------------------------|-----------------|
| Baixo | 1.752,82 | 6,9 |
| Médio | 14.893,06 | 58,75 |
| Alto | 8.702,71 | 34,33 |
| Total | 25.348,59 | 100 |

Fonte: Autores (2022).

Figura 4. Mapa de Susceptibilidade à risco de inundação da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2.



Fonte: Victor, 2022.

Com base na tabela 2, percebe-se que as áreas consideradas como de alto risco de susceptibilidade à inundação estão concentradas, principalmente nas regiões mais baixas da bacia (altitude menor que 250 m) e com declividade menor, isto é, plano (0 a 3%) e suave ondulado (3 a 8 %). Nessas áreas concentram-se muitos assentamentos humanos, os quais impedem que ocorra infiltração de água de chuva no solo. Apesar dessas áreas estarem localizadas maioritariamente em



solos considerados bem drenados, percebe-se que à baixa declividade intensifica de forma significativa o grau de risco a inundação, uma vez que a água tende a escoar e acumular-se nestas regiões com maior intensidade por falta de áreas permeáveis. Ademais, a supressão da biomassa vegetal nestes locais, acelera a acumulação das águas decorrentes de inundação.

A menor declividade confere às áreas diminuição da capacidade de escoamento da água por consequência do maior tempo de retenção e acúmulo. Segundo quanto maior a altitude e declividade, menos suscetível é a área à ocorrência de inundações (RUDARI et al., 2014, p. 432).

A classe de risco médio se concentra em espaços com declividades onduladas (8 a 20%), e em altitude acima de 1000 metros e com variação do tipo de solo e precipitação. Contudo observamos que a existência de área não edificada contribui para permeabilidade nesses locais, diminuindo assim a susceptibilidade à ocorrência de inundação. A classe de baixo risco situa-se em áreas com declividades fortemente ondulado a escarpado e/ou montanhoso (20 a 40% e de 40 a 75%), em altitude acima de 1200 m, espaços não edificadas e com cobertura vegetal. Por apresentarem baixo índice de permeabilidade e relevo montanhosos e com elevado pendore, nessas áreas a possibilidade de haver inundação é totalmente inexistente. Entretanto, tais áreas podem se tornar geradoras potenciais de fluxo superficial.

Análise Morfométrica da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2

A análise morfométrica de uma bacia hidrográfica é efetivada por meio de cálculos de parâmetros morfométricos que são classificados segundo Christofolletti (1980) citado por Leite et al., (2012, p. 683) em lineares, zonais e hipsométricos. A escolha dos mesmos é baseada naqueles que mais condizem a realidade da bacia a estudar. Os parâmetros aplicados no presente estudo, são apresentados na tabela 3.



Tabela 3. Descrição dos parâmetros morfométricos calculados para Bacia Hidrográfica do Zambeze2

| Parâmetro | Forma | Objectivos | Tendência a enchentes |
|---|------------------------------|--|--|
| Área da Bacia | | É a área total projectada sobre um plano horizontal, da área de contribuição de escoamento para a determinada ordem, e incluindo todos os tributários de ordem inferior. | ----- |
| Perímetro | $Dd = \frac{Lt}{A}$ | Projecção horizontal da linha que contorna o divisor de águas. | ----- |
| Densidade de Drenagem | | Soma de comprimento dos canais, em que se verifica a velocidade da drenagem. | 5,0 km/km ² = baixa 5,0 – 13,5 km/km ² = média 13,5 – 155,5 km/km ² = alta > 155,5 km/km ² = muito alta |
| Densidade dos rios (Dr), ou densidade hidrográfica (Dh) | $Dr/Dh = \frac{N}{A}$ | Compara a frequência de cursos de água e estima a capacidade de gerar novos cursos de água. | <3 = baixa 3 – 7 = média 7 – 15 = alta >15 = muito alta |
| Factor Forma Kf | $Kf = \frac{A}{L_2}$ | Relação entre largura e comprimento para avaliação de geometria. | ≥ 0,75 = alta 0,75 – 0,50 = média ≤ 0,50 = baixa |
| Índice de Circularidade Ic | $Ic = \frac{12,57 * A}{P^2}$ | Quanto mais próximo do valor 1, maior a circularidade e mais sujeita a inundações. | > 0,51 = alta 0,51 = média < 0,51 = baixa |
| Ordem do rio | ----- | A ordem dos rios é uma classificação que reflecte o grau de ramificação dentro de uma bacia. | ----- |

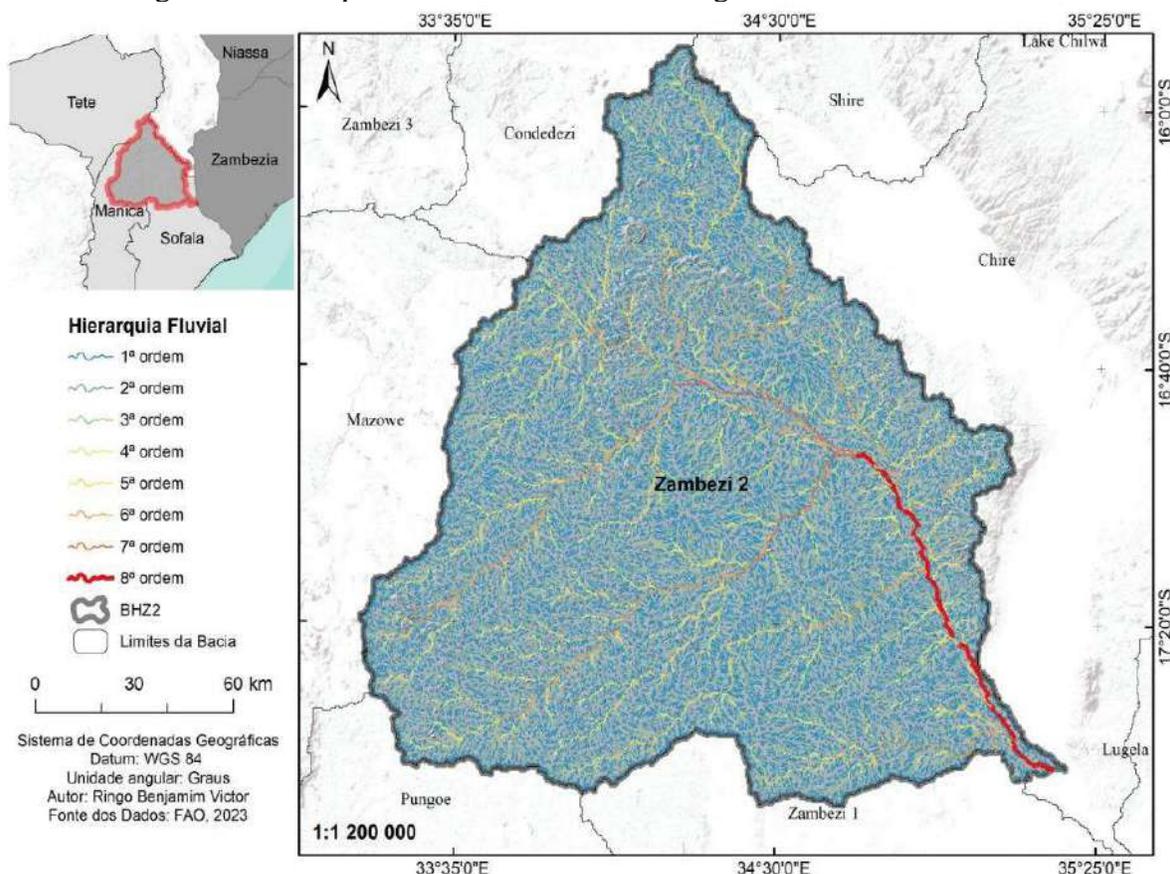
Fonte: Adaptado de Cherem (2008); Franco & Santo (2015) & Gerber et al. (2018).

Os resultados mostram que a Bacia do Rio Zambeze 2 tem uma área de drenagem de 26.070Km² e um perímetro de 1104 km. O sistema de drenagem foi classificado como sendo da oitava (8ª) ordem, o que lhe confere um nível de eficiência elevado considerando os critérios de Strahler (1957), pois, quanto mais ramificada a rede, mais eficiente será o sistema (Figura 5).



A Bacia Hidrográfica do Zambeze 2 apresentou uma densidade de drenagem igual a 1,45 canais/Km². Santos & Targa et al., (2012), consideram que o valor que vai até 0,5 demonstra a baixa densidade; de 0,5 a 2,00 média; 2,01 a 3,50 alta; e valores superiores a 3,50 como densidade de drenagem muito alta. No entanto, fica evidente que a bacia do Zambeze 2 tem capacidade mediana de drenagem. A densidade de rios (*stream frequency*) significa a quantidade de rios por unidade de área (CHRISTOFOLETTI & OKA-FIORI, 1980, p. 12; SOUZA e PADILHA, 2005, p. 61). Em relação a densidade hidrográfica ou de rios, o valor encontrado foi de 0,73 em gerar novos eflúvios em função das variáveis geomorfológicas, geológicas, vegetacionais, climáticas e hidrológicas. O valor evidencia que a bacia tende para uma baixa frequência de gerar novos. Esse parâmetro ao se analisar deve ser subsidiado com estudos relacionados a geologia ou/e hidrogeologia da área estudada.

Figura 5. Hierarquia de canais da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2



Fonte: Autores (2022).



A despeito do Índice de Circularidade, a bacia evidenciou 0,26, o que demonstra uma bacia de formato alongado. O índice encontrado não favorece a ocorrência de inundações e cheias. Não só por esse facto, mais também por colaborar com a densidade de drenagem. Alves & Castro (2003); Veiga & Santos et al., (2013, p. 131) *apud* Félix e Souza (2017, p. 82) esclarecem que esse parâmetro indica uma bacia mais alongada (com índice abaixo de 0,51) o que favorece o escoamento. Se estiver acima de 0,51, a bacia tem forma geométrica mais circular com escoamento reduzido e alta probabilidade de inundações e cheias. Esses resultados ao denotarem a existência de uma bacia com formato alongado propiciam tendências baixas a médias a enchentes (Tabela 4). De acordo com Villela e Matos (1975, p. 12), ao comparar uma bacia de formato alongado com uma bacia de formato circular, ambas com a mesma área, verifica-se que a primeira é menos suscetível a enchentes, por haver menor probabilidade de ocorrência de chuva simultaneamente em toda área. O parâmetro Fator Forma também conhecido como fator de Gravellius, de acordo com Vilella & Mattos (1975, p. 13) é expresso como sendo a razão entre a área da bacia (A) e o comprimento axial (L) da mesma. Este parâmetro varia entre 0,50, para bacias de baixa propensão a enchentes, de 0,50 a 0,75 média propensão e de 0,75 a 1,00 altamente propensa a grandes enchentes. O fator de forma encontrado na bacia em análise foi de 0,56, o que revela que a bacia tende à média propensão a inundações e cheias (Tabela 4). Assim, para os autores anteriormente citados, uma bacia com um fator de forma baixo é menos sujeita a enchentes que outra de mesmo tamanho, porém com fator de forma maior.

Tabela 4: Dados e parâmetros morfométrico da Bacia Hidrográfica do Zambeze 2

| Características morfométricas | Unidades | Formulas | Valores |
|---|------------------------|----------------------|----------------|
| Área | Km ² | ** | 26070 |
| Perímetro | km | ** | 1104 |
| Comprimento do Rio principal | km | ** | 218,70 |
| Comprimento Total dos cursos de água (Lt) | km | ** | 37919,13 |
| Extensão média de escoamento superficial (I) | | $I = A/4Lt$ | 0,17 |
| Densidade de Drenagem (Dd) | Km/km ² | $Dd = Lt/A$ | 1,45 |
| Densidade de Rios (Dr) | Canais/km ² | $Dr = n / A$ | 0,73 |
| Factor Forma (Kf) | --- | $Kf = A/L^2$ | 0,56 |
| Índice de Circularidade (Ic) | --- | $Ic = 12,54*(A/P^2)$ | 0,26 |
| Ordem da Bacia | --- | -- | 8 ^a |

Fonte: Autores (2023).



Análise da altitude, declividade, precipitação e uso do solo

A análise da altitude numa bacia hidrográfica torna-se pertinente porque exerce uma influência directa sobre os eventos climáticos (como a precipitação) e a cobertura vegetal. A bacia em estudo apresenta altitude mínima de 30 metros e máxima de 1040 metros. Como pode-se perceber a amplitude altimétrica é de 1010 m. Segundo Trentin e Robaina (2005) *apud* Reckziegel e Robaina (2006:5) o mapa hipsométrico tem fundamental importância na análise da energia do relevo, indicando condições mais propícias à dissecação para as áreas de maior altitude e de acumulação para as áreas de menor altitude. No entanto, na parte norte e sudoeste a altitude oscila entre 640 e 840 com uma declividade de 3 a 20%, com relevo classificado de plano a fortemente ondulado e uma precipitação entre 700 e 900mm, que é a montante da bacia. Com uma vegetação arbustiva e nativa na parte norte e sudoeste, predomina igualmente a vegetação herbácea.

Na parte oriental e central predomina altitude que varia entre 30 e 450m com a declividade de 8 a 20%, com o relevo classificado como fortemente ondulado e elevadas somas pluviométricas que oscilam entre 800 e 1200mm, o que consubstancia a ocorrência de elevados escoamentos superficiais. Vale ressaltar ainda que além de predomínio de vegetação arbustiva e de campos de cultivos, notabiliza-se o processo de urbanização. Nessa porção, a relação entre o uso de solo, a retirada da cobertura vegetal para dar lugar a urbanização e atividades agropecuárias, favorece a potencial erosivo da bacia.

Cardoso, Dias, et al., (2006) *apud* Félix e Souza (2017, p. 84) destacam que a cobertura vegetal exerce função de interceptação⁵ e redistribuição das águas pluviais, sendo que sua remoção pode desencadear processos erosivos sistêmicos que degradam o ambiente, expandindo dos pontos de ruptura (drenagens acentuadas e concentradas em áreas de declives) a áreas adjacentes. E essa situação exacerba-se porque na mesma área há abundância da precipitação. Na mesma perspectiva, os autores anteriormente citados, afirmam que em bacia onde a variação anual da precipitação oscila entre 1000 e 1500 mm, o regime hidrológico apresenta uma intermitência pluviométrica que associada a intensa distribuição da rede de drenagem (densidade dos rios e canais), picos de cheias

⁵ Refere-se a parcela total da precipitação que é impedida de atingir diretamente o solo devido a presença da cobertura vegetal, o que reduz a probabilidade de formação de ravinas ou sulcos.



(intensidade da vazão e escoamento superficial) e variação altimétrica provoca e acelera processos erosivos.

Na porção central a declividade oscila entre 0 e 8% com predominância de relevo plano e suave ondulado a moderado, com uma precipitação que varia entre 800 a 1000 mm. Coincidentemente, a mesma apresenta características semelhantes com a parte oriental, comportando-se com a intensificação das atividades antrópicas e uma vegetação nativa rarefeita. A altitude varia entre 30 e 250m, o que favorece a ocorrências de inundações e cheias em caso de precipitações intensas, que além disso, é exacerbado pelo aumento da velocidade de escoamento superficial, reduzindo a possibilidade da infiltração de água no perfil do solo. Por outro lado, a porção sudoeste e noroeste da bacia, a altitude varia entre 840 a 1040 m, por sinal, é a porção com altimetria mais acentuada. A declividade varia entre 8 e 45%, com predomínio de relevo fortemente ondulado com tendência a montanhoso. Diferentemente de outras áreas da bacia, nessa há predomínio da vegetação herbácea e nativa, o que favorece a infiltração e percolação. Refira-se que a precipitação é inferior a 1100 mm.

CONCLUSÕES

Do estudo efectuado constatam-se as seguintes ilações:

- 1) O mapeamento de áreas susceptíveis à inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze 2, cobriu numa área de drenagem de 26.070km². Neste, indicou o predomínio de classe de risco médio com 14.893,06 km² (58,75%), seguindo-se de área de alto risco com 8.702,71 km² (34,33%) e, por último, áreas de baixo risco com 1.752,82 km² (6,9%).
- 2) Com base na análise morfométrica, a bacia é de oitava (8^a) ordem. O fator de forma (0,56), o índice de circularidade (0,26), a densidade de drenagem (1,45) e densidade de canais (0,73) demonstraram que a bacia hidrográfica em estudo exibiu um formato alongado, contribuindo, para baixa à média susceptibilidade à ocorrência de inundações e cheias.
- 3) A área de estudo sofre profundas transformações paisagísticas de uso e ocupação das terras, pois a desflorestação crescente, a agropecuária, sucessão urbana que não obedecem princípios ambientais e as queimadas reduzem significativamente a biomassa vegetal, impelindo assim na menor permeabilidade dos solos e, por conseguinte, as inundações recorrentes.



- 4) O monitoramento e fiscalização por parte das instituições de tutela, deve ser materializada, por forma a assegurar urbanização compatível a legislação ambiental vigente no país (Lei de Terras, Lei nº 19/97 De 1 de Outubro e a Lei do Ambiente, Lei nº 20/97 De 1 de Outubro), assegurando deste modo, que não haja sobreposição dos assentamento humanos nas Zonas de Protecção Parciais.
- 5) A partir desse mapeamento, os gestores públicos de maneira geral poderão tomar medidas preventivas a inundações, bem como, o estabelecimento de critérios rigorosos de uso e ocupação das terras a fim de se garantir a ocupação segura do espaço físico.
- 6) Nas áreas determinadas como de alto e médio risco de susceptibilidade às inundações, devem ser implementadas ações que evitem a ocupação ou estabeleçam nesses locais um uso restrito. Em alguns casos reassentamentos devem ser avaliados, enfatizando nesse processo a participação da população envolvida, no planeamento das ações.
- 7) Como recomendação para futuros trabalhos fica a elaboração de mapas de uso e ocupação das terras e de aptidão agrícola, com informações mais detalhadas da área, para ulterior utilização pelas comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ALI, Sk Ajim et all. GIS-based comparative assessment of floodsusceptibility mapping using hybrid multi-criteria decision-making approach, naïve Bayes tree, bivariate statistics and logistic regression: A case of Topla basin, Slovakia. **Ecological Indicators**,117 [Online] 1066202. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2020.106620>

AHMAD, R.; MCCALPIN, J. **Landslide susceptibility maps for the Kingston Metropolitan area, Jamaica with notes on their use**. UDS Publication, n. 5, 1999, 25 p.

AFONSO, R. S., Marques, J. M., & Ferrara, M. **A evolução geológica de Moçambique**. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1998.

BARBOSA, F. A. R. **Medidas de proteção e controle de inundações urbanas na Bacia do Rio Mamanguape/PB**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia; 2006.

CAMPOS, S, J, A, M. **Cartas de suscetibilidade à inundaçãõ. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental, 9º, 2015, Cuiabá, MT**. Anais. Artigo, 51. p 1-8.



CHEREM, L.F.S. **Análise morfométrica da Bacia do Alto do Rio das Velhas – MG.** xii, 110 f., Minas Gerais, 2008.

CREPANI, E. et al. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao ordenamento territorial.** São José dos Campos: SAE/INPE. 2001.

CRISTO, S. S. V. **Análise de susceptibilidade a riscos naturais relacionados às enchentes e deslizamentos do setor leste da bacia hidrográfica do rio Itacorubi,** Florianópolis - SC. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82704>.

DANO, U.; et al. **Flood susceptibility mapping using GIS-based analytic network process: a case study of Perlis, Malaysia.** Water, v. 11, n. 3, p. 615, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w11030615>.

DEFESA CIVIL NACIONAL. **Manual de Desastres. Ministério do planejamento e orçamento.** Brasília, 1996.

DNG (DIRECÇÃO NACIONAL DE GEOLOGIA). Angónia: Folha Geológica N° 1633 folha no1633, Escala 1:250.000. MRM/DNG, Maputo, 2006.

ECKSTEIN, David et al., **Global Climate Risk Index 2021: Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2019 and 200- 2019.** GermanWatch. Berlin. 2021.

ENOMOTO, C. F. **Método para elaboração de mapas de inundação: estudo de caso na bacia do rio Palmital, Paraná.** 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FÉLIX, E.A & Souza, C.A. **Levantamento e análise morfométrica da bacia hidrográfica do rio Cabaçal-MT, 2017.** XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – Campinas SP. DOI - 10.20396/sbgfa.v1i2017.1779-ISBN 978-85-85369-16-3.

FRANCO, A. C. V & Santo, M. A. D. **Contribuição da morfometria para o estudo das inundações na sub-bacia do Rio Luís Alves/SC,** 2015. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 151-167, set./dez. 2015. DOI: 10.4215/RM2015.1403.

GERBERL, D. et al. **Caracterização morfométrica da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí – Santa Catarina.** Acta Biológica Catarinense. 2018 Jan-Jun;5(1):72-8.



GOMES, M. A. SANTANA, F. C.; RIBEIRO, W. G. R.; PAULINO, G, M. **Mapeamento das áreas de risco de inundação no município de João Monlevade – MG, com a utilização de Sistemas de Informações Geográficas.** In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, V, Belo Horizonte. 2014. p 1-8.

GONÇALVES, Nivea M. Miranda. **Análise Espacial da Suscetibilidade à Inundação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Lipa, Cuiabá – MT.** Florianópolis, 2016. TCC (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HIPÓLITO, J. R., & Vaz, Á. C. **Hidrologia e Recursos Hídricos.** L. Pedro, Ed.; 3a Edição, 2017.

INAM- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Dados Climáticos de Tete, 2020.** Maputo, 2022.

JULIÃO, R. P. et al; **Guia Metodológico para Produção de Cartografia Municipal de Risco e para Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base Municipal.** Porto/Portugal: Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009.

KANG, M.S. et al. **Estimating desing floods based on the critical storm duration for small watersheds.** Journal of Hydro-environment Research, v. 7, p. 209-218, 2013.

LEITE, M.E. et al., **Geotecnologias aplicadas à extração automática de dados morfométricos da bacia do Rio Pacuí/MG, 2012.** In: Revista Brasileira de Cartografia, N0 64/5, p. 677-691, 2012.

MACHADO, G. Souza, J.O.P. **Análise morfométrica da bacia hidrográfica do rio chôco – IBAITI - PR , 2005.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, I. A. L.; et al. **Uso de geotecnologias para mapeamento de áreas de risco de inundação em Guaçuí, ES: uma análise comparativa entre dois métodos.** Cadernos de Geociências, v. 8, n. 2, nov. 2011, p. 63-70.

MENDES, C. A. B., CIRILO, J. A. **Geoprocessamento em Recursos Hídricos: Princípios, Integração e Aplicação.** Porto Alegre: ABRH, 2001. cap. 2. p. 57-111.

MINAP (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA). **Lei do Ambiente. Lei nº 20/97 De 1 de Outubro.** Maputo, 1997.



MINAP (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA). **Lei de Terras. Lei nº 19/97 De 1 de Outubro.** Maputo, 1997.

OLIVEIRA, G. C.; et al. **Caracterização química e físico-hídrica de um Latossolo Vermelho após 20 anos de manejo e cultivo do solo.** Revista Brasileira de Ciências do Solo, Viçosa, v. 28, p. 335-344, 2004.

OLIVEIRA, G. G. & GUASSELLI, L. A. **Relação entre a Susceptibilidade a Inundações e a Falta de Capacidade nos Conduitos da Sub-bacia do Arroio da Areia, em Porto Alegre/RS.** RBRH: Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 5-15, mar. 2011.

OLIVEIRA, G. G. de; SALDANHA, D.L.; GUASSELLI, L. A. **Espacialização e análise das inundações na bacia hidrográfica do rio Caí/RS.** Geociências, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 413-427, 2010.

OLIVEIRA, Hugo L. Chaves et al., **Mapeamento de Suscetibilidade à Inundação utilizando o Método da Razão de Frequência Aplicado à Bacia do Riacho Fundo - Distrito Federal.** In: Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (GESTA). Gesta, vol. 9, n. 1- Chaves, Costa Koide et al. p. 148-166, 2021, ISSN: 2317- 563X.

RECKZIEGEL, E. W. & ROBAINA, L. E. de S. **Estudo de Parâmetros Morfométricos do Relevo e da Rede de Drenagem da Área Situada entre os Rios Jaguari e Ibicuí no Município de São Vicente do Sul – RS.** 2006. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia. Geomorfologia Tropical e Subtropical: processos, métodos e técnicas. Goianias, 6 a 10 de Setembro de 2006.

RIBEIRO, Daniel e DOLORES, Silvia. **Gestão da Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo Zambeze em Períodos Críticos.** Editora/Publicação: JA! Justiça ambiental FOE Moçambique, Maputo, 2011.

RUDARI, R.; GABELLANI, S.; DELOGU, F. **A simple model to map areas prone to surface water flooding.** International Journal of Disaster Risk Reduction, v. 10, p. 428-441, 2014.

SAMANTA, R. K et. al. **Flood susceptibility mapping using geospatial frequency ratio technique: a case study of Subarnarekha River Basin, India.** Modeling Earth Systems and Environment [Online], n.4, p. 395-408, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40808-018-0427-z>.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática.** São Paulo/SP: Ed. Oficina de Textos, 2004.



SANTOS, A. R. dos; LOUZADA, F. L. R de O.; EUGENIO, F. C. (Coord.). **ArcGIS 9.3 totais: aplicações para dados especiais**. Alegre, ES: Ciências Agrárias Universidade Federal do Espírito Santo/CAUFES, 180 p., 2010.

SANTOS, A. M & Targa et al, M. S. **Análise morfométrica das sub-bacias hidrográficas Perdizes e Fojo no município de Campos do Jordão, SP, Brasil, 2012**. *Ambi-Agua*, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 195-211, 2012. (<http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.945>).

SOUZA, Célia Alves de & FÉLIX, Evandro André. **Levantamento e Análise Morfométrica da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal-Mt**. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada e I Congresso Nacional de Geografia Física. 28 de Junho a 02 de Julho. Instituto de Geociências- Unicamp, Campinas, 2017.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia. Ciência e Aplicação**. Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

TUCCI, C. E. M. Águas Urbanas. In: TUCCI, C. E. M. & BERTONI, J. C. **Inundações Urbanas na América do Sul**. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, 1. ed, 2003.

TUCCI, C. E. M. **Gestão de Águas Pluviais Urbanas**. Porto Alegre: Ministério das Cidades – Global Water Partnership - World Bank – Unesco, 2005. 269 p.

TUCCI, C, E, M; BERTONI, J, C (orgs). **Inundações Urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. Disponível em: <http://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/InBr02803.pdf>. Acesso em: 25 agosto 2016.

VILLELA, S.M.; Mattos, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 245p.

SAATY, T.L. **The Analytic Hierarchy Process**. McGraw-Hill, New York, NY, US, 1980.

YALCIN, G.; AKYUREK, Z. **Analysing flood vulnerable areas with multicriteria evaluation**. In: ISPRS CONGRESS, 20., 2004, Istanbul. Proceedings...Istanbul-Turkey:ISPRS, 2004.p. 359-364. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/42739/24544>

ZÊZERE, J. L., Pereira, A. R., & Morgado, P. **Perigos Naturais e Tecnológicos no Território de Portugal Continental**. *Apontamentos de Geografia*, C.E.G., 19, 1-17. 2006.



Agradecimentos

Os autores do presente artigo, agradecem à Comissão Europeia pelo financiamento do projeto Europeu Erasmus + HumACT - Humanitarian Action: Climate Changes and Displacements (Grant Agreement 619207-EPP-1-2020-1-PT-EPPKA2- CBHE-JP), no qual este artigo é parte integrante. Os nossos agradecimentos estendem-se, igualmente, à instituição coordenadora do projecto: o ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, e às instituições parceiras: Universidade Púnguè, Universidade Rovuma, Universidade Pedagógica de Maputo, Universidade de São Tiago, Universidade de Cabo Verde e Universidade de Atenas, pela profícua cooperação.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO
NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

Artigo



**PRINCIPAIS AGROTÓXICOS USADOS NA AGRICULTURA NA
BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO ZAMBEZE NA PROVÍNCIA
DE TETE EM MOÇAMBIQUE**

**MAIN PESTICIDES USED IN AGRICULTURE IN THE MIDDLE ZAMBEZI
WATERSHED IN TETE PROVINCE IN MOZAMBIQUE**

**PRINCIPALES PLAGUICIDAS UTILIZADOS EN LA AGRICULTURA EN LA
CUENCA HIDROGRÁFICA DEL ZAMBEZI MEDIO EN LA PROVINCIA DE
TETE EN MOZAMBIQUE**

Por Osmane Adrimo Ussene; Ringo Benjamin Victor & Gonçalo Rodrigues

Osmane Adrimo Ussene. Doutorando
Universidade Santiago de Compostela, Espanha
<https://orcid.org/0000-0002-7973-2882>
Contato: osa79ussene@gmail.com

Ringo Benjamin Victor. Professor da Faculdade
de Geociências e Ambiente da Universidade
Púnguè. Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-1514-0378>
Contato: mgauptete@gmail.com

Gonçalo Rodrigues. Professor no Instituto
Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa,
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6189-2079>
Contato: gcrodrigues@isa.ulisboa.pt

Como citar
USSENE, A. O; BENJAMIM VICTOR. R;
RODRIGUES, G Principais agrotóxicos usados na
Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio
Zambeze na Província de Tete em Moçambique.
Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 7, p. 131-145, jul. set.
2023.

Recebido 04/08/2023
Aceite: 10/08/2023



Resumo. A presente pesquisa objectivou analisar os principais agrotóxicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze na Província de Tete em Moçambique. Foi aplicado um questionário aos 2 (dois) técnicos extensionistas agropecuários dos Serviços Distritais das actividades económicas de Marávia e Zumbo e 20 agricultores, sendo 10 de povoado de Chanda (Distrito de Zumbo) e 10 de povoado de Mazeze (Distrito de Marávia). Os resultados demonstraram que as principais culturas onde são aplicados os agrotóxicos, são: milho, tomate, batata, soja, feijão, girassol e repolho. E o Duda Acelamectin 5%; Cipermertrina 200 EC; Cipermertrina; Fenvalerate; e Profenofos constituem os principais agrotóxicos usados na agricultura. Até 2015, foram registados 1103 (mil e cento e três) agrotóxicos e foram identificadas 37 agrotóxicos que foram banidos em 2014 e que ainda estavam como registados. Naquela altura havia 50 empresas registadas e fornecedoras de agrotóxicos em Moçambique. As principais empresas fornecedoras são: Agrifocus, Ida Afrigrow Moçambique, Lda; Selectis Agro Moçambique, Lda; Snow Internacional Trading, Lda; e Soluções Rurais, Ida. Analisando a quantidade de agrotóxicos importados por toneladas em 2016 – 2020, em média por ano são importadas 11341 toneladas com maior destaque insecticidas, rodenticidas e fungicidas.

Palavras-chave: Agrotóxicos, Bacia Hidrográfica, Médio Zambeze, Moçambique

Abstract. This research aimed to analyze the main pesticides used in agriculture in the Middle Zambezi Watershed in Tete Province in Mozambique. A questionnaire was applied to 2 (two) agricultural extension technicians from the District Services for economic activities in Maravia and Zumbo and 20 farmers, 10 from the village of Chanda (District of Zumbo) and 10 from the village of Mazeze (District of Maravia). The results showed that the main crops that are applied pesticides are: corn, tomato, potato, soybean, bean, sunflower and cabbage. And Duda Acelamectin 5%; Cypermerthrin 200 EC; Cypermerthrin; Fenvalerate; and Profenofos are the main pesticides used in agriculture. Until 2015, 1103 (one thousand and one hundred and three) pesticides were registered and 37 pesticides were identified that were banned in 2014 and that were still registered. At that time there were 50 registered companies and suppliers of pesticides in Mozambique. The main supplying companies are: Agrifocus, Ida Afrigrow Moçambique, Lda; Selectis Agro Moçambique, Lda; Snow International Trading Ltd; and Rural Solutions, Ida. Analyzing the amount of pesticides imported per ton in 2016 – 2020, an average of 11,341 tons are imported per year, most notably insecticides, rodenticides and fungicides.

Keywords: Pesticides, River Basin, Middle Zambezi, Mozambique

Resumen. Esta investigación tuvo como objetivo analizar los principales pesticidas utilizados en la agricultura en la Cuenca del Medio Zambezi en la Provincia de Tete en Mozambique. Se aplicó un cuestionario a 2 (dos) técnicos de extensión agrícola de los Servicios Distritales para actividades económicas en Maravia y Zumbo y a 20 agricultores, 10 de la aldea de Chanda (Distrito de Zumbo) y 10 de la aldea de Mazeze (Distrito de Maravia). Los resultados mostraron que los principales cultivos a los que se les aplica pesticidas son: maíz, tomate, papa, soya, frijol, girasol y repollo. y Duda Acelamectina 5%; Cipermertrina 200 EC; cipermertrina; fenvalerato; y Profenofos son los principales plaguicidas utilizados en la agricultura. Hasta el 2015 se registraron 1103 (mil ciento tres) plaguicidas y se identificaron 37 plaguicidas que fueron prohibidos en el 2014 y que aún se encuentran registrados. En ese momento había 50 empresas registradas y proveedores de plaguicidas en Mozambique. Las principales empresas proveedoras son: Agrifocus, Ida Afrigrow Moçambique, Lda; Selectis Agro Moçambique, Lda; Nieve International Trading Ltd; y Soluciones Rurales, Ida. Analizando la cantidad de plaguicidas importados por tonelada en el período 2016 - 2020, se importan en promedio 11.341 toneladas al año, entre las que destacan insecticidas, rodenticidas y fungicidas.

Palabras clave: Pesticidas, Cuenca Hidrográfica, Medio Zambezi, Mozambique.



INTRODUÇÃO

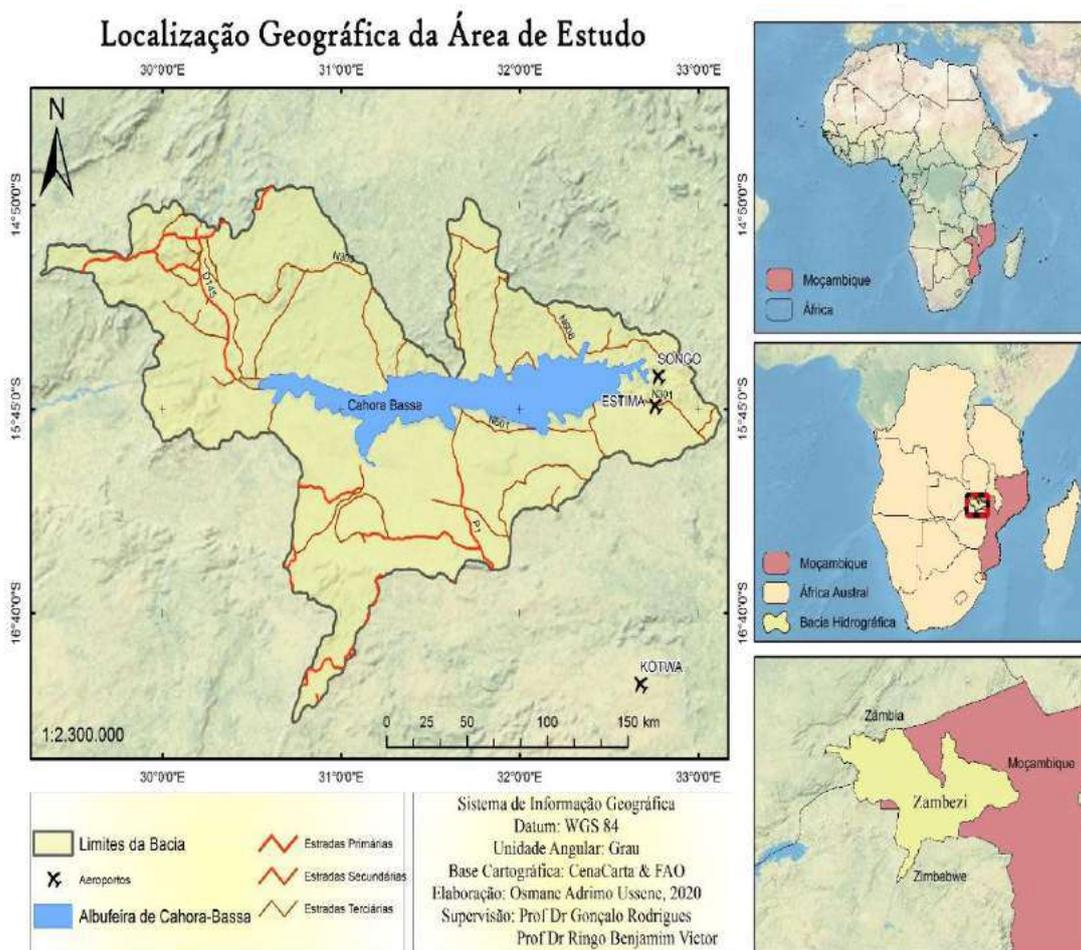
A Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza comumente o termo *pesticida* e o define como sendo compostos químicos usados para a eliminação de pragas, insetos, roedores, fungos e plantas indesejáveis (ervas daninhas). De acordo com Recena et al (2006), as substâncias químicas destinadas à proteção de culturas agrícolas e áreas urbanas contra a ação danosa de formas de vida animal e/ou vegetal são denominadas pesticidas, também conhecidos como agroquímicos, agrotóxicos, biocidas, defensivos agrícolas e praguicidas. Nesta pesquisa considera-se o termo agroquímicos por razões de alguns destes induzirem outras explicações, como por exemplo, de acordo com Bedor et al (2009), o termo biocida não é muito utilizado na literatura científica, por designar todas as substâncias que são tóxicas e que matam diferentes formas de vida. O termo agrotóxico submete a percepção de produtos potencialmente tóxicos para o meio ambiente e para os seres humanos, desvalorizando, assim, as potencialidades dos agrotóxicos na produção agrícola. De acordo com o Regulamento sobre a Gestão de Pesticidas de Moçambique, capítulo 1 – Disposições gerais, Artigo 1, nº1, os agroquímicos incluem todos os pesticidas e fertilizantes.

A presente pesquisa objectivou analisar os principais agroquímicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete em Moçambique. Para análise dos principais agroquímicos usados foi aplicado um questionário aos 2 (dois) Técnicos Extensionistas agropecuários dos Serviços Distritais das actividades económicas de Marávia e Zumbo e 20 agricultores, sendo 10 de povoado de Chanda (Distrito de Zumbo) e 10 de povoado de Mazeze (Distrito de Marávia). Este artigo foi produzido no âmbito do Programa de Doutoramento em Agricultura e Meio Ambiente para o Desenvolvimento na área de concentração em Gestão de Recursos Naturais e Biodiversidade para o Desenvolvimento, na Universidade Santiago de Compostela – USC (Espanha). O título da tese é “Efeitos de Uso de Agroquímicos na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze sobre a Albufeira de Cahora Bassa em Moçambique”. Esta pesquisa está em consonância com os objetivos 12; 14 e 15 do ODS (Objectivo de Desenvolvimento Sustentável) que preconizam, essencialmente, o consumo e produção sustentável das actividades humanas, a proteção da vida terrestre e aquática, respectivamente. Portanto, é extremamente importante a priori identificar os principais agroquímicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze e depois analisar o impacto no meio ambiente na saúde humano do uso de agroquímicos na agricultura.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na bacia hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete em Moçambique. Com uma área superficial de aproximadamente 41.640 km², ao correspondente a 4.164.000 há, esta localiza-se astronômicamente entre os paralelos 14° 50' 00" e 16° 40' 00" de Latitude Sul, e nos meridianos 30° 09' 00" e 33° 24' 00" de Longitude Este (fig. 1).

Figura 1- Localização Geográfica da Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze



Fonte: Autores (2022)

Segundo Plano de Gestão de Pragas – PGP (2021), o relevo de Tete subdivide-se em duas partes bem distintas, sendo a norte da província a formação dos planaltos da Marávia-Angónia e a Sul, a planície do vale do Zambeze, que apresenta algumas formações montanhosas



cujas altitudes têm menor valor com relação à zona norte, onde se localizam os pontos mais altos, os Montes Dómuè e Chiróbue com 2096 e 2021 metros respectivamente. De acordo com PGP (2021), o registo do estação meteorológico de Songo aponta a temperatura média anual é de 26,5° C, observando-se uma amplitude térmica anual relativa inferior a cerca de 8° C. O mês de novembro é o mais quente do ano (30,0oC). Em julho, regista-se a temperatura mais baixa de todo o ano (21,7 °C). Para as altitudes mais elevadas da província de Tete, as precipitações variam de 800 a 1200 mm e é a zona mais produtiva em termos de agricultura e, portanto, é densamente populosa. Especificamente para a zona sul da Província de Tete, incluindo os distritos de Changara, Cahora- Bassa, Moatize, Mutarara, Cidade de Tete e Chiúta a precipitação anual ronda os 600 mm, e é a mais pobres em termos de agricultura.

De acordo com Prodanov e Freita (2013), os métodos de procedimento, também chamados de específicos ou discretos, estão relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos pelo pesquisador dentro de determinada área de conhecimento. Para o desenvolvimento da pesquisa sobre *“Principais Agroquímicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete em Moçambique”*, foi usada como base lógica da investigação o método monográfico. Segundo Kauark et al (2010), a pesquisa quanto aos objectivos é explicativa e descritiva. Como pesquisa explicativa visa esclarecer, interpretar os fatos e as suas causas, assumindo, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso. O carácter descrito da pesquisa visa descrever as características de determinados agroquímicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete em Moçambique, isso, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como é o caso do questionário e observação sistemática e assume, em geral, a forma de levantamento. A pesquisa é qualitativa, porque busca saber e aprofundar a cerca dos principais agroquímicos usados na agricultura.

Como instrumentos de pesquisa foi usada a internet e o questionário. O questionário foi a técnica de coleta de dados mais utilizado, seguida da observação de alguns rótulos das garrafas plásticas que continham os principais agroquímicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete em Moçambique. Foi usada observação sistemática, também denominada observação planejada ou controlada, que é estruturada e realizada em condições controladas, de acordo com objetivos e propósitos previamente definidos no formulário como instrumentos de pesquisa.

As formas de pesquisas bibliográficas e estudo de caso foram marcadas pelas consultas eletrônicas de artigos, lei e decretos publicados em Moçambique relacionados com o tema e foi



aplicado questionário aos técnicos extensionistas e a observação para a verificação da informação contida nos rótulos das garrafas plásticas que continham os principais agroquímicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Legislação e uso de agroquímicos em Moçambique

O Conselho de Ministros de Moçambique, através do Decreto n.º 6/2009 de 31 de março, tendo em conta, a necessidade de regular a gestão de pesticidas no País, de forma a garantir a saúde pública e a qualidade do ambiente, ao abrigo do disposto no artigo 9 da Lei n.º 20/97 de 1 de outubro - Lei do Ambiente, e no uso das competências atribuídas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, aprovou no Artigo 1, o Regulamento sobre a Gestão de Pesticidas. No Art. 2, define que os pesticidas são incluídos na lista das actividades sujeitas ao licenciamento ambiental e previstas no Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental, aprovado pelo Decreto n.º 45/2004, de 29 de setembro, a produção de pesticidas, a reembalagem de pesticidas com propósitos comerciais, a comercialização e armazenagem de pesticidas agrários e os utilizados na saúde pública contra vetores, de doenças, assim como a eliminação de pesticidas e de embalagens de pesticidas.

De acordo com a Lista dos Pesticidas Registados em Moçambique, publicado em setembro de 2015, foram registados 1103 (mil e cento e três) pesticidas e foram identificados 37 pesticidas que foram banidos em 2014 e que ainda estavam como registados que se deve solicitar o certificado de registos. A tabela 1 e o gráfico 1 a seguir ilustram os principais pesticidas registados em Moçambique.



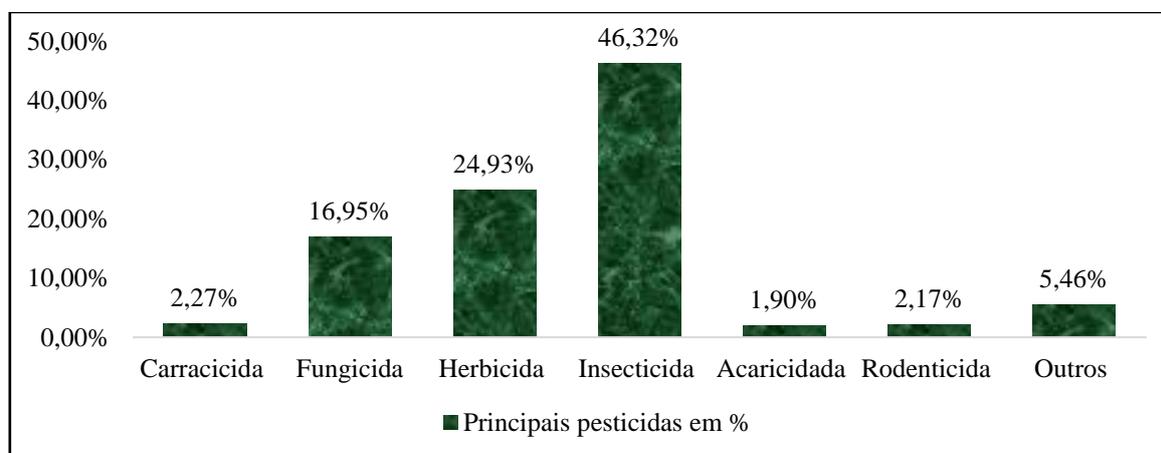
Tabela 1: principais pesticidas registados em Moçambique

| Principais pesticidas | | Quantidade | Porcentagem |
|-----------------------|---------------------------|-------------|----------------|
| Carracida | | 25 | 2,27% |
| Fungicida | | 188 | 16,95% |
| Herbicida | | 275 | 24,93% |
| Insecticida | | 511 | 46,32% |
| Acaricida | | 21 | 1,90% |
| Rodenticida | | 24 | 2,17% |
| Outros | Aderente | 1 | 5,46% |
| | Adjuvante | 12 | |
| | Agente biológico | 1 | |
| | Agente anti – espuma | 1 | |
| | Agente molhante | 2 | |
| | Agente tampão | 4 | |
| | Auxina | 1 | |
| | Bacteriosida | 6 | |
| | Biolarocida | 1 | |
| | Desinfetante | 2 | |
| | Inoculante | 6 | |
| | Melhorador de crescimento | 11 | |
| Repente | 13 | | |
| Total | | 1103 | 100,00% |

Fonte: Autores (2022)

137

Gráfico 1: principais pesticidas registados em Moçambique



Fonte: Autores (2022)

Principais agroquímicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete

A área de estudo é especificamente representada no setor primário com o desenvolvimento das actividades como: Agricultura, Pecuária, Floresta, Pesca e Indústria Extrativa. Os principais agroquímicos utilizados na agricultura são:



- 1) *Dudu Acelamectin 5% Ec*: é um inseticida / miticida agrícola para o controle eficaz de mineiros de folhas, tripés, ácaros, besouros, moscas-das-frutas, percevejos, formigas de fogo e muitos outros insetos-praga em todas as culturas;
- 2) *Cipermetrina 200 Ec*: é um inseticida na forma de Concentrado Emulsionável de controle de pragas, de código de grupo 3. Qualquer população de insetos pode conter indivíduos naturalmente resistente ao Cypermethrin 200 Ec e outros inseticidas de código 3 do grupo.
- 3) *Lambda-Cialotrina 5% Ec*: é uma mistura altamente ativa de isómeros da Cialotrina e pertence ao grupo dos piretróide do Tipo II (com grupo alfa-ciano).
- 4) *Cipermertrina*: é uma substância do grupo dos piretróides (substâncias sintéticas derivadas da piretrina natural).
- 5) *Fenvalerate*: É um inseticida e acaricida não sistémico com contato e ação estomacal. É utilizado para controlar de uma ampla gama de pestes, incluindo aqueles resistentes aos organoclorados, organofosforados, e inseticidas de carbonato.
- 6) *Profenofos*: é um líquido amarelo-claro com odor semelhante ao do alho. Corrosivo. Usado como inseticida. Profenofos é um tiofosfato orgânico, um inseticida organofosforado, um inseticida organoclorado e um membro dos monoclorobenzeno.

Dos compostos usados com mais frequência na agricultura, na sua maioria (100%) apresentam o modo de acção por contacto, com excepção, de profenofos, que para além de apresentar a acção por contacto, também age por ingestão e profundidade. Em relação a técnica de aplicação, (100%) são terrestres e aéreas. Sobre a inflamabilidade a *Cipermertrina 200 Ec*, *Cipermertrina*, *Fenvalerate*, *Profenofos* são inflamáveis, e *Dudu Acelamectin 5% Ec* e *Lambda-Cialotrina 5% Ec* não são inflamáveis. Em termo de corrosividade, *Cipermertrina 200 Ec*, *Fenvalerate*, *Profenofos* são corrosivos, diferentemente, da *Dudu Acelamectin 5% Ec* e *Lambda-Cialotrina 5% Ec* e *Cipermertrina* que não são corrosivos.

O quadro 1, ilustra o resultado do questionário aplicado ao Técnico Extensionistas e Agricultores sobre as principais culturas as que são aplicados os agroquímicos, onde pode-se verificar que o milho, tomate, batata, soja, feijão, girassol e repolho são as principais culturas que são aplicados os agroquímicos. As razões de serem as principais culturas as quais são aplicados os agroquímicos são sustentados por serem as principais culturas cultivadas nos distritos de Marávia e Zumbo, Zona Norte - Oeste da Província de Tete, cujo impacto da agricultura nestas áreas se reflete na Albufeira de Cahora Bassa.

Figura 1: Principais Agroquímicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Medio Zambeze



Fonte: Autores (2022)

Tabela 2: Descrição das características dos Inseticidas

| Nomes | Formula Química | Ingrediente de Activação | Categoria Agronómica |
|------------------------------------|---|------------------------------------|----------------------------|
| <i>Dudu Acelamectin 5% Ec</i> | $C_{95}H_{142}O_{28}$ & $C_{10}H_{11}ClN_4$ | Abamectina & Acetamiprida | Inseticida & Miticida |
| <i>Cipermetrina 200 Ec</i> | $C_{22}H_{19}Cl_2NO_3$ | Cipermetrina (<i>piretróide</i>) | Inseticida & Formicida |
| <i>Lambda-Cialotrina 5% Ec</i> | $C_{23}H_{19}ClF_3NO_3$ | Lambda-Cialotrina | Inseticida |
| <i>Cipermetrina</i> | $C_{22}H_{19}Cl_2NO_3$ | Cipermetrina (<i>piretróide</i>) | Inseticida |
| <i>Fenvalerate</i> | $C_{25}H_{22}ClNO_3$ | Fenvalerate | Inseticida & Incaricida |
| <i>Profenofos</i> | $C_{11}H_{15}BrClO_3PS$ | Profenofós | Inseticida & Acaricida |

Fonte: Autores (2022)



Tabela 3: Descrição das características dos Inseticidas

| Nomes | Composição (Elementos) | Classificação Toxicológica | Classificação Ambiental | Culturas |
|--------------------------------|---|---|---|---|
| <i>Dudu Acelamectin 5% E</i> | Abamectina 20g / L + Acetamiprida 3%. | CLASSE IV – Produto Pouco Tóxico | CLASSE III - Produto perigoso | Milho, Repolho, Tomate. |
| <i>Cipermetrina 200 Ec</i> | Cipermertrina: 20% w/vmim Outros ingredientes: 80% w/vmim | CLASSE IV – Produto PoucoTóxico | CLASSE II - Produto Muito Perigoso ao Ambiente | Algodão, Repolho, Quiabo, Beringela Cana-de-açúcar Trigo, Girasol |
| <i>Lambda-Cialotrina 5% Ec</i> | Lambda Cialotrina: 50,0 g/L (5,0% m/v).Outros Ingredientes: 852,6 g/L (85,26% m/v) | CLASSE I - Altamente Tóxico (Produto Formulado) | CLASSE I - Produto Altamente Perigoso Ao Ambiente | Algodão, Batata, Feijão, Milho, Soja, Tomate e Trigo |
| <i>Cipermertrina</i> | Cipermertrina: 200g/L | CLASSE IV - Produto Improvável de Causar Dano Agudo | CLASSE III - Produto perigoso | Algodão Soja e Feijão Milho e Milho doce Tomate |
| <i>Fenvalerate</i> | Fenvalerate: 20.50 w/w Alquilaril sulfonato (aniónico): 6.00 w/w Solvente (Xileno): 59.50 w/w | CLASSE II –Altamente Tóxico | CLASSE II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente | Milho Couve-flor Algodão Beringela Quiabo |
| <i>Profenofos</i> | Profenofós: 50% m/v Lufenuron: 5% m/v Outros ingredientes: 45% m/v | CLASSE I – Extremament e Tóxico | II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente | Algodão, amendoim, batata, café, cebola, ervilha, feijão, melancia, milho, pepino, repolho, soja, tomate e trigo. |

Fonte: Autores (2022)

Tabela 4: Classificação dos Compostos

| Produtos | Modo de Ação | Técnica de Aplicação | Inflamabilidade | | Corrosivo | |
|--------------------------------|--------------|----------------------|-----------------|-----|-----------|-----|
| | Contacto | Terrestre e Aérea | SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| <i>Dudu Acelamectin 5% Ec</i> | | | | | | |
| <i>Cipermertrina 200 Ec</i> | | | | | | |
| <i>Lambda-Cialotrina 5% Ec</i> | | | | | | |
| <i>Cipermertrina</i> | | | | | | |
| <i>Fenvalerate</i> | | | | | | |
| <i>Profenofos</i> | | | | | | |

Fonte: Autores (2022)



Tabela 5: Uso de agroquímicos na agricultura na região do Médio Zambeze

| Plantas cultivadas | Tipos de agroquímicos | Período de aplicação | Nº de vezes de aplicação | Efeitos na planta | Efeitos no solo e água |
|--------------------|---------------------------|---------------------------|---|--|---|
| Milho | Insecticidas, herbicidas | Vegetativo e espigamento | 2 (duas) vezes dependendo do nível de infestação | Queima a planta quando for demasiada ou uso inadequado | Mata todos os micros organismos existente no solo e na água |
| Repolho | Insecticidas | Vegetativo | 4 (quatro) ou mais vezes dependendo do ataque | | |
| Tomate. | Inseticidas e fungicidas | Vegetativo e frutificação | Uma vez por semana dependendo de tipo de ataque e praga ou doença | | |
| Girassol | Insecticidas | | | | |
| Batata | Insecticidas e fungicidas | | | | |
| Soja | Insecticidas | Vegetativo e frutificação | | | |
| Feijão | Insecticidas | Vegetativo e frutificação | | | |

Fonte: Autores (2022)

Principais empresas fornecedoras dos agroquímicos

141

De acordo com INE (2021), sobre Indicadores Básicos do Ambiente em Moçambique, no período 2016 a 2020, foram importados vários adubos químicos para o desenvolvimento da agricultura com a finalidade de incrementar o crescimento e desenvolvimento das culturas de consumos e rendimento, como pode se verificar na tabela, o uso de Fosfatos (cálcio naturais, alumínio cálcicos e cré); amoníaco anidro ou em solução aquosa (amónia); Nitritos e nitratos; Adubos de origem animal ou vegetal; Adubos minerais ou químicos, azotados; Adubos minerais ou químicos, potássicos; e Adubos minerais ou químicos de mistura. Para além dos adubos químicos usados para promover o crescimento e desenvolvimento das plantas cultivadas, são usados agroquímicos para o controlo e combate contra as pragas e doenças que atacam as culturas, é no caso de uso de Insecticidas, rodenticidas e fungicidas.

De acordo com a Lista dos Pesticidas Registados em Moçambique, publicado em setembro de 2015, foram registados 1103 (mil e cento e três) pesticidas e foram identificados 37 pesticidas que foram banidos em 2014 e que ainda estavam como registados que se deve solicitar o certificado de registos. Como pode – se perceber que para além dos agroquímicos registados em Moçambique, a entrada deste agroquímico apesar de ser controlada pela Autoridade Tributária de Moçambique, existe outros agroquímicos que são contrabalançados, sendo assim, na sua maioria não registados.



Tabela 6: Quantidade de adubos químicos importados (Ton), 2016 – 2020

| Produto | Ano | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|---------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Fosfatos (cálcio naturais, alumínio cálcicos e cré) | 30 | 47 | 116 | 108 | 11 |
| Amoníaco anidro ou em solução aquosa (amónia) | 23 | 12 | 21 | 41 | 41 |
| Nitritos e nitratos | | 5 | 77 | 51 | |
| Adubos de origem animal ou vegetal | 513 | 735 | 926 | 1 211 | 31170 |
| Adubos minerais ou químicos, azotados | 28 337 | 24412 | 97 736 | 99057 | 128 832 |
| Adubos minerais ou químicos, potássicos | 13138 | 2066 | 51 031 | 11 419 | 196646 |
| Adubos minerais ou químicos de mistura | 15 438 | 23 205 | 61974 | 30 307 | 31 390 |
| Insecticidas, rodenticidas e fungicidas | 5660 | 2660 | 19 238 | 5387 | 12 419 |

Fonte: INE (2021) citado Autoridade Tributária de Moçambique

A produção de pesticidas ou agroquímicos e sua reembalagem com propósitos comerciais, a comercialização e armazenagem agrários e os utilizados na saúde pública contra vectores, de doenças, assim como a sua eliminação e de embalagens esta previstas no Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental, aprovado pelo Decreto n.º 45/2004, de 29 de setembro, na República de Moçambique.

O registo de entrada no mercado de agroquímicos em Moçambique varia por ano, por exemplo, em setembro de 2015, foram registados 1103 (mil e cento e três) agroquímicos e foram identificadas 37 agroquímicos que foram banidos em 2014 e que ainda estavam como registados que se deve solicitar o certificado de registos. De acordo com a Lista dos Pesticidas Registados em Moçambique, publicado em setembro de 2015, estes agroquímicos, são fornecidos por 50 empresas registadas em Moçambique. As principais empresas fornecedoras são: *Agrifocus, lda Afrigrow Moçambique, Lda; Selectis Agro Moçambique, Lda; Snow International Trading, Lda; e Soluções Rurais, lda*, conforme a figura 2.

**Figura 2: Principais empresas fornecedoras Pesticidas Registrados em Moçambique**

- | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Agrifocus, Ida | 21. Chanral Mozambique, Lda | 41. Proserv, Lda |
| 2. Rotam moçambique, Ida | 22. Delta Sieira, Lda | 42. Medimoc, S.A |
| 3. MQS, Lda | 23. Bedson Moçambique, Lda | 43. Biotechnologies, Lda |
| 4. Saboeira de Inhambane, SARL | 24. Neoquímica, Ida | 44. Pannar Sed, Lda |
| 5. Selectis Agro Moçambique, Lda | 25. Saboeira de Inhambane, SARL | 45. Amazon Marketing, Lda |
| 6. Sineria Moçambique, Lda | 26. Export Marketing CO, Lda | 46. Abdul Munaf Import Export |
| 7. Agrolândia, Lda | 27. Fumigation International Moz. Lda | 47. Aggy, Lda |
| 8. Snow International Trading, Lda | 28. Tagros Chemicals India, Lda | 48. Maet Trading |
| 9. Afrigrow Moçambique, Lda | 29. Bio Power (Africa), Lda | 49. Lider, Ida |
| 10. Crop Asure Moçambique, Lda | 30. Fumilar, Lda | 50. Mozkin, Lda |
| 11. Syngenta, Agro Services | 31. Moz Vector Control | |
| 12. Tintas Cin | 32. Atlanlusi África, Lda | |
| 13. Soluções Rurais, Ida | 33. Moç. Terra Mar Trading, Ida | |
| 14. Curechem Moçambique, Lda | 34. TECAP, LDA | |
| 15. Delta Sieira, Lda | 35. Lusosem Moçambique, Lda | |
| 16. Twiga Chemicals Indust. Moz. Ida | 36. Abba Representações, Lda | |
| 17. AgroGlobal, Ida | 37. J.M. Trading, Lda | |
| 18. Contabill (Moç.), Lda | 38. Savon Trading, Lda | |
| 19. Seed Moç, El | 39. Atlanlusi África, Lda | |
| 20. Biochem, Ida | 40. Sogrep, Lda | |

Fonte: Autores (2022)

CONCLUSÕES

A produção de pesticidas ou agroquímicos e sua reembalagem com propósitos comerciais, a comercialização e armazenagem agrários e os utilizados na saúde pública contra vectores, de doenças, assim como a sua eliminação e de embalagens esta previstas no Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental, aprovado pelo Decreto n.º 45/2004, de 29 de setembro, na República de Moçambique. O registo de entrada no mercado de agroquímicos em Moçambique varia por ano, por exemplo, em setembro de 2015, foram registados 1103 (mil e cento e três) agroquímicos e foram identificados 37 agroquímicos que foram banidos em 2014 e que ainda estavam como registados que se deve solicitar o certificado de registos. Naquela altura havia 50 empresas registadas e fornecedoras de agroquímicos em Moçambique. As principais empresas fornecedoras são: *Agrifocus, Ida Afrigrow Moçambique,*



Lda; Selectis Agro Moçambique, Lda; Snow International Trading, Lda; e Soluções Rurais, lda.

Para além dos agroquímicos registados em Moçambique, a entrada deste agroquímico apesar de ser controlada pela Autoridade Tributária de Moçambique, existe outros agroquímicos que são contrabalançados, na sua maioria não registados. Analisando a quantidade de agroquímicos importados por toneladas em 2016 – 2020, em media por ano são importadas 11341 toneladas com maior destaque Inseticidas, rodenticidas e fungicidas. Contando com outros agroquímicos que são contrabalançados, na sua maioria não registados, a quantidade das toneladas de agroquímicos que entram e são usados em Moçambique são maiores que registados legalmente pela Autoridade Tributária de Moçambique.

As principais culturas que são aplicadas os agroquímicos, são: milho, tomate, batata, soja, feijão, girassol e repolho. Os principais agroquímicos usados na agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze, na Província de Tete são: Dudu Acelamectin 5% EC (inseticida / miticida agrícola para o controle eficaz de mineiros de folhas, tripés, ácaros, besouros, moscas-das-frutas, percevejos, formigas de fogo e muitos outros insetos-praga em todas as culturas); Cipermertrina 200 EC (Inseticida na forma de concentrado emulsionável de controle de pragas); Lambda-Cialotrina 5% EC (piretróide do Tipo II); Cipermertrina (substância do grupo dos piretróides); Fenvalerate (inseticida e acaricida não sistémico com contato e ação estomacal, é utilizado para controlar de uma ampla gama de pestes, incluindo aqueles resistentes aos organoclorados, organofosforados, e inseticidas de carbonato); e Profenofos (inseticida organofosforado).

Dos compostos usados com mais frequência na agricultura, na sua maioria (100%) apresentam o modo de acção por contacto, com excepção, de profenofos, que para além de apresentar a acção por contacto, também age por ingestão e profundidade. Em relação a técnica de aplicação, (100%) são terrestres e aéreas. Sobre a inflamabilidade a *Cipermertrina 200 Ec*, *Cipermertrina*, *Fenvalerate*, *Profenofos* são inflamáveis, e *Dudu Acelamectin 5% Ec* e *Lambda-Cialotrina 5% Ec* não são inflamáveis. Em termo de corrosividade, *Cipermertrina 200 Ec*, *Fenvalerate*, *Profenofos* são corrosivos, diferentemente, da *Dudu Acelamectin 5% Ec* e *Lambda-Cialotrina 5% Ec* e *Cipermertrina* que não são corrosivos.



REFERÊNCIAS

BEDOR, C. N. G. et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. São Paulo: **Rev. Bras. Epidemiol.** Vol. 12, n. 1, p. 39-49, 2009.

COMITÉ DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DO REGISTO DE PESTICIDAS (CATERP). **Lista dos Pesticidas Registrados em Moçambique.** Maputo, 2015.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático.** Itabuna, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITA, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** Novo Hamburgo, 2013.

RECENA, M. C. P.; CALDAS, E. D.; PIRES, D. X.; ROSE, E; PONTES, J. C. Pesticides exposure in Culturama, Brazil: Knowledge, attitudes, and practices. **Environmental Research**, v. 102, p. 230-236. 2006.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, CONSELHO DE MINISTROS - **Lei do Ambiente de Lei n.º 20/97 de 1 de outubro.** Maputo, 1997.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Ministério da Economia e Finanças (MEF). **Plano De Gestão De Pragas (PGP).** Projecto de Ligações Económicas para Diversificação (PLED). Maputo, 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE CONSELHO DE MINISTROS. **Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental.** Decreto n.º 45/2004, de 29 de setembro. Maputo, 2004.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, CONSELHO DE MINISTROS. **Regulamento sobre a Gestão de Pesticidas. Decreto n.º 6/2009 de 31 de março.** Maputo, 2009.



ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Albino José Eusébio, pesquisador moçambicano convidado neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*.

Biografia acadêmica do pesquisador. Albino José Eusébio é Licenciado em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Moçambique. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalha como Professor Colaborador na Universidade Aberta ISCED (UnISCED), Moçambique. Pesquisador do Grupo de Estudo Sociedade Ambiente e Acao Publica da UFPA e do Grupo de Estudos Espaços e Sociedades na África subsaariana – GeoÁfrica.

Albino José Eusébio

Professor Colaborador na Universidade Aberta ISCED (UnISCED), Moçambique.

<https://orcid.org/0000-0001-5646-6190>.

Contato: albino.acipol@gmail.com;

albinoeusebio@outlook.com;

Como citar:

EUSÉBIO, A. J. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Albino José Eusébio. **Boletim GeoÁfrica**, vol. 2, n. 7, p. 146-154, jul.-set 2023.

Tese de Doutorado: EUSÉBIO, Albino José. *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia; Universidade Federal do Pará (UFPA), 2018.



Resumo da tese: A tese analisa o processo de deslocamento compulsório e a vida cotidiana das populações deslocadas, em consequência da instalação, no distrito de Moatize, na região do Vale do Zambeze, província de Tete, Moçambique, do megaprojeto de exploração de carvão mineral, operado pela multinacional brasileira Vale. A tese visibiliza as violências das práticas corporativas do deslocamento compulsório e argumenta que a violência do deslocamento compulsório é uma característica intrínseca aos grandes projetos de mineração que independem dos contextos sociopolíticos e jurídicos de cada *locus* em que estão sendo implementados. A Vale apresentou práticas autoritárias, violentas e “coloniais” de atuação que tiveram impactos sociais, econômicos e ambientais significativos na dinâmica de vida cotidiana das populações atingidas em Moatize.



Foto: acervo pessoal de Albino Eusebio

Qual a relevância da pesquisa?

A relevância da tese está no facto de visibilizar as violências das práticas e estratégias dos grandes projetos de mineração no processo de inserção nos territórios e na relação com as comunidades atingidas. Isso é evidenciado na análise sobre o processo de deslocamento compulsório realizado pelo projeto de exploração de carvão mineral que era operado pela multinacional brasileira Vale em Moatize, bem como na descrição dos impactos atuais sobre as populações do entorno do empreendimento. Se por um lado a tese visibiliza e denuncia as violências das práticas empresariais, por outro lado, revela ações coletivas locais de resistência a essas violências, ações essas que iluminam caminhos para um mundo e políticas de mais justiça



social e ambiental e desenvolvimento mais sustentável; um mundo onde não imperam somente as vontades e o poder perverso das empresas multinacionais. Essas ações coletivas mostram que aqueles locais impactados se transformaram em lugares ou espaços de afirmação local da cidadania e de lutas contra a hegemonia de um tipo de desenvolvimento que só lhes contempla enquanto sujeitos de sacrifícios. Para o governo moçambicano a tese evidencia a necessidade de adoção de novos mecanismos de regulação da forma como os grandes projetos de mineração e de desenvolvimento de modo geral se inserem nos territórios por forma a impedir a violação dos seus direitos constitucionalmente protegidos. Reafirmo isso, justamente, porque constatou-se durante a pesquisa que as populações não estão necessariamente “contra o desenvolvimento”, mas sim “contra a forma como o desenvolvimento”, o “estranho”, o “novo” está chegando até eles.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

A tese teve o objetivo geral de analisar o processo de deslocamento compulsório das populações atingidas pelo projeto Moatize de exploração de carvão mineral, que era operado pela multinacional brasileira Vale, bem como a realidade de vida cotidiana das populações classificadas como rurais, deslocadas à Comunidade de Cateme, a aproximadamente 30 Km do seu local original de vivência, habitação, produção e reprodução social, econômica e cultural. Como objetivos específicos ao longo da tese buscou-se: (i) examinar encruzilhada dos megaprojetos de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze, bem como os contextos históricos e políticos que culminaram com a chegada da Vale a Moatize enquanto marco da nova encruzilhada dos projetos de desenvolvimento e progresso nacional na região do Vale do Zambeze; (ii) descrever, com base nas narrativas das próprias populações e outros atores que acompanharam o processo, as práticas e ações desenvolvidas pela Vale no processo de deslocamento compulsório e explorar pontos de intersecção com outras formas de deslocamentos compulsórios que foram executados na região desde o tempo colonial; (iii) examinar os direitos territoriais das populações e comunidades locais perante outros direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique desde o tempo colonial e as implicações da atual cartografia jurídica sobre a terra, não só na segurança jurídica do direito de propriedade das comunidades locais, como também no processo de deslocamento compulsório; (iv) explorar a realidade de vida atual na Comunidade de Cateme, local onde foram “reassentadas” as famílias classificadas de rurais.



A discussão foi inspirada teórica e metodologicamente nas discussões da antropologia do desenvolvimento, dos estudos pós-coloniais e na sociologia do cotidiano.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

A tese revela de modo geral que a expansão dos grandes projetos de mineração em Moçambique, no Vale do Zambeze e em Moatize em particular, vem sendo marcada por uma forte intercepção entre o que podemos chamar de um frágil sistema de controle estatal e perversas práticas corporativas. A perversidade das práticas corporativas é visibilizada pela violência das práticas e estratégias adotadas no processo de deslocamento compulsório e por outras práticas sociais e ambientais danosas que têm como consequência o acirramento de conflitos socioambientais na região.

A chegada da multinacional brasileira Vale em Moçambique marcou uma nova fase da exploração de carvão mineral na bacia carbonífera de Moatize, bem como, uma nova encruzilhada de projetos desenvolvimentistas na região do Vale do Zambeze. Região essa, que desde o tempo colonial assume um lugar estratégico nos projetos de exploração econômica em Moçambique. A tese demonstra que a inserção desses grandes projetos de mineração nos territórios vem sendo marcada pela afirmação de uma relação violenta com histórias e modos de vida das comunidades locais que habitam a região desde os tempos imemoriais ou datados. O processo de deslocamento compulsório transformou Moatize num campo de violação de direitos e, conseqüentemente, num campo de resistência. Numa autêntica afirmação local da cidadania, às populações atingidas vem desenvolvendo ações coletivas locais de mobilização e reivindicação social contra as práticas violentas das empresas e, de modo geral, contra as ‘contradições desastrosas’ da atual lógica desenvolvimentista que vem sendo implementada na região. De fato, as ações coletivas de contestação que são desenvolvidas em Moatize apresentam narrativas outras que denunciam o caráter violento, autoritário e colonial das empresas mineradoras. A realidade atual de vida das populações deslocadas para Cateme, área onde foram assentadas as famílias classificadas de rurais, nos ensina que o discurso de desenvolvimento e melhoria de vida e ‘emprego para os vossos filhos’ adotado pelos gestores das empresas multinacionais e atores governamentais não passa de um discurso legitimador e de cooptação para o controle e exploração capitalista do seu território. Revela também a tese que, as populações compulsoriamente deslocadas, enquanto lamentam pela realidade atual de vida



imposta perversamente pela empresa, enquanto resistem e se mobilizam coletivamente em defesa dos seus direitos, também se engajam em novos campos de possibilidade de sobrevivência cotidiana, seja como motoqueiro, seja com uma feirinha no mercado ou nas vias mais movimentadas da comunidade. À medida que o tempo vai passando essas populações vão tendo certeza de que não há muito que esperar da empresa, muito menos do tal discurso de desenvolvimento e melhoria de vida que vem acompanhando o avanço desses grandes empreendimentos na região. Só eles mesmos podem ser sujeitos das suas trajetórias e histórias de vida. Esses novos campos de possibilidade de reprodução social econômica (ser motoqueiro ou ter uma feirinha) se, por um lado, dão visibilidade da condição de vulnerabilidade e sofrimento social em que se encontram nesses ‘novos lugares’, por outro evidenciam que mesmo expropriadas das suas terras de reprodução social, econômica e cultural, violentadas, enganadas pelas falsas promessas e intimidações e abandonadas nos “campos de reassentamentos”, essas populações se negam a ser cúmplices da aniquilação da sua própria existência.

Os atuais deslocamentos compulsórios provocados por grandes projetos de mineração não são um fenômeno novo na história da população de Moatize, do Vale do Zambeze e nem de Moçambique no geral. A história de Moçambique é desde o tempo colonial marcada, dentre vários pontos, pela prevalência de uma política governamental e empresarial de controle territorial que pressiona constantemente o território das populações das áreas rurais e tem como consequência imediata e direta os deslocamentos compulsórios. Tanto no período colonial, quanto na primeira década do período pós-independência, políticas de desenvolvimento e progresso nacional, os programas de aldeamentos coloniais e aldeias comunais, as guerras e os desastres ambientais contribuíram para um deslocamento maciço das populações da região. No contexto atual o controle governamental e empresarial do território está mais assentado na política de intensificação da exploração capitalista dos recursos minerais. A tese revela que apesar das diferenças (uma das principais diferenças está no fato de os atuais deslocamentos compulsórios estarem relacionadas ao controle empresarial do território e avanço do capital internacional que pressiona grupos e modos de vida locais) existem certas proximidades com os anteriores processos impostos na região do Vale do Zambeze, o programa de aldeamentos coloniais e as aldeias comunais socialistas inerentes à modernização do campo e cooperativização agrícola: as decisões tomadas centralmente e impostas aos grupos atingidos que tem a única opção de cumpri-las; a consequente marginalização dos posicionamentos dos



sujeitos afetados, negando-lhes a possibilidade de serem protagonistas do seu próprio destino; a persistência da lógica paternalista de relação, o uso da persuasão e de modo geral a prevalência práticas de violência e intimidação são algumas dessas proximidades.

A análise feita na tese sobre o ordenamento jurídico da terra desde o tempo colonial demonstrou que apesar das mudanças realizadas na década 90, prevalece um sistema de dominação que inferioriza as comunidades locais e subalterniza as suas lógicas específicas de uso e apropriação da terra e recursos em favor da apropriação capitalista, criando um espaço propício para violação dos seus direitos territoriais por parte das empresas capitalistas. A tese revela que foi nesse contexto jurídico sobre a terra que a Vale chegou em Moçambique. Foi neste contexto jurídico que realizou o processo de deslocamento compulsório das populações atingidas, processo esse que foi marcado por violência, autoritarismo, tutela e indiferença pelos seus modos de vida. A empresa pouco fez para garantir a continuidade integral dos seus modos originais de reprodução social e econômica. O interesse era tirá-los a todo custo para dinamizar a exploração do carvão mineral. Falsas promessas, violência e intimidação foram algumas das estratégias adotadas para conter ações de resistência ao deslocamento. Porém, as violências das práticas corporativas do deslocamento compulsório não são exclusivas a esse fato, elas são também reflexo do caráter violento que é intrínseco a práticas corporativas dos grandes projetos de mineração, tal como evidenciam os dados analisados ao longo da tese sobre a atuação da Vale em Sudbury no Canadá e na Amazônia Brasileira. Ou seja, o caráter autoritário e violento do estado moçambicano na sua relação com as comunidades locais, que vem desde o tempo colonial e se mantém atualmente, se intersecciona desse modo com o caráter autoritário, violento e colonial das práticas e estratégias corporativas das empresas de mineração. Os procedimentos adotados pela Vale em Moatize, bem como a realidade de vida cotidiana das populações deslocadas e outras que habitam nos arredores das áreas de exploração (marcada por desestruturação significativa nas suas bases originais de reprodução social econômica e cultural) evidenciam a prevalência dessa lógica violenta, autoritária e colonial de atuação. Para concluir, importa frisar que do ponto de vista teórico a tese revela, em primeiro lugar, a persistência de ações estatais de controle de território e controle da população que têm como consequência os deslocamentos compulsórios. Em segundo lugar a prevalência de práticas violentas do estado que se interseccionam com as práticas violentas empresariais. O autoritarismo, a tutela e o negligenciamento dos projetos de vida das diversas famílias atingidas marcaram o processo de deslocamento compulsório, numa autêntica reedição



para o tempo presente de práticas violentas coloniais. E por fim a existência de ações de resistência que não se resumem exclusivamente, às ações de protestos, mas às ações cotidianas de ressignificação da vida e de re-existência diante da nova realidade imposta.

Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

A pesquisa de campo foi realizada num período de instabilidade político-militar na região central de Moçambique, na qual se localiza o distrito de Moatize, província de Tete. Em 2013 a tensão política que era evidente no campo discursivo – por meio da política de acusações entre os atores políticos na arena pública – transformou-se numa “tensão político-militar” envolvendo o grupo armado do partido RENAMO e as Forças de Defesa Segurança de Moçambique, liderado pelo partido FRELIMO, dois protagonistas da guerra civil que teve o seu “fim” no ano de 1992 com a assinatura, em Roma, do Acordo geral de Paz (AGP). Os confrontos entre as partes tiveram inicialmente epicentro em algumas áreas da província de Sofala, na região central de Moçambique, principalmente ao longo da Estrada Nacional n° 1 (EN1), embora tenham existido registros de algumas ações nas províncias de Nampula, na região norte, e Inhambane, na região sul. Estes confrontos mergulharam o país, mais de duas décadas do fim da guerra civil, numa autêntica violência armada. Depois de uma relativa calma em 2014 – incentivada de certa forma pelo “Acordo de Maputo” que foi um acordo de “cessação das hostilidades” ratificado pelo então Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e pelo presidente do partido RENAMO, Afonso Dhlakama, como resultando de um diálogo que vinha ocorrendo entre as partes no Centro de Conferência Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, capital do país, região sul de Moçambique - verificou-se, desde finais de 2015, o recrudescimento das hostilidades e violência armada entre as partes beligerantes, na província de Sofala, se alastrando para algumas áreas da província de Manica e Tete, ambas na região central de Moçambique. Um dos efeitos diretos desse recrudescimento foi, por exemplo, a dificuldade de circulação de pessoas e bens na região central de Moçambique, devido aos constantes ataques da RENAMO, principalmente ao longo da Estrada Nacional Número 1 (EN1). Esse cenário tornou a viagem de Maputo a província de Tete via rodoviária num empreendimento ou aventura de risco, restando a via aérea, o que superdimensionou os custos da pesquisa. O cenário de instabilidade impediu que a minha orientadora Sônia Barbosa Magalhães se juntasse ao trabalho de campo conjunto em Moatize.



A pesquisa de campo foi realizada em 2016 mais de 10 anos após a chegada da Vale em Moatize e a comunidade de Cateme, onde foram reassentadas famílias que foram classificadas como rurais, já era alvo de visitas de diversos pesquisadores, jornalistas e ativistas nacionais e internacionais. Por causa disso, as autoridades moçambicanas estabeleceram mecanismos de controlo das pessoas que têm acesso à comunidade para entrevistas com as populações deslocadas. O acesso a comunidade que deveria ser livre, passou a ser controlado e dependente da decisão do governo distrital. Passaram a exigir que os líderes comunitários e as populações de Cateme falassem apenas com pesquisadores, jornalistas e ativistas da sociedade civil que tivessem credenciais para visitar Cateme. De fato, todas as pessoas com quem conversei em Cateme a primeira coisa que pediam era a credencial e se já tinha falado com o líder do seu bairro. Comprovado isso é que aceitavam iniciar o diálogo. Constatei também uma espécie de esgotamento das famílias atingidas em dar entrevistas, tendo em diversas ocasiões ter recebido não como resposta. Diziam: “estamos sempre a dar entrevista e a nossa situação nunca muda, estamos na mesma situação, afinal o que fazem com as nossas informacoes”. Outra grande dificuldade enfrentada está relacionada com o “fechamento institucional” (falo em concreto de todo o conjunto de obstáculos formais e informais que impedem o exercício de uma pesquisa em certas instituições) e o “secretismo institucional” (que se manifesta por uma política perversa formal ou informal que impede o acesso a algumas informações em algumas instituições públicas ou privadas) do Instituto Nacional de Minas, que recusou fornecer dados atualizados sobre empreendimentos minerários que estavam ativos na província de Tete e em Moatize em particular, bem como o acesso aos estudos de impacto ambiental e planos de reassentamentos da Vale e outros grandes projetos. O fechamento e secretismo institucional se verificou também na própria Vale que recusou qualquer informação em relação ao projeto, incluindo os pedidos de entrevistas.

Algumas publicações recentes de Albino José Eusébio

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Mineração e conflitos ambientais: estratégias corporativas de gestão dos “riscos sociais” em Onça Puma. In: André Luís Assunção de Farias. (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 1ed. São Paulo: Editora Científica Digital, 2023, v. 01, p. 164-185.



EUSÉBIO, Albino José. Empresas, comunidades e conflitos: grandes projetos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 25, n. 3, p. 35-53, set-dez 2022.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: Henri Acselrad. (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, p. 267-310.

EUSÉBIO, Albino José. As violências das práticas empresariais: mineração, danos socioambientais e conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique. In: Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas, 2021, São Luís. **Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório"**. São Luís: EDUFMA, 2021. v. 04. p. 505-516.

EUSÉBIO, Albino José. As Violências das Práticas Empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no vale do Zambeze, Moçambique. **REVISTA ANTHROPOLÓGICAS**, v. 1, p. 220-248, 2020

EUSÉBIO, Albino José. O Paradoxo do Desenvolvimento: Mineração, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Cateme, Moatize, Moçambique. **Revista Iuminuras**, v. 21, p. 862-870, 2020.

EUSÉBIO, Albino José. Os direitos sobre os territórios: comunidades locais e os projetos de desenvolvimento em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 03, p. 154-177, 2019.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 49, p. 349-374, 2018.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Grandes projetos de mineração e direitos territoriais das comunidades locais em Moçambique. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 21, p. 179-198, 2018.

EUSÉBIO, Albino José. Grandes projetos de desenvolvimento, guerra e os deslocamentos compulsórios em Moçambique. **NOVOS DEBATES - FÓRUM DE DEBATES EM ANTROPOLOGIA**, v. 3, p. 55-60, 2017.



EXPRESSÕES CULTURAIS: ÁFRICAS EM PROSA E VERSOS...



Um encontro com José Bione Carquete

(aliás Dragão Bee Yoni)

Por Hagira Naide Gelo Machute



Como citar

GELO MACHUTE, H. Um encontro com José Bione Carquete. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 155-158, jul.-set. 2023.

Quem é José Bione Carquete? Sou cidadão moçambicano, com muito sentimento pelas nossas próprias vivências. Nascido e envelhecendo em Maputo, apaixonado pelo mundo, mesmo diante das angústias da existência. Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia pelo então Instituto Superior de Relações Internacionais ISRI – de Maputo, Moçambique. Me considero um amante profundo da vida, admirando-me a cada dia que acordo vivo. Pouca coisa sei de mim. E creio que ouvindo dos outros, provavelmente possa aceitar sem resistência



GeoÁfrica. *Pode nos falar da sua trajetória como escritor? Qual é a origem do seu pseudônimo de Dragao Bee Yoni?*

Pela minha natureza tímida, sempre me escondi no ventre da razão e das emoções. Nunca quis que as pessoas soubessem que escrevo. Para mim, o que deve contar é a escrita, não o autor. A fama para mim foi sempre um terror, um matador das liberdades. Uma figura conhecida publicamente, perde a sua essência. Passa a ser vigiado pelo olho das massas. Cada acto é avaliada e julgado. A pessoa deixa de ser ela e passa a viver uma suposta perfeição, temendo todo o tipo de erro. Tudo passa pela escala métrica da perfeição moral e racional. Qualquer erro cometido em público torna-se veneno ao sujeito. Essa é a grande razão que me força a usar pseudónimos em minhas escritas. Poupar o meu coração. Caminhar tranquilamente sem que ninguém me reconheça. Viver em silêncios dos barulhos da escrita. Quanto à escolha do pseudónimo, apenas salientar que nasce do turbilhão de sentimentos e vontades que me devoram por dentro. Era preciso adoptar um momento que me permitisse parir com determinação esses sentimentos, sem temer suas consequências. Um dragão comporta essas qualidades: o fogo, a determinação, o poder, diante do qual todos vergam ou se rendem diante de si.

Não sei exactamente quando nasce essa loucura de escrever. Mas creio que foi quando comecei a sentir e ganhei coragem de colocar essas emoções ao rosto do papel. Aquilo é outra doença. Tu nunca sabes quando entra. Apenas te descobres a cambalear, totalmente aniquilado. Mas, foi no ISRI que o bicho começou a me sabotar a vida. Havia colegas ligados ao grupo Xitende de Gaza. Convidaram-me a escrever, depois que um professor de nome Melissão Novunga terá descoberto essa arte numa das provas. Daí em diante, nunca melhorei. Fui piorando a cada dia, escrevendo cada vez mais.

GeoÁfrica. *Carquete, você retrata diferentes realidades nas suas obras. Onde busca inspiração, na natureza, na mulher, nos assuntos quotidianos políticos, culturais e sociais e?*

Na verdade, a nossa inspiração tem génese numa força inexplicável, um Deus. Ninguém sabe ao certo. Apenas inventámos algumas explicações para minimizar a nossa ignorância sobre o facto. Apesar dessa limitação, tenho recorrido a certos fermentos para adoçar as minhas criações literárias. Sem dúvida, a mulher é o coração dessa inspiração, seguida pelas demências políticas que a cada dia transformam nossos sonhos em pesadelos. Nossas esperanças desmaiam a cada dia,



na magra alucinação de um dia sermos melhores. A cultura, claro, toda ela florindo e temperando cada verso, tendo como chão e tecto a própria sociedade. Tudo é concebido entre sonhos, frustrações, vontades incessantes e esperanças teimosas.

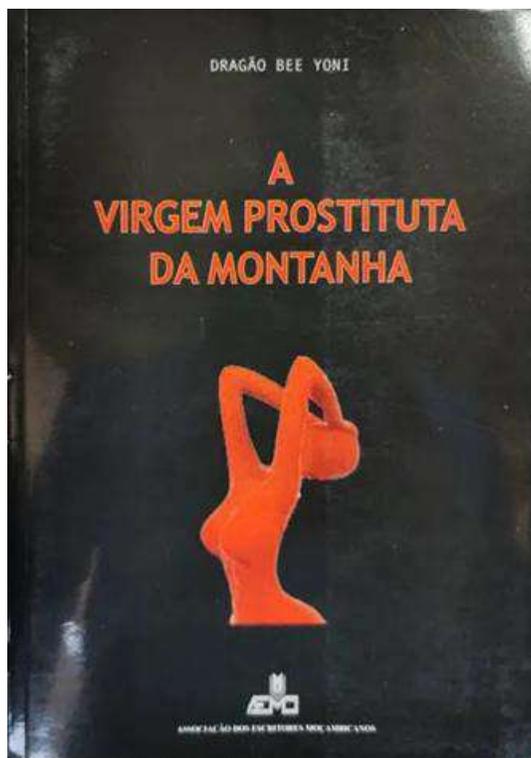
GeoÁfrica. *Houve momentos na sua vida em que se tenha sentido absolutamente perdido em termos criativos?*

Na realidade, vivemos perdidos em algum lugar nessa vida, ou no amor, ou na frustração. Somos peregrinos enquanto seres humanos. Viajamos na asa mágica do pensamento e da emoção. Até no sono não nos poupamos. Sonhamos. Somos tudo isso, embora poucos tenham consciência disso. Em termos criativos, ocorre o mesmo. Nunca me senti tão perdido em termos criativo, por razões acima descritas. A existência torna-nos criativos por excelência, involuntários. O segredo é saber sequestrar essa força divina dentro de nós e registar no papel.

Principal publicação do autor

Dragão Bee Yoni. *A virgem prostituta da montanha*. Maputo, Moçambique: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2016, 201 p.

157





Prêmios e distinções

- Prêmio Literário Maria Odete de Jesus – 2002;
- Prêmio Literário do FBLP – 2002;
- Prêmio Literário dos Jovens Criadores da CPLP – 2002;
- Prêmio Literário Petromoc -2006;
- Prêmio Literário UNC- 2006;
- Prêmio Literário Minerva Central, Menção Honrosa/Conto-2007
- Prêmio Literário Maria Odete de Jesus – 2008;
- Prêmio Literário Bienal da Literatura TDM- 2008;
- Bienal de Literatura TDM, Menção Honrosa/Conto- 2008;
- Concurso Literário Instituto Camões – Joao Dias- 2008;
- Prêmio Literário 10 de Novembro -2009;
- Prêmio Literário 10 de Novembro -2013;
- Prêmio Literário 10 de Novembro-2015;
- Concurso de Redação 40 China- Moçambique, Prêmio Ouro-2015



RESENHA



RECURSOS, REGIMES DE RENDA E (SUB)DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS, ANALÍTICAS E EMPÍRICAS DE GÉRAUD MAGRIN

MAGRIN Géraud. *Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement*. Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements: Paris, 2013, 424 p.

Por Frédéric Monié

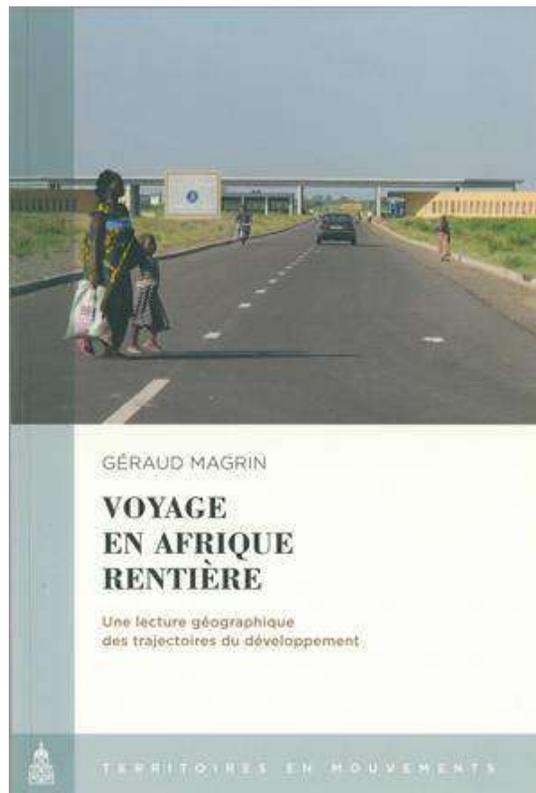
159

Frédéric Monié

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador do GeoÁfrica
Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, F. Recursos, regimes de renda e (sub)desenvolvimento: contribuições teóricas, analíticas e empíricas de Géraud Magrin. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 159-162, jul-set 2023.





Em 2013, o Geógrafo africanista Géraud Magrin publicou o livro intitulado *Voyage en Afrique rentière. Une lecture géographique des trajectoires du développement* onde apresentava resultados de anos de pesquisa e reflexão sobre as relações entre extrativismos, regimes de renda, governança e (sub)desenvolvimento na África subsaariana. A *viagem* científica do pesquisador privilegiou alguns países da África ocidental como Mali, Mauritânia, Senegal e, sobretudo, o Chade, onde o autor estudou mais especificamente as dinâmicas socioeconômicas e territoriais posteriores à descoberta de reservas de petróleo na bacia de Doba, no sul do país. Anos de pesquisa de campo, uma ampla revisão bibliográfica abraçando referências acadêmicas de diversos campos disciplinares, literatura cinza, fontes clássicas e mais atuais, alimentam análises extremamente rigorosas e uma reflexão particularmente original. Se as teorias clássicas (por vezes criticadas pelo autor) sobre a temática em tela (“doença holandesa”, “maldição dos recursos naturais”, “paradoxo da abundância” etc.) foram elaboradas essencialmente no campo da economia política, Magrin privilegia as dimensões espaciais e territoriais das trajetórias do (sub)desenvolvimento em regiões e países cujas economias são altamente dependentes das exportações de recursos naturais e de fluxos financeiros exógenos (remessas de migrantes, “ajuda” internacional etc.).

A primeira parte do livro propõe uma reflexão teórica sobre as relações entre regimes de renda e (sub) desenvolvimento. Desconectadas de atividades produtivas tradicionais, as economias de renda apresentam geralmente um perfil extrativista e predatório que permite sua reprodução sem que haja, segundo o autor, mecanismos de acumulação (MAGRIN, 2013, p. 8). Numa perspectiva de longa duração, as raízes do fenômeno mergulham na história pré-colonial de reinos e impérios da África ocidental cuja prosperidade era intimamente ligada à extração e exportação de ouro. Os tratos escravistas perpetuaram e agravaram o caráter rentista das economias e das estruturas políticas, apropriadas por elites exclusivamente preocupadas pela sua perpetuação no poder. Com a colonização do continente africano no final do século XIX, as potências europeias modernizaram e diversificaram as fontes de renda, investindo em particular na agricultura de *plantation*, na mineração e nas infraestruturas técnicas que lhe dão suporte (ferrovias e portos exportadores, em particular). Esse processo de modernização agravou e sistematizou a inserção subalterna da África subsaariana na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como provedora de recursos primários ou bens pouco processados. Após as independências das décadas 1960 e 1970, o fracasso de projetos desenvolvimentistas experimentados em alguns países africanos, como a



Nigéria, sinalizaram a dificuldade de operar uma transição rumo a sistemas produtivos integrados e diversificados.

Na segunda parte do livro, a análise geográfica das economias de renda remete inevitavelmente a figura do *enclave*, estrutura espacial característica do extrativismo e da agricultura de *plantation* que já tinha sido teorizada por pensadores sul-americanos do (sub)desenvolvimento em meados do século XX. Ilha de “*modernidade territorial importada*” (MAGRIN, 2013, p. 212) inserida num arquipélago corporativo multiescalar, o *enclave* é uma ilustração da desterritorialização de sítios extrativos cujas conexões são mais densas e fluidas com espaços distantes – via redes técnicas de transporte e de comunicação imaterial – do que com seu entorno local e regional.

A terceira parte evidencia que a capacidade desses sítios extrativistas de irradiar efeitos desencadeadores permanece um desafio teórico, político e operacional para o planejamento regional e as políticas desenvolvimentistas. Géraud Magrin ressalta, nos capítulos 8 e 9, que desde o início da década de 2000 alguns governos promoveram iniciativas políticas e institucionais visando a regular as atividades de extração de minérios e hidrocarbonetos no sentido de gerar efeitos benéficos para as economias e sociedades locais, limitando paralelamente seus impactos sobre o meio-ambiente. Novos códigos de mineração, inovação na gestão dos *royalties*, descentralização implicando os atores políticos locais etc. são reformas suscetíveis, segundo o autor, de criar *interstícios de bifurcação* (MAGRIN, 2023, p. 319). Da mesma maneira, a descentralização político-administrativa abriu teoricamente perspectivas de maior protagonismo para as autoridades locais.

No entanto, a construção de trajetórias de desenvolvimento enfrenta um conjunto de obstáculos. Se, por um lado, os efeitos da “doença holandesa” são passíveis de ajustes mediante orientações macroeconômicas inovadoras, o equacionamento dos desafios impostos pelo “paradoxo da abundância” impõe profundas transformações políticas e institucionais tributárias de uma mobilização da sociedade civil e do poder político local. A promoção de projetos de desenvolvimento social e territorialmente inclusivos enfrenta entraves estruturais: papel das grandes corporações transnacionais, que se beneficiam das dinâmicas de extravasão, financiam redes de corrupção e, em alguns casos, conflitos armados; caráter patrimonialista da maioria dos Estados africanos; escassez de recursos destinados aos investimentos públicos; baixa densidade institucional e caráter frequentemente autoritário do exercício do poder político. ONU, Banco



Mundial, Agências temáticas internacionais e ONGs de grande porte são também responsabilizados por promover uma cooperação com frequência descontextualizada/desterritorializada (MAGRIN, 2013, p. 331).

Desde a publicação do livro de Géraud Magrin em 2013, a combinação de fatores conjunturais e estruturais desenhou um cenário pouco favorável à trajetórias desenvolvimentistas na África subsaariana. O fim do *super ciclo das commodities* e as fortes oscilações do preço dos recursos naturais provocaram uma desaceleração do crescimento econômico e perdas significativas de receitas das exportações, em particular para os países produtores de petróleo e minérios. Do seu lado, os volumosos investimentos em infraestruturas das duas últimas décadas se traduziram por um forte aumento da dívida pública, que alcança hoje quase 60% do PIB, nível inédito desde o início dos anos 2000. O endividamento limita de maneira drástica a capacidade de investimento dos governos. O agravamento do cenário geopolítico em algumas regiões desestimula também os investimentos, enquanto os efeitos da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia alimentam os déficits orçamentários e mecanismos inflacionistas que agravam a vulnerabilidade social e alimentar das populações. Por sua parte, o crescente protagonismo econômico e comercial de países do “Sul Global”, mais especificamente da China, que privilegiam a compra de terras (*land grabbing*) além de investimentos em setores extrativistas e nas redes técnicas de escoamento e exportação de *commodities*, contribui, paradoxalmente, para agravar o caráter subordinado da inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) de um continente cada vez mais dependente da extração e do comércio de recursos primários.



RESENHA



**ANDREIA PRESTES (AUTORA) & MARIANA MASSARANI
(ILUSTRADORA). LILA EM MOÇAMBIQUE. BELO HORIZONTE:
EDITORA RHJ, 2023**

Por Sonia Rosa

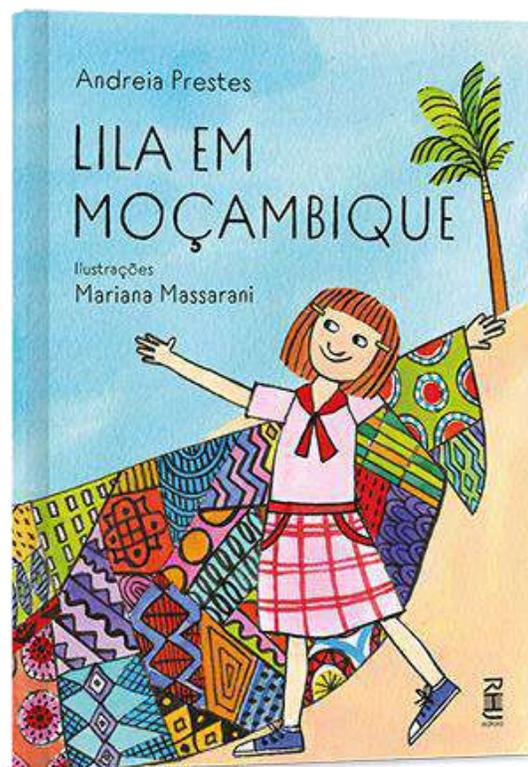
163

Sonia Rosa

Mestre em relações étnico raciais, professora,
pedagoga e escritora.

Como citar

ROSA, Sonia. Resenha: Andreia Prestes (Autora)
& Mariana Massrani (ilustradora). “Lila em
Moçambique”. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p.
163-165, jul-set 2023.





O livro *Lila em Moçambique*, de Andreia Prestes, com lindíssimas ilustrações de Mariana Massarani é uma preciosidade literária. Ele tem uma abordagem pouco comum em livros direcionados às infâncias.

Pautar num livro infantil uma história política e de exílio, carregada de amor, exige de quem escreve muito cuidado, delicadeza, conhecimento do assunto e uma boa dose de ousadia.

Torna-se urgente livros com tais temas dentro dos lares e das escolas para a compreensão da nossa contemporaneidade, onde frequentemente, famílias inteiras se deslocam pelos variados lugares do mundo em busca de dias melhores e acolhimento em algum lugar do planeta.

Importante destacar que essas migrações são reveladores da instabilidade dos países de origem. Muitas das vezes, este cenário de explícita desesperança é confrontado com a alegria das crianças que brincam e riem com seus pais e irmãos durante essas tristes travessias, que muitas das vezes, infelizmente, não chegam a lugar nenhum.

É sabido que as crianças aprendem ainda muito pequenas quais são as histórias que atravessam as vidas de suas famílias. Mesmo quando ainda não conseguem entender com profundidade certos estranhamentos do seu cotidiano, elas leem o seu entorno, interpretando os sustos, os medos e as aflições dos familiares. Em *Lila em Moçambique*, é perceptível esse comportamento das crianças.

164
Todo mundo tem uma história! Lila, a protagonista adorável desse livro, também tem uma para contar. Uma história de superação, experiência com a diversidade, migração, deslocamento, dor, amor, descobertas, sustos, amizade, solidariedade e esperança. Todos esses sentimentos estão presentes na infância de Lila e tem nome gostoso de falar: Maputo, capital de Moçambique; lugar de gente acolhedora, que usa vestimentas coloridas e falam quase cantando. Lugar em que crianças gostam de cantar e brincar na rua.

A escritora Andreia Prestes constrói um texto corajoso e amoroso para dialogar com as crianças. Uma história baseada em fatos que ela mesmo vivenciou quando criança, tendo como pano de fundo questões políticas brasileiras no período de exceção que envolveu exílio e perseguições que fazem parte das memórias da autora e de seus familiares.

A protagonista demonstra afeto e intimidade com Moçambique e neste aspecto, o livro quebra mais um paradigma; desta vez, valorizando a cultura, o cotidiano, e os tipos de pessoas desse país, a maneira de falar e as inesquecíveis cantigas. Muitas histórias dentro dessas histórias. Histórias de resistência, amor, alegria e esperanças.

Além de toda contribuição que essa obra literária acrescenta para a formação política dos jovens leitores, possibilita ainda, uma proximidade das crianças com um país africano, sua gente, sua cultura, sua maneira de lidar com as infâncias.... E assim, o livro de Andreia Prestes pode atuar como um interessante letramento racial (saberes ligados à racialidade) dos pequenos leitores, destruindo estereótipos através do relato amoroso do cotidiano de Moçambique, um país africano e construindo outras maneiras de ser pensar o continente africano, afinal, os livros formam mentalidades.



A leitura alimenta as ideias, desenvolve a empatia, o senso crítico e o conhecimento de mundo. Não importa a idade. O leitor será sempre afetado pelo texto. Essa é a grande responsabilidade do escritor!

E, como todo bom livro com temática africana “os valores civilizatórios afrobrasileiros” criados pela potente intelectual negra Azoilda Trindade podem ser facilmente identificados dentro da convivência cotidiana da personagem principal, ao longo da sua experiência de exílio. São eles: Circularidade, Corporeidade, Musicalidade, Cooperativismo/Comunitarismo, Ancestralidade, Memória, Ludicidade, Energia Vital/Axé e Oralidade.

Maputo, capital de Moçambique, abraça a infância de Lila e sua irmã. Abraça a saudade daqueles tempos, com seus cheiros, sons e cores.

Andreia Prestes abraça suas memórias com suas inesquecíveis vivências no asilo forçado em Moçambique onde fez amigos e amigas para sempre. Ela nos conta, sem perder a ternura, como foram aqueles tempos, através do olhar inocente de uma criança.

Quando a saudade aperta lá dentro do peito, a escritora Andreia Prestes, tal qual sua protagonista Lila, lembra com satisfação do quanto foi feliz naquele lugar... E mesmo depois de tanto tempo, canta baixinho algumas cantigas que nunca esqueceu...

E por fim, agradece para ela mesmo em língua xichangana: Kanimabo!

E aqui, nós leitores brasileiros agradecemos alto e em bom som: Obrigada Andreia Prestes, pela sua contribuição para formação das nossas crianças!

Sobre a autora da obra

Andreia Prestes nasceu em Moscou, na antiga União Soviética, durante o exílio de seus pais, no período da ditadura militar no Brasil. Com um ano de idade, Andreia e sua família se mudaram para Maputo, capital de Moçambique, onde viveu até completar nove anos. Neste período, toda a família retornou para o Brasil. Andreia é doutoranda em Políticas Públicas de Educação, pela Unirio e mestre em História Comparada, pela UFRJ. A autora também integra o Sarau Poético de Manguinhos, no Rio de Janeiro, espaço voltado para poesia e literatura na capital carioca. Atualmente, ela trabalha na área de responsabilidade social de uma multinacional brasileira.

Sobre a ilustradora da obra

Mariana Massarani, carioca, é formada em desenho industrial, pela UFRJ. Como ilustradora tem mais de 200 livros infantis publicados, além de trabalhos para jornais, revistas e editoras. Recebeu diversos prêmios como Selo Altamente Recomendável (FNLIJ), Selo *White Ravens* (Biblioteca Internacional Juvenil de Munique/Alemanha), Jabuti, Prêmio Internacional de Literatura Infantil *Chen Bochui* (China), entre outros. Seus trabalhos já foram apresentados em várias exposições e catálogos no Brasil, Itália, Alemanha, Coreia e Japão.



GeoÁfrica divulga...

Eventos



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL GEOÁFRICA – ÁFRICAS EM MOVIMENTOS *Espaços e sociedades na África subsaariana*

Rio de Janeiro (RJ), Maputo (Moçambique) e
Online - de 06 a 09 de novembro de 2023

O grupo de estudos e pesquisa *Espaços e Sociedades na África Subsaariana* - GeoÁfrica, (Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFRJ), criado no ano de 2020, organiza o Segundo Seminário Internacional *GeoÁfrica. Áfricas em Movimentos. Economias, sociedades e Espaços na África Subsaariana*. Em colaboração do Programa de Doutorado de Geografia da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique) e o Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), o Seminário pretende promover a divulgação de pesquisas e estudos sobre o continente africano, a troca de experiências, ideias e debates entre pesquisadores de diversos países, a cooperação acadêmica interinstitucional e atividades de extensão. O Seminário será realizado remotamente entre os dias **06 e 09 de novembro de 2023**, a partir do Rio de Janeiro e de Maputo. O encontro será estruturado em **13 eixos temáticos** abrangendo problemáticas econômicas, sociais, ambientais, geopolíticas e territoriais que constituem desafios maiores para as sociedades e os governos africanos. **Os trabalhos apresentados pel@s pesquisador@s serão publicados posteriormente.**

Inscrições de ouvintes (com ou sem certificado) até o dia 06 de novembro de 2023

<https://www.even3.com.br/ii-seminario-geoafrika/>



Eixos temáticos

- 01: Mudanças climáticas, riscos e gestão do território
- 02: Meio ambiente e desafios da sustentabilidade
- 03: Dinâmicas da urbanização e da gestão dos espaços urbanos
- 04: A geografia diante da questão do desenvolvimento: espaços, recursos, atividades
- 05: Questões geopolíticas contemporâneas e relações internacionais
- 06: Dinâmicas populacionais e migratórias
- 07: Circulações, transportes, logística e mobilidades
- 08: Desigualdades socioespaciais em múltiplas escalas
- 09: Geografias da saúde e a conjuntura (pós)pandêmica
- 10: Culturas, espaços e sociedades
- 11: Geotecnologias, cartografias e gestão do território
- 12: Ensino de África e África na Geografia Escolar
- 13: Cooperação Brasil/África: ciência, cultura(s), desenvolvimento

Inscrições e informações: <https://www.even3.com.br/ii-seminario-geoafrica/>



O simpósio acolhe pesquisas relacionadas aos Estudos Africanos, especialmente trabalhos cuja área se concentre em História da África, nos múltiplos espaços que compõem o continente, bem como nas mais diversas temporalidades. Trabalhos que problematizem discussões teóricas e de fontes (arqueológicas, manuscritas, imagéticas, etc.), e ainda as reinvenções que os africanos fazem de si na vida social, cultural, política e econômica, os antirracismos, as biografias e trajetórias, as construções identitárias, estratificações sociais e todas as formas de resistências, inclusive as anticoloniais, são apenas algumas temáticas possíveis de serem compartilhadas nesse simpósio que, estará acessível a outras possibilidades de reflexões que aqui não foram descritas, mas que certamente contribuem para os estudos africanos e para instigar o pensar complexo.

Para inscrições, acesse o link: <https://forms.gle/jkyHZo272LBv1mj99>



aladaa
internacional

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE
ESTUDIOS DE **ASIA Y ÁFRICA**



La Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África (ALADAA)

Capítulo Costa Rica

convocatoria al XVIII Congreso Internacional de ALADAA

Universidad de Costa Rica (campus Rodrigo Facio) y Universidad Latina (campus San Pedro) en

San José, Costa Rica entre el 20 y 24 de noviembre de 2023

Asia y África y sus desafíos contemporáneos en el mundo globalizado

Maiores informações: <https://aladaainternacional.com/XVIIIcongreso/>



The Inaugural Moi University International Conference on African Studies Eldoret, Kenya, 23rd to 24th November 2023

Theme: Reflecting (on) Africa: Positionalities, Practices, and Products.

The Moi University African Cluster Centre of the Africa Multiple Cluster of Excellence announces its inaugural conference on African Studies. The conference intends to vigorously explore the epistemological and political underpinnings and implications of how Africa's peoples, histories, and cultures have historically been (re)presented and studied. The various interpretations of the encompassing term "African Studies" gesture towards the multiplicity of ways in which Africa has been historically (re)presented and examined. Various, sometimes conflicting, practices are today understood to belong to the category.

Diversity emerges in multiple dimensions. It starts with the definition of the subject of inquiry, such as Africa's geographical and cultural boundaries. It extends to the approaches employed in studying Africa, including whether African Studies fall under the umbrella of area studies, consists of discipline-specific studies on or about Africa, or constitute a distinct discipline. The diverse methods employed in these studies further contribute to the multifaceted nature of the field. Moreover, the motivations behind conducting these studies and the envisioned objectives also vary, ranging from exerting control over Africa and its resources to empowering the continent's people in their quest for liberation from oppression.

We seek papers that scrutinize the factors behind the generation, dissemination, and valorization of artistic and scholarly reflections of/on Africa. Given the focus of the conference, we especially welcome metacritical engagement with the different intellectual traditions in which "African Studies" have been undertaken and the communities that sustain them. We call for rigorous critical reflections on: African Studies in African (both Indigenous and "modern") intellectual traditions ▪ African Studies in the Caribbean and Latin American intellectual traditions ▪ African Studies in Middle Eastern intellectual traditions ▪ African Studies in European and American intellectual traditions ▪ African Studies in Far Eastern intellectual traditions

Papers that are exemplars of specific intellectual traditions of (re)presenting and studying Africa will also be considered for inclusion in the conference. Papers should engage with works in any mode: theories, "scientific" research-based reports, life writing, fiction in whatever medium. The expectation is that the conference will motivate and host conversations that will (1) both clarify and interrogate the whys (the triggers), the hows (the frameworks and methods), and the to what ends (the wherefores and outcomes) of the (re)presentation and study of Africa and (2) make proposals for practices of (re)presenting and studying Africa that accord with ideas of justice and respect that have currency in the twenty-first century.



MOI UNIVERSITY
AFRICAN CLUSTER CENTRE



THE INAUGURAL MOI UNIVERSITY INTERNATIONAL CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES

Theme: Reflecting (on) Africa:
Positionalities, Practices, and
Products.

23RD - 24TH
NOVEMBER, 2023

**Location: ELDORET,
KENYA**





RECONFIGURATIONS IN AFRICA - AND IN AFRICAN STUDIES
30 September - 02 October 2024, Bayreuth

The Institute of African Studies at the University of Bayreuth will be hosting the biannual conference of the Association for African Studies in Germany e.V. (VAD) from 30 September - 02 October.

The conference theme is Reconfigurations in Africa - and in African Studies, addressing current and past crises and processes of transformation on the African continent, as well as the need to critically reflect on the means — academic, artistic and otherwise – by which we approach them globally to expand knowledge production. To this point VAD2024 aims to bring Africa-related institutions outside of Africa, including museums, universities and associations, into conversation with parallel institutions in Africa.

VAD2024 will be held in a hybrid format to enable wide participation. Seven unique streams invite academics, activists, politicians, and artists to explore these themes from inter- and transdisciplinary perspectives.

KEY DATES

- 28 June 2023 : Call for Panels begins
- 30 September 2023: Call for Panels ends
- 4 December 2023: Call for Papers begins
- 31 January 2024: Call for Papers ends
- 12 February 2024: Deadline for accepting / rejecting papers
- 29 September 2024: Young Scholars Day
- 30 September - 2 October 2024: VAD Conference

More information at: <https://nomadit.co.uk/vad/vad2024/>





The 23rd Annual Africa Conference
The University of Texas at Austin

Call for Papers

Theme: African Knowledge Systems

Conference Model: In-person & Virtual

Date: April 4th to 7th, 2024

Email: austinafricaconference2024@gmail.com

The 23rd Annual Africa Conference at the University of Texas at Austin calls for submissions of papers in the humanities, social sciences, sciences, and other disciplines on the multifaceted nature of African knowledge systems. The objective of this conference is to encourage conversations rooted in the rich and diverse knowledge of the African people, focusing on African epistemologies and ontologies that have shaped the continent's worldview.

African knowledge systems, which are built on a profound understanding of the relationship between humans, nature, and the universe, place a strong emphasis on culture. African knowledge systems are dynamic, not static, and they are always developing to meet the diverse demands of African civilizations. Indigenous knowledge, deeply ingrained in the history and cultural traditions of the African continent, is abundant. Agriculture, medicine, technology, philosophy, linguistics, and spirituality are just a few of the many disciplines covered by this knowledge. African knowledge systems are being marginalized, neglected, and erased in modern-day African society, among other problems. By analyzing the significance of African knowledge systems in the development of Africa, the conference seeks to solve these issues.

We welcome submissions for papers, roundtable discussions, panels, and creative works/performances that critically address these and other relevant themes pertaining to African knowledge systems.



Accordingly, we welcome submissions that include but are not limited to the following sub-themes and topics:

- Temporalities of African Knowledge Systems
- African Agriculture and Sustainable Development
- African Arts and Ritual Practices,
- African Music, Dance, Film and Theater
- African Cosmology and Astronomy
- African Cultural Heritage and Museums
- African Economic Systems and Entrepreneurship
- African Education and Pedagogy
- African Environmental Ethics and Conservation
- African Film and Theater
- African Food Systems and Culinary Arts
- African Gender and Sexuality Studies
- African History and Archaeology
- African Knowledge Systems and Conflict Resolution
- African Knowledge Systems and Decolonization
- African Knowledge Systems and Globalization
- African Knowledge Systems and Social Justice
- African Knowledge Systems and Sustainable Development Goals
- African Languages and Linguistics
- African Literature and Literary Criticism
- African Oral Tradition and Storytelling
- African Philosophy, Epistemology, and Ontology
- African Political Systems and Governance
- African Science and Technology in Indigenous Knowledge Systems
- African Spirituality and Religion
- African Traditional Medicine and Healing Practices

Scholars from different fields and regions will be able to communicate, share ideas, and get feedback at the conference. As in past years, participants will be chosen from all over the world. Attendance and paper presentations by graduate students are also encouraged. According to similarities in theme, topic, discipline, or geographic focus, submitted papers will be assigned to panels. Selected articles will then be published in several book volumes. Submissions examining the complexity of African knowledge systems and their significance in determining the future of African cultures are welcome.



CURSO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISCIPLINA: ESTADO E VIOLÊNCIA NA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

Professores:

Melvina Araújo (Unifesp)
Zacarias Chambe (Unifesp / UniRovuma, Moçambique)
Clayton Guerreiro (Unifesp)

Terças-feiras, das 9h às 13h
De 05/09/23 a 21/11/23

Curso em formato híbrido: obrigatório presencialmente para alunos da Unifesp e online para os que vivem fora de São Paulo.

Matriculas:

<https://sju.unifesp.br/login>
<https://ppg.unifesp.br/sociais/informes/aluno-especial>



No segundo semestre de 2023, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp (Campus Guarulhos) oferecerá o curso “Estado e violência na África contemporânea”, ministrado por Melvina Araújo, Zacarias Chambe e Clayton Guerreiro.

A proposta desse curso é abordar as diversas formas de violências em contextos africanos a partir de experiências etnográficas, análise de documentos, arquivos, fontes digitais e aquelas que inspiraram uma extensa produção literária que investiguem os mecanismos sociais de produção de conflitos ou estudos sobre dimensões subjetivas de pessoas e coletivos frente a processos violentos. O objetivo é apresentar aos alunos diferentes abordagens sobre o fenômeno da violência, bem como debates metodológicos para a condução de pesquisas no continente africano.

O curso será ofertado em formato híbrido, sendo obrigatoriamente presencial para alunos da Unifesp e online para aqueles que não vivem em São Paulo. Os encontros acontecerão sempre às terças-feiras entre 05/09 e 21/11/2023, das 9h às 13h.

As matrículas poderão ser realizadas entre os dias 15 e 25 de agosto via Pasta Roxa (Controle de acessos (unifesp.br) para alunos da Unifesp e, para alunos especiais, por aqui: <https://ppg.unifesp.br/sociais/informes/aluno-especial>.



CHAMADA DE ARTIGOS

A equipe editorial da revista AbeÁfrica: revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, convida à submissão de **artigos científicos inéditos, notas de pesquisa, resenhas e traduções** acerca dos mais diversos temas no âmbito dos Estudos Africanos abrangendo os campos de Antropologia, Ciência Política, Educação, Geografia, História, Literatura e Crítica Literária, Relações Internacionais, Sociologia e outros.

A revista recebe submissões em fluxo contínuo, em todo caso, **para a edição v.9, n.9, os artigos deverão ser enviados até o dia 30/10/2023**, com vistas a publicação no terceiro trimestre do ano corrente.

AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos

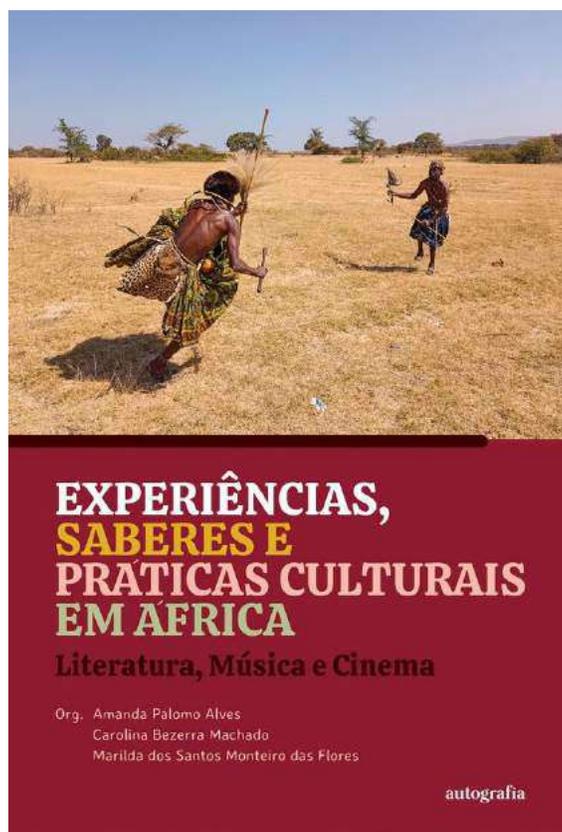
Chamada de Artigos – Revista AbeÁfrica, v.9, n.9 (2023)

A equipe editorial da revista AbeÁfrica: revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, convida à submissão de **artigos científicos inéditos, notas de pesquisa, resenhas e traduções** acerca dos mais diversos temas no âmbito dos Estudos Africanos abrangendo os campos de Antropologia, Ciência Política, Educação, Geografia, História, Literatura e Crítica Literária, Relações Internacionais, Sociologia e outros.

A revista recebe submissões em fluxo contínuo, em todo caso, **para a edição v.9, n.9, os artigos deverão ser enviados até o dia 30/10/2023**, com vistas a publicação no terceiro trimestre do ano corrente.



PUBLICAÇÕES



Experiências, saberes e práticas culturais em África: Literatura, Música e Cinema

Organizadoras:

Profa. Dra Amanda Palomo Alves

Profa. Dra Carolina Bezerra Machado

Profa Dra Marilda dos Santos Monteiro das Flores

1ª edição, julho de 2023. Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda



As reflexões aqui propostas dialogam diretamente com a trajetória de pesquisa e ensino do Grupo de Pesquisa Áfricas: sociedade, política e cultura (UERJ / CNPq), que tem realizado em diversos âmbitos, atividades comprometidas com uma perspectiva decolonial e de resistência epistêmica. Nesse sentido, a organização do presente livro se deve ao crescente interesse dos estudos africanos no Brasil e às pesquisas desenvolvidas por integrantes do grupo, principalmente àquelas relacionadas às experiências, saberes e práticas culturais na África. As parcerias estabelecidas a partir de diversos encontros e os diálogos então presentes, originaram a temática aqui proposta. Buscamos ainda dialogar com outros pesquisadores, de trajetórias diferentes, sendo possível ampliar as discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas, ao refletir sobre as múltiplas relações culturais, sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre africanos.

A obra possibilita conhecer um pouco mais do continente através da reflexão sobre o percurso da Literatura que dialoga com a História, dos caminhos subalternos, da política e da perspectiva de defesa do Estado pós-guerra. Na Música, quase que ouvimos sons que expressam dor, luta, manifestação política e, ainda, a defesa por defender as tradições dos povos. São os diferentes ritmos que constroem e ressignificam as identidades. O Cinema apresenta ao leitor, num movimento de imagens e narrativas, as disputas políticas e o potencial econômico desenvolvido no continente. No final, duas entrevistas com cineastas africanos que falam sobre as questões do cinema africano contemporâneo.

Sumário

Introdução. **Literaturas Africanas e História: alguns limites, diversas possibilidades.** Fernanda Bianca Gonçalves Gallo

As vozes das que esperam: gramáticas femininas da migração contemporânea no ventre do Atlântico. Catarina Martins

Leituras históricas: a narrativa ficcional angolana do século XX em debate. Nathalia Rocha Siqueira

Pepetela: escrita de si, escrita de Angola. Carolina Bezerra Machado

Natureza. Comunidade e Ritual: música e ancestralidade em Malidoma Somé. Luiza Nascimento Almeida (Lwiza Gannibal)

Harmonia na música tradicional: uma análise das características da makwayela e desafios de ensino-aprendizagem. Edson Gopolane Uetela Uthui

Ohé Sukaya rumba: libertação, identidades e conexões através da rumba congoleza (1950-1960). Evelyn Rosa do Nascimento

Música e Ensino de História da África no Brasil: praticando a descolonização do currículo escolar a partir das canções do grupo “N’gola Ritmos” (1947-1959). Amanda Palomo Alves

Originais Netflix made in Africa: disputas em torno de narrativas e audiências globais em contextos contemporâneos de produção e difusão. Ana Camila Esteves



Um estudo da capacidade de resiliência da população de Luanda no pós-guerras – a construção narrativa em Oxalá Cresçam Pitangas e É Dreda Ser Angolano (2006/2008). Paula Faccini de Bastos Cruz

Memórias, imagens e identidades: a disputa por Angola no século XXI. Marilda dos Santos Monteiro das Flores

Entrevista com Jean Pierre Bekolo. Ana Camila Esteves, Alessandra Meleiro e André Zanarotti Adabo

Entrevista com Moussa Sené Absa. Ana Camila Esteves, Alessandra Meleiro e André Zanarotti Adabo